



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Educação Contextualizada da Escuta:

Uma etnografia da formação de psicólogos-psicoterapeutas a partir do Sankofa,
grupo de estágio e serviço de psicoterapia para universitários negros

João Paulo Siqueira de Araújo

Brasília

2024

Educação Contextualizada da Escuta:

Uma etnografia da formação de psicólogos-psicoterapeutas a partir do Sankofa, grupo de estágio e serviço de psicoterapia para universitários negros

João Paulo Siqueira de Araújo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Antropologia.

Orientadora: Dra. Soraya Resende Fleischer

Banca Examinadora:

Dra. Soraya Resende Fleischer (PPGAS/UnB) - Presidenta

Dr. Messias Basques (Africana Studies, Williams College/EUA) - Membro titular externo

Dr. Alexandre Branco Pereira (DAN/UnB) - Membro titular interno

Dr. Stefan Fornos Klein (PPGSOL/UnB) - Membro suplente

**À minha mãe e ao meu pai,
que me ensinaram a voar com a segurança
de que teria um ninho para retornar.**

**Hungry for life
And thirsty for the distant river
[...]
I wear it like a tattoo
(Like a Tattoo, Sade Adu, 1992)**

Agradecimentos

Foi babado finalizar este ciclo. Às vezes parecia eterno, mas agora parece tão curto. As nuances caracterizam bem essa trajetória, dos altos e baixos: do alto que desce e do baixo que sobe ou do alto que atravessa, pois essa caminhada não foi em 2D e muito menos apática. Do ímpeto à exaustão, do silenciamento que virou barulho, do desejo ao luto e do luto ao desejo.

Às vezes me perguntava qual o significado de me tornar um cientista, mestre, vindo de onde vim, sendo quem sou, pesquisando o que pesquiso. Mas hoje tenho me interessado mais em viver. A ciência tem me possibilitado viver, especialmente a antropologia nesses últimos anos. Eu escolhi viver por meio da ciência, ou melhor, eu escolho viver e a ciência foi o meio. Inspirado em Érika Hilton, digo que, em vez de dar respostas, estou mais interessado em existir, “que é um direito que nos foi roubado”.

À vida gerada por essa pesquisa, agradeço.

Primeiramente, agradeço ao Sankofa pela confiança e generosidade. Em especial à Cenira, que abriu caminho e o trilhou comigo. À Adelina, Antônio, Benedita, Bruno, Getúlio, Isabela, Júlia, Milena, Naomi e Tiago, por toda disponibilidade e paciência.

À minha mãe, Cleonice, e ao meu pai, Valdivino, pelo amor e segurança. Sei que pegaram muito sol para que eu pudesse crescer na sombra.

À família que escolhi, que é colo e intimidade. À madrinha, Fábio, pela sintonia de outras vidas, cuja presença é cura; à Luana, pelo primeiro e mais longo acolhimento, por me incentivar a sentir; ao Lucas, pela leveza de nossos encontros, os quais esculpem um laço verdadeiro; ao Luiz, por acreditar em mim e por celebrar minhas vitórias como se fossem suas, sou muito feliz por tê-lo próximo e ao Rafael, pela cumplicidade que me produz vida, através de uma escuta sensível e achegada. Amo muito vocês.

Ao quinteto de Divas do PPGAS, que trouxeram vida, saúde e leveza no percurso do mestrado. Não consigo pensar em outra palavra, além de amor, para adjetivar nosso encontro. Desde a dedicação para discutir os capítulos desta dissertação, ao cuidado no acolhimento de questões que extrapolavam o ofício da escrita. À Carolina, minha primeira amizade no mestrado, por ser tão generosa e zelosa, acho que nem percebes o quanto você é especial; à

Karoliny, pela risada frouxa, cumplicidade e pelo afeto que você exala; à Lucivânia, pela conexão quase instantânea, pelo aconchego da sua presença; à Nayra, por toda amabilidade e sinceridade e, por fim, à Rose, guia de profissão, mas não só, quem segue a tua condução conhece plantas e uma ternura sem igual. Amo vocês.

Ao meu analista, Lucas, por me mostrar, na prática, o que é um cuidado socioculturalmente contextualizado em saúde mental e, portanto, racializado. Embora tenha se convencido que os analistas são coadjuvantes no processo analítico, sua dedicação, presença e ausência me fazem ressignificar essa hierarquia entre protagonista e coadjuvante. Estamos juntos nesse palco, nessa esquizo-análise. Nem imaginas o quanto sou grato, obrigado por tanto.

À Soraya, por ser uma orientadora espetacular. Ter sido seu aluno, presenciar sua destreza e cuidado me fizeram desejar a docência, algo que tinha silenciado há muito tempo. Você encanta. MUITÍSSIMO obrigado por tudo.

Às mestras e mestres, antigas orientadoras, por tanto me ensinarem e acreditarem em mim. Especialmente à Abra, Bruna, Igo, Joaze, Leonel, Marizete, Rachel, Rodrigo e Valeska.

Ao grupo de orientandas de Soraya, pelas leituras e contribuições para a materialização desta dissertação. Em especial, à Ana, Beatriz, Camila, Caroline, Clarissa, Laura, Isadora, Rafael e Thais. Aprendi muito com vocês.

Ao Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC) do PPGA/UFPB, por terem me acolhido nas andanças por João Pessoa e ao contribuírem para a melhoria do Capítulo 3. A leitura e os tensionamentos de Geissy, Mônica, Neto, Pedro e Uliana foram de grande valia. Sou muito grato.

Aos encontros gerados na Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM). Ao GT 02, coordenado por Octávio Bonet e María Epele, sobre *enfoques antropológicos de la salud*. À MR 19, na discussão sobre pesquisa e colonialismo, por Ana Mumbuca e Deivison Faustino. Muitos *insights* foram ali elaborados.

Aos ensinamentos gerados na Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (ReACT). Ao ST 26, coordenado por Arthur Leal e Vitor Richter, sobre etnografia e saberes *psi*. Às conferências de Ana Mumbuca e Guilherme Fagundes que ressoaram, metodologicamente, com esta dissertação.

Ao Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CASCA), pelas ricas discussões.

Ao Coletivo Zora Hurston de discentes negros do PPGAS/UnB, pelo acolhimento e oportunidades. Em especial ao Vinícius por abrir caminhos e à Ana Clara por publicizar suas valiosas reflexões metodológicas no podcast *Antro, Como Faz?*

À equipe do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UnB), entre técnicos, docentes e secretários.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta dissertação. Sem este, seria impossível apresentar esta pesquisa.

Por fim, agradeço a Messias Basques, Alexandre Pereira e Stefan Klein, por, gentilmente, aceitarem o convite para compor a banca de avaliação.

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo compreender a formação de psicólogos-psicoterapeutas para o atendimento de demandas raciais na clínica psicológica. A partir de uma etnografia posicionada junto ao Sankofa, um grupo de estágio e serviço de psicoterapia para universitários negros, em funcionamento numa universidade do centro-oeste brasileiro, conjugo teorias, documentos, observação participante, entrevistas e o diário de campo para caracterizar a história, funcionamento e as estratégias formativas do grupo. Com trabalho de campo entre abril e dezembro de 2023, discuto documentos que orientaram a formação institucional vivida pelas interlocutoras, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia (DCN), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), ementas e currículo, delineadas e aplicadas por um quadro docente composto por mais de 90% de pessoas brancas sem expertise nas relações étnico-raciais, o que esculpiu uma formação descontextualizada socioculturalmente, e, portanto, desracializada, em termos ontoepistêmicos e praxiológicos. Na observação participante das reuniões de supervisão, grupo de estudos e atividades do Sankofa, foram frequentes os obstáculos impostos pela Clínica-Escola para o seu pleno funcionamento, instituição na qual o grupo funcionava. Os obstáculos identificados se deram nos termos de vigilância, deslisura e arbitrariedades que culminaram no encerramento do grupo de estágio pela segunda vez em sua história, indicativo do racismo institucional. Fricções essas que sinalizaram sobre a intencionalidade da Instituição e das pessoas que a fazem, denotando suas concepções sobre Ciência, Saúde, Racismo, Cuidado e Ética. Ao mesmo tempo, na conjunção das entrevistas, foi possível caracterizar os itinerários formativos propostos pelo Sankofa para formar profissionais atentos à demanda racial em psicoterapia, através da paridade racial, do letramento racial e das supervisões, como um processo de *educação da escuta* respondente às demandas materiais e simbólicas da maioria da sociedade brasileira, consoante à ética profissional.

Palavras-chave: relações raciais; saúde mental; antropologia da ciência; antropologia da saúde; etnografia em serviço de saúde; saberes psi

Abstract

The aim of this research was to understand the training of psychologists-psychotherapists to meet racial demands in the psychological clinic. From an ethnography positioned at Sankofa, an internship group and psychotherapy service for black university students, operating at a university in central-western Brazil, I combine theories, documents, participant observation, interviews and a field diary to characterize the history, functioning and training strategies of the group. With fieldwork between April and December 2023, I discuss documents that guided the institutional training experienced by the interlocutors, such as the National Curriculum Guidelines for undergraduate courses in psychology (DCN), the Course Pedagogical Project (PPC), syllabuses and curriculum, outlined and applied by a teaching staff made up of more than 90% white people with no expertise in ethnic-racial relations, which sculpted a socioculturally decontextualized and therefore de-racialized education in onto-epistemic and praxeological terms. During participant observation of supervision meetings, study groups and Sankofa activities, the obstacles imposed by the Clínica-Escola, the institution in which the group worked, were frequent. The obstacles identified were in terms of surveillance, misconduct and arbitrariness that culminated in the closure of the internship group for the second time in its history, indicative of institutional racism. These frictions signaled the intentionality of the institution and the people who make it up, denoting their conceptions of science, health, racism, care and ethics. At the same time, in the conjunction of the interviews, it was possible to characterize the training itineraries proposed by Sankofa to train professionals who are attentive to racial demands in psychotherapy, through racial parity, racial literacy and supervisions, as a process of *listening education* that responds to the material and symbolic demands of the majority of Brazilian society, in line with professional ethics.

Keywords: race relations; mental health; anthropology of science; anthropology of health; ethnography in health services; psycho-knowledge

Lista de Figuras e Tabelas

Tabela 1	Revisão de Literatura paridade racial em pesquisa	32
Figura 1	Esquema histórico do serviço Sankofa	100
Figura 2	Adinkra Sankofa	108

Lista de abreviaturas e siglas

APA	American Psychological Association
ABEP	Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
ABRAP	Associação Brasileira de Psicoterapia
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CREPOP	Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas
CEPP	Código de Ética do Profissional Psicólogo
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRP	Conselho Regional de Psicologia
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de psicologia
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
APAF/CFP	Grupo de Trabalho da Assembleia da Administração e das Finanças
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IP	Instituto de Psicologia

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e outros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
DSM	Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
MNU	Movimento Negro Unificado
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PBEP	Práticas Baseadas em Evidências em Psicologia
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
SEPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SOMASUS	Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TEN	Teatro Experimental do Negro
TO	Teatro do Oprimido
TCC	Terapia Cognitivo-Comportamental
TEPT	Transtorno do Estresse Pós-Traumático
TMC	Transtornos Mentais Comuns
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Agradecimentos.....	04
Introdução.....	15
Capítulo 1. <i>Seu rosto também é refletido no espelho, cara pálida: Antropologia brasileira e seu pacto narcísico da branquitude</i>.....	22
Introdução.....	22
1.1. Uma ciência da alteridade? <i>Esse “outro” tem cor ou são como “nós”?</i>	24
1.2. “Pode o subalterno falar?” “O lixo vai falar, e numa boa”	29
1.3. Das posicionalidades, <i>“Seu rosto também é refletido no espelho, cara pálida”</i>	33
1.4. Os quase antropólogos/ quase da família.....	37
Considerações finais.....	40
Capítulo 2. A (de)negação das violências raciais na formação de psicólogos-psicoterapeutas: Entre epistemologias e diretrizes, o silenciamento do contexto sociocultural.....	43
Cena etnográfica.....	43
Introdução.....	44
2.1. Aspectos históricos.....	48
2.1.1. Psicologia moderna.....	48
2.1.2. A psicoterapia.....	51
2.1.3. A psicologia no Brasil: Ciência e profissão.....	56
2.1.4. A psicoterapia enquanto campo prático do psicólogo no Brasil.....	62
2.2. Racismo, Subjetivação e Saúde Mental no Brasil: O que psicólogos-psicoterapeutas têm a ver com isso?.....	65
2.3. Entre o delineamento e a aplicação de diretrizes: as competências e habilidades do psicólogo.....	73

2.3.1. O delineamento.....	73
2.3.2. A aplicação.....	78
2.4. <i>Contexto pra lá, contexto pra cá</i> : Contribuições antropológicas para a formação de psicólogos-psicoterapeutas.....	84
Considerações finais.....	91

Capítulo 3. Entre *Lógicas de Cuidado Psicológico* e as Instituições: O estágio e serviço de psicoterapia racializada Sankofa..... 95

Cena metodológica.....	95
Introdução.....	100
3.1. “Uma demanda discente, uma demanda da rua”: O surgimento do serviço Sankofa.....	103
3.1.1. “Ah, vai rolar uma roda de conversa sobre saúde mental e racismo” — Lançamento do núcleo regional da ABRANEP.....	105
3.1.2. As “vontades políticas”: As primeiras fricções com a institucionalidade.....	108
3.2. Sankofa raiz: O funcionamento.....	112
3.3. Sankofa caule: O retorno do grupo com outra <i>Lógica de Cuidado</i>	119
3.4. A terceira geração ou os galhos do Sankofa: Inserção em campo.....	122
3.4.1. O retorno institucional à Clínica-Escola.....	130
3.4.2. “Vocês precisam se adequar”: Vigilância e ameaças institucionais.....	136
3.4.3. “Entre o surto e a paranoia” (de preto): Institucionalidade como maquinaria da branquitude.....	140
Considerações finais.....	145

Capítulo 4. *A educação contextualizada da escuta*: Os itinerários formativos do Sankofa..... 149

Introdução.....	149
4.1. Os Itinerários Formativos no Sankofa: Entre ciência e política, o aquilombamento chegada”.....	150
4.1.1. Paridade racial na psicoterapia: “Um ponto de partida e não de chegada”.....	154

4.1.2. Letramento racial: “Não basta ser negro para atender pessoas negras, é preciso formação!”	158
4.1.3. Supervisão mista: A confluência entre técnicas como urgência ou premissa?	164
4.2. A <i>educação da escuta</i> em supervisão: a iminência do cor(po)	174
4.3. “Vida curta ao Sankofa!”: o ressoar do serviço na formação institucional	183
Considerações finais	189
Considerações finais	191

Introdução

Esta dissertação discutirá a formação de psicólogos em sua ênfase profissional psicoterapêutica a partir de um cenário bastante específico, isto é, no encontro com o grupo Sankofa¹, de estágio e serviço de psicoterapia para universitários negros, localizado em uma determinada instituição de ensino superior do centro-oeste brasileiro, realizada em 2023 e conduzida por um pesquisador específico no encontro com pessoas e instituições igualmente específicas. E com o uso repetido da palavra “específico” quero demarcar esta pesquisa como contrastante ao ímpeto, mesmo implícito, de universalização constituinte da ontoepistemologia das ciências modernas (FERREIRA DA SILVA, 2022).

Dessa forma, de antemão, quero caracterizar três especificidades constituintes desta pesquisa, não enquanto instâncias estanques, mas como absolutamente porosas que, através da reflexividade entre si, esculpiram esta etnografia: 1) o pesquisador, 2) a ciência e 3) o Sankofa. Tripé este inspirado na análise de Antonádia Borges (2013), na compreensão de que a teoria etnográfica é constituída pelo diálogo entre: “as teorias antropológicas acadêmicas, as teorias antropológicas de nossos anfitriões e as nossas próprias teorias, inextricavelmente associadas às duas primeiras” (BORGES, 2013, p. 221).

Iniciando a caracterização do tripé, indico que a posição de pesquisador é essencialmente política, seja em seu compromisso pela equidade ou na negação do caráter político em prol da manutenção das desigualdades. Em especial, destaco os pesquisadores da antropologia, que conforme apresentarei no Capítulo 1, são historicamente tidos como tradutores da realidade dos Outros, com a primeira letra maiúscula para delinear que os objetos de estudo não eram o outro do seu grupo social, o vizinho, por exemplo, mas o Outro, subalternizado, socialmente distante, exótico e inferior. Modelando uma supremacia branca na história da disciplina, a qual foi replicada no Brasil (PEREIRA, 2020), por razões científicas, mas respondente a um contexto sociocultural mais amplo, do racismo enquanto fundante da modernidade.

Isto posto, me afasto do intento de ser um “tradutor” da realidade alheia, o que trago nesta dissertação são “verdades parciais” nos termos de James Clifford (1986), especialmente feixes das relações e encontros vividos em campo junto ao Sankofa. Feixes os quais passaram

¹ O nome do grupo de estágio, bem como das interlocutoras e da instituição foram substituídos por pseudônimos a fim de garantir o anonimato acordado entre nós como estratégia metodológica e exigência ética da resolução CNS n.º 510/2016.

pelo crivo das interlocutoras² para compor a versão final da dissertação, ou seja, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado no início da pesquisa, no término da escrita devolvi o material escrito para que elas aprovassem ou não o que foi dito sobre e com elas.

Complementarmente, me alinho ao entendimento de Lila Abu-Lughod (2018) a respeito das posicionalidades, isto é, de que não sou um agente neutro da ciência, sem raça, gênero, sexualidade, mas que falo de determinado lugar material, subjetivo e simbólico. Me apresento como um homem, cis gênero, negro, *gay*, periférico, nascido no ano de 1999 em Ceilândia–Distrito Federal (DF), filho de pais presentes e responsáveis³, ambos nascidos no nordeste brasileiro; minha mãe, preta e feirante, do Piauí e meu pai, pardo e auxiliar de serviços gerais, do Maranhão. Fui criado em Santa Maria–DF, com a trajetória escolar completa em escolas públicas da periferia até ingressar no curso de psicologia da Universidade de Brasília (UnB) em 2017, enquanto optante das políticas de ações afirmativas para negros, estudantes de escolas públicas e de renda familiar *per capita* inferior a 1,5 salário mínimo.

Em termos do que genericamente chamarei aqui de personalidade, me considero uma pessoa introvertida, observadora e assertiva, já meus amigos Fábio e Carol, me enxergam, respectivamente, como acolhedor, respeitoso e que adoro uma fofoca; para o meu analista Lucas, sou simultâneo e sensível. Adjetivos esses que ressoam muito bem com o meu mapa astral, que me categoriza como taurino, com ascendente em escorpião, lua em peixes e vênus em câncer. Ademais, me considero uma pessoa bastante “psicoterapeutizada”, haja vista que faço acompanhamento psicoterapêutico há cinco anos entre diferentes profissionais e abordagens, desde o Psicodrama para o desenvolvimento de habilidades sociais, passando pela Terapia Cognitivo-Comportamental visando o controle de sintomas ansiosos, até o processo atual com a psicanálise, que tem me auxiliado a identificar o desejo e bancá-lo.

Esse esforço descritivo para apontar minhas especificidades é para delimitar de onde eu falo, mas sobretudo para afirmar que minhas vivências são condicionantes da teoria social que produzo (COLLINS, 2016). Seja na visão desnaturalizante construída no meu desencontro com os ideais impostos pelas instituições sociais, nos termos de Mary Douglas

² Nesta dissertação, opto por utilizar o plural feminino para referenciar as participantes da pesquisa, haja vista que as mulheres foram a maioria das interlocutoras.

³ Ênfase nesse aspecto por entender que foi um diferencial para minha criação, em termos materiais e subjetivos, em um cenário de poucos recursos, sobretudo ao contrastar com a realidade dos meus pares, no que se refere aos marcadores sociais.

(1998), por conta dos marcadores sociais da desigualdade⁴ que me atravessam; na identificação de padrões do racismo ao ter que vestir máscaras brancas para circular no mundo dos brancos (FANON, 2020); no estranhamento e raiva advindos da vivência universitária, enquanto cotista, num curso hiper representado por pessoas brancas nas posições de discência, docência e referencial teórico; ou no ímpeto contextualizador adquirido no encontro com psicoterapeutas que pisavam em ovos para falar de racismo e ao me sentir descaracterizado ao ouvir de um deles que estava sofrendo porque “eu não aceitava ser negro”.

Dessa forma, compreendo que estas características e vivências constituem o meu currículo e a ciência que produzo, igualmente à minha graduação em psicologia, minhas experiências de pesquisa. As quais versam sobre a trajetória de estudantes negros na UnB (SIQUEIRA; RAMOS, 2021), sobre discurso de ódio contra minorias, na investigação da formação de psicólogos para atuarem junto a povos indígenas (SIQUEIRA et al., 2022), na compreensão dos aspectos gendrados e racializados dos xingamentos (SIQUEIRA; ZANELLO, no prelo), dos afetos (SIQUEIRA; HOLANDA, em avaliação) e na pesquisa empírica (PEREIRA; SIQUEIRA, 2022), no encontro teórico entre antropologia e psicanálise na etnopsicanálise (SIQUEIRA, et al., 2021), na investigação dos números de hospitalizações e óbitos por COVID-19 entre brancos e negros (SIQUEIRA, BERNARDINO-COSTA, 2022), etc. E como é possível identificar, todas as minhas produções, até o momento, se deram em coautoria e orientação de pesquisadoras fulcrais para o modo que concebo ciência: Abra Afraa Lionço, Valeska Zanello, Marianna Holanda, Igo Ribeiro, Bruna Jaquetto-Pereira, Marizete Damasceno, Soraya Fleischer, Joaze Bernardino-Costa, Giovana Tempesta, Rodrigo Ramos, etc.

Isto posto, argumento que o delineamento desta pesquisa junto ao Sankofa, buscando conhecer a formação de psicólogos-psicoterapeutas⁵, para além da minha experiência, no que tange às questões raciais, assim como os resultados construídos apresentados nesta dissertação, partem do ressoar entre minha trajetória e o mundo. Assim como está circunscrita numa tradição de estudos antropológicos da ciência e da saúde em sua interface com o racismo (MALUF et al., 2020; PEREIRA, 2020) e a uma ênfase psicoterapêutica da psicologia e relações étnico-raciais (GOUVEIA; ZANELLO, 2019).

⁴ Opto por utilizar “marcadores sociais da desigualdade” ao invés de “marcadores sociais da diferença” por compreender que os pertencimentos identitários engendram hierarquias, não só diferença.

⁵ A utilização de “psicólogos-psicoterapeutas”, de forma hifenizada, é para demarcar que discuto visto discutir a atuação psicoterapêutica especificamente de psicólogos, haja vista que a atuação psicoterápica pode ser realizada por outros profissionais, como médicos, psicanalistas ou outros profissionais capacitados.

Dessa forma, elegi o Sankofa como ponto de encontro com a realidade, como um serviço e grupo de estágio fundamentado no pertencimento racial do paciente e nas experiências traumáticas criadas pelo racismo, para compreender quais são as estratégias para se formar profissionais atentos à demanda racial em psicoterapia.

Para isso, circunscrito num Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, utilizei dos métodos e técnicas clássicas desta ciência: a etnografia, conjugando observação participante, entrevistas, documentos e diário de campo. No entanto, durante minha socialização na antropologia, aprendi que etnografia não é só método, mas também teoria, ao menos para uma tradição inspirada em Mariza Peirano (2014), pois como Cintia Engel (2020) sistematiza referenciada em Peirano, etnografia é uma teoria vivida, “é a bricolagem intelectual que acontece ao se levar teorias da área para experiências de campo concretas, processo que acaba por colocar tais teorias em suspeita, possibilitando que sejam abrangidas. Gera reflexividade a partir do encontro de pesquisa, que é por si mesmo uma imersão teórica” (ENGEL, 2020, p. 21).

Sendo assim, embora tivesse um delineamento de pesquisa definido, com determinadas expectativas, um arcabouço de teorias e com objetivos gerais e específicos, no encontro com o cotidiano do Sankofa, muitas vezes, tive que refazer e construir novos caminhos. Planejava acompanhar as reuniões de supervisão semanal do Sankofa e compreender o entendimento dos docentes, que supervisionavam estágios em psicoterapia, a respeito da racialização da escuta em seus grupos, no entanto, demandas urgentes apareceram. Seja quando Cenira, supervisora do grupo e interlocutora-chave, me pediu para ficar atento para a relação com a instituição, seja quando a coordenadora da Clínica-Escola, Lucinda, discordou do aceite da comissão de pesquisa da instituição a respeito do meu projeto de pesquisa e vedou minha observação participante nas supervisões clínicas, com o apoio da nova supervisora Kelly que ingressou no Sankofa.

Encontros como esse que me trouxeram angústia e raiva, mas que entendo compor a realidade de se pesquisar junto a profissionais e agentes do Estado em estratos socialmente superiores (NADER, 2020), haja vista que as membros da instituição eram, além de psicólogas experientes e servidoras públicas, brancas, mais velhas e, provavelmente, de classe média. Angústia e raiva que se intensificaram quando percebi que o gasto de energia da coordenadora para atrapalhar a realização da pesquisa tinha a ver com a imposição de dificuldades para o funcionamento do Sankofa, isto é, havia um padrão, frequentes foram as investidas para tolher o projeto, as quais não são novidades na história do Sankofa, que passou por vivências similares em sua fundação em 2017.

Já conhecia as teorizações sobre racismo institucional, mas o vivido em campo e sob orientação de uma pessoa mais experiente, Soraya, conheci a sistematização da antropologia das instituições e das práticas de poder (TEIXEIRA; CASTILHO, 2020). A partir da qual pouco encontrei a nomeação do racismo, mas que me deram ferramentas analíticas para compreender um pouco daquelas vivências no período de escrita do Capítulo 3, no qual discuto essas questões.

Sendo assim, realizei a pesquisa de campo junto ao Sankofa entre abril e dezembro de 2023, por meio de técnicas como observação participante (entre abril e setembro) e entrevistas individuais (entre setembro e dezembro). O período de observação participante contou com pausas significativas de cerca de um mês por conta da primeira negativa ética, depois mais um mês por conta das férias universitárias, sendo encerrada com a retirada da minha autorização para acompanhar as supervisões no final de setembro.

Sinalizo que a estratégia adotada para contar a história do Sankofa se refere à cronologia de funcionamento do grupo de estágio, ou seja, início contando o surgimento em 2017 e as gerações do grupo através das entrevistas concedidas por antigos membros, até chegar em 2023 momento no qual participei observando. Sendo assim, apresento o grupo Sankofa enquanto fruto da demanda estudantil negra por cuidado racializado em saúde mental, assumida por psicólogas voluntárias, as quais, além de prestarem atendimentos psicoterapêuticos, estruturaram um grupo de estágio para formar graduandas negras do curso de psicologia com uma escuta atenta às demandas raciais. O serviço de psicoterapia e grupo de estágio passou por diferentes configurações e premissas teóricas e técnicas ou, dito de outra forma e inspirado na categorização de Annemarie Mol (2008), sob a égide de duas *lógicas de cuidado psicológico* contrastantes entre si, a *psicoterapêutica* e a *psicossocial*.

Portanto, por meio de entrevistas, observação participante e análise de documentos, caracterizo os itinerários formativos promovidos pelo Sankofa enquanto um processo de *educação da escuta* (INGOLD, 2010; BONET, 2015) das estagiárias. Na mediação de uma especialista na posição de supervisora, na promoção de conteúdos teóricos para a construção do letramento racial, no incentivo à agência das estagiárias, nos termos de uma redescoberta orientada, e no cumprimento de preceitos éticos, profissionais e formativos, no que tange à contextualização sociocultural e, portanto, racial, das intervenções utilizadas. Caracterização essa que contrasta com a noção hegemônica de ciência psicológica, como etnocêntrica e universalizante em termos ontoepistêmicos e praxiológicos, vista nos documentos que orientam a formação na universidade investigada, bem como narrado pelas interlocutoras que vivenciaram essa formação.

Para facilitar a compreensão para a leitura adiante, apresento um breve resumo dos capítulos da dissertação: no **Capítulo 1**, intitulado “*Seu rosto também é refletido no espelho, cara pálida*”: *Antropologia brasileira e seu pacto narcísico da branquitude*, inicio a dissertação com um capítulo teórico-vivencial, refletindo sobre um sentimento de inadequação sentido por mim nas primeiras atividades de campo por estar pesquisando algo próximo a mim, isto é, a formação de psicólogos e racismo, sendo negro e graduado em psicologia, como se fosse algo “anti-anropológico”. Sentimento esse de inadequação que não foi vivido somente por mim, mas identifiquei que repercutia também em colegas não-brancos, algo já discutido na literatura. A fim de compreender este incômodo, realizo uma discussão teórica sobre como a antropologia se estruturou enquanto ciência a partir do racismo e do exotismo, pressupostos esses replicados na noção hegemônica de antropologia brasileira. Com o aporte dos estudos da branquitude, argumento que o sentimento de inadequação imposto às minorias se dá de forma insidiosa e implícita pelos majoritários brancos que ocupam os cargos de docência universitária em antropologia, mesmo que de forma não-intencional, como fruto do pacto narcísico da branquitude.

Prosseguindo no **Capítulo 2**, *A (de)negação das violências raciais na formação de psicólogos-psicoterapeutas: Entre epistemologias e diretrizes, o silenciamento do contexto sociocultural*, inicio na caracterização histórica da ciência psicológica e da psicoterapia enquanto intervenção em saúde mental, bem como na criação da profissão de psicólogo no Brasil e o seu cenário atual. A partir de uma vivência em campo, na qual identifiquei que os documentos da Clínica-Escola não possuíam quesito raça/cor para identificação das pacientes, empreendi uma investigação nos documentos que orientam a formação de psicólogos-psicoterapeutas em âmbito nacional e local, materializados, respectivamente, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia (DCN), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). O que me interessava nesses documentos era verificar se havia a preconização pelo antirracismo na formação profissional, como é estabelecido pelo código de ética da profissão. O que encontrei foi a preconização por habilidades e competências profissionais que minimamente se aproximavam de um cuidado socioculturalmente sensível, mas de forma genérica. A palavra *contexto* era mobilizada frequentemente e de forma ambígua em ambos documentos, a partir disso, analiso os usos desta palavra e como esta ocupa um lugar de centralidade, em seu sentido sociocultural, para o cuidado em saúde mental, apontando como uma contribuição da antropologia.

Já no **Capítulo 3**, *Entre Lógicas de Cuidado Psicológico e as Instituições: O estágio e serviço de psicoterapia racializada Sankofa*, apresento a inserção etnográfica junto ao

Sankofa, organizo a história do serviço e grupo de estágio em gerações, as quais são: Raiz, Caule e Galhos, seguindo a metáfora de uma interlocutora. São alvos de análise as frequentes fricções com as instituições na história do Sankofa e o modo como estas delineiam o tipo de cuidado psicológico esperado. Bem como a minha inserção em campo, trazendo trechos do que foi vivido, em termos de casos atendidos em supervisão, mas principalmente discutindo como o racismo institucional aparecia no cotidiano do grupo e como foi fulcral para o seu encerramento.

E no **Capítulo 4**, intitulado *A educação contextualizada da escuta: Os itinerários formativos do Sankofa*, discuto a formação proposta pelo Sankofa a suas estagiárias, identificando um tripé que constitui o serviço, a saber: a paridade racial, o letramento racial e a supervisão mista. Essas três categorias implicam na construção de habilidades e competências profissionais, em termos de uma sensibilidade para a escuta de demandas raciais e suas intersecções na prática psicoterápica. Discuto também as influências do Sankofa para as mudanças institucionais do curso de psicologia da universidade investigada, especialmente no que se refere à contratação de uma professora especialista em relações étnico-raciais e na necessidade, iminente ética, de se racializar o currículo⁶. Demandas essas que já estão materializadas e nomeadas na nova versão das DCN do curso.

Por fim, apresento nas considerações finais algumas conclusões parciais das discussões com vistas a sistematizar informações. Especificamente indicando o caráter eurocêntrico e monoepistêmico das ciências modernas, as quais, através da noção cognitivista de aprendizagem, delineiam uma formação de psicólogos-psicoterapeutas descontextualizada socioculturalmente, e, portanto, desracializada, em termos ontológicos, epistemológicos e praxiológicos, como se fossem esferas separadas. No entanto, a imposição desta racionalidade não se dá apenas como efeito da estrutura, mas é reforçada e aplicada por instituições, as quais são constituídas por pessoas dotadas de subjetividade, agência, desejos individuais e coletivos, raça, gênero, classe, política e, portanto, de ciência.

⁶ De certa forma, é possível afirmar que a formação promovida era racializada, mas absolutamente referenciada ao grupo racial branco. Afinal, branco também é raça no Brasil.

Capítulo 1

***Seu rosto também é refletido no espelho, cara pálida:* Antropologia brasileira e seu pacto narcísico da branquitude**

Introdução

Escolho iniciar esta dissertação com este capítulo teórico como um pedido de licença a uma ciência que não é a minha de formação, mas também afirmar que este é o meu lugar, justamente por ser frequente assolado por um sentimento de inadequação quanto aos meus interesses de pesquisa sendo quem sou, isto é, um homem negro, graduado em psicologia, investigando relações raciais e a formação de psicólogos. Não me interessa em afugentar esse fantasma que, coincidentemente, também assola outros pesquisadores negros e indígenas na antropologia que pesquisam sobre o racismo e/ou junto às suas comunidades conforme apresentarei aqui.

Meu desejo com esta sistematização teórica é materializar essa manifestação fantasmagórica que é a branquitude enquanto posição discursiva, política e subjetiva estruturante do mundo científico tal como conhecemos, que embora vendida como entidade transparente, metafísica e incorpórea, é palpável, tão transparente quanto uma pedra e, sobretudo, é agenciada por pessoas. Num movimento muito similar ao que os personagens da animação *Scooby-Do* fazem em todo final de episódio: desmascarar pessoas que se vestem de fantasma para defender interesses próprios e coletivos.

Sendo assim, identifiquei um caráter repetitivo desta implícita inadequação imposta à colegas não-brancos na cotidianidade da minha formação em aproximação com a antropologia, já elaborada na literatura científica da área, bem como experimentada por mim no início do trabalho de campo desta dissertação. Lembro-me de, em meus primeiros passos no campo, compartilhar com minha orientadora os primeiros escritos do meu diário de campo e discorrer sobre um certo desconforto, receio ou culpa. Justamente por medo de não estar fazendo uma etnografia de verdade ou antropologia de segunda classe, por ser atravessado subjetivamente e identitariamente pelo campo antes mesmo de me inserir nele, bem como por desejar contribuir com a continuação do serviço etnografado.

Após a leitura do último registro no diário de campo, tenho a impressão de que terei que me disponibilizar para fortalecer o projeto, pôr a mão na massa. Justamente por ver o cansaço de Cenira, a supervisora, e por saber que posso contribuir em algumas coisas, por ser graduado em psicologia e ter habilidades logísticas. É, sobretudo, um

compromisso político (com a temática antirracista do projeto) e também enriquecedor para dissertação. Estarei sendo militante, mas não pesquisador? (Esse fantasma vem me assombrando. Vou me esforçar duas vezes mais pra provar que minha pesquisa tem qualidade por eu ser *insider*?; que fantasma é esse? os antropólogos brancos conservadores que avaliarão minha pesquisa? (Trecho retirado do diário de campo, 05 de maio de 2023).

De forma síncrona à inserção em campo, estava cursando os últimos créditos obrigatórios através de duas disciplinas, uma delas era Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia, ministrada por Soraya Fleischer, minha orientadora. E duas questões foram fundamentais no alinhavo entre a nomeação deste sentimento de inadequação e na consequente construção deste capítulo: 1) o conteúdo programático da disciplina era focado em discutir metodologia a partir da “experiência étnico-racial”, mobilizando produções de antropólogas e cientistas negras de outras áreas, o que me deu subsídios para parear minha experiência inicial em campo e sistematizar dados para a escrita deste capítulo. E 2) o fato de poder, a cada intervalo ou término de aula, dialogar com Soraya sobre esses momentos iniciais em campo, o que foi fundamental para delinear meu planejamento e minhas ações e dar os primeiros passos.

Diante disso, o presente capítulo é um esforço teórico-vivencial para discutir os atravessamentos raciais, de negros e brancos, na produção do conhecimento antropológico brasileiro, que por excelência é construído a partir de inspiração teórico-metodológica etnográfica no encontro com uma certa alteridade, que também é regido pelo tripé científico: objeto, método e análise. Primeiramente, me interessa mapear quem é esse “Outro” e esse implícito “Eu” que são, respectivamente, objeto e produtor do fazer antropológico na literatura da disciplina. Esse questionamento está alinhado ao entendimento de Denise Ferreira da Silva (2022) na ideia de “Eu transparente” e seu oposto, enquanto fundamentos da ontoepistemologia moderna.

Embora autores clássicos da antropologia brasileira neguem, inspirado em Luena Pereira (2021), aponto que essa hierarquia foi reproduzida na definição hegemônica de antropologia brasileira com os “nativos internos” a partir dos marcadores sociais da desigualdade, ou seja, reforçando os brancos na posição de produtores dos conhecimentos e elencando os negros, indígenas e quilombolas como objetos a serem estudados. Entretanto, essa hierarquia não é imposta de maneira explícita na contemporaneidade, recorro ao conceito de branquitude (SCHUCMAN, 2014) para descrever esse *modus operandi*, em especial ao Pacto Narcísico entre os brancos (BENTO, 2022), que se dá de forma insidiosa e nem sempre consciente, mas que ainda assim constitui o racismo.

Referenciado numa perspectiva decolonial (BERNARDINO-COSTA et al., 2019), tensiono as populações brancas do oeste-europeu e do Brasil enquanto grupos específicos e não universais como se entendem, e que tal posição também produz um viés analítico, embora projetem que isso só é feito por pesquisadores de grupos minoritários — discussão que ganhou força no Brasil somente após as políticas de ações afirmativas para negros, indígenas e quilombolas.

A minha hipótese analítica é a de que o pacto narcísico da branquitude tem gerado, a partir de violências insidiosas e nem sempre conscientes, impactos refratários à inserção negros e indígenas na disciplina enquanto sujeitos pesquisadores, independente de seus interesses de pesquisa. Para discutir isso, mobilizo produções de antropólogos negros e indígenas que, no encontro com a alteridade branca de antropólogos acadêmicos, identificaram práticas violentas e sempre implícitas, desde comportamentos paternalistas, condescendentes até o próprio epistemicídio.

Sendo assim, aciono produções clássicas e revisionistas da disciplina para tensionar o seu desenvolvimento enquanto empreendimento científico atravessado por políticas e subjetividades do grupo hegemônico que a forjou. Para ser mais específico, a discussão teórica está circunscrita na antropologia brasileira em fricção com as ditas antropologias centrais. Sobretudo no que tange à sua formação, replicação/ressignificação e seus impactos contemporâneos após as políticas de ações afirmativas para o ingresso de negros, indígenas e quilombolas nas universidades brasileiras, que proporciona o “Outro” tornar-se “Eu” no fazer antropológico.

Por fim, apresento potencialidades não-essencializadas da paridade racial em pesquisa, de negros e brancos, e da urgência de um compromisso ético-político da racialização do branco e de desconstrução da branquitude como meios possíveis para uma antropologia equânime, honesta e pluriépistêmica.

1.1. Uma ciência da alteridade? *Esse “outro” tem cor ou são como “nós”?*

Pensar as áreas do conhecimento como pertencentes às ciências modernas é identificar o tripé: objeto a ser apreendido, a forma de apreendê-lo e, por fim, analisá-lo. Embora essa descrição esteja mais próxima do funcionamento das ditas ciências duras, como física e biologia, as ciências humanas se espelharam nessa forma de compreensão da realidade para obterem o *status* de ciência no final do século XIX (LARAIA, 2009).

Ainda que os fenômenos estudados sejam radicalmente diferentes, há a importação de alguns ideais para as ciências humanas e da saúde, como objetividade, racionalidade

mecânica, além de um caráter generalizante (CAMARGO, 2005). No caso da antropologia, uma ciência da diversidade cultural/alteridade, se deu logo em seus primeiros passos, como na tentativa de Herbert Spencer generalizar a teoria naturalista, para a compreensão dos fenômenos humanos, sobretudo nas sociedades categorizadas como “primitivas” à época, dando bases para uma antropologia evolucionista, marcada pelo determinismo biológico e pela hierarquização de culturas (TEMPESTA et al., 2019).

Ainda que a premissa analítica de hierarquia entre culturas humanas tenha perdido força para uma visão equânime das culturas (BOAS, 2004), que ainda se mantém como um princípio, outras questões clássicas do fazer antropológico seguem em voga, como a etnografia/trabalho de campo como forma, por excelência, de apreensão da realidade/coleta de dados, institucionalizada por Bronislaw Malinowski ([1922] 2018). Evidentemente, alguns elementos metodológicos da etnografia foram tensionados nos últimos 40 anos, sobretudo em sua dimensão presunçosa de traduzir as realidades estudadas de forma imparcial, bem como na escrita, em termos de uma autoridade monológica (CLIFFORD, 2016). Ou na replicação de categorias estáticas e reducionistas de forma acrítica (MAFEJE, 1971).

Já nos últimos 30 anos, outro tensionamento crítico nas antropologias centrais⁷ (OLIVEIRA, 1999) é a respeito da identidade de quem realiza a produção do conhecimento. As primeiras indagações vieram por via dos estudos feministas que denunciaram a existência de distorções etnográficas por conta dos vieses masculinizantes dos majoritários antropólogos homens, que de modo geral privilegiavam a escolha de informantes também homens nas sociedades estudadas (STRATHERN, 2014). Há, também, na antropologia brasileira contemporânea, esse tensionamento, sobretudo imbricado no pertencimento racial e étnico (PINHO, 2019; CRUZ [TUXÁ]; 2023), do qual tratarei mais adiante.

Ademais, na história da antropologia, é possível identificar um padrão de marcadores identitários nas pessoas que foram objeto de estudo, como também naqueles que “produziram” o conhecimento, como cultura/raça e gênero — o que tem relação com a estruturação do sistema mundo moderno-colonial, conforme aponta uma perspectiva decolonial (GROSFOGUEL, 2016). Nesse sentido, coincidentemente ou não, os grandes centros de produção antropológica clássica são aqueles que lucraram com as invasões coloniais, como a Inglaterra, e que o campo de estudos se deu justamente nas colônias dessas grandes metrópoles, a saber o atual Sudão, onde Evans Pritchard (1951) pesquisou os Nuer, e na Papua-Nova-Guiné onde Malinowski (1922) se refugiou no contexto da Primeira Guerra

⁷ Aquelas produzidas no Norte-Global, em especial no oeste da Europa e nos Estados Unidos.

Mundial. E, novamente, coincidentemente, há uma estratificação racial/étnica entre os indivíduos das metrópoles e das colônias.

Essa dinâmica dualista entre “nós” e “outros”, “humanos” e “primitivos”, “sujeito” e “objeto”, estão, para Lévi-Strauss ([1958] 2008), na base dos sistemas simbólicos, a partir dos quais o pensamento humano se daria baseado na categorização do mundo e das coisas em dualidades, que não se complementam, mas se hierarquizam. Achille Mbembe (2018), identifica que esse esquema dual exemplifica o padrão de funcionamento do pensamento oeste-europeu no contexto colonial, em que a dualidade implicava, obrigatoriamente, a desvalorização e até a destruição do oposto ao ideal. Em especial, como aponta Nego Bispo (2015), isso pôde ser visto no embate entre a cosmovisão monoteísta dos europeus e as cosmovisões politeístas dos povos afropindorâmicos, as quais não eram vistas apenas como diferentes, mas como inferiores e inaceitáveis, sendo imposto, então, a sua demonização e epistemicídio.

Nesse sentido, ainda apoiado nas teorizações do pesquisador quilombola de Saco-Curtume, Nego Bispo (2015), quero apontar a estreita relação dos processos históricos coloniais com as dinâmicas atuais do fazer científico, em especial da antropologia, sobretudo na reificação de um discurso implícito e essencializante das posições de quem produz o conhecimento e de quem o é extraído, a saber brancos e as populações afropindorâmicas, respectivamente.

Ainda nesse afã, recupero um importante artigo da antropóloga negra Luena Pereira (2021) para discutir as dinâmicas de funcionamento da antropologia brasileira em diálogo com a antropóloga branca Mariza Peirano, que dedicou muitas obras à análise do fazer antropológico brasileiro. Para Peirano (1999), a antropologia brasileira se diferenciaria das antropologias centrais justamente por não operar a partir do exotismo, uma vez que a antropologia brasileira teria como objeto os estudos do contexto brasileiro, ou seja, uma antropologia do Brasil.⁸

A autora recorre ao conceito de “alteridade mínima” para caracterizar a antropologia brasileira, mas que segundo Pereira, essa tentativa mascara uma hierarquização fundante do Brasil:

Ao relativizar a noção de alteridade da antropologia brasileira por meio da categorização de diferentes “nativos” internos, Peirano define, embora não explicitamente, o lugar do antropólogo brasileiro enquanto um não índio, um não

⁸ No entanto, como nos lembra Darcy Ribeiro (1975), a produção científica não está alheia ao funcionamento do sistema político-econômico global e, dessa forma, o caráter dependente e subserviente também é visto nas particularidades das ciências. Algo a ser discutido por Luena Pereira (2021) logo em seguida.

negro, um não camponês. Esse lugar aparece através de um “nós” absolutamente naturalizado (PEREIRA, 2019, p. 8).

Para Denise Ferreira da Silva (2022), essa naturalização de um “nós” implícito é fundante na construção ontoepistemológica da modernidade, dessa forma, visto também por Luena Pereira (2019) no fazer antropológico brasileiro. Ademais, enxergo esse funcionamento como uma expressão sintomática das dinâmicas raciais do Brasil, em especial daqueles que foram sistematicamente privilegiados à base da subalternização de outros, constituindo a branquitude. De acordo com Lia Vainer Schucman:

Branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos considerados e classificados como brancos foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade (SCHUCMAN, 2014, p. 136).

Posição na qual replica a relação colono e colonizado em menor escala, proporciona uma autopercepção universalista, de referência humana normal em contraste com o outro que é diverso, ainda que de forma não intencional (FANON, 2020; SCHUCMAN, 2014). Dessa forma, Cida Bento (2022) compreende que tais valorações são escamoteadas no discurso histórico do Brasil, em que muito é dito sobre a herança escravocrata maléfica aos negros, mas raramente se fala sobre os efeitos benéficos para os brancos. Dinâmica característica da neurose cultural brasileira, nos termos de Lélia Gonzalez (1988).

Realidade essa de silenciamento que também afeta o fazer científico, inclusive na antropologia, em que são visíveis as (de)negações do pertencimento racial no trabalho etnográfico de Rosana Castro (2022), em que a literatura prévia nos estudos etnográficos em contexto médico-hospitalar indicava que as pesquisadoras costumavam ser confundidas como médicas por estarem usando jaleco. Entretanto, isso foi algo que não aconteceu com Rosana, mesmo usando jaleco, uma mulher preta. Essas pesquisas prévias não indicaram o pertencimento racial das pesquisadoras brancas, assumindo a ideia de que há um perfil naturalizado de pesquisadoras, em que a diversidade racial sequer foi elencada enquanto dado de pesquisa, pois o normal é serem brancas e não sofrerem racismo. O que também pôde ser visto no trabalho de campo realizado por Gilson Rodrigues (2019) no sertão pernambucano, no qual os sujeitos em campo não esconderam sua estranheza quando o autor revelou ser professor e doutorando. Uma expressão das interseccionalidades no racismo, pois de forma específica, os estereótipos racistas aprisionam o corpo negro masculino, idealmente, aos trabalhos braçais.

No Brasil, é comum que pessoas brancas não sejam interpeladas em sua identidade racial branca, pois como já apontou a psicóloga negra Cida Bento (2022), existe um Pacto Narcísico entre os brancos, conscientes ou não, de negarem a existência de desigualdades raciais, uma vez que falar sobre racismo e pertencimento racial branco é, inevitavelmente, reconhecer os lucros sistematicamente construídos à base da desumanização de negros, indígenas e quilombolas. Ainda conforme a autora, o pacto se configura como uma herança inscrita na subjetividade do coletivo e:

É uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha (BENTO, 2022, p. 25).

E quando brancos são interpelados em sua identidade racial, alguns reagem de forma evitativa, na defensiva; e com razão, pois seu maior objeto de valor é exposto, aquele que garantiu caminhos privilegiados de subjetivação e de matriz material. Nesse sentido, essa hierarquia promove aos brancos a valorização dos traços físicos e estéticos, sendo associados, de forma essencialista, como sujeitos com boas capacidades morais e intelectuais. E, além disso, possuem o monopólio econômico, tão centrais na realidade capitalista, construído por conta da expropriação.

Esta valorização se dá diametralmente através da desumanização de outros, pois como aponta Sueli Carneiro (2005), nos territórios atravessados pela branquitude, a construção do branco enquanto Ser (sujeito) acontece sobre a caracterização do negro como Não-Ser. Ainda segundo a autora, a cor de pele é o fator de identificação nessa dualidade hierarquizada, selecionando aquele que é normal e representa a civilização ou aquele Outro que representa a barbárie.

Em relação à discussão da branquitude enquanto poder exercido e não falado nas relações interpessoais, esse princípio pode ser visto também ao nível sociológico, como na posição do Estado brasileiro no tratamento das dinâmicas de raça e racismo, operando, em alguns períodos, com um viés antirracista racista, ou seja, de negação da importância do pertencimento racial ao passo em que se mantém os ideais de hierarquização entre as raças. Tal viés não acabou com as desigualdades raciais e sociais, apenas as intensificou contra os negros e indígenas (Bernardino-Costa, 2022). Isto é, o racismo no Brasil é um crime perfeito, pois não há culpados, conforme sistematiza Kabengele Munanga (2010).

Diante disso, aponto que negar a importância da raça, de negros e brancos, é atuar no recrudescimento do racismo, sobretudo no Brasil em que a noção de raça foi fundante na

invenção e construção da nação, que se deu através do tráfico e escravização de africanos da África Ocidental. Além de que o Brasil é composto por maioria negra e que estes ocupam, majoritariamente, as posições de pobreza, desemprego e subalternidade, em contraste com os brancos, embora minoria estatística, apoderaram-se dos espaços de poder e compõem as elites políticas e econômicas (BENTO, 2022).

Posto isso, retomo os argumentos de Luena Pereira (2019, p. 8) em diálogo com Mariza Peirano (1999) sobre a relação “nós” e “outros” na produção antropológica brasileira:

Então se a antropologia é feita por um “nós” que estuda o “outro” brasileiro, qual seria o lugar dos brasileiros negros, indígenas e camponeses que eventualmente se tornam pesquisadores e estudam universos nos quais eles próprios têm proximidade ou pertencimento? Ou, dito de um outro modo, em que nível epistêmico se situa a chamada “alteridade” que torna possível ser feita a antropologia no e do Brasil? Dito de forma mais provocativa, “Nós quem, cara pálida?” (PEREIRA, 2019, p. 8).

Portanto, o fazer antropológico brasileiro está imbricado nas relações hierarquizadas de raça, classe, território e, sobretudo, etnia. Embora falte um estudo sistemático do perfil de antropólogos brasileiros, os brancos da elite ou classe média, produzem antropologia no Brasil, principalmente na posição de docência em que 79% dos docentes dos programas de pós-graduação em antropologia do Brasil autodeclararam-se brancos (CANDIDO et al., 2018).

A tempo, relembro os apontamentos de Guilherme Fagundes (2023) durante a Cerimônia de Outorga do Título de Professor Emérito a Kabengele Munanga pela Universidade de São Paulo em 2023, ao afirmar que Munanga foi o único docente negro durante quase 40 anos no Departamento de Antropologia da referida universidade. O que, para o autor, diz sobre o dilema da excepcionalidade de docentes negros nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia no Brasil, sendo os primeiros e únicos. Dessa forma, a alteridade interna da antropologia brasileira se dá entre os tais “nós, antropólogos brancos” e seus outros, negros, índios, pobres e camponeses. Pois, afinal, somos “os outros” da nação (PEREIRA, 2019, p. 9).

1.2. “Pode o subalterno falar?” “O lixo vai falar, e numa boa”

Conforme já pontuado, as antropologias centrais passaram por algumas ressignificações em relação aos pressupostos metodológicos e analíticos no último século. Mas foi a partir dos anos 80, de forma mais sistemática no grande centro Estados Unidos, passou-se a tensionar as relações de poder que atravessam o fazer antropológico — uma articulação nomeada de giro pós-moderno. Como pano de fundo, havia um grande

movimento nas ciências humanas centrais para discussão das dinâmicas de poder e dominação.

Diante desse contexto, autores como James Clifford e George Marcus (2016) trabalharam na crítica a autores clássicos em termos de uma autoridade etnográfica, em que suas descrições etnográficas traduziriam de forma soberana e univocal realidades culturais tão complexas. Bem como primavam por uma fantasiosa neutralidade.

Nesse sentido, Clifford e Marcus (2016), fazem um convite para os antropólogos, inspirados pelas teorias literárias, a se reconhecerem enquanto cientistas que constroem verdades parciais, em uma relação dialógica com as culturas e que implicam, inevitavelmente, análises subjetivas — influenciadas, inclusive, pelos atravessamentos de identidade. Um exemplo disso, embora externo a esse giro pós-moderno estadunidense, é trazido pelo antropólogo sul-africano Archie Mafeje (1971) a respeito do que ele chamou de projeção da “ideologia do tribalismo” realizada por etnólogos sobre sociedades africanas. Para o autor, não se trata de evidenciar ou não a existência do que se chamou de “tribos” enquanto modo de organização social, mas do bojo acoplado a essa categoria, que é recheado de preconceções hierarquizantes frutos da projeção subjetiva dos pesquisadores ocidentais.

Como proposta de ressignificação analítico-metodológica, no giro pós-moderno, porém, pouco se questionou a relação sujeito-objeto, segundo José Jorge Carvalho (2001). Ainda segundo o autor, foi a partir dos pensadores pós-coloniais que se sistematizou a tentativa de desconstrução da hierarquia na produção do conhecimento e, dessa forma, “deslocando o lócus de enunciação” (p. 119) e questionando se o objeto pode virar sujeito e representar a si próprio (SPIVAK, 2010).

A indiana Gayatri Spivak é uma das grandes referências da perspectiva pós-colonial, com sua famosa publicação “Pode o subalterno falar?” (2010) em que trata da exclusão de determinados grupos sociais pelo colonialismo, realidade compartilhada por vários territórios do Sul-Global — mas com diferenças marcantes entre si. O questionamento proposto não é sobre a capacidade de vocalizar, mas sobre a impossibilidade de demandar, existir e denunciar a partir de seus próprios termos e repertórios, ou seja, sem a tutela ou representação. Nesse sentido, a própria conclui que o subalterno não pode falar, não por incapacidade, mas pelos mecanismos violentos, desde o silenciamento ao aprisionamento representativo.

Nesse contexto, há o esboço de uma subversão da relação naturalizada entre sujeito-objeto na produção científica. Uma vez que nessa empreitada, alguns indianos, subalternizados pelo colonialismo, produzem conhecimento e crítica a partir da análise do

funcionamento do colonialismo, sobretudo inglês, e seus impactos para subjetividades e geopolítica contemporânea⁹. Embora tais teóricos não sejam antropólogos de formação, a perspectiva pós-colonial contribuiu para análises críticas das violências sociais de modo transdisciplinar, bem como deu bases para a perspectiva latino-americana decolonial, muito influente no cenário das Ciências Sociais na América Latina.

Também como perspectiva transdisciplinar, a decolonialidade impulsiona a antropologia brasileira na crítica ao eurocentrismo, mas o faz de forma contextualizada, haja vista que os processos de colonização na América do Sul se deram de forma diferenciada em relação aos territórios da Ásia e África, tidos como enfoque das teorias pós-coloniais (GROSGOUEL, 2016). A principal contribuição da perspectiva decolonial é do reconhecimento de que as categorias de “raça” e “sexo” foram estruturantes na constituição da colonização ibérica, da modernidade e do capitalismo (SEGATO, 2018).

E, de forma pioneira, tivemos na antropologia brasileira, Lélia Gonzalez, que antes da sistematização decolonial, já apontava a centralidade do racismo e sexismo para formação do Brasil, mas sobretudo na junção dessas duas opressões na vida de mulheres negras — esboçando uma ferramenta analítica interseccional, tão basilar na pesquisa social contemporânea (GONZALEZ, 1984; COLLINS; BILGE, 2021). A referida autora escrevia a partir do seu próprio repertório articulado com a norma culta, desafiando o padrão acadêmico, a partir do pretuguês¹⁰ (GONZALEZ, 1988), como bem prezava Spivak para que o subalterno pudesse falar.

Em especial, me interessa apontar mais uma de suas contribuições originais para o campo das ciências sociais brasileiras: O tensionamento do pertencimento racial de quem faz pesquisa. Em “Racismo e Sexismo na cultura brasileira” de 1984, Lélia Gonzalez diagnosticou que os estudos sobre relações raciais se davam sobre o problema do negro a partir de leituras de pesquisadores brancos — o que, de modo geral e historicamente, se mostrou como reforçador das hierarquias através de estratégias mais sofisticadas, pois, se antes os negros eram tidos como naturalmente inferiores por questões genéticas, a teoria social contribuiu para negação da existência de desigualdades raciais.

Dessa forma, Lélia afirma que já se foi muito falado sobre os negros como objeto, a partir de representações infantilizadas, e sinaliza que o lugar que nos situamos (na pirâmide

⁹ Entretanto, essa produção foi realizada sobretudo por sujeitos que tinham dupla nacionalidade indiana e inglesa, sujeitos com identidades limiares ou “hifenizados”, como afirma o indo-inglês Homi Bhabha (2010). Por conta disso, suas teorizações dizem sobre uma experiência deveras específica que, inclusive, é criticada por uma literatura dalit.

¹⁰ “Marca da africanização do português falado no Brasil [...] o caráter tonal e rítmico das línguas africanas” (GONZALEZ, 1988, p. 70) assumido como instrumento de resistência cultural.

social/racial) interfere, de forma significativa, nossas interpretações das relações raciais e de gênero. Sendo imprescindível, portanto, a escuta daqueles que estão na “lata de lixo” da sociedade brasileira. E finaliza “exatamente porque temos sido falados que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 1984, p. 225).

A temática dos efeitos da raça/cor da pessoa pesquisadora no Brasil é um tema muito recente, embora autores negros já tenham esboçado essa questão, como Alberto Guerreiro Ramos¹¹ e a própria Lélia Gonzalez nos anos 1980. Conforme a revisão bibliográfica realizada por mim em coautoria com Bruna Jaqueto Pereira (2022), identificamos que essa discussão só foi retomada por Cida Bento e Iray Carone em “Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil” publicado em 2002. Após um hiato de 10 anos, outra obra sobre a temática foi publicada por Lia Vainer Schucman em co-autoria com Eliane Costa e Lourenço Cardoso, com um viés interdisciplinar, mas com a psicologia Social como referência da primeira autora.

Entretanto, de forma muito interessante, as publicações sobre essa temática aumentaram significativamente com sete publicações de 2014 até 2019, ano em que a revisão bibliográfica foi realizada. Outro ponto fundamental é que quatro das sete são do campo da antropologia (PEREIRA; SIQUEIRA), como visto na Tabela 1, a seguir. Essas produções atentam-se para os atravessamentos diferenciais no campo etnográfico a depender do pertencimento racial (Oliveira, 2018; Santiago, 2019; Domingues, 2019) e também as potencialidades de pesquisadores negros e indígenas enquanto *insiders* no campo (Araujo, 2018).

Tabela 1. Revisão de Literatura

Autores/as	Título	Ano
BENTO, Maria Aparecida.	Branquitude e branqueamento no Brasil	2002
PIZA, Edith.	Porta de vidro: entrada para a branquitude.	2002
SCHUCMAN, Lia V.; COSTA, Eliane S.; CARDOSO, Lourenço.	Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial	2012

¹¹“Alberto Guerreiro Ramos (1995) questionou a produção socioantropológica brasileira sobre as relações raciais ao defender a existência de “imprecisões” (p. 236) no trabalho realizado por pesquisadores e pesquisadoras brancas, as quais seriam motivadas – ou, ao menos, potencializadas – pela “idealização da brancura” (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 236 *apud* PEREIRA; SIQUEIRA, p. 312).

CARDOSO, Lourenço.	O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil	2014
OLIVEIRA, Josiane Silva	As influências raciais na construção do campo etnográfico: um estudo multissituado no contexto Brasil-Canadá	2018
ARAÚJO, Patrício Carneiro	Desafios da Antropologia contemporânea: elementos para se pensar o antropólogo <i>insider</i> no campo da Antropologia das populações afro-brasileiras	2018
CAMPOS, Daniel de Souza	Trajatória, experiência e corpo negro em cena: reflexões e apontamentos de um pesquisador iniciante	2019
DOMINGUES, Bruno R. C.	Negro na universidade, branco no trabalho de campo: reflexões sobre representação e desigualdade racial na academia	2019
MEDEIROS, Jonas	Conhecimento situado, gênero e raça: uma experiência de campo na Zona Leste de São Paulo	2019
SANTIAGO, Flávio	Branquitude e creche: inquietações de um pesquisador branco	2019

Fonte: PEREIRA; SIQUEIRA (2022). Elaboração dos autores.

Tenho como hipótese de que o aumento dessas produções se deu por conta das políticas de ações afirmativas com a lei n.º12.711/2012, promovendo maior inserção e permanência de negros, indígenas e quilombolas na universidade, trazendo olhares para temáticas negligenciadas pelos brancos, mas fulcrais para a realidade brasileira. Assim sendo, esses sujeitos que, na história do Brasil, foram/são excluídos dos espaços acadêmicos ou só eram aceitos como objetos de estudo, têm contribuído para o enriquecimento epistêmico, social e político das ciências e das universidades (BORGES; BERNARDINO-COSTA, 2022).

1.3. Das posicionalidades, *Seu rosto também é refletido no espelho, cara pálida.*

No caso da antropologia contemporânea, a discussão sobre o pertencimento racial, étnico e de gênero do pesquisador tem sido denominado como posicionalidade (ABU-LUGHOD, 2018). Essa proposta foi primeiramente realizada pelas antropólogas feministas em relação ao viés masculinizante dos trabalhos etnográficos, tanto em relação aos majoritários homens antropólogos, como também na eleição majoritária de homens como interlocutores (STRATHERN, 2014).

A ideia central da posicionalidade é apontar que “toda visão é uma visão de algum lugar e que todo ato de fala é uma fala de algum lugar” (ABU-LUGHOD, 2018, p. 197). Justamente para apontar uma crítica aos antropólogos ocidentais, brancos e homens que juram analisar a realidade sob um prisma neutro, objetivo e sem viés de identidade, ao passo que imputam o oposto aos seus “opostos”, ou seja, que mulheres, negros, indígenas e quilombolas interpretam a realidade com uma lente enviesada pelo seu pertencimento identitário, subjetiva e, portanto, não-científica.

Embora a discussão sobre a posição de quem realiza pesquisa tenha vindo dos estudos feministas estadunidenses, no Brasil essa crítica tem sido incorporada, de forma mais sistemática, por pesquisadores das relações raciais e étnicas - com marcada intersecção de gênero. Me parece interessante, novamente, que somente após a implementação de políticas de ações afirmativas para negros e indígenas ingressarem na universidade que esse e outros tensionamentos, que parecem óbvios, passaram a ser tema na antropologia — ainda que sob forte resistência. Isso é um indício preocupante, haja vista que são os brancos que ocupam posições de poder institucional no Brasil e essa indiferença racial imputa no recrudescimento do racismo por embaçar a atenção e intervenções contra as desigualdades sociais, que tem profunda raiz no racismo.

Segundo Patrícia Hill Collins (2016), o ingresso de sujeitos marginalizados, em especial mulheres negras, no ambiente acadêmico é crucial para a Teoria Social, justamente por proporem outros pontos de vista/vivência e, assim, enriquecem e complexificam a leitura da realidade social. De forma complementar, José Jorge Carvalho (2019) mostra a importância de também valorizar saberes plurais na Universidade, sobretudo daqueles localizados no Brasil, como os de povos e comunidades tradicionais.

Em específico na antropologia brasileira, tem se discutido a inserção de indígenas na produção antropológica — os quais, tradicionalmente, foram colocados como objeto clássico de estudo na antropologia local. A etnóloga branca Alcida Ramos (2023), em recente publicação, defende uma maior inserção de indígenas brasileiros na antropologia para sua urgente renovação, apontando que estes podem trazer novas problemáticas empíricas, analíticas e metodológicas, como também “provocarem no *establishment* acadêmico novas atitudes, olhares desarmados e disposição para a construção do que tenho chamado de antropologia ecumênica — aquela que se faz com a heterogenia de fundamentos epistemológicos” (RAMOS, 2023, p. 12).

Ainda que esse posicionamento não reflita totalmente a percepção dos antropólogos brancos, ao menos não publicamente ou, na prática, a responsabilidade por “renovar”,

“construir” ou “provocar” também não é um posicionamento que reflete totalmente o interesse de indígenas antropólogos, há diversidade de perspectivas (CRUZ [TUXÁ], 2017). Ademais, Gersem Luciano Baniwa (2023a), afirma que o enriquecimento epistêmico e político não se dá apenas por conta do ingresso de indígenas na antropologia, mas sobretudo pela mobilização autônoma dos povos indígenas que se recusam a seguir como meros objetos exóticos, demandando a posição de sujeitos comunitários na produção científica; afinal, para eles, é um empreendimento coletivo e não individual.

Luciano [Baniwa] (2023a), complementa que ainda é possível perceber uma inércia, consciente ou não, por grande parte dos antropólogos brancos para mudança efetiva na antropologia, muitas vezes se colocando como agentes passivos nesse processo e, dessa forma, responsabilizando os indígenas por esse letramento — algo bastante similar nas discussões sobre relações raciais. Um exemplo trazido por Gersem é a notada “indisposição de realizar tarefas indigestas de revisão teórico-metodológica das bases epistêmicas, políticas, culturais e civilizatórias que fundamentam e sustentam a disciplina como ciência eurocêntrica, desde sua criação” (LUCIANO [BANIWA], 2023a, p. 50).

Nesse sentido, indígenas antropólogos têm mobilizado a antropologia como ferramenta para estudar o mundo dos brancos (LUCIANO [BANIWA], 2015) ou a branquitude brasileira, no caso de pesquisadores negros da psicologia Social (BENTO, 2002), com forte influência dos pensadores pós-coloniais e decoloniais, como já apontado acima. De modo mais amplo, essas perspectivas contribuíram para colocar os europeus não mais como universais, mas enquanto provincianos e específicos — “seu rosto também é refletido no espelho, cara pálida” —, e dessa forma possibilitando a leitura de sua organização social, cosmovisão e *modus operandi*.

Sendo assim, foi possível identificar a centralidade da cosmovisão monoteísta judaico-cristão (SANTOS, 2015), que sustenta uma visão dualista-hierárquica do mundo e um narcisismo universalista, com marcado condicionamento comportamental através da punição, bem como autonomia e soberania no pensamento de forma onipresente — uma replicação do Olho de Deus, como assinala Donna Haraway (2013). Por fim, destaco a forte presença do mecanismo psíquico da negação¹² e da projeção¹³, que se escancarou no colonialismo através da criação de estereótipos e preconceitos sobre os colonizados negros

¹² Mecanismo de defesa do inconsciente no qual a pessoa não é capaz de aceitar a realidade de um fato ocorrido. É como se os pensamentos estressantes, ou que causam desconforto, fossem “retirados” da memória.

¹³ Mecanismo de defesa do inconsciente no qual conteúdos inaceitáveis de um sujeito são imputados aos outros, uma vez que o sujeito não aguentaria ver em si tais conteúdos, pois causaria desorganizações.

(FANON, 2020) e aprisionamento representativo e falacioso da parte oriental do planeta, a partir de um Orientalismo como afirma Edward Said (2020).

Na contemporaneidade, é possível identificar essas atitudes e comportamentos sendo replicadas e atualizadas pelos brancos brasileiros. Para o já citado pacto narcísico da branquitude, Lia Schucman (2014) o complexifica ao entrevistar brancos paulistas em sua tese, em que descreve que os brancos reconhecem a existência do racismo, mas não se reconhecem como propagadores, afirmam que os outros que o fazem, e, dessa forma, se eximem da responsabilidade desconstruir o racismo, ou seja, “reconhecer privilégios é diferente de abrir mão deles” (SCHUCMAN 2014, p. 76). A autora destaca também uma dissonância cognitiva mobilizada por um medo não elaborado, ou seja, embora haja uma percepção declarada que todos os humanos são iguais e devem acessar os mesmos espaços, há ao mesmo tempo, comportamentos, conscientes ou não, contrários a políticas que de fato farão essa igualdade se materializar. Existe uma espécie de dissimulação, já identificada, por exemplo, no caso da implementação das políticas de ações afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, como uma política da má vontade (GOLDMAN; BANAGGIA, 2017).

Em relação à análise do mundo dos brancos por indígenas, Gersem Luciano Baniwa (2023b) enxerga uma dificuldade de se saber as reais intenções da comunicação dos brancos, pois é possível que se odeie uma pessoa no privado e fale coisas afetuosas em público, algo muito diferente do vivido entre os Baniwa, por exemplo, em que tal prática inclusive pode significar a morte. E no contexto universitário, Felipe Cruz Tuxá (2017), traz um tipo de violência insidiosa por parte de antropólogos brancos, uma espécie de condescendência nas relações:

Um movimento no qual nós, indígenas, somos inseridos e situados num imaginário que nos é previamente destinado. Esse lugar previsto é o de fornecedores de matéria-prima intelectual ou de validadores teóricos. É condescendente porque nós não precisamos, realmente, ser capazes; o que é “valorizado” é o nosso conhecimento e existência de toda uma vida enquanto indígenas. (...) Passa-se, assim, a falsa impressão de tolerância e de abertura, mas, como tudo que está previamente delineado, as potencialidades que possam vir desse lugar de enunciação precisam se conformar a um imaginário empobrecedor das realidades indígenas (CRUZ [TUXÁ], 2017, p. 103-104).

Essa empreitada tem possibilitado a nomeação de certas violências simbólicas impostas pela branquitude e conseqüentemente do racismo. Enxergo essa agenda de pesquisa como estratégia preventiva tanto ao nível jurídico para tipificação e denúncias das nuances do racismo, mas sobretudo para a saúde mental de sujeitos alvo, uma vez que a nomeação de

violências possibilita a desresponsabilização da vítima e facilitam um cuidado em rede, já que se trata de uma violência sistemática.

1.4. Os quase antropólogos/ quase da família

Nos últimos anos, a antropologia brasileira tem sido remodelada, ainda que sob forte força política dos brancos, mas com importante acréscimo daqueles que antes eram objeto de pesquisa: negros, quilombolas (PINHO, 2019) e sobretudo indígenas (RAMOS, 2023). Essa recente inserção tem sido marcada por uma complexificação analítica e metodológica da etnografia e da própria antropologia, apontando para potencialidades e limitações no fazer científico contemporâneo. Evidentemente, essa remodelagem não se dá livre de obstáculos, porque também mobiliza privilégios.

Alguns pesquisadores desses grupos minoritários têm elaborado alguns apontamentos sobre os tratamentos diferenciados que têm recebido nos ambientes universitários e com uma certa similaridade entre os relatos. Para além do sentimento de não pertencimento, há a percepção de que não são levados a sério de verdade, como a partir das acusações de que não produzem ciência e sim militância, de que não fazem trabalho etnográfico de verdade, mas autoetnográfico¹⁴ (DAMÁSIO, 2022), até de que são perigosos para a disciplina (CRUZ [TUXÁ], 2017). Nesse sentido, são lidos como quase antropólogos ou quase da família (DIAS, 2019).

Embora esses relatos sejam recentes, me parece sintomático esse tratamento diferenciado, uma vez que na história da disciplina algumas figuras importantes foram apagadas e só tiveram reconhecimento muito recentemente, com a retomada realizada por pesquisadores negros. Vinícius Venâncio e Juliana Silva (2021) apontam que a supremacia branca na antropologia tem, meticulosamente, apagado as contribuições de pesquisadores negros e não-brancos de modo geral, contribuindo para uma falaciosa história única da disciplina.

Messias Basques (2019) elencou algumas grandes figuras que trouxeram contribuições inovadoras e interdisciplinares para antropologia, mas sequer são citados nos currículos, tais como antropólogo haitiano Joseph-Anténor Firmin, que publicou em 1885 “A igualdade entre as raças humanas” uma obra que promovia uma crítica às teorias racialistas do século XIX, antes de Franz Boas tecer críticas similares. O autor cita também a

¹⁴ E aqui há uma hierarquização bem definida, alguns nem consideram autoetnografia como método ou ferramenta analítica na Antropologia.

estadunidense Zora Hurston, ex-orientanda do citado Franz Boas, que realizou pesquisas em comunidades negras estadunidenses e na região do Caribe e que apresentava, na década de 1930, críticas similares e possíveis soluções ao que os pós-modernos tensionam nos anos 80, como uma escrita em “processo de correspondência, de polifonia e autoconhecimento, para além da convencional (o)posição Nós x Eles” (BASQUES, 2019, p. 103).

No cenário da antropologia brasileira, Basques (2019) faz referência também às contribuições de Édison Carneiro enquanto etnólogo comprometido com os estudos sobre a cultura afro-brasileira. Adiciono a esse levantamento a brasileira Lélia Gonzalez que, como já apontei acima, antecipou a sistematização decolonial a respeito do aspecto fulcral da raça para organização do sistema-mundo colonial e sobretudo por pincelar as bases para uma ferramenta analítica interseccional. Ademais, a figura de Kabengele Munanga é lembrada, não como mais um apagamento, mas novamente na lógica da excepcionalidade da presença de antropólogos negros (BASQUES, 2022).

Esse apagamento histórico tem consequências contemporâneas, seja por impedir o enriquecimento da antropologia em termos pluriepistêmicos ou por, de forma sistemática, praticar epistemicídio de determinadas populações para manter a relação hierárquica de brancos como sujeitos que produzem conhecimento e negros, indígenas e quilombolas como o objeto de estudo.

Segundo Gersem Luciano [Baniwa] (2023b), essa dinâmica estabelecida é internalizada por jovens pesquisadores indígenas, que são “naturalmente” colocados para pesquisar povos indígenas, justamente por não haver abertura para pesquisarem outras temáticas. Algo muito similar ao que Pereira (2020) argumenta sobre um aprisionamento imposto aos pesquisadores negros na academia, em que se presume que eles pesquisarão “raça”, pois seria a única possibilidade de contribuição:

[...] Quando este corpo investigador não toma seu próprio grupo por objeto, algo parece não fazer muito sentido, posto que aos “outros” caberia apenas falar a partir de si próprio, já que não há centramento possível, ou seja, parece não ser adequado para o subalterno ou primitivo falar de outro que não seja de si próprio, pelo olhar naturalizado da sua própria realidade imediata. Afinal, só o olhar universal teria a capacidade de representar, seja a si, seja ao outro (PEREIRA, 2020, p. 9).

Dessa forma, a autora complementa que é um jogo perdido, já que é interdita a possibilidade de se pesquisar no encontro com uma alteridade, mas se o pesquisador subalternizado, de fato, se debruçar sobre sua própria comunidade estará fazendo uma antropologia de segunda classe ou militância. Ou como aconteceu com Ana Clara Damásio

(2022) que, mesmo evidenciando que sua pesquisa com parentes-interlocutoras se tratava de um trabalho etnográfico, foi frequentemente inscrita no campo da autoetnografia pelos pareceristas em suas submissões. A autora lembra que uma das grandes referências da antropologia urbana, Gilberto Velho, realizou etnografias em seu próprio condomínio, da sua varanda e junto a suas empregadas domésticas, mas nunca teve seu trabalho qualificado como autoetnografia, muito pelo contrário. Nesse sentido, Damásio (2022) reforça que essa prática é uma violência, uma vez que, sutilmente, delega o lugar de determinados sujeitos na produção antropológica — uma quase antropologia.

Para compreender essas dinâmicas de poder, a antropóloga Luciana Dias (2019) mobiliza uma corriqueira adjetivação realizada por padrões brancos a suas negras empregadas domésticas, o famoso “você é quase da família”, cujo objetivo é declarar a expressão de afeto. Entretanto, Lélia Gonzalez (1984) nos lembra muito bem que, em aproximação com a psicanálise lacaniana, a linguagem é o principal meio de expressão do inconsciente, sobretudo através daquelas palavras que aparentemente fogem da lógica consciente ou que expressam um afeto que nem o sujeito se dá conta que possui. Sendo assim, ser categorizada como “quase da família” expõe uma ambiguidade sutil, em que, ao mesmo tempo que um afeto positivo de aceitação é direcionado, ele não é completo, uma vez que essa afirmação prescinde a demarcação de que a doméstica(r) não é verdadeiramente da família.¹⁵

E no contexto da antropologia brasileira, que também é marcada pela hierarquia racial, Dias (2019) extrapola essas relações para compreender a inscrição de antropólogos negros, indígenas e quilombolas como quase antropólogos. E, assim como na relação insidiosa entre patrão e empregada, a demarcação imposta dos lugares a serem ocupadas na universidade não se dá de forma clara e honesta, mas sim por debaixo dos panos da linguagem, de forma velada - aspecto fulcral da expressão do racismo no Brasil, da suposta democracia racial.

A partir dessa posição marginalizada, Gersem Luciano [Baniwa] (2023b) afirma que há potencialidades nessa quase-antropologia, ou melhor, no empreendimento autoetnográfico, de se utilizar da antropologia como instrumento para compreender o familiar e a até a si. O autor defende que a autoetnografia pode ser uma ferramenta teórico-metodológica para o autoconhecimento, haja vista que as populações subalternizadas foram e são violentadas pela colonização e pela colonialidade, tendo suas historicidades e autopercepção capturadas. Portanto, há uma demanda por se reconhecer, de se livrar das amarras psicossociais do

¹⁵ Ver Venâncio (2022) a respeito das dinâmicas contemporâneas das empregadas domésticas que demonstram a reprodução das relações coloniais da mãe-preta dos filhos da casa grande.

racismo, pois estamos sob uma organização subjetiva em que os brancos se estabelecem como seres, a partir da imposição do “não-ser” aos negros, indígenas e quilombolas (CARNEIRO, 2015).

Ao mesmo tempo, sobretudo para os povos tradicionais, o autoinvestimento científico, cultural e identitário é ao mesmo tempo, comunitário e coletivo. Com esse viés de pesquisa, é possível declarar, de forma honesta, a intencionalidade sociopolítica da pesquisa, diferentemente daquelas que se dizem neutras — por autoengano ou dissimulação (LUCIANO [BANIWA], 2023b).

Considerações finais

Conforme sistematizado pelas produções clássicas, revisionistas e contemporâneas, portanto, as dinâmicas de hierarquia racial e étnica seguem presentes na antropologia, através de iniciativas atualizadas se comparado ao início da disciplina. Se no início da antropologia a divisão entre sujeito e objeto se dava pela justificativa cultural, é atualmente organizada pelos marcadores sociais da desigualdade — outros da nação, da alteridade interna. Ainda que a antropologia brasileira seja periférica em relação às centrais, a relação de poder é projetada sobre os nativos internos.

Curiosamente, os traços fenotípicos e sobrenomes dos antropólogos do centro se assemelham aos dos antropólogos brasileiros, sendo similar também, entre o início da disciplina e a contemporaneidade, as características das pessoas objetos de estudo. Assim como se mantém, racialmente, o perfil dos autores, definidos como clássicos, transmitidos nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social do Brasil (TEIXEIRA; CUNHA, 2023).

A branquitude modelou a história da antropologia, dando vazão a demandas subjetivas específicas do ocidente, com forte influência das repressões impostas pelo monoteísmo judaico-cristão, sobretudo a respeito das feridas narcísicas geradas no encontro com a alteridade, operando, como citado, a partir dos mecanismos psíquicos da negação e projeção. Dinâmicas essas que contribuíram para o fortalecimento do racismo, seja ao hierarquizar culturalmente certos povos e, assim, darem bases para a efetivação de preconceitos e futuras discriminações, como também no epistemicídio perpetrado contra antropólogos e pesquisadores não-brancos de modo geral, reafirmando uma supremacia branca.

Nesse sentido, defendo que os marcadores sociais do pesquisador atravessam de forma significativa a produção do conhecimento, desde a escolha da temática a ser estudada,

o método e sobretudo as análises, como já aponta a literatura apresentada. A leitura da realidade social tende a ser diferenciada entre grupos minoritários e aqueles privilegiados por conta das vivências, ou seja, ser negro ou branco numa sociedade racista trará diferentes atravessamentos subjetivos e materiais; assim como ser mulher ou homem num contexto patriarcal, ou ser homossexual numa sociedade heteronormativa.

Outras potencialidades elencadas são a respeito da paridade identitária (racial e de gênero), que tendem a facilitar o acesso a dados sensíveis e também qualificar as análises com perspectivas de equanimidade; alguns exemplos trazidos por Pereira e Siqueira (2022) e Schucman et al. (2014) que apontam essas potencialidades são a respeito de negros entrevistarem negros vítimas de racismo, brancos investigarem aspectos da branquitude junto a pessoas brancas, mulheres entrevistarem mulheres vítimas de violência.

Entretanto, embora aponte as potencialidades de pesquisadores minoritários complexificarem a produção científica em determinadas temáticas, não entendo que o pertencimento racial ou de gênero, em si, garantam pesquisas de maior qualidade; é necessário formação técnica, teórica e prática, com teorias contextualizadas socioculturalmente. Os aspectos vividos são um complemento, que também possuem um caráter formativo.

Ademais, consoante os estudos da branquitude brasileira, compreendo que o estudo das relações raciais não deve se restringir a pessoas negras, sendo urgente a contribuição de pessoas brancas, que também são um grupo racial, desde uma perspectiva antirracista, tanto por ser uma possibilidade de complexificação analítica para ciência, mas especialmente por se tratar de uma demanda ético-política. Seguir negligenciando as desigualdades raciais são reforçar o pacto narcísico da branquitude, e conseqüentemente, o racismo.

Se para pessoas brancas é uma dificuldade falar e estudar sobre o racismo pelo pacto narcísico, mas para pessoas negras, indígenas e quilombolas, é praticamente impossível não falar sobre o racismo, pois é uma estrutura que nos violenta e desumaniza, é como uma ferida aberta que não cicatriza — não cicatriza porque não é fechada e não é fechada porque é o alimento de parasitas.

Portanto, o enriquecimento epistêmico também é uma demanda, pois o que temos na história da ciência é uma produção enviesada pela vivência e demandas dos grupos majoritários — brancos, homens, heteronormativos e cristãos — e, dessa forma, monoepistêmico. Não se trata de jogar fora a antropologia, exceto os seus valores hierarquizantes, mas de proporcionar um equânime e honesto encontro de saberes, comprometido com as demandas e devolutivas (SILVA [MUMBUCA], 2019), a partir da

própria territorialização subjetiva e do autoconhecimento promovido pela etnografia, conforme apontado por Gersem Luciano [Baniwa] (2023b).

Por fim, acompanho o desejo de Alcida Ramos (2023) de enxergar a antropologia como uma grande “sala de espelhos”, na qual todos estão implicados e refletidos de forma honesta. Acompanho também Felipe Cruz [Tuxá] (2023), compreendendo que a “natureza específica da antropologia não é o ato de falar sobre os Outros, mas a constatação de que precisamos de muitos Outros para vermos melhor a nós mesmos” (CRUZ [TUXÁ], 2023, p. 65). Afinal, antropologia é sobre aproximação e não distanciamento (DAMÁSIO, 2022).

Capítulo 2

A (de)negação das violências raciais na formação de psicólogos-psicoterapeutas: Entre epistemologias e diretrizes, o silenciamento do *contexto* sociocultural

Cena etnográfica: A Inexistência do quesito raça/cor nos prontuários psicológicos da Clínica-Escola

Em minhas atividades de campo, eram frequentes os encontros do Sankofa com a Clínica-Escola, onde os grupos de estágios clínicos realizam atendimento e supervisão. Como um rito de institucionalização, a Clínica-Escola promove no início dos semestres, a todos os grupos de estágio vinculados ao centro de formação, uma oficina de orientação para a padronização do manuseio e preenchimento dos documentos psicológicos, sobretudo o prontuário: uma pasta física que deve ser preenchida para todos os pacientes atendidos, contendo todas as informações fundamentais e seus respectivos comprovantes, além de documentar os atendimentos, resumo das sessões, avaliações, contrato terapêutico, etc. Essas oficinas são ministradas por psicólogos servidores do quadro técnico da Clínica-Escola.

Na oficina para o Sankofa, a psicóloga designada foi Paula, uma experiente servidora. Iniciou a atividade alertando a respeito da importância do prontuário como essencial tanto para resguardar¹⁶ a si, à instituição e ao paciente, quanto para controle pessoal e organizacional. E foi enfática em relação à quem pode acessá-los: “apenas psicólogos!” — além das estagiárias. Um ponto interessante que isso foi citado na minha reunião de apresentação como pesquisador à Clínica-Escola, em que relataram receio de acesso aos documentos psicológicos, pois pesquisadores de outras áreas o estavam fazendo, mas que se tranquilizaram quando souberam que minha formação foi em psicologia “ainda bem que ele é psicólogo”, ainda que eu não pretendesse acessar prontuários.

A forma de transmitir e ensinar a normatização do uso e atualização dos prontuários se dá através da ameaça de punição positiva¹⁷, desde relatos incomuns de casos em que a Polícia Federal demandou documentos da Clínica-Escola, até casos em que o Conselho

¹⁶ Este é um termo usado recorrentemente pelos funcionários da Clínica-Escola com o sentido judicial no temido encontro com o Poder Judiciário.

¹⁷ Técnica Behaviorista que visa modelar um comportamento através da adição de um estímulo aversivo após um comportamento inadequado. E no caso da cena narrada, seria insinuar que o CRP retiraria o registro profissional daqueles que não mantêm os prontuários atualizados.

Regional de Psicologia (CRP) cassou os registros profissionais daqueles que não os mantinham atualizados. Esses documentos são tão importantes que há designação de psicólogos técnicos para cada grupo de estágio apenas para o acompanhamento e apoio nesse sentido.

Ao apresentar os documentos, Paula entregou-nos um envelope para acompanhar a explicação de forma mais didática. Assim que manuseei o envelope, percebi haver uma ficha de identificação do paciente, que deveria ser preenchida pela psicoterapeuta em formação que o atenderia, em que havia lacunas para o preenchimento do nome, da idade e do sexo da pessoa atendida. A solicitação por autoidentificação via categoria sexo já é uma questão inadequada por conta de seu caráter binário e essencialista, quem dirá a inexistência do quesito raça/cor para se identificar uma pessoa no Brasil, tendo em vista que, através deste marcador social, desigualdades estruturais foram produzidas e seguem como critério para sua manutenção. Entretanto, notei que o documento de inscrição, no qual a própria pessoa demandante de atendimento deve responder, solicitava-se os dados de autodeclaração racial, mas com as classificações raciais em desarmonia com o padrão normativo do IBGE, pois, no formulário, para pessoas negras havia as opções “Negro” ou “Pardo” ao invés de “Pretos” ou “Pardos”, entendendo que pretos e pardos constituem o grupo racial negro.

Embora a ausência e o desacordo com a normativa pareçam um simples erro de nomenclatura, suscitaram-me questões mais amplas a respeito do preparo, em termos oficiais, teóricos e práticos, dos futuros profissionais de psicologia da instituição para o atendimento de pessoas negras, entendendo que o desconhecimento ou a resistência à racialização é um sintoma do racismo à brasileira (MILANEZI; SILVA, 2019). Como parte da etnografia, elenco os documentos como artefatos paradigmáticos para compreensão das práticas de conhecimento da Ciência e do Estado (LOWENKRON; FERREIRA, 2014), os quais constituem e são constituídos por relações humanas como instrumentos de conhecimento, poder e segregação (TEIXEIRA; CASTILHO, 2020)

Diante disso, me pergunto, qual a implicação da ausência do quesito raça/cor identificado no prontuário para a formação de psicólogos-psicoterapeutas? Quem são os agentes que constroem os documentos e formam psicólogos-psicoterapeutas nesta instituição? Como e para que um PPC é construído? Quais as articulações privilegiadas e silenciadas pelas DCN e PPC? E, portanto, viso compreender como este PPC ressoou na formação vivida pelas interlocutoras do Sankofa no curso de psicologia.

Introdução

A partir da sistematização realizada no capítulo anterior a respeito das dinâmicas raciais e étnicas presentes na construção científica, sobretudo na antropologia, seus mecanismos implícitos para invisibilização do racismo e seus impactos subjetivos para os “quase-antropólogos”, este capítulo aspira discutir os saberes e fazeres psicológicos-psicoterapêuticos em contexto brasileiro, especialmente através de documentos. Tenho como objetivo identificar presenças e ausências de enfoques, sobretudo racializados, ensinados na formação de psicólogos-psicoterapeutas de uma universidade do centro-oeste brasileiro.

Para isso, discorro a respeito da constituição histórica da ciência psicológica moderna no cenário oeste-europeu, o desenvolvimento da prática psicoterapêutica, a apropriação da ciência psicológica no Brasil e sua constituição como ciência e profissão, focalizando na atuação psicoterapêutica. Em seguida, recorrendo à perspectiva decolonial afrodiáspórica, apresento o entendimento da realidade brasileira enquanto estruturada pelo racismo e seus impactos para subjetivação e para saúde mental de negros brasileiros, bem como a recente atenção nesta temática por parte da psicologia.

Como objetos de análise, selecionei documentos institucionais que orientam a formação em psicologia na universidade analisada, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia (DCN), mas sobretudo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o currículo e as ementas¹⁸ das disciplinas, bem como os agentes do Estado que aplicam tais projetos, isto é: os docentes.

Assim, tenho como perspectiva que este documento delimitou e escupi a formação institucional vivida pelas interlocutoras graduandas em psicologia, isto é, compreendendo a função do PPC no controle e na coordenação de procedimentos, agentes e ações administrativas, mas também na produção de profissionais (LOWENKRON & FERREIRA, 2014). Como o PPC em vigor foi implementado em 2014, não acompanhei sua estruturação, somente os seus efeitos na trajetória formativa das interlocutoras, bem como o seu processo de obsolescência diante da criação de um novo projeto pedagógico, que será melhor discutido no Capítulo 4.

Como documentos públicos, o acesso às DCN, ao PPC, currículos e ementas se deu via o site da universidade. O objetivo foi identificar, enquanto documentos prontos e em uso,

¹⁸ Proponho analisar as ementas compreendo seu caráter referencial em contraste com a dimensão aplicada: os programas das disciplinas. Sobre os quais os docentes possuem autonomia para desenhá-los. Pois o que desejo investigar é o acordo coletivo materializado nos documentos e não as estratégias individuais de um docente.

as repetições, favorecimentos e silenciamentos, em contraste com as atualizações já em curso, tendo a temática das relações raciais como mote.

A partir da identificação da composição racial dos docentes e gestores do Instituto de Psicologia da universidade investigada como hiper representada por pessoas brancas, considerando que estes correspondem a mais de 90% destes cargos, ao passo que são somente 43% da composição étnico-racial brasileira, tensiono a relação entre este cenário e o conceito de branquitude. O qual, segundo Cida Bento (2022), se refere a posição na qual pessoas brancas gozam de privilégios materiais e subjetivos historicamente construídos pela colonização e capitalismo e preservados na contemporaneidade, sobretudo pela existência de um pacto narcísico de silenciamento das desigualdades raciais, agenciado por e para pessoas brancas, mesmo que inconscientemente.

Conceito este fruto do racismo, que no Brasil opera pela denegação¹⁹, segundo Lélia González (1984) em diálogo com a racionalidade psicanalítica. Para ela, a denegação é um mecanismo de defesa do ego no qual o sujeito se recusa a reconhecer como seu um pensamento ou um desejo que foi anteriormente expresso conscientemente. Isto é negar, a realidade como uma forma de proteção. O exemplo por excelência do racismo por denegação é a ideologia de democracia racial, a qual, enquanto ideologia nacional, esculpe uma recusa moral em focalizar a raça/cor das pessoas, e, assim, tem perpetuado o racismo. Segundo Jaciane Milanezi e Graziella Silva (2019), a denegação do racismo, por meio do mito de democracia racial, tem promovido condutas antiracialistas²⁰ em gestores e profissionais de saúde, através do uso do silêncio como ausência de procedimentos, desconhecimento e resistência em relação à raça (MILANEZI; SILVA, 2019).

Dessa forma, argumento que estes mecanismos estão operantes nos documentos, do preconizado ao aplicado, não enquanto falha, mas como dado das dinâmicas raciais que constituem a Ciência, o Estado e a Saúde no Brasil. Isto posto, a denegação das violências raciais reforça a vulnerabilização psicossocial de negros brasileiros, sobretudo a partir da promoção da impossibilidade de um cuidado em saúde mental contextualizado e equitativo. E, para isso, apresentarei os documentos orientadores para a formação — PPC e seus produtos —, os compreendendo como artefatos políticos, subjetivos e frutos das relações de poder (TEIXEIRA; CASTILHO, 2020), relacionando os agentes que as constroem.

¹⁹ Embora a denegação seja uma categoria psicanalítica para pensar aspectos “individuais”, Lélia propõe uma associação desta com a formação social brasileira.

²⁰ Segundo Joaze Bernardino-Costa (2022), seria a recusa a focalizar o pertencimento racial, as iniquidades raciais e a existência do racismo como forma de manutenção de privilégios da branquitude. Estratégia essa esculpida, cientificamente, pela ideologia da democracia racial e adotada pelo Estado brasileiro.

Os resultados apontam, em termos históricos, para uma caracterização ontoepistêmica eurocentrada na formação de psicólogos-psicoterapêuticos no contexto estudado como fruto de uma matriz (mono)epistêmica, o que acaba por fundamentar uma práxis profissional descontextualizada do território onde é aplicada. Em termos gerais, as DCN e o PPC preconizam pela necessidade de se contextualizar as intervenções psicológicas, sendo inclusive posta nas listagens de habilidades e competências, mas sem apontar aspectos constituintes do contexto sociocultural brasileiro. Nesse sentido, a palavra *contexto* será alvo de reflexão, pois esta parece inócua e ambígua nos documentos, dotada de diferentes significados a depender da orientação teórica de quem os construiu, sendo sinônimo, com maior frequência, de ambiente profissional e, com menor frequência, de realidade sociocultural. Indício de uma compreensão cognitivista (INGOLD, 2010), conforme discutirei.

O estranhamento do *contexto*, enquanto categoria, foi fruto de minhas primeiras análises dos documentos, pois ao encontrar essa palavra, assumi, tacitamente, o seu sentido como sinônimo de sociocultural. Esse significado, contudo, não ressoava necessariamente com o sentido imposto nos documentos. Nessa empreitada etnográfica de constantes aproximações e distanciamentos, vejo que essa naturalização muito se deu por ter me graduado em psicologia, sendo muito influenciado pelas *etnopsis* e pela decolonialidade.

Diante desse achado, dialogo com autores da antropologia da ciência, decolonialidade e das *etnopsis* a respeito da descontextualização como característica fundante da ciência moderna e dos saberes biomédicos, ao passo que indico a centralidade do *contexto* sociocultural no tratamento em saúde mental, como um fruto das contribuições da antropologia. Sendo assim, tomando a antropologia como uma ciência do contexto sociocultural (ASDAL; MOSER, 2012), aposto nela como ferramenta de ressignificação das bases ontoepistêmicas dos saberes *psi*, do etnocentrismo, do cognitivismo biológico e da desterritorialização, para, então, fortalecer os serviços de saúde, gerando maior adesão, autonomia e compreensão integral (FANON; AZOULAY [1954] 2020; PEREIRA, 2020). No entanto, não mediante a respostas prontas, mas por meio de perguntas.

Isto posto, argumento que a palavra *contexto*, sob uma compreensão cognitivista no PPC (INGOLD, 2010), denega as relações raciais e os aspectos socioculturais. Diante disso, compreendo que a resistência à racialização permeou a produção dos documentos que orientam a formação analisada. Ainda assim, destaco que mudanças têm se materializado nos documentos e nos docentes, que também são gestores das políticas do Estado.

2.1 Aspectos Históricos

2.1.1 Psicologia Moderna

Atualmente, não é possível conceber uma ciência psicológica brasileira no singular, mas ciências psicológicas no plural, por conta da diversidade temática teorizada, analisada e praticada. As quais vão desde os processos psicológicos básicos, como no enfoque em processos de atenção, memória e percepção, passando pela gestão de pessoas nas instituições, trabalhando com motivação, qualidade de vida no trabalho, valores e diversidade nas organizações, atuando também, em termos mais aplicados, nos processos do desenvolvimento humano e no ensino e aprendizagem em ambiente escolar, até em contextos de tratamento e prevenção em saúde mental, como psicopatologia, intervenções psicoterapêuticas e psicossociais²¹.

Essa ampla variedade temática vista na atuação da psicologia no Brasil contemporâneo tem forte influência dos processos históricos da constituição e delineamento da psicologia enquanto ciência no século XIX. Segundo os clássicos historiógrafos da psicologia moderna Duane Schultz e Sydney Schultz (2020), embora a construção da ciência psicológica tenha se dado a partir de um objetivo e de um método específico, o seu desenvolvimento é marcado por uma forte fragmentação.

A constituição da psicologia como disciplina científica independente se deu na Europa Ocidental, especificamente na Alemanha, no final dos anos 1800, a partir da sistematização do conhecimento psicológico feito pelo médico e filósofo Wilhelm Wundt, ao criar um laboratório e um periódico dedicado à divulgação de estudos na área. A fundação de uma psicologia moderna foi fruto do encontro entre a abordagem empirista da filosofia e o método experimental das ciências naturais, em especial da fisiologia, no qual o *zeitgeist*²² tornava mais propício o desenvolvimento de disciplinas independentes, mas sob o prisma de um cientificismo marcado pela objetividade, experimentação e orientado pelo positivismo lógico.

As perspectivas filosóficas não tiveram somente grande influência na construção do paradigma científico, mas também no tensionamento de categorias como “mente”, “alma” ou “espírito” enquanto objeto de reflexão. Foi a partir de René Descartes que se iniciou esse questionamento em termos de distinção das qualidades, pois antes das contribuições cartesianas, a mente/alma era tida como entidade que possuía poder unilateral sobre o corpo, a partir de uma percepção teológica. Descartes então apresenta um entendimento da

²¹ Conforme a categorização do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

²² Clima intelectual, sociológico e cultural de uma certa época da história.

relacionalidade entre mente e corpo, de influência mútua, em que a mente exerceria a função do pensamento e da razão, ao passo que o corpo seria responsável por outras funções, como o movimento. Nesse sentido, o filósofo francês propõe uma ruptura paradigmática em relação ao entendimento teológico vigente, dando os primeiros passos para se pensar os aspectos físico-psicológicos a partir de outra lente e outro método, ou seja, da análise metafísica subjetiva para a experimentação objetiva (SCHULTZ; SCHULTZ, 2020).

Outra contribuição fundamental de Descartes para a criação de uma psicologia moderna foi de propor um entendimento mecanicista, de comparação do funcionamento das máquinas e autômatos com o comportamento humano, abrindo a possibilidade de se pensar a aplicabilidade das leis mecânicas, da física e química, para compreender a natureza humana. Sendo assim, René Descartes torceu paradigmas que foram de grande importância para o delineamento do objeto de estudos e do método, não só para psicologia moderna, mas para as ciências modernas de modo geral, trazendo bases para as perspectivas filosóficas, como empirismo e positivismo, hegemônicas à época da constituição das disciplinas científicas.

A visão mecanicista se tornou um paradigma na ciência fisiológica, sobretudo a partir dos anos de 1830 quando o fisiologista Johannes Muller sugere o alinhamento da teoria ao método experimental nas pesquisas sobre as funções cerebrais, a fim de identificar a existência de correspondências entre a anatomia cerebral e as funções cognitivas. O mapeamento interno do cérebro trouxe achados interessantes, como a descoberta dos neurônios e de que os impulsos nervosos eram elétricos, o que posteriormente possibilitou a identificação das sinapses e da percepção humana enquanto transdução do estímulo físico em sinal eletroquímico (SCHIFFMAN, 2005).

Os métodos e técnicas utilizados eram o clássico método clínico de exame pós-morte a fim de detectar áreas lesionadas e assim deduzir a causa da desordem comportamental, a técnica de extirpação, que consiste na retirada de uma área do cérebro de animais vivos para identificar a ocorrência de mudanças comportamentais e também os estímulos elétricos no córtex cerebral para se observar as respostas motoras. Sendo este último exemplo citado o mais profícuo. Nesse sentido, o enlace entre a filosofia, a fisiologia e o método experimental deram bases para uma psicologia moderna:

A evolução inicial da fisiologia indica os tipos de técnicas de pesquisa e as descobertas que fundamentam a abordagem científica da investigação psicológica da mente. Enquanto os filósofos abriam caminho para o ataque experimental da mente, os fisiologistas realizavam experiências para investigar os mecanismos que estão por trás dos fenômenos mentais. O passo seguinte era a aplicação do método experimental na mente propriamente dita (SCHULTZ; SCHULTZ, 2020, p. 55).

A materialização dessa agenda científica foi personificada em Wilhelm Wundt, reconhecido como fundador da psicologia moderna, sobretudo em sua ênfase experimental. Os autores da historiografia (Schultz; Schultz, 2020) fazem a ressalva de que ser fundador é diferente de ser o criador da psicologia, por conta do grande achado científico, em termos metodológicos, do também alemão Gustav Fechner. Há o entendimento de que ser fundador é algo deliberado, pois Wundt se dedicou a promoção e sistematização do conhecimento, como na criação de um laboratório, de um periódico e redes de pesquisa, ao passo que Fechner estipulou o método paradigmático da psicologia moderna, nomeado de psicofísica, sendo a medição limiar, em termos quantitativos, entre a sensação mental e o estímulo material. Wundt também propôs um método, o da introspecção, em que o sujeito, ao receber um estímulo, deveria relatar o que foi sentido, mas não obteve tanto respaldo científico quanto o método da psicofísica por dar abertura para questões subjetivas.

Um fato contextual que foi fundamental para a psicologia ter sido fundada e criada na Alemanha e não em outro país europeu, é que as universidades alemãs tinham uma organização específica, o modelo Humboldtiano²³, diferente dos grandes centros como Inglaterra e França de modelo universitário Napoleônico, em que era incentivada a produção de novas temáticas de estudo a partir das pesquisas e experimentações (MARCON; ALVES, 2022). Entretanto, embora houvesse o interesse dos psicólogos em fortalecer a psicologia enquanto ciência atuante, havia poucos horizontes possíveis para o seu crescimento, haja vista que para alocar financiamento, o governo alemão solicitava uma contrapartida prática da psicologia para sociedade, porém a psicologia wundtiana centrava-se apenas em experimentações laboratoriais.

Outro fator que contribuiu para o declínio da psicologia alemã foi a Primeira Guerra Mundial, em que a Alemanha foi um dos campos de guerra e, inclusive, o laboratório de Wundt foi alvo de bombardeio. Foi então nos Estados Unidos que a psicologia encontrou caminhos para sua continuidade, como tantas outras ciências nesse período, com o acolhimento de cientistas em fuga — inclusive recebendo ex-alunos de Wundt, encontrando possibilidades de aplicação na economia, educação, etc. sobretudo a partir da psicometria, ou os comumente conhecidos como testes psicológicos (SCHULTZ; SCHULTZ, 2020).

²³ Um modelo de ensino superior preocupado em desenvolver o senso crítico a partir de um conhecimento geral e profundo, fundamentado na pesquisa e na autonomia. Em contraste com o modelo napoleônico que visa promover uma formação utilitarista (MARCON; ALVES, 2022).

Dessa forma, no início do século XX a psicologia foi construindo diferentes abordagens e aplicações, sobretudo nos EUA, para além daquela inicial experimental e psicofísica. Dentre as principais estão o behaviorismo, a psicologia da Gestalt, psicologia humanista e a psicologia cognitiva, que atualmente dão bases para intervenção psicoterapêuticas, mas que à época eram focadas na pesquisa e compreensão dos fenômenos psicológicos. As raízes da psicoterapia contemporânea estão em uma ciência próxima que muitas vezes é erroneamente entendida como parte da psicologia: a psicanálise.

2.1.2 Psicoterapia

Ainda que contemporânea ao surgimento da psicologia moderna e, dessa forma, também atravessada pelo *zeitgeist* empirista e positivista, a psicanálise tem outras raízes teóricas e se desenvolveu na Áustria, país fronteiro à Alemanha. Muito atravessada pela filosofia grega e seus mitos, o grande pano de fundo da psicanálise é a medicina, em especial a neurologia. Desenvolvida pelo psiquiatra e neurologista Sigmund Freud, a psicanálise desponta na qualidade de saber e prática subversiva em relação ao paradigma biomédico nos tratamentos das ditas patologias mentais, justamente por se propor a “investigar o mecanismo interno da vida psíquica” (Freud, 1916/2014, p. 278) e sugerir a análise de conteúdos inconscientes e intervenções psicoterapêuticas a partir da fala.

O surgimento se deu na empreitada investigativa, juntamente com Josef Breuer, sobre o tratamento da histeria, que antes era vista como uma farsa teatral de mulheres por falta de pênis ou estimulação uterina, mas que passou a ser compreendida enquanto “quadro clínico com especificidades psicossomáticas” (SIQUEIRA et al., 2021, p. 106). Os achados de Breuer e Freud, no famoso caso “Ana O.”, indicavam que havia possibilidade de tratamento a partir do hipnotismo, sendo possível, inclusive, simular os sintomas da histeria, como a hipersensibilidade dermal ou dores em membros do corpo, através da sugestão hipnótica. A grande questão foi que a histeria era configurada como uma doença neurológica, mas como os sintomas poderiam ser retirados pela sugestão hipnótica? Está aí, para o psicanalista brasileiro Christian Dunker o pontapé para a psicanálise e seu raciocínio clínico, pois:

[...] Se os sintomas são tratáveis pela palavra, conclui Freud, é porque, de alguma forma, eles foram formados pela palavra. Se os sintomas são resolvidos pelo rebaixamento da consciência, eles foram criados em um momento de alteração da consciência. E, portanto, se os sintomas podem ser curados em uma relação [transferencial médico-paciente], é porque eles foram criados também por uma relação (DUNKER, 2017, p. 13).

Nesse sentido, a psicanálise se mostrou subversiva ao *zeitgeist* por romper com a tradição psiquiátrica biologicista e objetivista em termos semiológicos, por compreendê-los a partir da fala e da linguagem; em termos diagnósticos, por ser baseado na transferência; e em termos etiológicos, baseados no inconsciente e na pulsão (DUNKER, 2011). Entretanto, para Freud ([1916] 2014) à época, não havia contradição entre psiquiatria e psicanálise, mas sim uma complementaridade e em até certo ponto previa uma indissociabilidade. Posição essa que não é corroborada por alguns psicanalistas contemporâneos, sobretudo ao tratar sobre questões diagnósticas em psicopatologia:

As explicações etiológicas ou diagnósticas entre psiquiatria e psicanálise não se somam, ao modo de fatores em uma operação matemática, porque as relações de classe e ordem nem sempre são do mesmo tipo e não porque a psiquiatria advoga homogeneamente uma ontologia materialista e monista e a psicanálise o seu correlato idealista e dualista. A crença de que as doenças mentais dependem de construtos sociais não é ameaçadora à psiquiatria por questionar a existência profissional de psiquiatras; ela é ameaçadora por não oferecer a estabilidade requerida para criar um sistema preditivo (relação de ordem) entre fenômenos, que é uma expectativa inerente a toda forma de medicina. A crença de que estruturas clínicas dependem do funcionamento do sistema nervoso não é ameaçadora à psicanálise por questionar a existência do inconsciente ou da pulsão; ela é ameaçadora por descrever o sofrimento e os sintomas em uma semiologia (relações de classe) refratária à intervenção pela palavra, sob transferência” (DUNKER; NETO, 2011, p. 4).

Não livre de embates, é evidente que a temática da psicopatologia é um ponto de intersecção fundamental entre ambas as áreas, a qual também é marcada por vertentes a depender do discurso em que se baseia (CALAZANS et al., 2012). Seja ela organicista ou mais subjetiva, a compreensão da origem dos sintomas baliza o método e a intervenção. Na perspectiva médica-psiquiátrica, segundo Pimenta e Ferreira (2003), o sintoma é apenas um sinal que indica ou não a presença de uma doença, o qual será decifrado e descrito pelo psiquiatra a partir de categorias nosológicas pré-estabelecidas por bases estatísticas, se configurando como uma ciência da doença (mental) (CAMARGO, 2005). Já na perspectiva psicanalítica, o sintoma é a “expressão de um conflito inconsciente” (CHEMAMA, 1995, p. 203) que pede uma interpretação, uma vez que há um sentido em sua expressão (FREUD, 2014).

Ademais, “o sentido do sintoma na psicanálise só poderá ser apreendido na história de cada sujeito. Pode ser decifrado com a participação do psicanalista, mas só trará benefício ao paciente se adquirir sentido para o próprio paciente” (PIMENTA; FERREIRA, 2003, p. 222). Essa reconfiguração na conceituação do sintoma é um ponto central para o método

psicanalítico, haja vista que, para entendê-lo, o sujeito passa a ocupar um lugar de protagonismo²⁴ ao ser chamado para falar sobre seu sofrimento e, conseqüentemente, o ato de escuta e sugestão se tornam uma técnica — ocupando o lugar da hipnose (MAIA et al., 2012). O surgimento dessa técnica se dá justamente porque os sintomas, como fenômeno do inconsciente, se expressam de forma cifrada, ou seja, a associação de causa-efeito não é lógica, cabendo ao trabalho analítico sua interpretação.

Dessa forma, a psicanálise é fundada nesse atrito epistemológico com a psiquiatria. Para além da subversão semiológica, diagnóstica e etiológica, uma das maiores contribuições da psicanálise para as práticas psicoterapêuticas, que seriam aplicadas pela psicologia no futuro, é a questão da terapêutica: o método de cura pela fala (DUNKER, 2011). De acordo com Castanheira, Grevet e Cordioli (2020), a psicanálise se manteve como modelo hegemônico de psicoterapia até a metade do século XX na Europa e com reverberações nos Estados Unidos, coexistindo com outras abordagens — como psicoterapia Centrada na Pessoa de Carl Rogers — mas que logo perdeu espaço com o avanço das neurociências, as quais retomavam o entendimento empírico e mais biológico das doenças mentais. Ainda conforme os autores, as principais críticas à psicanálise foram a respeito da longa duração do tratamento e da formação de novos psicanalistas²⁵, sobretudo para os moldes estadunidenses de se fazer ciência, fazendo-se emergir novas técnicas e abordagens da prática psicoterapêutica:

Esses problemas fizeram muitos terapeutas pensarem em formas mais objetivas de psicoterapia. Essas novas modalidades psicoterapêuticas cognitivistas e comportamentais, que lidavam apenas com aspectos conscientes da personalidade, eram mais fáceis de serem aprendidas, além de preconizarem tratamentos de curta duração e focados na redução dos sintomas. Da mesma forma, essas psicoterapias eram “manualizadas”, adaptando-se muito mais facilmente ao modelo empírico da medicina e ao ensaio clínico randomizado (ECR). Essas características permitiram que, rapidamente, dados empíricos embasassem sua eficácia, o que acarretou indicações precisas e custeio por seguros de saúde nos Estados Unidos (CASTANHEIRA et al., 2020, p. 27).

Assim como no âmbito experimental da psicologia, percebe-se a mudança de lócus central da produção do conhecimento psicoterapêutico e da ciência de modo geral, ou seja,

²⁴ No entanto, cabe questionar se realmente o sujeito é protagonista neste processo, pois como afirma Tássia Mendes (2018, p. 25): “Dentre as possíveis conseqüências da formulação de noções de inconsciente encontra-se o silenciamento do doente a respeito de sua doença. (...) Afinal, o doente supostamente não conhece a verdade sobre sua doença (...) o acesso à verdade inconsciente (determinações fisio-psico-sociológicas) é privativo dos intelectuais detentores de instrumentos analíticos objetivos (racionais ou científicos).”

²⁵ A formação de um psicanalista prevê o cumprimento do tripé formativo: estudo, supervisão e análise pessoal. E assim como o a formação, o processo analítico não possui um manual ou um objetivo fixo a ser resolvido para determinar o seu fim.

partindo do oeste-europeu para os Estados Unidos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, em que a Europa ficou devastada e os EUA tiveram grande expansão econômica e política no cenário global. Nesse sentido, embora o centro de produção científica tenha mudado em termos geográficos, a perspectiva hegemônica²⁶ que orientava a ciência, o empirismo/positivismo lógico, mantinha-se o mesmo, mas agora imbricada aos ideais e interesses de uma nação regida também pelo individualismo (DUMONT, 1993), mas principalmente pelo neoliberalismo e o sistema de produção capitalista. Entretanto, conforme sinalizado no capítulo anterior, os ideais oeste-europeus também estruturaram a produção filosófica a partir da colonização, bem como da ciência moderna desde o imperialismo (MBEMBE, 2018). Dessa forma, trata-se de reafirmar que a ciência é eminentemente política e ideológica, além de atender aos interesses de determinados grupos a partir da subalternização de outros, inclusive de forma escamoteada (FOUCAULT, 1999).

Diante dessa configuração política, ideológica e cultural dos EUA, determinadas abordagens psicológicas e psicoterápicas tiveram maior facilidade para se estabelecer neste novo centro científico, em especial o Behaviorismo e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). O Behaviorismo se configurou como uma forte tendência na psicologia estadunidense que, em contraste com o foco subjetivo e no inconsciente da psicanálise, estruturou-se como ciência do comportamento, justamente por este ser um objeto observável e que poderia ser treinado e modificado a partir do condicionamento operante²⁷. Essa técnica se dá a partir do reforçamento ou punição de determinados comportamentos, a fim de aumentar ou diminuir a probabilidade de serem executados novamente. Assim, o Behaviorismo se estabelece como uma teorização e experimentação da aprendizagem humana, mas que também estruturou uma abordagem psicoterapêutica chamada de Terapia Comportamental, em que se aplica às técnicas de condicionamento para fortalecer comportamentos adaptativos e diminuir aqueles desadaptativos ao ambiente, bem como promover o treino de habilidades (CORDIOLI et al., 2020).

O surgimento da Terapia Comportamental está alinhada tanto ao contexto histórico mais geral, como também às demandas específicas do cenário das ciências da saúde nos EUA nas décadas de 1950 e 1960, em que incitava a comprovação de eficácia nas intervenções

²⁶ Embora me utilize da palavra “hegemônico” para caracterizar o domínio de determinada teorização sobre outras, sinalizo que estes processos não são opacos e incontestes, mas compostos de disputas, discordâncias e dominação, inclusive nos grandes centros de produção científica. A exemplo disso, ver Latour (1998) a respeito das disputas e tensionamentos sobre a universalidade da noção de inconsciente freudiano em plena França.

²⁷ Este cenário também marcaria a retomada hegemônica da psiquiatria biológica nas categorizações dos transtornos mentais, sobretudo, segundo Jane Russo e Ana Venâncio (2006), na limpeza de conceitos psicanalíticos na terceira edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) na década de 1980, o famoso DSM III.

realizadas. Naquele momento, ainda com alinhamentos visíveis com os ideais empiristas e do positivismo lógico, as práticas psicoterapêuticas careciam de evidências de efetividade terapêutica, bem como de testagem em termos de uma replicabilidade e universalidade. Em especial, após a publicação de Hans Eysenck (1952) em que, ao revisar a produção de estudos empíricos sobre psicoterapia, chegou à conclusão de que as intervenções psicoterapêuticas não tinham efeito superior, para a melhora dos pacientes, se comparado a mera passagem do tempo (sem intervenção psicoterápica).

Segundo Jan Leonardi e Sonia Meyer (2015), o estudo de Eysenck colocou em cheque o *status* científico das intervenções psicoterapêuticas, funcionando como um impulso para o desenvolvimento de pesquisas clínicas no âmbito das práticas psicoterapêuticas, como forma de sustentação dessa prática profissional. Ainda conforme os autores, nas décadas de 1970 e 1980 estudos metanalíticos surgiram para embasar a eficácia da psicoterapia, em que ao revisarem “475 estudos que compararam o efeito da psicoterapia com grupos-controle, os autores encontraram um tamanho de efeito de 0,85, ou seja, uma diferença de 85% entre a média dos indivíduos que receberam intervenção psicoterápica em relação ao grupo que não recebeu” (SMITH et al., 1980 *apud* LEONARDI; MEYER, 2015, p. 1142).

Após o afincado de se comprovar que a psicoterapia tinha eficácia, os esforços de pesquisa passaram a se concentrar nas seguintes perguntas: “mas por que funciona?” “Há abordagens que funcionam mais que outras?” “O pertencimento identitário do psicoterapeuta interfere na eficácia?”. Essas questões ainda são atuais no cenário mundial, assim como no Brasil, as quais inclusive apareceram no trabalho de campo e serão melhor discutidas no Capítulo 4, sobre especificamente a discussão das abordagens serem terapêuticas por fatores comuns das psicoterapias ou por fatores específicos das técnicas; além da questão relativa à preferência dos pacientes por paridade racial com psicoterapeutas negros e sua eficácia relacionada.

À época, estes questionamentos mobilizaram diferentes forças-tarefa de várias divisões da *American Psychological Association* (APA) para aprimorar a prática psicoterapêutica de psicólogos clínicos enquanto tratamento em saúde mental. E dado o contexto epistemológico e histórico já citados, além dos avanços e achados das ciências cognitivas e da psicofarmacologia, dos métodos elencados como padrão-ouro para coleta e análise, a saber os ensaios clínicos randomizados e as meta análises, foi então elencada, pela

própria APA, a preconização por “tratamentos empiricamente sustentados”²⁸. Os quais, em 2006, seriam sistematizados, tendo a medicina como referência, no conceito e no paradigma de Práticas Baseadas em Evidências em Psicologia (PBEP), “definido como o processo individualizado de tomada de decisão clínica que ocorre por meio da integração da melhor evidência disponível com a perícia clínica no contexto das características, cultura e preferências do cliente” (LEONARDI; MEYER, 2015, p. 1148).

Nesse contexto, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) desponta como padrão-ouro das práticas psicoterapêuticas na contemporaneidade de forma generalizada, muito embora o entendimento da APA seja de que uma abordagem não tem evidências para ser indicada de forma generalizada, mas com base no sustentamento empírico para o tratamento de uma determinada condição psicopatológica. E no caso da TCC, as evidências apontam para maior eficácia no tratamento de transtornos depressivos, ansiosos, bipolares, de estresse pós-traumático, alimentares, etc. (CORDIOLI et al., 2020)²⁹. Ademais, importante salientar a confluência entre o entendimento da APA a respeito dos transtornos mentais e a valoração de um certo tipo de ciência, pois a mesma se orienta pelo Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), de origem médico-psiquiátrica, com um entendimento ontológico e epistemológico de mesma base e que se desenvolveu no mesmo território, ou seja, atravessado por demandas e desejos — individuais e coletivos — de um projeto político de sociedade e organização social em um determinado momento histórico.

A descrição e problematização dos paradigmas em psicologia e psicoterapia está alinhada à realidade da psicologia brasileira, haja vista que esses mesmos paradigmas foram e são assimilados, mas que, ao mesmo tempo, encontra caminhos próprios para seguir, reproduzindo a teoria, aplicando de forma crítica ou construindo novas possibilidades. Há hegemonia, mas não de forma homogênea.

2.1.3 A Psicologia no Brasil: Ciência e Profissão

A entrada da psicologia no Brasil é similar a de outros países subalternizados do sul-global. De acordo com uma das maiores pesquisadoras sobre a história da psicologia no Brasil, Ana Maria Jacó-Vilela (2021), a recepção das temáticas psicológicas foi feita pela

²⁸ Para ser compreendido como empiricamente sustentado, o tratamento precisaria se comprovar superior ao placebo, seja por meio de dois ou mais ensaios clínicos randomizados, ou a partir de nove experimentos de caso único (LEONARDI; MEYER, 2015, p. 1143).

²⁹ Ao mesmo, existem contraindicações para o uso da TCC em casos como transtornos neurocognitivos maiores, psicose aguda, transtorno da personalidade *borderline*, entre outros (CORDIOLI et al., 2020, p. 51).

medicina — muito por conta de ser uma das únicas disciplinas ensinadas no Brasil do final do século XIX e início do século XX. A autora faz questão de enfatizar que o momento histórico e político moldam a recepção e aplicabilidade dos saberes científicos. Dito isso, o Brasil independente passava por um forte ímpeto civilizador e, sendo depositário dos ideais do Norte Global, acabava por assimilar o *zeitgeist* científico.

Como já pontuado, todavia, a recepção de conhecimentos não se dá de forma totalmente passiva, mas especificidades são encontradas e novas maneiras para lidar com as questões são construídas. O desejo do Brasil de se aproximar das elites europeias em termos ideológicos e econômicos foi frustrada, não por país ser saqueado e destruído por 300 anos de colonização portuguesa, mas por conta da grande presença de negros e indígenas ex-escravizados e seus descendentes no país — assim entendia a elite nacional. Os quais historicamente foram categorizados como não-humanos, mas que neste momento histórico eram entendidos como humanos em estágio inferior na escala evolutiva se comparado ao branco europeu, com menor nível psíquico e intelectual e culpados pelo atraso do país, ou seja, a categorização biologicamente determinada não servia somente para diferenciar, mas sobretudo para hierarquizar (SANTOS et al. 2012).

Esse período histórico conhecido por seu racismo científico contou com o uso de teorias psicológicas para fundamentar as desigualdades enquanto essencialmente biológicas. Henrique Roxo (1900), médico fortemente influenciado pela psicofísica alemã e adepto às teorias racialistas-racistas vigentes (BERNARDINO-COSTA, 2022), aplicou o método psicofísico, de medição do tempo de reação, entre negros e brancos num hospital de “alienados” e trouxe resultados que afrodescendentes possuíam um tempo de resposta mais longo — o que, segundo a argumentação, seria por conta da ascendência africana. O racismo científico é um grande exemplo de como o fazer científico não é neutro, tendo em consideração que era utilizado para reforçar e validar violências e desigualdades históricas a partir desse novo paradigma, haja vista que no paradigma anterior, religioso, a justificativa era de que esses povos não tinham humanidade por não possuírem a fé monoteísta cristã (SANTOS, 2014). Embora essa perspectiva tenha perpetrado violência contra determinados grupos sociais, o mesmo só foi mundialmente rechaçado quando foi aplicado em políticas eugenistas contra os próprios cidadãos europeus pela Alemanha nazista, pois como afirma Aime Cesaire (2020), políticas muito similares foram postas em prática em séculos de colonização, mas que não contaram com a compaixão mundial.

Os conhecimentos psicológicos também foram inicialmente utilizados na prática clínica médica, sobretudo através dos testes psicológicos para fundamentar os diagnósticos.

Outro contexto de aplicação nos anos 1930 foi o ambiente escolar-educacional, em que os temas da aprendizagem e desenvolvimento ganharam foco de estudos e intervenção, inclusive com o uso de testes psicológicos. Nesse sentido, é possível ver uma diferença marcante entre os primórdios da psicologia alemã em relação à brasileira: a sua dimensão aplicada. Para além das pesquisas, o que potencializou o fortalecimento da disciplina foi a contribuição para a nação. E neste capítulo da história, potencializar o discurso da nação era também validar as assimetrias raciais³⁰, pois estava em voga uma “política do embranquecimento” em que para resolver o atraso moral do Brasil, foi financiada a vinda, estadia e condições de trabalho para europeus pobres civilizarem a nação com seus genes, ao passo que para ex-escravizados não foi dado nenhum subsídio, somente a marginalização (SCHWARCZ, 1993).

Ainda nesse cenário, o uso de testes foi cada vez mais padronizado dado o seu frequente uso. Isaías Alves, uma das grandes referências na área, se destacou por sistematizar a aplicação em ambiente escolar. Ainda na década de 30, realizou um novo estudo, através da aplicação de testes, a fim de comparar a inteligência entre negros, mestiços e brancos de escolas públicas e privadas (JACÓ-VILELA, 2021). Os resultados apontaram melhor *performance* dos brancos em relação aos mestiços e negros respectivamente, entretanto Jacó-Vilela (2021) assinala que não houve tratamento adequado dos dados, pois a pontuação mais alta indicava aos pertencentes da escola privada e não necessariamente aos brancos, além de que os brancos eram majoritários nessas escolas, ao passo que os negros e mestiços ocupavam mais as escolas públicas — fatores esses que não podem ser negligenciados.

Já em termos de profissionalização da psicologia, o primeiro curso de graduação criado foi em 1953 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). No quadro das universidades públicas, foi na Universidade de São Paulo (USP) que surgiu o primeiro curso de psicologia em 1958, no entanto, na mesma universidade, já havia uma cadeira professoral na área de psicologia na década de 1940, mas destinada a complementar as formações em filosofia e ciências sociais. A tentativa da psicologia de se firmar enquanto instituto próprio na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) não se deu consensualmente, havendo conflitos de interesse entre outras disciplinas que usavam o conhecimento psicológico, como as já citadas educação e medicina que percebiam a perda de mercado com essa tentativa, pois, respectivamente, tentaram garantir a continuidade do uso

³⁰ No entanto, de forma quase contemporânea, a socióloga e psicanalista Virgínia Bicudo contrapôs o viés de validação das assimetrias raciais através de sua dissertação “Atitudes de pretos e mulatos em São Paulo” de 1945, indicando a cor como motivadora para atitudes racistas já naquela época, as quais geram impactos psicossociais em suas vítimas (SILVA, 2021).

de testes psicológicos e manter a exclusividade do uso de práticas psicoterapêuticas (JACÓ-VILELA, 2021).

Uma década depois, a psicologia foi regulamentada como profissão, no ano de 1962, pouco antes da ditadura militar. Como é sabido, essa ditadura durou cerca de duas décadas e marcou fortemente o desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão, ao intervir em universidades, sobretudo em termos ideológicos do conteúdo ensinado, aposentando professores e impedindo alunos de cursarem a graduação por discordância política. Nesse contexto, os psicólogos atuavam em prol do regime político vigente, identificados como “agentes da norma”, solo fértil para perspectivas conformistas às desigualdades sociais se firmarem, como a psicologia social cognitiva estadunidense, marcadamente etnocêntrica e individualizante, além do ensino puramente técnico e instrumental. Em contraste a isso, a psicanálise foi vista pela classe média e pelos psicólogos à época como uma ferramenta de contra cultura, tal como em sua formação enquanto ciência, tanto para questões de autoconhecimento num momento ditatorial, quanto para embasar uma prática psicológica emancipatória do sujeito (JACÓ-VILELA, 2021). A fim de não romantizar as abordagens, é importante lembrar que a recepção da psicanálise no Brasil, segundo Luciana Torquato (2015), se deu sob o amparo do discurso eugenista de projeto nacional. A psicanálise é incorporada pela psiquiatria como um dispositivo de “pedagogia moral e cívica”, ou seja, para “educar aqueles que, de algum modo, se afastassem do processo civilizador” (RUSSO, 1998, p. 93).

Com o declínio da ditadura na década de 1980 e com mobilizações sociais, houve uma importante mudança de regime político, o que reverberou na ciência e profissão do psicólogo, dando impulso a novas perspectivas de compreensão da realidade e de compromisso para a transformação social, como a psicologia escolar que passou a denunciar o uso abusivo de testes psicológicos identificando que muitas vezes era um reforçador da exclusão de determinados grupos sociais (PATTO, 1984). Assim como a psicologia social de orientação comunitária, encabeçada por Silvia Lane. Com influências de Paulo Freire e do materialismo histórico-dialético, o diálogo teórico-prático não se dava mais com os centros do Norte Global, mas com os países vizinhos da América Latina, buscando novos olhares e temas de discussões sobre a atuação dos psicólogos sociais: onde essa atuação se dá, para quem se dirigem as intervenções, o que está sendo feito e com quais objetivos (GONÇALVES; PORTUGAL, 2016).

Nesse ímpeto de contextualização, Lane (1984) argumenta que se gerou outro entendimento dos sujeitos em contraste às teorias hegemônicas, o de que só poderiam ser

compreendidos em sua dimensão sócio-histórica, dotados de criatividade e agência coletiva. E com a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em 1980, é possível identificar um movimento contra-hegemônico à psicologia social cognitiva estadunidense, inclusive em termos metodológicos, promovendo uma forte entrada de estudos qualitativos com análise crítica³¹. O descolamento da psicologia social de sua atuação elitista e tradicional, promoveu uma aproximação com públicos marginalizados e as maiorias populares, incorporando o caráter comunitário a essa área da psicologia. Dessa maneira, a psicologia social comunitária brasileira se compõe como nicho de trabalho a partir de movimentos sociais e reestruturação da área de saúde mental. A Reforma Psiquiátrica, a Reforma Sanitária, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e de políticas sociais após a Constituição brasileira de 1988 gerou um novo campo de trabalho com a inserção do psicólogo como profissional essencial na atuação junto às comunidades (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Embora os avanços críticos sejam inegáveis e louváveis, pouco se tratou das questões de raça, etnia, gênero e sexualidade, justamente por privilegiar o pertencimento de classe. Historicamente, esse é um funcionamento bastante comum das camadas sociais alinhadas aos entendimentos revolucionários do materialismo histórico-dialético ou marxismo, que muitas vezes se mostram contrários à discussão de outros marcadores sociais para além da classe, pois isso seria separatismo ou identitarismo. De acordo com Lélia Gonzalez (1984), a recusa dessa elite política revolucionária por tratar das questões raciais e de gênero — ou melhor, deliberadamente esquecê-las — se configura como uma expressão sintomática da neurose cultural brasileira; e identitária de brancos brasileiros em seu pacto narcísico da branquitude, conforme discutido no capítulo anterior.

Na contemporaneidade, a perspectiva cognitivista em psicologia segue hegemônica, sobretudo nos grandes centros. Jacó-Vilela (2021) identifica um fortalecimento da neuropsicologia e da psicologia evolucionista na compreensão dos fenômenos humanos na formação em psicologia e, conseqüentemente, uma primazia pela Terapia Cognitivo-Comportamental enquanto intervenção psicoterapêutica. Ademais, pontua que um dos novos desafios da psicologia é lidar com fundamentalistas cristãos na profissão, que desejam orientar a psicologia a partir dos valores cristãos. Um exemplo disso é a tentativa de retomada das “terapias” ou torturas de reversão sexual, ou seja, a aplicação de técnicas psicológicas para que sujeitos pertencentes ao grupo social de Lésbicas, Gays, Bissexuais,

³¹ Este aspecto continua como fundamento para o periódico científico da ABRAPSO, a *Revista Psicologia e Sociedade*.

Transexuais, Queer e outros (LGBTQ+) se transformem em cis gênero heterossexuais (LIONÇO, 2017). Prática essa que fere o Código de Ética do Profissional Psicólogo (CEPP) e as preconizações da Organização Mundial de Saúde (OMS), do DSM e a ciência amplamente, haja vista que a homossexualidade e a transexualidade não são mais consideradas patologias, desde 1990 e 2019, respectivamente, pela OMS, além de que as torturas de reversão sexual não possuem evidências de eficácia, muito pelo contrário, e reforça o estigma e a discriminação de populações já vulnerabilizadas historicamente.

Nesse tipo de luta pela defesa dos direitos humanos, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem atuado de forma bem presente nas últimas décadas, muito embora tenha sido criado no período da ditadura apenas como órgão fiscalizador em termos de manter a norma política e partidária. Nesse sentido, nos últimos anos o CFP tem se atentado a contribuir com a melhoria da atuação de psicólogos nos diversos segmentos sociais, pautando a equidade e a justiça social; destaco as ações realizadas pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), que tem como grande contribuição a qualificação profissional em sua atuação nas políticas públicas, com publicação de referências técnicas, em formato de livro — produzido por uma equipe de especialistas —, em temas centrais na realidade brasileira, como a atuação junto à população negra (2017), aos povos indígenas (2022), na violência contra mulheres, no SUS e SUAS (2019), na atenção básica, na educação, etc.

Uma das ações preventivas do CFP tem sido mapear quantos e quem são os profissionais psicólogos no Brasil. Os resultados apontam que em 2022 haviam 432.173 psicólogos inscritos nos conselhos regionais de psicologia, dentre os quais uma predominância de mulheres (79%) na profissão em relação aos homens (20%); de brancos (64%) em sua maioria, enquanto negros são 34%; a maior concentração de faixa etária é no intervalo entre 30 e 39 anos (32%) e no que tange à renda individual relativa à profissão, a maior frequência é no intervalo entre dois e quatro salários mínimos (27%). Em relação à orientação sexual, 84% são heterossexuais e o restante pertencentes à comunidade LGBTQ+ (16%). Em termos de formação, 73% são oriundos de instituições privadas e somente 27% de instituições públicas. Já no que tange à área de atuação, 73% dos psicólogos atuam na clínica, seguidos pela atuação na área social (20%) e na saúde (19%)³² (CENSO CFP, 2022).

Esses dados possibilitam algumas análises, como a prevalência de mulheres em uma área historicamente classificada como do cuidado e como isso é posto como identitário nos

³² O somatório de porcentagem não dá 100%, pois os respondentes poderiam marcar mais de uma opção.

processos de subjetivação de mulheres na cultura brasileira (ZANELLO, 2018). Como também a estratificação racial em descompasso com a porcentagem de brancos e negros no Brasil, que pode nos dizer sobre a falta de acesso ao ensino superior por conta das desigualdades raciais, particularmente em cursos de alta competitividade como a psicologia. Outro ponto interessante é como a atuação dos profissionais centra-se no âmbito clínico, tendo como prática principal a psicoterapia.

Devido a isso, o CFP lançou um caderno de orientações e reflexões sobre a prática da psicoterapia por psicólogos, incluindo temáticas como desafios éticos, o atravessamento de novas tecnologias na referida prática, a história legal desta atividade profissional, bem como discussões sobre a formação de psicólogos-psicoterapeutas em termos de habilidades e competências (CFP, 2022).

2.1.4 A psicoterapia enquanto campo prático do psicólogo no Brasil

Atualmente, a prática psicoterapêutica não é uma atuação exclusiva do profissional de psicologia, muito embora a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) a associe aos psicólogos da área clínica e aos médicos psiquiatras. Historicamente, este é um campo em disputa entre psicologia e medicina em termos de delimitação de mercado privativo, inclusive anterior ao reconhecimento da psicologia como uma profissão. Conforme consta no *Caderno de Psicoterapia* do CFP (2022), a querela entre as duas áreas iniciou-se no processo de regulamentação da psicologia na década de 1950, justamente ao desenharem a proposta de atuação da futura profissão, em que indicavam à aplicabilidade ao contexto educacional, do trabalho e no âmbito clínico — em concordância ao entendimento do grande centro de estudos e aplicações psicológicas (EUA).

Entretanto, o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 1957, foi contrário à proposta de aplicação clínica pela psicologia, por entenderem que esta deveria estar restrita ao uso dos médicos, sendo possível apenas o papel de auxiliar técnico neste âmbito. Esse parecer impulsionou a mobilização de diferentes associações ligadas à ciência psicológica que estavam interessados em sua profissionalização no país, questionando a base curricular da medicina, já que, à época, só possuíam uma disciplina de psicologia em todo o curso, ao passo que havia uma formação, com duração de cinco anos, dedicada à atuação clínica e temas transversais.

O assunto tornou-se foco de discussão parlamentar, que diante de vários interesses políticos concomitantes, decidiram possibilitar a atuação clínica para psicologia, mas a

diferenciando daquela realizada pelos médicos, a depender do nível de normalidade do sujeito: se fosse enquadrado dentro da normalidade, poderia ser atendido pela psicologia, mas se alguma patologia fosse identificada, era caso exclusivo para intervenção médico-psiquiátrica. Nesse sentido, ficou estipulado que as atribuições do profissional em psicologia seriam o diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, a atuação psicopedagógica e as intervenções clínica-psicoterapêuticas no âmbito da “solução de problemas de ajustamento”.

Ainda que tenha havido aprovação da lei na década de 1960, dez anos depois, a classe médica, através do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS), retomou os questionamentos a respeito da prática psicoterapêutica dos psicólogos, indicando falta de preparo e, assim, desejando garantir a exclusividade médica no exercício da clínica e subordinando a atuação do psicólogo à equipe médica. Várias Associações de psicologia revidaram, defendendo o caráter antiético e ilegal da articulação feita pelo CFM e pelo CNS, apontando que as técnicas psicoterápicas “são, por sua própria natureza, técnicas destinadas à solução de problemas de ajustamento” (CFP, 2022, p. 27). Tal argumentação foi utilizada nesta época para resistir aos intentos da medicina, como também foi utilizada na década de 1980, para garantir o uso privativo da psicoterapia para psicólogos, mas sem sucesso.

Somente em 2000 que o CFP elaborou uma resolução que normatiza a psicoterapia como prática do psicólogo, por se caracterizar como uma intervenção baseada na ciência psicológica, em termos teóricos e práticos, que deve ser regida pelo código de ética do profissional (Resolução CFP n.º 10/00). A temática da psicoterapia, dada a sua porosidade profissional, voltou ao centro das atenções e intervenções do CFP em 2009, em que se denominou o “Ano da Psicoterapia”, mobilizando seminários, congressos e plenárias para se discutir e fortalecer esse campo de atuação tão utilizado por psicólogos, a partir de reflexões teóricas e filosóficas dessa prática, do mapeamento dos parâmetros técnicos e éticos na formação de psicólogos psicoterapeutas e a iminente interprofissionalidade da psicoterapia.

No enlace com outras associações, como a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP), Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), além de representantes dos conselhos regionais de psicologia, o CFP propôs um Grupo de Trabalho da Assembleia da Administração e das Finanças (APAF) sobre psicoterapia, visando delinear:

Um projeto para a construção de critérios comuns que não apenas fomentassem, na sociedade, o reconhecimento e a prática da psicoterapia por psicólogas e psicólogos,

bem como dos programas de formação e dos requisitos básicos que garantissem o rigor e o exercício qualificado em Psicoterapia (CFP, 2022, p. 8).

O referido grupo de trabalho não só publicou um caderno de reflexões e orientações sobre psicoterapia, como também propôs uma nova resolução: A CFP n.º 13/2022, que estabelece diretrizes e deveres para o exercício da psicoterapia por psicólogos, como também a criação do Sistema de Avaliação de Práticas Psicológicas, a fim de mapear e fiscalizar a adequação científica e ética da prática psicoterapêutica. A referida resolução de 2022 preconiza pelos princípios e deveres alinhados ao Código de Ética Profissional do Psicólogo e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a garantia do sigilo, atenção às especificidades da psicoterapia com crianças e adolescentes, além da necessidade de fundamentação ético-científico-epistemológica e comprovadamente benéfica à saúde no que tange a utilização de uma abordagem psicoterapêutica (CFP n.º 13/2022).

Nesse sentido, o objetivo é diferenciar a prática psicoterapêutica de outras ciências e profissões, buscando assegurar um padrão de conduta por parâmetros científicos, técnicos e éticos regidos por valores igualitários e libertários, contrário à discriminação e violência, objetivando promover qualidade de vida e autonomia, sob a fiscalização e defesa de um Conselho Profissional amparado pelo Estado brasileiro. E, então, a partir destes pressupostos, o GT também se propôs um conjunto de habilidades e competências para formação de psicólogos-psicoterapeutas, como autocuidado em saúde mental do próprio psicólogo, formação continuada em termos teórico-práticos, capacidade de integrar conhecimentos a partir do paradigma biopsicossocial, saber sobre metodologia científica, conhecimento técnico das intervenções e instrumentos utilizados, respeito à alteridade, reconhecer os indivíduos em sua integralidade, reconhecer os limites de suas competências, prestar escuta qualificada e adequar as intervenções ao contexto. E, portanto, construindo a seguinte compreensão acerca da psicoterapia enquanto:

[...] campo de conhecimentos teóricos e técnicos, e uma prática de intervenção sustentada por esses conhecimentos, que se desenvolve em um relacionamento interpessoal. O processo psicoterapêutico se respalda em métodos e técnicas, sob uma perspectiva biopsicossocial, reconhecidos pela ciência por sua eficiência e eficácia, e orientados pela ética profissional. Alguma forma de dor ou insatisfação psicológica dos seres humanos, individualmente ou em grupo, está na base da mobilização para a psicoterapia e faz parte de seu campo de ação. Entre seus objetivos podem estar: a ampliação do autoconhecimento e da utilização de recursos pessoais, a ampliação do desenvolvimento e da utilização de recursos psíquicos para lidar com situações de vida ou condições subjetivas, a melhora nas condições de vida e bem-estar, o tratamento de condições de sofrimento psíquico (definição redigida pelo grupo de psicoterapeutas instituído pela ABRAP, 2018–2019) (CFP, 2022, p. 11).

Compreendendo todas as preconizações contrárias ao preconceito, discriminação e violência e favoráveis à promoção da autonomia, aplicação de um modelo biopsicossocial para compreender o sujeito em sua integralidade, como também aplicação técnica socioculturalmente contextualizada, por que a literatura científica aponta um sistematizado despreparo e negligência dos psicólogos-psicoterapeutas na atenção à saúde mental de minorias sociais, em especial grupos raciais alvo de racismo? (GOUVEIA; ZANELLO, 2019).

2.2 Racismo, Subjetivação e Saúde Mental no Brasil: O que psicólogos-psicoterapeutas têm a ver com isso?

Referenciado numa perspectiva decolonial (GROSFOGUEL, 2016), compreendo o racismo enquanto fulcral na constituição da modernidade, do sistema mundo colonial, do capitalismo e das mazelas contemporâneas em termos de estratificação geopolítica, econômica, epistemológica e subjetiva entre o Norte e o Sul global. Ainda que seja uma mirada crítica latino-americana, defendo a necessidade de caracterizar as especificidades do cenário brasileiro em relação ao entendimento geral das populações subalternizadas da América Latina dentro dessa teoria, ainda que existam muitas similaridades. Nesse sentido, Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramon Grosfoguel (2018), propõem uma aproximação das teorizações decoloniais com o contexto brasileiro que, diferentemente dos demais países da América Latina, foi colonizado por Portugal e destaca-se como o maior receptor de força de trabalho sequestrada e escravizada do continente africano. Por meio dos sistemáticos estupros sexuais dos senhores brancos para com mulheres escravizadas, consolidou-se, no Brasil, uma expressiva miscigenação em termos raciais, que séculos depois foi interpretada e valorizada como identidade nacional (GONZALEZ, 1988).

De forma similar à teoria decolonial, Silvio de Almeida (2018) também compreende a categoria raça como fundante da modernidade, mas, especificamente, aproxima esse entendimento da formação social brasileira. Dessa forma, analisa o caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira. Foi a partir da hierarquização entre raças que se invadiu as terras pindorâmicas, enriqueceram-se as metrópoles, fundamentou-se o modo de produção capitalista, a noção de Estado e instituições, e, de forma mais prática, utilizou-se da força de trabalho de escravizados para construir o Brasil. Ou seja, a manifestação do racismo e das desigualdades raciais é um efeito normal, em termos lógicos de causa e efeito, dada a forma em que o Estado brasileiro foi constituído, a partir de noções ontológicas e epistemológicas

específicas que caracterizam e reforçam, de forma essencialista, a inferioridade de grupos raciais e étnicos que diferem do branco oeste-europeu.

Nesta dissertação, assumo o entendimento das diferenças raciais enquanto construção social resultante de dinâmicas históricas, políticas e sociais, que em determinado período histórico as diferenças fenotípicas foram elencadas para construir as desigualdades e posteriormente para justificá-las. E na realidade brasileira, “raça” trata-se de uma categoria analítica e não uma categoria nativa, ou seja, historicamente ela foi mobilizada para análise científica e o termo em si não é tão presente no vocabulário dos sujeitos, embora o sentido organize e funcione, consciente ou inconscientemente, como estruturante da realidade social (GUIMARÃES, 2003). Diferentemente dos Estados Unidos, em que *race* é uma categoria nativa classificatória que engloba os pertencimentos étnicos. Entretanto, Lélia Gonzalez (1988) nos lembra da importância de se contextualizar essa discussão, já que Brasil e EUA passaram por tipos distintos de colonização, um centrado no extrativismo e perpetrado por Portugal e outro com foco no povoamento conduzido pela Inglaterra, respectivamente. Segundo a autora, este contexto fundamenta uma compreensão diferente das dinâmicas e categorias raciais, sendo no Brasil um racismo a partir do fenótipo e nos EUA um racismo por ascendência.

Diante disso, o debate sobre raça foi muito profícuo no território brasileiro e no cenário acadêmico, fundamentando, inclusive, a posição do Estado em relação às desigualdades raciais, mobilizando ou descartando políticas centradas na questão (BERNARDINO-COSTA, 2022). No início do século XX, a categoria raça foi usada para justificar desigualdades causadas pelo racismo. Isso é um resultado da política racial do governo brasileiro, que reconhecia as diferenças entre negros e brancos, mas as usa para aumentar as desigualdades (BERNARDINO-COSTA, 2022).

Ainda consoante o autor, esse período foi superado por outra perspectiva de entendimento, que se tornou hegemônica no cenário científico, no senso comum e adotada pelo Estado brasileiro até meados dos anos 1990: o antirracismo racista, fruto da ideologia da democracia racial. Tendo como grande expoente o antropólogo Gilberto Freyre, essa concepção de igualdade entre os grupos raciais e inexistência do racismo segue permeando o imaginário social, haja vista que se manteve hegemônica por bastante tempo, o que inclui o período de nascimento e formação das pessoas que hoje são adultas no Brasil, as quais gerem o Estado e suas políticas:

O mito da democracia racial funcionou como um regulador das relações sociais, enquanto em outros países as relações sociais foram reguladas pelo segregacionismo. Mediante a exaltação da miscigenação e também mediante a afirmação de que não existia barreiras raciais para a ascensão social de negros, o mito da democracia racial retirou da esfera pública o debate sobre o racismo e o remeteu à esfera privada. Em outras palavras, as constatações de racismo e discriminações raciais no Brasil sempre foram vistas como traços de comportamentos individuais, jamais como responsabilidade das instituições sociais [...] ao lado do antirracismo estatal, o racismo não só ganhou fôlego como se cristalizou na sociedade brasileira, assim como foi um dos fatores que ajudou a construir e a reproduzir visíveis desigualdades de renda, de escolaridade, de acesso à saúde, de acesso à água e ao saneamento básico, de habitação, etc. A estratégia de não nomeação ou do não-reconhecimento oficial da questão racial – para que não existissem problemas raciais no país – demonstrou-se inócua e inoperante, falhando quanto ao propósito de eliminar o preconceito, a discriminação e as desigualdades raciais (BERNARDINO-COSTA, 2022, p. 82).

E conforme defendido, este paradigma não contribuiu para a eliminação das desigualdades raciais, apenas a sofisticou. Para Lélia Gonzalez (1988), uma das maiores críticas deste mito, ao se utilizar da categoria freudiana de denegação (*Verneinung*) propõe a célebre afirmação “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Conforme o psicólogo e psicanalista Pedro Ambra (2020), o esforço realizado por Lélia Gonzalez é uma inovação analítica, haja vista que o foco da análise se dá para além dos conteúdos manifestos, como comumente feito nas ciências sociais, mas investiga também os conteúdos latentes. Para ela, a manifestação do racismo tem origem no mito de formação social do Brasil, o qual, como diz Ailton Krenak no documentário *Guerras do Brasil.doc* (2018), conta que o país é fruto do descobrimento realizado pelos portugueses, que teriam conquistado o território e trazido humanidade para os “índios”. Ainda de acordo com Krenak, isso é apenas um mito fundacional, dado que os povos indígenas ocupam esse território há mais de três mil anos e, a partir de 1500, passaram a receber e cuidar de brancos flagelados no litoral; o que nem de longe se configura como uma conquista heroica como retratado.

Diante desse mito de formação exclusivamente europeia e branca, Lélia Gonzalez (1988) traz que, na realidade, o país é constituído por influências africanas e indígenas, esculpindo uma “América Ladina”. Essa recusa em relação à própria história, para ela, lembra a formação das neuroses, as quais, diante da possibilidade de sofrer por conta do conteúdo recalcado — de reconhecer suas raízes africanas e indígenas —, o aparelho psíquico utiliza a neurose — o mito da democracia racial — enquanto uma defesa para não se a ver, diretamente, com o conteúdo.

Nesse sentido, o racismo se mostra como o sintoma por excelência ao expressar o conflito inconsciente do Brasil, mas como em toda neurose, são criadas formas de se ocultar

o sintoma, tendo em vista que isso livra o sujeito do desprazer (TANCETTI; ESTEVES, 2020). Por esse ângulo, podemos identificar facilmente a tese da democracia racial como uma máscara para ocultar o racismo, pois nela é assumida não haver assimetria estrutural entre brancos em relação aos negros e indígenas. Dessa forma, para Lélia Gonzalez, a violência, em forma de racismo, recai sobre os negros por representarem a presença daquilo que se pretende oculto: “enquanto denegação de nossa ladinoamefricanidade, o racismo ‘à brasileira’ se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (‘democracia racial’ brasileira)” (GONZALEZ, 1988, p. 69, parênteses meus).

Isto posto, ainda não é possível afirmar a dissolução do mito da democracia racial. Embora, no âmbito das ciências sociais, isso tenha sido superado em termos teóricos, essas concepções ainda são performadas em termos comportamentais na negação de desigualdades raciais. Diante disso, caracterizo a democracia racial não só como ideologia nacional, mas também enquanto uma tecnologia de subjetivação, que dá contornos à forma de se compreender a realidade.

Ainda de acordo com Bernardino-Costa (2022), o Estado brasileiro deu os primeiros passos para mudança de sua política racial em 1995, com o ingresso do sociólogo Fernando Henrique Cardoso na presidência da república, que passou a entender a raça como um condicionante para estratificação social e promover discussões sobre a igualdade racial. Entretanto, elas só foram transformadas em política em 2003, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva:

Se entre 1995 e 2002, sob o governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve um acolhimento das demandas do movimento negro muito mais no plano discursivo, sem se concretizar em efetivas políticas públicas de igualdade racial, a partir de 2003, tais políticas começaram a se concretizar. Fundamental para a materialização e efetivação das políticas de igualdade racial foi a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), órgão responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial. A criação da Seppir pode simbolicamente ser tomada como o fim do discurso da democracia racial no âmbito estatal e o reconhecimento da importância da raça como uma categoria relevante para a formulação e implementação de políticas públicas (BERNARDINO-COSTA, 2022, p. 70).

É então, neste contexto, que se configurou uma “política racial racialista antirracista”, isto é, em que se preza pela consideração do pertencimento racial, mas com o objetivo de reparar as mazelas do racismo, através de políticas de ações afirmativas. Importante lembrar que esse período de efetivação de políticas para igualdade racial teve um hiato entre 2016 e

2022, em que uma onda conservadora assumiu a presidência do país, paralisando e retrocedendo em muitos aspectos no que tange ao enfrentamento às desigualdades raciais (SIQUEIRA; BERNARDINO-COSTA, 2022). Esse fato permite salientar que nenhum dos períodos históricos se dão livremente de resistência, sejam por parte daqueles contrários ou a favor de políticas equitativas.

Atualmente, embora tenhamos avançado para igualdade racial, o Brasil segue sendo um país com maioria estatística negra (56%), mas que, de forma majoritária, segue a ocupar os cargos subalternizados, as classes sociais mais pobres, as periferias, as celas carcerárias, os índices de analfabetismo, ao passo que os brancos, minoria estatística (43%), ocupam historicamente os cargos de poder na política, universidades, as classes médias e altas, nas grandes empresas, etc. (CARNEIRO, 2011). Dimensões essas que são políticas e sociais, mas que possuem papel fulcral na construção subjetiva de sujeitos inseridos nesta realidade, seja na valorização ou desvalorização dada à priori por conta dos marcadores identitários.

Segundo a psicóloga Valeska Zanello (2018), de modo geral, tornar-se pessoa no Brasil é ser designado como homem ou mulher, branco ou negro. O critério de designação se dá via traços físicos-corporais, mas que, de acordo com Judith Butler (2003), nem por isso são objetivos e empíricos, mas partem de uma construção social sobre esses traços, associando-os de forma essencialista a *scripts* de performance ou comportamento, através dos quais os sujeitos são progressivamente condicionados, havendo reforçamento daqueles comportamentos que se adequam ao ideal dos *scripts* e punição para os desviantes, configurando-se enquanto uma pedagogia dos afetos e das emoções. Conforme já citado, a prática de diferenciação proposta pelo ocidente pressupõe uma hierarquia, ou seja, ser homem é ser superior à mulher e ser branco é superior a ser negro.

Diante disso, Zanello (2018) propõe uma arqueologia da subjetivação, sobretudo de homens e mulheres brasileiros em suas interseccionalidades. Dessa forma, em culturas atravessadas pela invasão colonial e, conseqüentemente, pela introjeção dos valores e *scripts* do ocidente, há uma divisão emocional do trabalho, em que homens são interpelados pela individualização, autonomia e virilidade, enquanto as mulheres são atravessadas pelo ideal de cuidado, fragilidade e passividade. Estes ideais são reafirmados pelas tecnologias de subjetivação através das mídias, literaturas e músicas; bem como o oposto ao ideal, na delimitação do lugar social que não deve ser ocupado, em especial através dos xingamentos (SIQUEIRA; ZANELLO, no prelo).

Tal relação entre contexto sociocultural, emoção e comportamento ressoa com o aporte antropológico das emoções, no qual David Le Breton (2019) argumenta que o contexto

cultural configura e organiza as emoções ou, nos termos de Rita Segato (2018), existe uma pedagogia. Compreendendo as emoções desde um construcionismo social, Le Breton, insere também a esfera da individualidade nesses processos, entendendo que as emoções são expressas conforme a “história pessoal, seu estilo e, notadamente, sua avaliação da situação. A emoção experimentada traduz a significação conferida pelo indivíduo às circunstâncias que nele ressoam” (LE BRETON, 2019, p. 12-13).

Considerar a agência dos sujeitos é romper com um imaginário reducionista e homogêneo, embora haja um grande sistema de valores que atravessa os sujeitos, há particularidades históricas na trajetória de cada sujeito. Desde a noção de personalidade, que sofre bastante interferência das vivências interpessoais, da autonomia, do suporte comunitário e da forma que se absorve e interpreta as informações. Esse entendimento da agência do sujeito pode ser lida como uma unanimidade entre as abordagens psicológicas e psicoterápicas, ainda que a explicação em termos próprios.

Nesse afã do tensionamento entre emoções construídas culturalmente, mas que passam pela significação dos sujeitos, ao passo que apresentam um padrão de expressão com base no pertencimento social, o psiquiatra-psicanalista martinicano Frantz Fanon em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2020 [1952]), discute a estreita relação das dinâmicas sociais, estruturadas pelo colonialismo, com os processos de subjetivação. Como pano de fundo está a vivência de negros centro-americanos e norte-africanos na metrópole França, o autor aponta o caráter repetitivo do preconceito e da discriminação de brancos franceses para com negros oriundos das colônias francesas e, com aporte da psicanálise, identifica que tal repetição não é aleatória, mas diz sobre como as relações de poder são introjetadas e performadas.

Fanon também recorre ao papel das tecnologias de subjetivação para demarcar o quanto a autopercepção é fortemente atravessada pelo imaginário social, haja vista que os valores da cultura são anteriores ao nascimento do sujeito, isto é, o ser torna-se humano ao assimilar a cultura. Dessa forma, o autor identifica que nas produções e divulgações midiáticas os negros eram retratados como sujeitos selvagens, inferiores, violentos, bandidos, sujos, etc. o que, paralelamente à imposição da pobreza e da subalternidade, impõe-se também um processo de inferiorização e auto-ódio, na assimilação desses valores hierárquicos produzidos material e subjetivamente pela violência colonial, na espécie de uma profecia autor realizadora³³. Isto é, acredita-se previamente na inferioridade *sui generis* do negro, comporta-se para impor um lugar inferior para o negro, para então, ao identificar o

³³ Uma definição inicialmente falsa da situação, a qual evocará um novo comportamento, fazendo com que a definição inicialmente falsa se torne verdadeira.

lugar subalterno ocupado pelos negros na contemporaneidade, afirmar que se trata de uma inferioridade *sui generis* (FANON, [1952] 2020).

Similarmente, outro mecanismo de defesa, a partir dos recursos da psicanálise, para analisar as violências do colonialismo e seus impactos para subjetividade é discutido pela psicóloga portuguesa Grada Kilomba (2020), que no período da *plantation*, cita que os senhores brancos temiam que sujeitos escravizados roubassem suas plantações. A autora aponta que esse é outro mecanismo de defesa do Ego, justamente como um processo de negação e projeção, associando ao outro uma prática que o próprio sujeito faz e se recusa a reconhecer em si próprio - uma vez que, na realidade, foram os senhores que roubaram as terras dos escravizados.

Assim, esse mecanismo de defesa mascara a realidade concreta, trazendo implicações subjetivas de desvalorização para pessoas negras enquanto essencialmente depositárias do que é maldito na sociedade, como o Outro da cultura (CAMPOS, 2023). Diante disso, Kilomba complementa que “é como se o inconsciente coletivo das pessoas negras fosse pré-programado para alienação, decepção e trauma psíquico, uma vez que as imagens da negritude às quais somos confrontados não são nada realistas, tampouco gratificantes” (KILOMBA, 2019 [2008], p. 39).

Embora esses autores discutam os impactos do colonialismo na subjetividade de forma mais geral, há estudos brasileiros focados na temática. Segundo Sueli Carneiro (2022), assim como nos territórios atravessados pela violência colonial, no Brasil a construção do branco enquanto Ser (sujeito) acontece sobre a caracterização do negro como Não-Ser, sendo a cor de pele o fator de identificação nessa dualidade hierarquizada, selecionando aquele que é normal e representa a civilização ou aquele Outro que representa a barbárie.

Consoante a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza, essa assimetria dada pela cultura organiza os processos de subjetivação, em que os valores associados aos brancos são elencados como referência de Ser Humano e, dessa forma, funcionam no psiquismo como Ideal de Ego. O que, segundo os dados de Neusa Souza (2021), agencia certos padrões alienantes de pensamento, como na autopercepção inferiorizada, e também comportamentais, em que sujeitos se desdobram excessivamente em alguma área da vida para compensarem o defeito de cor.

De forma a corroborar com esses dados, Siqueira e Ramos (2021) identificaram que locais de poder, como a Universidade, que possuem ampla maioria de pessoas brancas e classe média, sobretudo em funções de protagonismo, contribui para a diminuição da

percepção de autoeficácia em pessoas negras. Se materializando em silenciamento, baixa autoestima intelectual e diminuição de rendimento.

Dada essa alienação subjetiva, dados epidemiológicos já apontam uma materialização em sofrimento psíquico e diagnóstico em transtornos mentais (WILLIAMS et al., 2019). No contexto universitário brasileiro, João Bastos e colaboradores (2014) identificaram maior associação entre experiências de discriminação racial e o diagnóstico de Transtornos Mentais Comuns (TMC), como depressão e ansiedade. Em uma revisão sistemática sobre raça/cor e transtornos mentais no Brasil, realizada por Jenny Smolen e Edna Araújo (2017), foi identificado uma maior prevalência ou chance de transtornos mentais em pessoas não-brancas se comparada aos brancos brasileiros. No encontro interseccional com outros marcadores sociais, como gênero e idade, os dados também apontam prevalência de sintomas depressivos em negros idosos (Blay et al., 2007), bem como, dentre homens e mulheres, aqueles pertencentes ao grupo racial negro apresentaram maior prevalência em TMC (ANSELMINI et al., 2008).

Na perspectiva do cientista social estadunidense David R. Williams, em um estudo sobre diferenças raciais na saúde mental autorrelatada em Detroit-EUA, a exposição ao estresse é o mecanismo causal na prevalência de transtornos mentais em não brancos, no que ele denominou de estresse discriminatório (WILLIAMS et al., 1997). Segundo os autores, há indícios da articulação entre aspectos socioculturais e biológicos-químicos do estresse psicossocial gerado pelo racismo no organismo, como na “calcificação das artérias coronárias, desregulação do cortisol e maior estresse oxidativo (LEWIS et al., 2015, p. 4, tradução minha).

Para o também estadunidense Robert Carter (2007), as violências do racismo assemelham-se aos sintomas de Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), embora o DSM defina que o trauma resultante em estresse deva ser de ordem material. Entretanto, sobretudo no Brasil, o racismo acontece de forma insidiosa e capilar, mas que para Lucas Oliveira e Julia Carvalho (2024), desde uma leitura fanoniana da socio-gênese do racismo, ainda sim é possível categorizar o racismo como “trauma vicariante” constituinte do TEPT, isto é, a frequente exposição às violências cotidianas do racismo, contra seus pares ou a si, pode “gerar expressões psíquicas, emocionais e comportamentais que podem ser caracterizadas dentro do TEPT” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2024, p. 362),

Assim como também efeitos no sofrimento cotidiano, no caso da hipervigilância ansiosa por medo de discriminação (WILLIAMS; PRIEST, 2015), o que já havia sido sinalizado por Frantz Fanon em sua experiência no contexto colonial argelino retratado em

Os Condenados da Terra (2022), em que os colonos apresentavam um estado extremo de vigilância e rigidez muscular. Essa condição de guerra colonial, segundo Fanon, foi um forte produtor de traumas psicológicos e distúrbios mentais, somado à negligência deliberada dos médicos franceses, que produziam a morte diretamente, deixando os argelinos falecerem, ou pior, os torturavam.

No Brasil, existem poucos estudos epidemiológicos centrados na discussão das desigualdades raciais, bem como em relação à modelos explicativos de como o racismo impacta a saúde mental. Chor e Lima (2005) associam essa realidade a aceitação do mito da democracia racial, na dificuldade de se classificar raça/cor e a oposição analítica entre raça ou classe, já apontada anteriormente. Para além dessas justificativas, aponto o pacto narcísico da branquitude como constituinte da pouca atenção às demandas raciais no cenário científico, em específico nas áreas da saúde.

O que é corroborado pelos resultados trazidos por Marizete Gouveia e Valeska Zanello (2018) em uma revisão bibliográfica brasileira, de 1999 a 2014, sobre saúde mental e racismo, em especial na psicologia. Os dados apontam para uma pífia produção sobre o tema sob a lente da saúde mental, o que, para as autoras, diz diretamente sobre a invisibilização do racismo por parte dos profissionais da psicologia em sua prática, que sequer consideram o racismo como um tipo de violência que afeta a saúde mental. Dessa forma, trata-se de um ciclo vicioso, pois se o racismo sequer é reconhecido como real, não há motivos para se pensar nas diferenças étnico-raciais e, logo, sem justificativas para ser tema científico na formação de psicólogos, muito menos para embasar a atuação psicoterapêutica (SIQUEIRA et al., 2022). Uma cadeia lógica na qual a ontologia, atravessa a epistemologia que, por sua vez, condiciona a praxiologia.

Algo identificado também por Gouveia e Zanello (2019) em estudo qualitativo junto a mulheres negras brasileiras que fizeram acompanhamento psicoterapêutico, em que identificaram falta de manejo de psicoterapeutas brancos para tratarem de demandas raciais, desde a recepção do assunto ao aprofundamento do mesmo, havendo inclusive revitimização. As autoras apontam na conclusão deste estudo que uma das problemáticas identificadas na atuação analisada diz respeito à formação de psicólogos-psicoterapeutas para atenderem demandas raciais. É justamente nesta lacuna da literatura que essa dissertação se insere e, especificamente, neste capítulo o foco é nos documentos institucionais normativos que orientam a formação de psicólogos-psicoterapeutas e as pessoas que os colocam em prática, em uma determinada universidade do centro-oeste brasileiro.

2.3 Entre o delineamento e aplicação de diretrizes: As competências e habilidades do psicólogo nos documentos

2.3.1 O delineamento

Como se trata de um curso de graduação vinculado a uma Instituição de Ensino Superior (IES) reconhecida pelo MEC e regida por diversas normativas e diretrizes, parece-me de grande valia investigar os documentos de estruturação do curso enquanto artefatos indicativos da perspectiva do Estado e da Ciência para constituição da profissão psicologia, pois como defende o antropólogo Lucas Freire (2022), os documentos produzem específicas realidades. Nesse sentido, selecionei como objeto de análise: as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia (DCN), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o currículo, as ementas de disciplinas e o quadro docente, no que tange ao perfil identitário e sua formação/produção. Todos esses documentos são de acesso público. Considerando que estes objetos de análise abrangem todo o curso, centrar-me-ei na discussão da temática racial e sociocultural e nos temas transversais, a partir do entendimento trazido pelos documentos.

Inicialmente, destaco as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia (DCN) enquanto um dos principais documentos que fundamentam a construção de um PPC. A resolução n.º 8 de 2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu as DCN dos cursos de graduação em psicologia no Brasil, delimitando de princípios e compromissos; eixos estruturantes; ênfases curriculares; competências e habilidades gerais e orientações nos âmbitos do ensino, pesquisa e estágio como bases para a formação dos psicólogos em todo Brasil. E conforme define o Art. 5º das DCN: A formação em psicologia exige que a proposta do curso articule os conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- a) **Fundamentos epistemológicos e históricos** que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia;
- b) **Fundamentos teórico-metodológicos que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível**, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia;
- c) Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional, de forma a garantir tanto o **domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção**, quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional;

- d) Fenômenos e processos psicológicos, que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente;
- e) **Interfaces com campos afins do conhecimento** para demarcar a natureza e a especificidade do **fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos;**
- f) Práticas profissionais voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins (DCN/CNE, 2004, p. 2, grifo meu).

O PPC deste curso de psicologia investigado foi elaborado em 2012 e, implementado em 2014, continuava em vigor durante o campo em 2023. Com quase 150 páginas, contou com um grupo de trabalho dedicado a esta tarefa, contendo um docente pertencente a cada um dos quatro departamentos do curso, bem como um representante da Clínica-Escola associada ao instituto e um presidente, sendo cinco mulheres e um homem, todos heteroidentificados por mim como brancos.

Este grupo de trabalho realizou a revisão do currículo anterior e, pareada às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia (DCN), delimitou os Eixos Estruturantes, Competências e Habilidades desejados para formação de profissionais. Ademais, o PPC foi apresentado e revisado por diferentes instâncias institucionais, como outros grupos de trabalho, conselhos internos, colegiados e decanatos para sua posterior aprovação. No entanto, parece ter havido pouco diálogo com os discentes, especialmente em termos deliberativos, isto é, o documento indica que eles foram informados, mas que não tiveram participação decisiva no processo de elaboração dos documentos.

O projeto pedagógico é um documento destinado à estruturação de uma proposta curricular e no caso deste documento analisado, sua revisão teve como objetivo adequá-lo às demandas científicas, mercadológicas e sociais, identificando competências e habilidades necessárias para a formação de psicólogos para atuação profissional nos âmbitos supracitados e com orientação ética segundo os preceitos do Código de Ética da profissão. O PPC inicia-se com a descrição histórica da universidade, do instituto e seus departamentos, bem como os laboratórios e linhas de pesquisa em vigor à época, trazendo o alinhamento a diferentes resoluções, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as DCN e ao Conselho Nacional de Educação (CNE) vinculado ao MEC.

O PPC analisado apresenta a aplicação quase literal dos eixos estruturantes propostos, mas com pequenas alterações: por exemplo, no “eixo a” das DCN, que no PPC é dividido em dois, como instâncias separadas, ou seja, 1) Fundamentos teóricos e 2) Fundamentos

históricos. O mesmo acontece com os eixos “c”, “e” e “f”. Tratei de grifar os eixos que dão pistas para a caracterização de uma formação contextualizada socioculturalmente e reconhecidamente antirracista, em diálogo com as normativas N.º 018/2002 do CFP e o Código de Ética do Profissional Psicólogo (2005), as quais preveem, respectivamente, que “os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo” (CFP, 2002, p. 2) e na vedação, em seu Art. 2º inciso “a)”, “Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão” (CEPP, 2005, p. 7).

Em todo PPC, só existe um subtópico dedicado a detalhar os aspectos “sociais” do curso, contando somente com uma página, contendo a descrição das formas de ingresso e a estatística em relação ao sexo dos estudantes, sendo um curso composto por mais de 70% de pessoas do sexo feminino, nos termos do documento. E me pergunto se só seriam esses os aspectos sociais relevantes, estando ausentes os dados de raça/cor dos estudantes logo no ano em que a Lei n.º 12.711 de 2012, a Lei de Cotas, entrou em vigor. De forma complementar, existe apenas uma menção à inclusão social, apontando que a universidade conta com “estudantes estrangeiros, cotistas e indígenas”, ou seja, estrangeiros internacionais e os estrangeiros nacionais, indicando um entendimento tácito de qual é o perfil normal dos estudantes.

Retomando às diretrizes, estas também determinam quais são as habilidades e competências a serem desenvolvidas no curso de psicologia e, através dessas, compreendo a potencialidade de contrastar o delineado e o aplicado no que se refere a escolha de determinados aspectos em detrimento de outros. No entanto, considero que a implementação de projetos e políticas não são a mera execução de normas, “mas uma ação difusa na qual vários agentes a influenciam” (MILANEZI; SILVA, 2019, p. 445).

Habilidades e competências são termos polifônicos que dependem do referencial teórico que orienta o seu uso. Nas DCN, não há definição teórica de referenciamento, mas no PPC da universidade, partem de um viés estadunidense da psicologia organizacional (ABBAD; BORGES-ANDRADE, 2014), na qual se entende as habilidades como a capacidade de “saber como fazer” determinadas atividades, e as competências se referem à aplicação bem-sucedida de conhecimentos, habilidades e atitudes. Assim, categorizam as habilidades como pré-requisito para o desenvolvimento de competências, dando indícios de uma noção específica de aprendizado, baseada nas ciências cognitivas estadunidenses (INGOLD, 2010).

Nas DCN, são listadas sete habilidades e 15 competências, já no PPC são sete e 10, respectivamente, através das quais se prevê uma formação generalista. No recorte deste estudo, isto é, de identificar as preconizações documentadas para uma formação atenta às demandas socioculturais e raciais, viso assinalar as habilidades e competências que indiquem, em seu conteúdo descrito, o fomento ao ressoar do sociocultural para a formação dos graduandos. Inicialmente, havia estabelecido que o enfoque seria nos aspectos raciais, mas obtive resultados apenas da ausência desta temática e, por isso, resolvi expandir para os aspectos socioculturais, os quais abrangem ou esperava abranger as relações raciais.

Como critério de inclusão ao recorte, selecionei, além da análise do conteúdo da descrição das habilidades e competências, palavras que possuem sentido próximo ao de social e cultural, como *contexto*, sociedade e especificidades. Apenas uma habilidade estabelecida nas DCN associam-se ao recorte, a saber: “e) Analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais”. E, das sete habilidades listadas no PPC, quase todas (seis) prezam pela atenção às demandas contextuais.

- (1) Analisar **variáveis contextuais sobre as quais o psicólogo atua**;
- (2) Selecionar, aplicar e avaliar instrumentos e procedimentos de **avaliação conforme o contexto de atuação**;
- (3) Selecionar, aplicar e interpretar instrumentos e procedimentos de **intervenção psicológica conforme o contexto de atuação**;
- (5) Avaliar com base na ética profissional **práticas psicológicas e sua repercussão na sociedade**;
- (6) **Identificar as necessidades da clientela** e de beneficiários;
- (7) Utilizar **informações de áreas afins** na resolução de problemas em psicologia (PPC do curso de psicologia, grifo meu).

Já no que tange às competências citadas no Art. ° 9 do DCN, seis das 15 associam-se ao recorte:

- a) Analisar o campo de atuação profissional e seus **desafios contemporâneos**;
- c) Identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e **agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo**;
- h) Coordenar e manejar processos grupais, **considerando as diferenças individuais e sócio-culturais dos seus membros**;
- i) **Atuar inter e multiprofissionalmente**, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;
- k) Atuar profissionalmente, em diferentes níveis de ação, de caráter preventivo ou terapêutico, **considerando as características das situações** e dos problemas específicos com os quais se depara;
- o) **Saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional**, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional. (DCN/CNE, 2004, p. 3, grifo meu).

Ao passo que no PPC, apenas três das 10 competências podem ser associadas ao recorte, são elas:

- (a) Realizar intervenções psicológicas **de acordo com as características do contexto** e do problema;
- (b) Atuar em **diferentes contextos promovendo a saúde** e a qualidade de vida de pessoas;
- (c) Atuar em diferentes contextos promovendo o desenvolvimento e a inserção no mundo do trabalho de pessoas, grupos, organizações e **comunidades**;

Diante disso, as questões raciais estão ausentes, de forma focalizada, nas preconizações estabelecidas pelo PPC do curso de psicologia desta universidade. O esforço de expandir a compreensão para sociocultural indicou uma potencial interlocução, mas sem uma delimitação precisa, haja vista que a palavra *contexto*, utilizada com bastante frequência, possui um entendimento ambíguo; ora pode ser sinônimo de social, ora de ambiente. E como o documento é orientado por uma perspectiva cognitivista, há uma maior aproximação com o entendimento biológico de *contexto* enquanto sinônimo de ambiente, isto é, do micro cenário que circunda, como oposição ao interno, mas sem, necessariamente, explorar o macro, o sociocultural. Isto posto, a categoria *contexto* mobilizada nos documentos não engloba a atenção às demandas raciais.

Para além dos termos ontoepistêmicos, elenco as dinâmicas raciais brasileiras como moldadas, através da ideologia da democracia racial, para o antirracismo, na recusa moral de especificar pessoas a partir de sua raça/cor. No entanto, como salienta Joaze Bernardino-Costa (2022), o antirracismo não enfraquece o racismo, mas o sofisticado e reforça sua capilaridade, sendo uma estratégia de denegação gerada pela branquitude. O meio preconizado pelo autor e pelos movimentos negros brasileiros para o enfrentamento ao racismo, foi de propor a racialização da realidade, de nomear e utilizar o pertencimento racial, como categoria historicamente construída, para elencar que desigualdades foram esculpidas a partir deste. E, assim, pleitear políticas públicas de reparação. O entendimento é de que para tratar um problema, é preciso reconhecê-lo de antemão.

Nesse sentido, a democracia racial, além de uma ideologia nacional, configura-se como uma tecnologia de subjetivação dos brasileiros, sobretudo para aqueles nascidos no último século, quando esta ideologia possuía mais força. As quais, hoje adultas, gerem, delineiam o Estado e aplicam suas políticas. E no cenário das políticas públicas de saúde, Milanezi e Silva (2019) identificaram que esse antirracismo se materializa no comportamento dos profissionais, na interdição e silenciamento da raça, na ausência de procedimentos e na resistência ao conhecimento.

Tendo isso em vista, vejamos a aplicação do PPC na construção do currículo, em termos de fluxo e disciplinas.

2.3.2 A aplicação

A carga horária mínima para tornar-se psicólogo na universidade pesquisada é de 4.200 horas, com duração prevista de cinco anos, com a obrigatoriedade de realizar diversas disciplinas, pesquisas e estágios. São cerca de 26 componentes obrigatórios no total, incluindo-se disciplinas, pesquisas e estágios, para uma formação teórico-prática. O conteúdo das disciplinas deve adequar-se aos eixos comuns delimitados pelas DCN e, institucionalmente, se materializam em departamentos cujas áreas guarda-chuvas são: clínica, educacional, organizacional e comportamental.

De forma complementar, os estudantes podem cursar disciplinas optativas oferecidas tanto pelos departamentos da psicologia, quanto de outros cursos. Sendo assim, conforme o PPC, o curso de psicologia nesta instituição afirma-se generalista e flexível, sem definição de ênfase curricular, amparado na ética e reflexão. Ademais, prevê a separação entre teoria e prática, entre disciplinas e estágio, como entidades distintas, como se o conhecimento fosse uma informação cerebral “que seres humanos seriam mecanismos para processá-lo” (INGOLD, 2010, p. 7), nos mesmos moldes das habilidades e competências.

Nesse sentido, argumento inspirado em Ingold (2010), que esse modelo cognitivista de aprendizagem produz uma específica forma de ensino, que se privilegiava a transmissão de conhecimentos através da leitura e discussão, como se a aprendizagem fosse um fenômeno puramente cerebral, ao passo que a prática seria a execução mecânica gerada pelo intelecto. Por isso uma separação radical na estrutura curricular entre o que seriam disciplinas teóricas e práticas, com um maior número daquelas dedicadas à formação teórica.

Diante dessa característica identificada nos documentos, proponho a aproximação com essas disciplinas tidas como teóricas para compreender como os ideais preconizados pelo PPC são transmitidos, em termos de habilidades — já que são conhecimentos teóricos, e identificar a interface com a temática racial ou sociocultural. Para isso, acessei o currículo do curso presente no PPC e analisei as ementas das disciplinas, isto é, uma espécie de síntese dos objetivos de cada disciplina.

No processo de aproximação com o conteúdo das ementas, estas não constam no PPC, mas podem ser acessadas na plataforma online da universidade. No entanto, identifiquei que, para além da existência das versões da década passada presentes na plataforma, havia versões

atualizadas, datadas de 2020, no site do instituto, mas que ainda não constavam na plataforma. Diante desse achado, foi possível traçar breves comparações no que se refere aos objetivos e bibliografia indicada.

A partir da leitura das ementas dos 26 componentes obrigatórios estabelecidos pelo PPC, identifiquei não haver disciplina obrigatória ou optativa institucionalizada dedicada à temática racial, ou étnica³⁴. Diante dessa ausência, selecionei disciplinas que, em seu título e conteúdo da ementa, davam indícios de associação com o tema deste capítulo, justamente por discutirem aspectos socioculturais na formação em psicologia. Das 26 disciplinas obrigatórias, apenas cinco apresentaram potencial, em seu título e ementa, para contribuição na formação nos termos estabelecidos: Psicologia: Ciência e Profissão, Ética e Psicologia Social, Bases da Psicologia Clínica e Técnicas Psicoterápicas.

Na disciplina de primeiro semestre, Psicologia: Ciência e Profissão, a versão antiga e recente são quase idênticas e ambas estabelecem objetivos e bibliografia a discussão do cenário sócio-histórico da psicologia como ciência e profissão no Brasil. E preconizam pelo compromisso crítico “profissional, científico e pessoal” alinhado aos direitos humanos, mas sem menção focalizada às relações raciais.

Já em Ética, tem-se como objetivo discutir a regulamentação e credenciamento profissional, mas sobretudo as preconizações e vedações presentes no Código de Ética da profissão. Na versão anterior da ementa, da década passada, apresentava-se vanguardista com aproximações com a bioética latino-americana, porém, a versão atual atenta-se às violências estruturantes em suas especificidades no Brasil, como racismo, sexismo, LGBTfobia e do fundamentalismo religioso, com bibliografia indicada para cada uma destas minorias.

Na disciplina Psicologia Social, não encontrei o modelo antigo da ementa, somente a de 2020. A partir de seu título sugestivo, imaginei maior probabilidade de discutir o racismo no Brasil e seus impactos psicossociais. Na descrição dos objetivos, há o tópico “Preconceito e Discriminação: diversidade, grupos minoritários”, no entanto, observando a bibliografia indicada, a maioria das obras são dos Estados Unidos, alinhadas à tradição de cognição social, mais próxima às análises evolucionistas e biologizantes dos comportamentos. Dessa forma, é necessário considerar que o preconceito e a discriminação não são práticas universais ou unívocas, mas respondem ao contexto sociocultural, pois como sinalizou Lélia

³⁴ A temática tem aparecido nos últimos anos como disciplina de tópicos, nas quais os ministrantes possuem a liberdade para escolher o tema da disciplina. Quando as relações raciais foram tema das disciplinas de tópicos, foram ministradas por discentes dos programas de pós-graduação no estágio docência, majoritariamente mulheres negras. Um indicativo da falta promovida pelo currículo e da agência das estudantes.

Gonzalez (1988), no Brasil temos um racismo fenotípico, ao passo que nos EUA se dá pela ascendência.

Na versão antiga da disciplina Bases da Psicologia Clínica, tinha-se como objetivo apresentar os processos históricos dessa área, desde as bases epistemológicas e a atual prática profissional, apresentava uma bibliografia clássica internacional, de diferentes origens e idiomas, como foco na psicopatologia, no psicodiagnóstico e na atuação psicoterapêutica, mas sem indicação do enfoque nas demandas do país. Todavia, na nova versão, a bibliografia básica apresenta enfoque na prática clínica circunscrita pelas dinâmicas sociais do território no qual será aplicada, considerando os marcadores sociais como raça e gênero. Os artigos indicados em sua maioria foram publicados em periódicos brasileiros.

E, por fim, a disciplina de Técnicas Psicoterápicas, tanto antiga quanto a nova ementa, prezam por uma visão integrada entre história, epistemologia e prática psicoterapêutica, mobilizando autores clássicos, mas com várias obras de autoria brasileira. Como diferencial, o modelo aplicado alia as perspectivas contemporâneas, bem como as produções brasileiras, dando ênfase ao *contexto* sócio-histórico. O que indica uma reflexividade da intervenção como condicionada ao contexto. Apresento um trecho da ementa:

Fundamentos históricos, epistemológicos e antropológicos da psicoterapia. Análise crítica das definições de psicoterapia. Relação entre as **psicoterapias e o contexto sócio-histórico**. Questões teóricas, técnicas e éticas do processo terapêutico. Relação terapêutica: situação transferencial, aliança terapêutica e comunicação. A indicação em **psicoterapia e as demandas clínicas contemporâneas** (EMENTA, disciplina Técnicas Psicoterápicas, grifo meu).

Isto posto, é evidente uma transformação nos documentos, nos termos de uma maior criticidade e interlocução com as demandas estruturais do *contexto*, seja nos objetivos das disciplinas ou na bibliografia. Entretanto, as ementas funcionam apenas como referência e não, necessariamente, são aplicadas, haja vista que os docentes possuem autonomia para organizar os programas das disciplinas, os quais dependem da orientação teórica e, conseqüentemente, política do docente. Discutirei mais adiante a respeito dos agentes dessa universidade que tanto delinearão quanto são responsáveis pela aplicação dessas preconizações.

Para além das disciplinas obrigatórias, um ponto interessante é que para graduar-se em psicologia, o PPC elenca dois pilares temáticos, que devem ser cumpridos de forma seletiva: 1) disciplinas sobre intervenções em diferentes contextos (como sinônimo de ambiente profissional) e 2) estágios. Os quais englobam, respectivamente, os contextos de

violência, com crianças e adolescentes, em políticas públicas, na atenção comunitária, na saúde pública ou na psicoterapia; ao passo que no treinamento prático em situações-problema, os estágios, às áreas possíveis são a psicoterapia, as intervenções psicossociais, a saúde pública, nas organizações ou nas escolas.

É normalmente nestes pilares seletivos em que são aplicados os eixos estruturantes preconizados pelas DCN, dos quais destaco especificamente o eixo “e”, que diz sobre a necessidade de interface com outras áreas, como as ciências sociais, que possuem maior associação com o aspecto macro da sociedade, em termos socioculturais. Entretanto, vemos que nestes pilares temáticos de seletividade foram privilegiados apenas o eixo “f”, que diz respeito ao contexto como práticas profissionais, mas não como universo simbólico.

É importante destacar que o supracitado eixo “e” das DCN não é aplicado para a formação de psicólogos. Dessa forma, embora haja a possibilidade de se cursar de forma autônoma, não há uma obrigatoriedade de cursar disciplinas centradas na discussão dos fenômenos sociais, essencialmente próximos da sociologia e antropologia. O que dificulta uma formação em psicologia atenta às demandas do território no qual se aplica, haja vista que estas são ciências do contexto sociocultural, segundo ASDAL e MOSER (2012).

Distanciamento este que limita a potencialidade das intervenções, pois a universalização de terapêuticas descaracteriza e silencia o sujeito, por ignorarem as necessidades de quem demanda o cuidado. E, conforme discutirei no próximo subtópico, a partir dos dados apresentados por Fanon e Azoulay (2020) num hospital psiquiátrico na Argélia e por Alexandre Pereira (2020) num ambulatório transcultural no Brasil, a antropologia se mostra como uma importante ferramenta para a capacitação de profissionais da saúde, sobretudo psiquiatras e psicólogos.

E no que tange ao quadro docente, os agentes que delineiam e aplicam o PPC, do Departamento dedicado à atuação clínica, este possui 24 professoras ativas na graduação, das quais 17 são mulheres e sete homens, e somente duas destas 24 são, heteroidentificadas racialmente por mim, pessoas negras — uma delas recém-contratada por demanda do corpo discente de graduação e pós-graduação.

No que se refere à formação, em análise dos seus currículos presentes na Plataforma Lattes, destas 24 docentes, apenas duas possuem formação dedicada ou complementar sobre relações raciais. Já em termos de produção acadêmica, também apenas duas abordam a temática racial de forma central em publicações de autoria única ou com coautores, mas que estas duas encabeçam a produção — ambos recém-contratados. Um dado interessante é que outras cinco docentes apresentaram produções sobre raça e racismo, mas sempre como

coautoras de suas orientandas de pós-graduação, todas negras, em publicações feitas a partir de 2018.

Nesse sentido, trata-se de uma atenção muito recente do departamento para os atravessamentos raciais, porém não por agência dele, mas a partir do tensionamento gerado pela ocupação de pessoas negras, sobretudo mulheres, na pós-graduação. A estratificação racial vista neste corpo docente se associa à hiper representatividade de pessoas brancas nas posições de gestão e planejamento do Estado brasileiro e a consequente exclusão de pessoas negras (IPEA, 2020).

Para além do mito da democracia racial, compreendo a função do pacto narcísico da branquitude como um dos mecanismos para denegação das violências raciais na formação, haja vista que focalizar as desigualdades raciais é reconhecer a existência desta e, conseqüentemente, concretizando as prescrições éticas e políticas, combatê-las. E, nestes termos, combater o racismo é desconstruir os privilégios psicossociais garantidos pela branquitude, em termos subjetivos e materiais.

Nesse sentido, o referido PPC foi delineado e aplicado por agentes brancos sem formação ou produção atentas às demandas raciais, através dos quais foi esculpida uma específica formação. E, segundo Gouveia e Zanello (2022), a ausência das relações raciais na formação tem produzido psicoterapeutas que negligenciam as relações raciais em suas práticas profissionais, que sequer consideram o racismo como produtor de sofrimento psíquico.

Diante disso, esta formação está documentada e repercute na trajetória de pessoas, produzindo realidades, psicoterapeutas e cientistas. De forma específica, apresentarei no Capítulo 4 a reverberação destas políticas, diretrizes e desejos para algumas pessoas formadas por esse currículo.

Isto posto, na seção adiante, retomarei os aspectos delineados pelos documentos, em especial a partir do estranhamento iminentemente antropológico, no sentido de desfamiliarizar conceitos (VELHO, 1978). Conforme mencionado durante o capítulo, discutirei com mais fôlego os sentidos do uso da palavra *contexto*, a qual foi mobilizada com muita frequência nos documentos. Argumento que o sentido implicado depende do referencial teórico e, no caso específico do PPC, há uma proximidade com a perspectiva cognitivista estadunidense.

Diante da ambigüidade identificada no uso desta palavra, compreendo que, com o repetido uso de *contexto*, se pretende abarcar os aspectos socioculturais, ainda que de forma superficial, mas que, na prática, é insuficiente. Assim, esta denegação na focalização das

questões raciais e socioculturais nos documentos tem a ver com as bases ontoepistêmicas das ciências *psi* e com os fundamentos do racismo no Brasil, como apresentado, reverberando na atenção à saúde mental e suas intervenções, sobretudo para não-brancos. Diante dessa falta, enxergo potencial da antropologia para mediar tal distanciamento.

2.4 Contexto pra lá, contexto pra cá: Contribuições antropológicas para a formação de psicólogos-psicoterapeutas

Nas análises dos documentos, deparei-me com o frequente uso da palavra *contexto*. Tanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia, que, com extensão de seis páginas, apresenta a palavra supracitada em 15 oportunidades, quanto no PPC do curso analisado, o qual com quase 150 laudas, *contexto* é acionado 78 vezes. Ao mapear essa repetição, constatei dois movimentos em minha análise: 1) propor o estranhamento ao que me era familiar e 2) entender que a repetição não é aleatória, ou seja, havia um sentido. Pude perceber minha interpretação não como algo universal compartilhado por todos, mas como um entendimento particular, atravessado por influências teóricas. E, diante disso, visei identificar e investigar os sentidos do uso presentes no documento a respeito dessa palavra.

Embora *contexto* pareça não necessitar de detalhamento em seu significado, o sentido do uso é diferente a depender do ponto de partida (para quem? A partir de onde?) . Em uma rápida busca no *Google* a respeito do termo, encontrei, no Dicionário Online de Português, a seguinte definição: “**relação de dependência** entre as situações que estão ligadas a um fato ou circunstância” (grifo meu). A fim de comparar, também busquei a definição em dicionários estadunidenses, pois, como já discutido, esse país é o grande centro de produção científica da psicologia e exerce grande influência no cenário estudado. Segundo o *Collins Dictionary*, a palavra “*context*” é utilizada da seguinte maneira: “*the context of an idea or event is the general situation that relates to it, and which **helps** it to be understood*” (grifo meu). Conforme grifado, parece haver um entendimento diferencial na intensidade da influência do *contexto*, pois na definição brasileira a palavra mobilizada foi “dependência”, já o dicionário estadunidense utilizou-se de “*helps*”.

A análise etimológica e linguística não é o centro da discussão, ainda que possa contribuir para o entendimento. A minha compreensão de *contexto*, nessa dimensão aplicada cientificamente, prescinde do acompanhamento das palavras “social” e “cultural”, ou melhor, a junção destas em “sociocultural”, atribuindo o sentido do uso como pano de fundo

organizativo das ideias, valores e práticas de determinada formação social, constituído historicamente. Sendo assim, o meu entendimento de *contexto* é automaticamente um sinónimo de “cultura”, em consonância com as *etnopsis*.

Dessa forma, identifiquei que nas DCN, o uso da palavra *contexto* servia como sinónimo de situação e circunstância de ação profissional, numa dimensão micro das relações interpessoais com vistas a operacionalizar as habilidades de análise frente às adversidades que constituem as intervenções. Dessa forma, há uma separabilidade entre o uso de *contexto* e às demandas sociais, como visto no item “e)” do artigo 3º, que preconiza pela “ atuação em **diferentes contextos considerando as necessidades sociais**, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades” (DCN, 2004, p. 1, grifo meu). E quando se procura relacioná-las, é usado o complemento “social” para dar esse sentido no uso, identificado também no item “e)”, mas do artigo 5º, que se refere aos eixos estruturantes:

e) *Interfaces com campos afins do conhecimento* para demarcar a natureza e a **especificidade** do fenómeno psicológico e percebê-lo em sua interação com **fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos** (DCN, 2004, p. 2, grifo meu).

Já nesta utilização preconizando uma compreensão contextualizada do fenómeno psicológico em interação com os fenómenos biológicos e sociais, não compreendo o entendimento tal como utilizado na descrição do artigo 3º, mas centrando-se no pano de fundo macro, em termos do conjunto biológico e social, ainda que forma pouco específica. Ou seja, existe uma ambiguidade na utilização de *contexto*, mas quando o objetivo é dar o sentido mais amplo, o complemento “social” é usado, porém, quando não há complemento, parece associar-se ao sentido de ambiente ou circunstância, como se fosse o sentido normal, carecendo de especificação somente quando desvia do objetivo absoluto. Assim como as *etnopsis* que incluem o termo etno aos saberes *psi*, indicando que estes não englobam o etno em seu normal, sendo necessário detalhar quando o fazem.

De forma muito similar ao PPC, no qual tais especificações também estão presentes. No entanto, no PPC há a indicação do referencial teórico que embasa o entendimento dos processos de aprendizagem e subjetivação, diferentemente das DCN que não indicam. O viés assumido pelo PPC está alinhado a uma perspectiva da psicologia organizacional estadunidense (ABBAD; BORGES-ANDRADE, 2014), de matriz cognitivista, como categoriza Ingold (2010). Nesta perspectiva, hegemônica no Brasil, *contexto* é facilmente

tomado como ambiente, numa aproximação com o entendimento biológico sobre ambiente, isto é, do micro cenário que circunda, como oposição ao interno, mas sem, necessariamente, explorar o macro, o sociocultural.

Para além da característica do racismo à brasileira no que tange ao encobrimento das desigualdades raciais, a recusa ou dissimulação do *contexto*, em seu sentido sociocultural, também é uma relação constituinte da ciência moderna, conforme Karin Knorr-Cetina (1991):

“O contexto da ciência, seja pessoal, social ou mais amplamente cultural, é normalmente considerado irrelevante para uma compreensão filosófica adequada da ciência” (Giere 1988, p. 3). Este comentário é interessante não apenas porque mostra até que ponto a filosofia considera a ciência sinônimo de racionalidade, mas também porque mostra toda a força com que a racionalidade é vista como sinônimo de procedimento sem contexto sem textura. Na filosofia da ciência, a racionalidade é caracteristicamente configurada contra o ‘contexto’ em um arranjo centro-periferia, com a racionalidade percebida como estando no centro da conduta de interesse (...) A visão de que ‘contexto’, ‘sociedade’ ou ‘cultura’ está à margem da ciência/conhecimento e que a questão é, na melhor das hipóteses, como domínios que ‘afetam’ o procedimento cientificamente racional é estranhamente auto-restritivo na medida em que ignora como determinante externo de algo que é puro método científico ou puro pensamento, mas como parte da organização interna e desempenho dos procedimentos de desenvolvimento e base de conhecimento (KNORR-CETINA, 1991, p. 106-107, tradução minha).

Este fundamento científico diz respeito ao seu contexto sociocultural de estruturação, pois como afirma o teórico decolonial Enrique Dussel (2005), as bases epistemológicas da ciência moderna estão enraizadas em um determinado território e momento histórico, em que a colonização mostra-se fundante no pensamento, na experiência e nas teorizações filosóficas que deram bases para o surgimento da ciência moderna. A exemplo disso, Dussel cita a filosofia cartesiana que compreendia o poder do pensamento/racionalidade a partir da lógica onipresente da divindade cristã e por meio de um universalismo.

É então a partir desta matriz ontoepistêmica, nos termos de Denise Ferreira da Silva (2022), que analiso como o uso de *contexto* aparece de forma esvaziada em termos socioculturais. Para além da ausência nos documentos, esta dinâmica de silenciamento do *contexto* sociocultural já foi identificada na prática psicoterapêutica de psicólogos e psiquiatras, na etnografia de Alexandre Pereira (2020) junto a um ambulatório transcultural para imigrantes-refugiadas em São Paulo. Os resultados desta pesquisa mostram como o ideal universalista do sofrimento psíquico opera na prática de psicólogos e psiquiatras, sobretudo em termos epistemológicos, não só no âmbito dos livros passados, mas da compreensão dos relatos trazidos pelas pacientes, os quais eram analisados através de um manual universal de

transtornos mentais. Os argumentos do autor apontam para a caracterização da psicoterapêutica centrada na assimilação *psi*, nos termos de Fanon e Azoulay ([1954] 2020):

Reflexivamente, o psiquiatra adota a política da assimilação. O autóctone não tem necessidade de ser compreendido em sua originalidade cultural. O esforço tem de ser feito pelo “nativo”, que tem todo o interesse em se assemelhar ao tipo de homem que lhe é proposto. A assimilação, nesse caso, não implica reciprocidade de perspectivas. Há toda uma cultura que deve desaparecer em benefício de outra (FANON; AZOULAY, [1954] 2020, p. 143).

Nesse sentido, o relato das imigrantes-refugiadas era tomado enquanto fictício, que escamoteia uma raiz nosográfica biomédica universal “que não era um modelo explicativo, mas explicação. Se era biologia, não era cultura: apenas era” (PEREIRA, 2020, p. 147). Ainda segundo o autor, as bases epistemológicas eram aplicadas nos tratamentos e também assumidas e performadas pelos profissionais, ou seja, entendiam-se como agentes universais e aculturais da ciência, ao passo que as imigrantes-refugiadas eram tidas como hiperculturais, prescindindo uma hierarquia — também característica simbólica da ciência moderna. De forma muito similar ao trazido por Juliana Boldrin (2020), em sua etnografia do tratamento hospitalar de pacientes com tuberculose em um centro de referência também em São Paulo, o qual recebia pacientes por “motivo social”, isto é, pessoas com um “modo de vida desajustado” por razões sociais de vulnerabilidade, como uso problemático de drogas e prostituição. É como se o adjetivo “social” caracterizava uma condição radicalmente alheia aos profissionais de saúde, como agentes apartados do social, mas servia para descrever os “outros”, pacientes específicos, hiper-sociais.

De acordo com Pereira (2020), era bastante comum a falta de adesão das imigrantes-refugiadas aos tratamentos em saúde mental, dado esse que não tensionava a equipe de saúde a repensar os métodos e técnicas utilizados, mas acabava por imputar às pacientes uma falta de comprometimento, reforçando o estereótipo de que imigrantes e minorias raciais seriam pacientes problemáticos, algo já assinalado por Frantz Fanon ([1976] 2020) e pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN/MS) brasileira de 2009.

Dessa forma, evidencia-se o emudecimento dessas imigrantes-refugiadas atendidas pelos serviços: essas pessoas e seus problemas tornam-se antes as interpretações que as profissionais que povoam esses espaços fazem delas, do que o que elas mesmas acreditam que sejam - assim, as interpretações tornam-se mais reais que as pessoas. Os saltos interpretativos são próprios de um multiculturalismo condescendente que não acha que deve escutar as pessoas antes de formular juízos de verdade sobre elas e, ainda que as escute, faz-se ouvidos moucos: o autismo cultura é antes uma condição projetada sobre imigrantes-refugiadas do que algo que ela produz

internamente a suas estruturas biológicas e/ ou psicológicas (PEREIRA, 2020, p. 140).

Dinâmica essa muito similar ao que Archie Mafeje (1971) nomeou de “ideologia do tribalismo”, ao identificar que muitos pesquisadores europeus em contextos africanos se utilizavam do conceito de tribo antes mesmo de entrar em contato a realidade, de forma reducionista e estática. O que muitas vezes os faziam deturpar a realidade para caber em suas teorias prévias.

Nesse sentido, argumento que este universalismo e descontextualização sociocultural se caracterizam como uma violência em saúde³⁵. Realidade essa já relatada em outro país do sul-global³⁶, em que Frantz Fanon ([1954] 2020) em coautoria com Jacques Azoulay descreveram a ineficiência de se extrapolar métodos e técnicas psicoterapêuticos de um determinado contexto sociocultural para ser aplicado em outro, a saber a técnica francesa de socioterapia em sujeitos argelinos. Em 1954, os autores estavam atuando como médicos-psiquiatras a serviço da França na conjuntura colonial sobre a Argélia, num hospital psiquiátrico em que havia separação em alas a partir do gênero e da nacionalidade. Os autores identificaram a eficácia da socioterapia e da ergoterapia (terapia ocupacional) na ala de mulheres europeias, propondo encontros semanais de caráter artístico, laboral e lúdico, somados às psicoterapias, se mostraram bastante eficazes; interpretação embasada no aumento das altas médicas, diminuição do uso de equipamentos de contenção e em termos de gerais de qualidade comunitária de vida. E diante do sucesso desse método, tentaram aplicá-lo na outra ala: a de homens muçulmanos.

O objetivo era criar cooperação comunitária e potencializar a sociabilidade, contudo, foi um fracasso. Os autores constataram que isso aconteceu justamente porque os processos de socialização/endoculturação/subjetivação constroem noções de saúde, doença e terapêuticas específicas e fincadas numa determinada matriz sociocultural. Isto é, não se tratam de noções universais, mas particulares. No entanto, através da colonização e do imperialismo, a compreensão específica oeste-europeia foi imposta como ideal a outros contextos.

Para chegar a essas conclusões, Fanon e Azoulay ([1954] 2020) realizaram uma investigação etnográfica junto aos seus pacientes e seus territórios, identificando origens, valores e costumes, e descobrindo uma significativa diversidade étnica entre eles. Diante

³⁵ Os quais também podem ser caracterizados como práticas de genocídio contra povos indígenas brasileiros, como trazido na crônica de Oiara Bonilla (2016) a respeito da imposição do diagnóstico de depressão sobre as vivências de *desgosto* entre os indígenas Paumari.

³⁶ Em termos analíticos decoloniais e não geográficos, pois a Argélia encontra-se acima da linha do Equador.

disso, apontaram as razões para o fracasso da extrapolação psicoterapêutica: 1) a linguagem falada era distinta entre o psiquiatra e o paciente; E como o diagnóstico *psi* se dá pela linguagem, é necessário a compreensão do patrimônio afetivo e cultural da sociedade à qual o sujeito está inscrito; 2) as intervenções artísticas propostas, como teatro, coral, confecção de jornais e cinemas não faziam sentido fora do contexto sociocultural europeu, assim como em termos lúdicos, as brincadeiras ensinadas em ambientes escolares não eram compartilhadas por crianças árabes, que nesse período da vida dedicam-se à atividade do pastoreio. Ainda, sim, de forma genérica, a ergoterapia junto à terra mostrou-se profícua, por associar-se ao vivido pelos sujeitos muçulmanos:

[No] hospital psiquiátrico, pode-se tentar organizar ateliês de ráfia, tecelagem ou cerâmica. Mas seria melhor, ao que parece, confiar tais trabalhos às pacientes mulheres [europeias]. Para os homens [muçulmanos], é preciso partir de predisposições mais genéricas e mais arraigadas na personalidade do paciente - constatamos isso com os delirantes e mesmo com os catatônicos. Basta lhes dar uma pá ou uma enxada para que se ponham a carpir e a roçar, sem que haja nenhuma necessidade de incentivá-los a isso. Esses camponeses são próximos à terra, têm um vínculo com ela. E, se conseguirmos atrelá-los a um lote de terra específico, despertar neles o interesse pelo produto do cultivo, então o trabalho será genuinamente um fator de reequilíbrio; essa ergoterapia poderá ser inserida numa atividade social específica (FANON; AZOULAY, [1954] 2020, p. 151).

A partir da importação dos operadores terapêuticos da cultura dos pacientes, como festejos, alimentos e histórias tradicionais, Fanon e Azoulay identificaram maior adesão às atividades e à vivência comunitária, ou seja, maior adesão ao tratamento psicoterapêutico. A importação dos operadores terapêuticos da cultura dos pacientes é uma das premissas fundantes das *etnopsis* ou abordagens transculturais, e o que todas elas têm em comum é a estreita relação com os saberes e fazeres da antropologia (SIQUEIRA et al., 2021).

Inclusive, no referido estudo de Fanon e Azoulay ([1954] 2020), os autores diagnosticam que os erros da universalização terapêutica deram-se por conta da falta de integração dos saberes da antropologia contemporânea e que, a partir da utilização dos mesmos, foi possível promover intervenções psicoterapêuticas com eficácia. Pois, conforme sistematizado por Claude Lévi-Strauss em “A Eficácia Simbólica”, o “universo simbólico do homem organiza-se pela cultura, e mostra que quando existe coerência entre o internalizado pelo sujeito e a intervenção à qual ele é submetido, a eficácia se comprova” (LÉVI-STRAUSS, 1949 *apud* MARTINS-BORGES et al., 2019, p. 251-252).

Nesse sentido, a inserção das ciências sociais, sobretudo a antropologia, mostram-se fundamentais para a formação de profissionais da saúde, pois conforme apontam as

pesquisadoras dos estudos sociais de ciência e tecnologia, Kristin Asdal e Ingunn Moser (2012), às ciências sociais se caracterizam como dependentes do *contexto* e promovem o esforço de contextualização no diálogo com outras ciências; algo também assinalado pela tradição brasileira da antropologia da saúde (LANGDON, 2014). A etnografia de Alexandre Pereira (2020) nos mostra não só a importância de se utilizar da antropologia na formação teórica de profissionais da saúde mental, mas sobretudo sua potencialidade na cotidianidade dos serviços de saúde, seja em termos preliminares do cuidado, como no acolhimento dos pacientes, ou no pós-atendimento, na discussão coletiva dos casos.

Os dados que fundamentam essa indicação estão no relato etnográfico do autor enquanto antropólogo voluntário em um ambulatório de psiquiatria transcultural, no qual era demandado a ensinar, como docente, sobre o *contexto* cultural e social para a equipe de saúde e para os profissionais em formação. Assim, a antropologia se mostrou como importante ferramenta teórico-prática formativa em termos de promover habilidades de reflexão, contextualização e escuta para os profissionais ao diminuir o estereótipo, exotização e etnocentrismo intrínsecos aos saberes *psi* e otimizar a comunicação.

Ainda que tais valências tenham sido reconhecidas na formação teórica, Pereira relata que, na prática, ao compor o serviço de saúde, as intervenções de antropólogos incomodavam os profissionais de saúde, sobretudo psicólogos, muito por conta do jogo hierárquico entre a psicologia e a psiquiatria, em que, anteriormente ao ingresso de antropólogos, as contribuições transculturais viriam dos psicólogos, pois estes teriam uma formação teoricamente mais próxima dos aspectos socioculturais se comparado aos médicos-psiquiatras. O que no cotidiano se materializou em posturas resistentes a *feedbacks*. Sendo assim, o autor percebeu que, embora os saberes antropológicos efetivamente contribuíssem para os serviços de saúde e o cuidado integral em saúde mental, havia variáveis contextuais, macro e micro, que limitavam suas contribuições, a saber: uma ontoepisteme fundamentalmente etnocêntrica e hierárquica, além da introjeção desses valores na performance dos profissionais, bem como querelas no que tange a disputas de mercado. Dessa forma, os antropólogos, na prática, eram vistos como tradutores da cultura para o sujeito poder ser mais facilmente assimilado psiquicamente:

[...] A antropóloga deveria ajudar, portanto, na limpeza dessa camada externa acessória de modo que médicas e psicólogas pudessem desempenhar seu ofício da mesma forma que faziam com as "sem cultura", ou seja, com aquelas que não eram consideradas alteridades radicais e que "compreendiam" a - e não acreditavam na - clivagem epistêmica entre as elaborações feitas por médicas e psicólogas e aquelas feitas pelas pacientes imigrantes-refugiadas (PEREIRA, 2020, p. 135).

Portanto, Pereira notou a tentativa de que houvesse um rompimento com os princípios éticos de uma antropologia implicada no que tange a levar o sujeito a sério, de incentivar a mediação diplomática entre mundos, tensionar saberes em suas bases ontológicas e epistemológicas, mas sobretudo no contextualizar socioculturalmente o sujeito. Se esse rompimento fosse concretizado, todas essas potencialidades seriam anuladas e postas às avessas se colocadas a serviço da biomedicina de forma acrítica e sem diálogo, contribuindo, então, para a assimilação e dominação — o que não seria algo novo na antropologia, muito pelo contrário, conforme discutido no Capítulo 1.

Por fim, em termos práticos, sinalizo uma importante contribuição dos antropólogos no serviço de saúde etnográfico por Pereira (2020) que sintetiza este subtópico: foi somente após o ingresso de antropólogos na equipe de saúde que os dados identitários dos pacientes passaram a ser coletados pelo ambulatório de psiquiatria transcultural, como raça/cor, etnia, religião, nacionalidade, língua entre outros, ou seja, a antropologia enquanto intercessora pela contextualização sociocultural dos sujeitos. O que ressoa com a cena etnográfica norteadora do capítulo, especificamente sobre a presença/ausência do quesito raça/cor.

Considerações finais

Portanto, a partir das provocações geradas em campo, introduzidas na cena etnográfica norteadora do capítulo, em especial ao identificar a ausência e desarmonia do documento com o padrão normativo do IBGE no que se refere à categoria raça/cor, foi possível balizar algumas temáticas centrais para a formação de psicólogos-psicoterapeutas. Início discutindo os fundamentos epistemológicos que orientam a ciência psicológica e indicando suas principais ênfases práticas, como a pesquisa e a psicoterapia em seu desenvolvimentos históricos no Brasil, as quais se deram atravessadas por demandas geopolíticas.

Partindo de uma leitura decolonial da formação das ciências, a discussão histórica esteve pautada no reconhecimento de que nenhum saber é universal, mas fundamentalmente socioculturalmente localizado, fruto de demandas específicas e alinhado ao poder hegemônico. Trata-se, nesse sentido, de apontar que a ciência psicológica é um saber provinciano, gerado a partir de confluências, fricções e arbitrariedades próprias da realidade oeste-europeia, a qual se constitui enquanto centro de poder global ao perpetrar roubos, escravização e genocídio de outros povos e territórios. Essa lógica ou pano de fundo

constitui as bases ontológicas e epistemológicas dos saberes forjados nesse território, com modos de significação centrados na separação analítica dualista-hierárquica dos seres e das coisas, na autopercepção universal, no individualismo, na relação de domínio para com a natureza e na recusa de se a ver com os próprios conteúdos subjetivos — as neuroses.

Ainda que estas sejam as bases ontológicas e epistemológicas da psicologia, esta ciência não é apenas fruto de seu contexto sociocultural, mas também foi afetada em sua história através da agência de sujeitos e coletividades. Pois como trabalhado no capítulo, a psicologia passou por diferentes fricções, desde as subversões psicanalíticas no que tange ao método, na sistematização e operacionalização dos métodos e técnicas de tratamento psicológico, nos tensionamentos ideológicos propostos pelos marxistas e decoloniais na aplicação do conhecimento, etc.

Dessa forma, a psicologia enquanto ciência e profissão apresenta-se em constante movimento, pois ainda que tenha sido forjada com determinados valores que ainda a constituem, a mesma apresenta diversas ressignificações se comparada a qualquer outro período histórico, dito de outra forma, não existe uma psicologia no singular, mas no plural, que estão sendo produzidas e destruídas pelos sujeitos, sejam eles profissionais ou usuários. Há uma predominância hegemônica do contexto sociocultural, mas que não as determina de forma homogênea.

E diante disso, esse capítulo dedicou-se a discutir a formação de psicólogos-psicoterapeutas em sua historicidade, mas sobretudo através dos documentos que orientam a formação de psicólogos no Brasil e na universidade estudada, que foram, respectivamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia (DCN), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o currículo e as ementas das disciplinas. Os documentos foram elencados como objeto de análise enquanto artefatos etnográficos indicativos da perspectiva do Estado e da Ciência para constituição da profissão psicologia, sem perder de vista o seu caráter político e ideológico presente em sua construção, isto é não enquanto entidades transcendentais, mas como esculpida e aplicada por pessoas constituídas de subjetividade, raça, política, gênero, desejo e, portanto, de ciência (LOWENKRON; FERREIRA, 2014).

Nos documentos supracitados, no qual o PPC replica as orientações das DCN, há a delimitação de princípios e compromissos; competências e habilidades gerais; eixos estruturantes; ênfases curriculares e orientações nos âmbitos do ensino, pesquisa e estágio. Há a preconização por uma formação e atuação integral, generalista, condicionada ao código de ética. Embora preconize por uma atenção contextual, argumento que a noção de *contexto*

adotada se refere a uma compreensão biológica-cognitiva (INGOLD, 2010), atenta às variáveis ambientais em seu sentido micro-social.

Nesse sentido, compreendo que *contexto*, seguindo este viés, é insuficiente para promover a atenção às demandas socioculturais em termos macro-sociais, isto é, *contexto* não engloba as relações raciais. Complementarmente, a universidade estudada não promove disciplinas com foco na temática racial ou étnica, nem materializa a interface preconizada com disciplinas das áreas sociais, como sociologia e antropologia, para formação específica de psicólogos.

Ainda em relação às disciplinas, das aqui analisadas, é evidente que uma mudança está em curso, não só porque as ementas foram atualizadas há poucos anos, mas sobretudo em relação à sua proximidade com as demandas do Brasil — com a nomeação de violências estruturais, além de autores críticos contemporâneos, mas sem perder as contribuições relevantes dos autores clássicos. Como exceção, temos a disciplina Psicologia Social, que segue exclusivamente com referenciais EUA-centradas.

Evidente que a materialização crítica nas ementas se configura um avanço, entretanto, a mesma funciona apenas como referência e não, necessariamente, é aplicada, haja vista que os docentes possuem autonomia para organizar o programa das disciplinas e, como identificado, os docentes do departamento não possuíam formação ou produção para lecionar sobre relações raciais e seus impactos psicossociais. Somente duas, das 24 docentes, possuem formação dedicada ou complementar sobre relações raciais; já em termos de produção acadêmica, também apenas duas abordam a temática racial centralmente em publicações de autoria única ou com co-autores, mas que estas duas encabeçam a produção — ambos recém-contratados. Um dado interessante é que outras cinco docentes apresentaram produções sobre raça e racismo, mas sempre como co-autoras de suas orientandas de pós-graduação, todas negras, em publicações feitas a partir de 2018.

No entanto, tal desatenção às relações raciais vai de encontro a orientações do Código de Ética do Profissional de Psicologia, especificamente nas práticas vedadas, em seu Art. 2º inciso “a)”, que veda “Praticar **ou ser conivente** com quaisquer atos que **caracterizem negligência**, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão” (CFP, 2005, p. 7, grifo meu). E também de encontro com a normativa N.º 018/2002, em seu Art. 1º, resolve que “Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão, **contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo**” (CFP, 2002, p. 2, grifo meu).

Portanto, diante da necessidade de racializar a formação de psicólogos-psicoterapeutas, estabelecida na literatura e nas orientações éticas, aposto no encontro com as ciências sociais, sobretudo a antropologia, para esculpir esta escuta contextualizada socioculturalmente. Tomando a antropologia como uma ciência do contexto sociocultural (ASDAL; MOSER, 2012), indiquei sua potencialidade de gerar reflexividade, não por meio de respostas manualísticas, mas por meio de perguntas, como (para quê? Por quem? Para quem? O que gera? A partir de qual?).

E, por meio da discussão teórica, sobretudo através de Fanon e Azoulay ([1954] 2020) e Pereira (2020), elenquei que os fundamentos antropológicos potencializam a comunicação entre alteridades, a mediação diplomática entre mundos e um cuidado em saúde mental que ressoa com o contexto sociocultural que seria, então, racializado. Isto posto, neste capítulo, a reflexividade antropológica contribuiu para o tensionamento, de forma relativista, das bases ontoepistêmicas dos saberes *psi* (INGOLD, 2010) e a compreensão de que os processos de sofrimento e expressão destes, são social e localmente matizados (LANGDON, 2014) e, portanto, suas intervenções e tratamentos também devem ser.

A tempo, retomo que nem todo conhecimento antropológico possui orientação crítica e equitativa, pois conforme discutido no capítulo anterior, esta ciência possui um passado e presente marcados pela supremacia branca e pelo racismo, sobretudo contra indígenas. Mas que assim como a psicologia, mostra-se em movimento, abrindo fissuras e ressignificações.

Por fim, ao investigar documentos me foi profícuo refletir sobre as entrelinhas dos discursos materializados em diretrizes, as quais são forjadas por epistemologias e agência, no salto entre o preconizado e o aplicado, como visto na relação entre as DCN, o PPC e a literatura. Ademais, mapear o perfil identitário de quem aplica as diretrizes possibilitam associações a respeito do porquê a temática racial estar historicamente negligenciada na formação, mesmo que de forma não-intencional. Nesse sentido, interdependentemente, a cena etnográfica vivida mobilizou um estudo teórico-documental que será base para a discussão da vivência etnográfica no Capítulos 3, cujo objetivo é tensionar o teórico e o documentado.

Capítulo 3

Entre *Lógicas de Cuidado Psicológico* e as Instituições: O estágio e serviço de psicoterapia racializada Sankofa

Cena metodológica

Se nos capítulos predecessores discuti teorias e documentos a partir de pequenas cenas etnográficas, neste terceiro capítulo visou apresentar o percurso da pesquisa no encontro físico e subjetivo, numa universidade pública do centro-oeste brasileiro, com o grupo de estágio e serviço de psicoterapia racializada Sankofa, composto por estagiárias, supervisoras, com as histórias de membros antigos, com a instituição Clínica-Escola e com que a faz. A ideia desta pesquisa nasceu na minha experiência de graduação em psicologia, iniciado em 2017 como estudante negro e periférico, frustrado, logo no início, ao me deparar com um curso hiper representado por pessoas brancas de classe média, em um país de maioria racial negra. Durante o curso, a frustração foi ganhando novos contornos quando consegui nomear o eurocentrismo monoepistêmico e o conseqüente epistemicídio de saberes de pessoas negras e indígenas, agenciando uma formação para o cuidado de um ser universal, muito diferente daqueles da minha realidade, que os reencontrava após pegar três ônibus de volta para casa. A possibilidade de nomear essa frustração veio por meio do encontro com coletivos negros e LGBT, como também pelo romance estabelecido com a antropologia e a sociologia, desde o meu segundo semestre na graduação.

Diante dessa falta, tomei conhecimento da existência do Sankofa, um serviço e grupo de estágio que dialogava com os meus anseios e que por questões éticas não posso me aprofundar muito sobre isso. De todo modo, o romance com as ciências sociais seguiu a todo vapor a ponto de estar realizando o mestrado no PPGAS/UnB, mas sem deixar de lado o anseio daquele João calouro fascinado com a fantasia universitária, mas frustrado com o real. Frustração que me carrega até aqui, a ponto de investigar a formação de psicólogos-psicoterapeutas, para além da minha experiência, e conhecer e nomear mecanismos para caracterizá-las como se dão.

Sendo assim, elegi o Sankofa como caminho de encontro com a realidade. O primeiro contato para a realização da pesquisa se deu no início de 2023 com Cenira e Benedita, as duas supervisoras e coordenadoras da época, que acolheram muito bem a ideia, em que apresentei o projeto de pesquisa, mas pediram que eu desenhasse melhor meus objetivos. De início, no

planejamento desta pesquisa, visava acompanhar as reuniões de supervisão do grupo e investigar a percepção das professoras do Departamento de Psicologia Clínica e Psicanálise sobre o estágio e a proposta de racialização do atendimento psicoterapêutico. No entanto, logo após o aceite e nas primeiras experiências em campo, identifiquei e fui solicitado por Cenira a prestar atenção numa questão muito latente na história do Sankofa e que estaria se repetindo naquele momento: a dificuldade com a institucionalidade, ou nos termos de Cenira, a imposição da “marginalidade”.

Isto posto, a pesquisa ganhou novos contornos no encontro com o real e com as interlocutoras, encontrando o Sankofa num momento de transição, na troca de supervisoras, saindo Benedita e entrando Tiago, bem como na migração institucional da Gerência de Saúde da universidade e se associando à Clínica-Escola. Segui com objetivo de acompanhar as supervisões do grupo de estágio, mas assim como o Sankofa barrou em novas regras institucionais na Clínica-Escola, bem mais rígidas, aliás, também tive que me adequar a novas regras.

Seguindo o pedido de Cenira, tomei esse processo de institucionalização como objeto de investigação e logo de início identifiquei comportamentos autoritários e passivo-agressivos no encontro com as agentes da instituição, Michele e Lucinda, o que me deixava bastante irritado. Para realização da pesquisa alguns percalços foram vividos, como na inicial cobrança por avaliação ética do comitê de pesquisa interno da instituição, que de pronto recusou minha inserção por não se adequar aos parâmetros éticos da resolução CNS n.º 196/96, que estabelece requisitos éticos para pesquisa com seres humanos sob critérios das ciências da saúde — sendo minha proposta inserida nas ciências humanas e sociais. Com muita demora e pouca transparência recebi o parecer positivo da comissão de pesquisa interna da Clínica-Escola, após cobrar respostas e o meu projeto de pesquisa foi aceito ao argumentar minha circunscrição aos parâmetros da resolução mais atual que compreende as especificidades das ciências humanas e sociais (CNS n.º 510/2016).

O que, à época, interpretei como um preciosismo irrefletido pela avaliação do CEP/CONEP por parte da psicologia, mas sobretudo como uma resistência, ainda mais lembrando do cenário relacional de “vigilância” imposto ao Sankofa na época, a ser discutido no subtítulo 3.4.2. Interpretação reforçada quando entrevistei a coordenadora da Clínica-Escola Lucinda, que relatou desconforto por aprovarem a realização da minha pesquisa sem a sua presença — pois ela estava de licença médica — e afirmou “me assusta terem aprovado assim [o meu projeto]. Temo que eles não sabiam o que era exatamente”, questionando a qualidade de sua equipe, sendo ela nem de longe especialista em metodologia

científica ou em ética em pesquisa, mas conforme bradava “era a coordenadora” da Clínica-Escola. A qual, num momento posterior, em colaboração com uma nova supervisora Kelly, impossibilitou a continuidade das observações participantes em supervisão alegando “questões éticas”, conforme discutirei mais adiante.

Com a pesquisa aceita pelo comitê de pesquisa interno da Clínica-Escola, pude retomar o campo e acompanhar a cotidianidade formativa do Sankofa. Em acordo com as interlocutoras, definimos que esta pesquisa não precisaria ser avaliada eticamente pelo sistema CEP/CONEP, por entendermos que o delineamento direcionava-se somente às estagiárias e supervisoras, sem contato com pacientes ou dados sigilosos. No entanto, como exigência da Clínica-Escola, tive que argumentar e caracterizar que esta pesquisa estaria liberada da avaliação ética do sistema CEP/CONEP por estar sob o amparo da resolução do Conselho Nacional de Saúde n.º 510 de 2016, Art. 1, inciso VII, que dispensa da avaliação pesquisas com o seguinte perfil: “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e, contingencialmente, na prática profissional, desde que não revelem dados que identifiquem o sujeito”.

Isto posto, todos os nomes citados aqui são fictícios, tendo sido alterados para a garantia do anonimato das interlocutoras, bem como em termos da universidade onde o serviço atuou. Embora preze, em termos ético-políticos, pelo protagonismo e autoria, através da utilização de seus nomes reais, dos sujeitos com quem fiz e faço pesquisa em diferentes temáticas, neste caso, diante da resolução supracitada e das fricções contra a instituição, terei que me a ver com a frustração do anonimato nestes termos, portanto.

Sendo assim, realizei uma pesquisa de campo junto ao Sankofa entre abril e dezembro de 2023, por meio de técnicas como observação participante e entrevistas individuais. A observação participante, realizada entre abril e setembro, das supervisões, interações institucionais e eventos realizados pelo grupo se deram no espaço físico da Clínica-Escola. Como sugere o nome da técnica de pesquisa, a minha presença nas atividades engendrava observação e a interação com as interlocutoras.

Com o recurso do caderno de campo, realizava anotações das dinâmicas vividas e, ao final do dia, sistematizava as informações em um diário de campo digital. O período de observação participante contou com pausas significativas de cerca de um mês por conta da primeira negativa ética, depois mais um mês por conta das férias universitárias sendo encerrada com a desautorização de minha presença nas supervisões no final de setembro.

No que tange às entrevistas individuais, foram realizadas 13 entre setembro e dezembro daquele ano, especificamente com antigas estagiárias (três) e supervisoras (três),

além de estagiárias (duas) e supervisoras atuantes (duas), bem como com duas funcionárias da Clínica-Escola e duas professoras do Departamento de Psicologia. Entre encontros presenciais ou *online*, as entrevistas foram gravadas com o consentimento das interlocutoras, através da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tiveram duração média de uma hora, e visava compreender a história do Sankofa, desde sua fundação, funcionamento e cenário atual.

Através de questões semi-estruturadas, esculpi diferentes roteiros de entrevistas de forma a aprofundar dados produzidos na observação participante realizada previamente. Para estagiárias, buscava entender a formação vivida em psicologia e a influência do Sankofa nesta. Para supervisoras, também questionei sobre os impactos do Sankofa para a formação das estagiárias, mas foquei, sobretudo, no encontro do projeto com a instituição. Para as funcionárias da Clínica-Escola, o objetivo foi conhecer as regras e o funcionamento da instituição, além de suas percepções sobre o Sankofa, o que também foi central nas entrevistas com as docentes. Para análise, as entrevistas foram transcritas e organizadas em categorias a partir de seus conteúdos.

Sinalizo que a estratégia adotada para contar a história do Sankofa se refere à cronologia de funcionamento do grupo de estágio, isto é, início contando o surgimento em 2017 e as gerações do grupo através das entrevistas concebidas por antigos membros, até chegar em 2023 momento no qual participei observando. As interlocutoras, ao contarem as histórias durante as entrevistas, citaram nomes de outras interlocutoras possíveis.

A tempo, aproveitei para apresentar as interlocutoras do Sankofa, todas autodeclaradas e heteroidentificadas como negras. As fundadoras foram Antônio e Cenira, psicólogas negras e pesquisadoras na faixa etária dos 30 e 60 anos, respectivamente, que atuaram como psicoterapeutas e supervisoras clínicas na primeira geração de estagiárias, entre 2017 e 2018, vinculado institucionalmente à Clínica-Escola. Neste período, somando os semestres, o Sankofa contou com uma equipe de dezesseis pessoas, entre graduandas (estagiárias e pesquisadoras) e psicólogas voluntárias, dentre as quais destaco Benedita, Adelina e Naomi, estagiárias à época e na faixa dos 20 anos. Estas cinco interlocutoras contribuíram, via entrevistas individuais, para a construção dos subtópicos 3.1 e 3.2, que versam sobre o surgimento do serviço de psicoterapia e do grupo de estágio Sankofa, bem como sua primeira geração. Somado às entrevistas, também apliquei um questionário online para as pessoas que compuseram o grupo nesta época e obtive nove respostas, as quais também contribuíram para a escrita dos subtópicos supracitados.

Após um hiato de três anos, o grupo de estágio retomou às atividades por iniciativa de Cenira, umas das fundadoras, no início de 2022 — momento histórico do grupo que chamei de “Caule” (3.3) dando continuidade a uma metáfora inicial trazida por Cenira para caracterizar diferentes gerações. Esse período de 2022, contou com uma nova geração de estagiárias e, embora tenha significado a continuidade das raízes do projeto criado em 2017, também mostrou algumas rupturas, sobretudo no que tange à filiação institucional (não mais à Clínica-Escola, mas à Gerência de Saúde) e seu consequente enfoque diferencial na *lógica de cuidado psicológico*³⁷ adotada (não mais filiado a uma vertente psicoterapêutica de clínica-individual e privada, mas a um entendimento psicossocial de cuidado comunitário e público). Benedita e Adelina, estagiárias no período Raíz do Sankofa, retornaram ao grupo, mas na posição de supervisoras e se somaram à Cenira nesta posição.

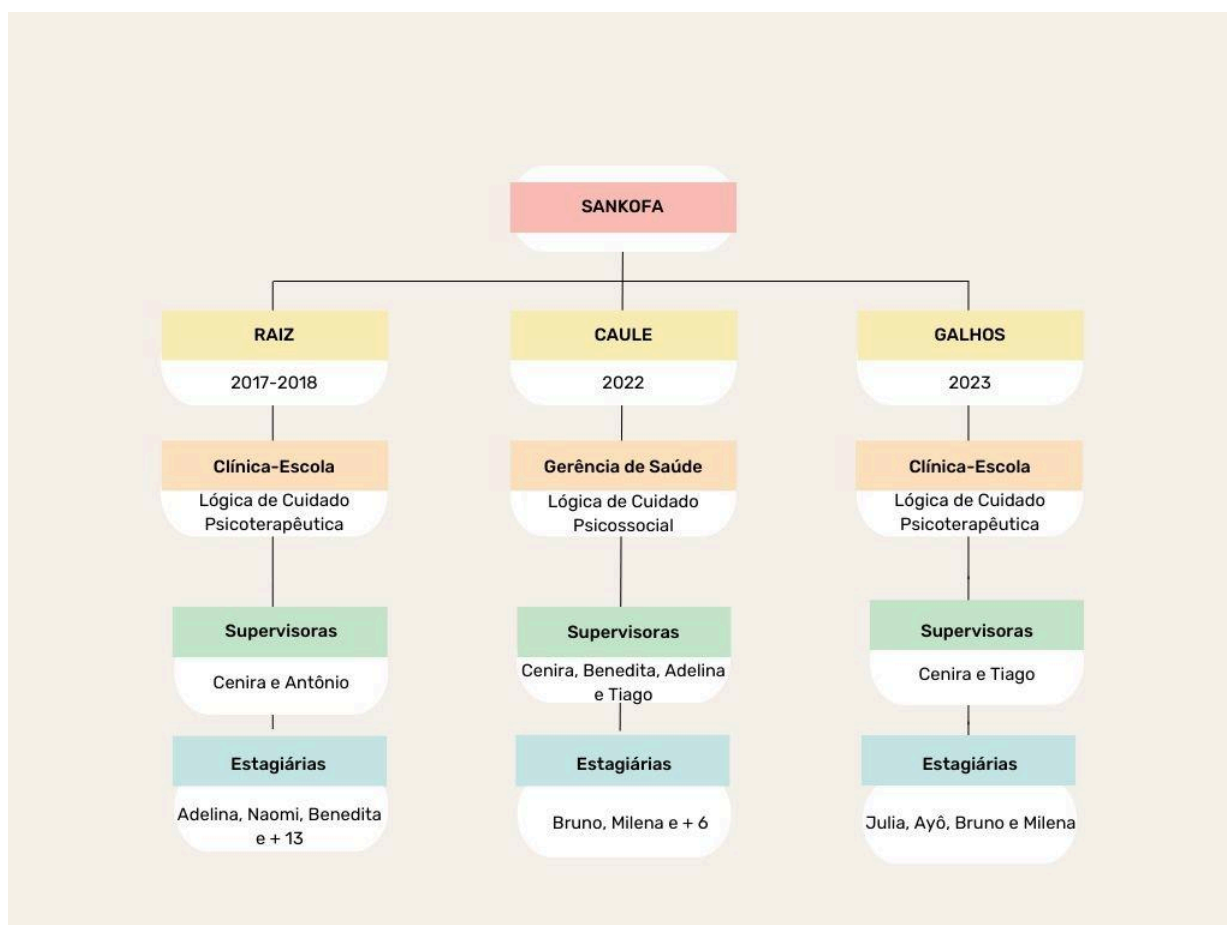
E, por fim, na terceira geração ou os galhos do Sankofa (3.4), a partir da observação participante e entrevistas em 2023, pude conhecer as novas estagiárias e alguns personagens que compõem o cenário atual. Cenira seguia sendo uma das supervisoras, mas agora acompanhada de Tiago, um psicólogo negro, servidor do SUS, na faixa etária dos 30 anos. As estagiárias eram Júlia, Milena, Ayô e Bruno, todas em final de formação.

E diante das fricções identificadas com a instituição Clínica-Escola, foi importante conversar com determinadas personagens que estavam na cotidianidade do serviço, como Lucinda e Michele, que eram funcionárias da Clínica-Escola, ambas brancas e psicólogas, mas em funções diferentes, eram coordenadora e técnica, respectivamente. Também entrevistei docentes do instituto de psicologia, foram elas: Getúlio, vice-coordenador da Clínica-Escola, e Isabela, ex-coordenadora da Clínica-Escola em 2018, ambas brancas e psicólogas. Além de Kelly, primeira docente negra do instituto de psicologia e que se tornou a supervisora do Sankofa por conta das amarras institucionais. Ao todo, portanto, realizei 13 entrevistas individuais, entre setembro e dezembro de 2023.

A fim de facilitar o mapeamento das leitoras, segue um esquema contendo as gerações do Sankofa, respectivos anos de funcionamento, filiação institucional, *lógicas de cuidado* adotadas, supervisoras e estagiárias.

³⁷ Uma categoria analítica inspirada na reflexividade de Annemarie Mol (2008) a respeito da nomeação de diferentes formas de conceber o cuidado psicológico, as quais serão melhor explicadas durante o capítulo. As utilizo com a primeira letra maiúscula para destacar.

Figura 1: Esquema histórico do serviço Sankofa



Fonte: Diário de campo do pesquisador. Elaboração própria.

Introdução

Nos capítulos precedentes gerados por reflexões em campo, me dediquei, respectivamente, 1) a uma (auto)validação epistêmica a partir da discussão sobre os aspectos étnico-raciais na história da antropologia, em especial sobre a noção hegemônica de antropologia brasileira, e suas implicações contemporâneas vividas por antropólogos brasileiros negros e indígenas. A (auto)validação epistêmica tem a ver com o discurso hegemônico sobre alteridade desracializada na antropologia, a qual é reforçada pelo pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2022) e paira sobre pesquisadores racializados quase como que uma entidade fantasmagórica — e foi isso que senti na escrita do primeiro diário de campo. E 2) a mapear a formação de psicólogos-psicoterapeutas em termos epistemológicos e históricos e da psicologia enquanto ciência e profissão, bem como de forma contextualizada à universidade em que realizei o trabalho de campo, especificamente em relação aos

documentos como as diretrizes nacionais, o Projeto Pedagógico do Curso, o currículo, as disciplinas, ementas e o quadro docente.

Tais esforços de análise me deram subsídios para escrita deste terceiro capítulo, sobretudo ao identificar repetições dos mecanismos tácitos de reprodução do racismo, não só enquanto atores balizados e subjetivados por ciências monoepistêmicas, mas, anteriormente, a outra repetição identificada em quase 100% das pessoas pertencentes à instituição: o pertencimento racial branco em uma sociedade estruturada pelo racismo. Mas não enquanto um fim em si, pois como trouxe Adelina, uma das interlocutoras membros do Sankofa, “o problema não é ser branco, é a ignorância”, a recusa de se a ver com a branquitude. Já em relação ao segundo capítulo, uma das contribuições foi identificar a distância entre o que é preconizado por diretrizes e o que é aplicado, em especial, a respeito de temáticas raciais — algo evidenciado e a ser discutido neste capítulo a partir dos dados contrastantes obtidos por duas diferentes técnicas de pesquisa, a saber: a observação participante e as entrevistas.

Diante disso, este capítulo pretende discutir a etnografia junto ao Sankofa, um serviço de psicoterapia racializada e de estágio para estudantes universitários negros, isto é, composto por estagiárias negras para o atendimento de outros graduandos negros, enquanto iniciativa voluntária de psicólogos negros diante do desamparo psicossocial da universidade no cuidado em saúde mental de estudantes negros. E que, em diferentes gerações de existência, sofreu com o processo de institucionalidade, mas também plantou sementes ao potencializar uma formação contextualizada socioculturalmente para as estagiárias e um atendimento ético aos pacientes, considerando o pertencimento racial como aspecto fulcral para subjetivação e sofrimento psíquico.

Especificamente, nestes três primeiros subtópicos (3.1; 3.2 e 3.3), discutirei o surgimento do serviço e suas duas primeiras gerações, nomeadas, respectivamente, Raiz e Caule como metáforas para o desenvolvimento do Sankofa, tendo como inspiração a nomeação realizada por uma interlocutora, Cenira, ao se referir ao primeiro grupo de pessoas pertencentes ao projeto como “Sankofa raiz”. O período de existência dessas primeiras gerações é anterior à minha entrada em campo, dessa forma, trata-se de dados coletados por entrevistas e através da aplicação de um questionário com pessoas que compuseram o projeto na referida época.

Serão objetos de discussão o contexto político e social que impulsionam a criação do projeto, a estruturação como serviço e grupo de estágio, as dificuldades e facilidades seletivas encontradas na fricção com a instituição (TEIXEIRA; CASTILHO, 2020) e suas dinâmicas

raciais inerentes e, por fim, discorrer sobre a paridade racial como estratégia constituinte da demanda³⁸ e do serviço e as contribuições para formação de psicólogos-psicoterapeutas, que serão alvo de maior atenção no capítulo seguinte. Em especial, no subtópico 3.3, dedicado à discussão da segunda geração, iniciarei a discussão sobre a categoria analítica que nomeei de Lógicas do Cuidado Psicológico inspirado em Annemarie Mol (2008), nos termos da identificação de uma racionalidade nos ideais e nas práticas de cuidado através do contraste entre duas diferentes formas, como realizado pela autora em seu empreendimento etnográfico a respeito dos tratamentos da diabetes nos Países Baixos. As duas Lógicas do Cuidado Psicológico mobilizadas serão a Psicoterapêutica e a Psicossocial enquanto modos contrastantes, estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso de psicologia da referida universidade e que serviram como mote para o serviço Sankofa em dois momentos distintos, embora identifique que haja uma congruência entre essas lógicas no funcionamento do Sankofa.

Já no subtópico 3.4 em diante, os dados partem da minha inserção enquanto observador participante, tendo sido colocados ao encontro dos dados gerados nas entrevistas posteriores. Subtópicos nos quais retomarei alguns temas constitutivos dos subtópicos anteriores, como institucionalidade³⁹, *lógicas de cuidado psicológico*, etc. e novas questões como o esboço de um padrão de demandas, mas com uma maior riqueza qualitativa, por justamente terem sido gerados pela congruência entre entrevista e observação, podendo identificar o contraste entre o dito e o feito, a opinião e o comportamento. E conforme a insidiosidade e capilaridade do racismo à brasileira, a captação e significação da violência racial é mais identificada pelos aspectos mais visíveis, via observação do que é feito e como as pessoas se comportam.

Por fim, pretendo explorar os últimos respiros do Sankofa vistos em campo, embora eu tenha sido retirado deste no meio da pesquisa. Principalmente, analisando como a institucionalidade é uma das maquinarias da branquitude, vista na “experiência paranoica”⁴⁰

³⁸ “Demanda” é uma categoria êmica bastante mobilizada pelas interlocutoras em campo enquanto ação de solicitar algo carregado por necessidade e/ou desejo. Há diferentes interpretações deste termo a depender da abordagem técnica.

³⁹ Também se trata de uma categoria êmica, e refere-se ao reconhecimento da instituição em relação aos projetos. Tal categoria se assemelha ao entendimento de autoras que teorizam sobre o racismo institucional, como Jurema Werneck (2016). E apresenta ressonância com a cena da antropologia das instituições e práticas de poder, de forma clássica com Mary Douglas (1998) e contemporânea com Sérgio Castilho, Antônio Souza Lima e Carla Teixeira (CASTILHO et al., 2017).

⁴⁰ Caracterização dada por um interlocutor ao narrar as fricções entre o Serviço Sankofa e a Clínica-Escola no cotidiano, no sentido de sempre estarem em estado de alerta, em que a nomeação de tais fricções enquanto violências institucionais se caracterizaria como paranoia, “maluquice”. Uma das características do racismo à brasileira, em termos de sua insidiosidade e capilaridade.

vivida pelas interlocutoras e por mim, assim como no enforcamento do projeto e seu atual estado de desmaio, ou melhor, desmaiado. Embora tal enforcamento, aparentemente, não deixe digitais e poucas pistas, defendo, a partir dos dados gerados em pesquisa, que essa mão do enforcamento não é tão invisível assim, a institucionalidade e branquitude não são tão fantasmagóricas como se entendem, assim como elaborado inicialmente no Capítulo 1 no discurso teórico.

3.1 “Uma demanda discente, uma demanda da rua”: O surgimento do serviço Sankofa

Conforme discutido no capítulo anterior, a atenção da ciência e da profissão em psicologia para relações raciais no Brasil, a partir de um prisma antirracista, é recente. Essa atenção tem se intensificado com mais fôlego na última década, muito por conta das políticas de ações afirmativas para negros nas universidades, e tem se materializado na revisão dos currículos, ementas e disciplinas, bem como na responsabilização do corpo docente ainda majoritariamente branco. Nesse sentido, trata-se de um desafio, mas um avanço histórico, pois conforme trazido pelas psicólogas interlocutoras, nenhum deles teve disciplinas ou trataram de relações raciais e racismo em suas formações. As transformações têm acontecido, nas normativas, nos documentos, no quadro docente, na literatura e na formação de modo geral, mas evidentemente não livre de resistência.

Diante desse panorama de atualizações e adequações epistemológicas e políticas, Isabela, docente branca do curso de psicologia, aponta que o Sankofa foi fundamental para essas transformações que têm acontecido — discutidas no capítulo anterior, pois, ainda na metade da década passada, já denunciava a necessidade de se ter um olhar contextualizado e racializado na formação do psicólogo, especialmente em sua atuação como psicoterapeuta. O Sankofa foi uma iniciativa de duas psicólogas negras voluntárias em 2017 por conta do alto número de denúncias de adoecimento psíquico de discentes negros universitários. As quais se davam justamente pelas vivências raciais adoecedoras em plena universidade, desde violências mais simbólicas como a disparidade racial entre docentes e servidores da limpeza, ao desprezo de autores que não fossem eurocentrados, até tratamentos diferenciados em sala de aula, silenciamentos, desprezo, desamparo institucional, etc.

Quando perguntado, em entrevistas individuais, a respeito do nascimento do Sankofa para duas pessoas participantes do projeto desde o seu surgimento, Adelina e Benedita, fizeram questão de contextualizar social e politicamente o cenário da universidade e do país em 2016. Ano em que se deu o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff e o país

passou a ser governado por Michel Temer, que logo em seus primeiros meses de mandato instituiu o teto de gastos públicos⁴¹. Cenário que, segundo Adelina, foi crítico para as universidades e para ciência em termos orçamentários, mas também políticos, pois naquele momento se fortalecia um acirramento político-partidário no país em que professores, estudantes e instituições de ensino eram demonizados e perseguidos.

Adelina fez questão de lembrar deste momento histórico porque o mesmo foi responsável por acirrar ainda mais as desigualdades na universidade, já que os frequentes cortes orçamentários do governo afetaram as políticas de permanência estudantil. Ou seja, uma universidade em recente expansão, com aumento no número de vagas para ingressantes cotistas, raciais e socioeconômicos, passa a não ter mais subsídios para garantir a permanência destes estudantes. E, como sabido, o desamparo institucional atinge mais uns do que outros, e no Brasil, temos uma racialização da pobreza, conforme defendido por Sueli Carneiro (2015).

Logo foi perceptível os frutos do sucateamento: estudantes perdendo suas moradias, com fome, abandonando seus cursos e, inevitavelmente, também em sofrimento psíquico. Benedita ressalta que neste período eram bastante frequentes os afastamentos por saúde mental, bem como tentativas e consumação de suicídios na própria universidade, sobretudo de discentes negros, porém a universidade pouco fazia e sequer tinha uma instância dedicada à atenção à saúde de seus discentes. Ainda de acordo com Benedita, essas dinâmicas de adoecimento psíquico tinham a ver com o “sócios” e não com uma dimensão individual — tal análise nos dá pistas sobre a *educação da escuta* potencializada pela formação do Sankofa.

Assim como era um momento de ameaça à vida, também se mostrou como momento de mobilização coletiva, pois como salientou Adelina “foi uma resistência que gerou movimento”. Se à época foram comuns as estratégias de ocupação de espaços públicos por pessoas contrárias ao governo, especificamente alguns estudantes negros conseguiram se organizar coletivamente para ocupar uma sala na universidade, não só como forma de reivindicação político-partidária, mas sobretudo para terem onde dormir e sobreviver, já que foram fortemente afetados pelos cortes orçamentários nas políticas de permanência. A sala e o coletivo negro foram nomeadas de Mocambo — este coletivo foi fundamental para o surgimento do Sankofa.

⁴¹ Uma PEC que visou congelar investimentos em áreas essenciais como saúde, assistência social e educação por 20 anos. À época, previa-se que a área da educação poderia perder até R\$ 25,5 bilhões por ano em investimentos.

Conforme identificado por mim, em coautoria com Rodrigo Ramos, em uma pesquisa anterior (SIQUEIRA; RAMOS, 2021), a vivência em coletivos negros universitários está associada a promoção da saúde mental de estudantes negros, especialmente em termos de uma racialização crítica de si e do mundo, letramento racial, sentimento de pertencimento e retomada da autoeficácia intelectual e subjetiva. Além dos aspectos subjetivos, os autores argumentam que a estratégia de aquilombamento⁴² potencializa a luta política, justamente por organizar as demandas compartilhadas por seus membros e, assim, reivindicar o acesso aos direitos com mais força. E foi exatamente nesse aspecto que o Mocambo foi importante para o início do Sankofa.

3.1.1 “Ah, vai rolar uma roda de conversa sobre saúde mental e racismo” — Lançamento do núcleo regional da ABRANEP

Ainda no final de 2016, diversas atividades políticas estavam sendo realizadas no âmbito da universidade, mas por iniciativa discente ou externa, como foi o caso do evento “Racismo e sofrimento psíquico: questões para atualidade” organizado para inaugurar o núcleo regional da Articulação Brasileira de Negros-Psicólogos (as) (ABRANEP)⁴³. Este evento inicialmente teve como objetivo nomear os psicólogos que comporiam o núcleo regional da articulação nacional e discutir, com a presença de pesquisadores de outras áreas, questões relativas ao genocídio da população negra, racismo e políticas públicas e, principalmente, o despreparo da psicologia no âmbito das relações étnico-raciais.

Antônio e Cenira, fundadores do Sankofa e organizadores desse evento da ABRANEP, disseram ser esperado uma adesão pela comunidade universitária, mas que, na prática, ficaram assustados com tamanha participação:

Fizemos uma grande discussão e a gente lotou o auditório, o auditório estava lotado. Assim, tinha gente sentada nos corredores do auditório, no meio, nas laterais... tem foto disso assim que não me deixa mentir, o auditório estava lotado, lotado e me lembro de olhar lá da mesa, né? Com um certo desespero, né? Eu olhava para Cenira, ‘o que que a gente vai fazer com isso?’ Agora eu estou impressionado e assustado, né? Para você ver o tamanho da ausência, o tamanho da lacuna que a universidade deixou no quesito cuidado em saúde mental de estudantes negros, negras, indígenas, cotistas, nessa universidade (Antônio, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

⁴² Estratégia político-cultural de (re)existência, através da coletivização entre negros, diante de cenários racistas. Estratégia esta que remonta a resistência ancestral em quilombos, mas que difere dos quilombos contemporâneos.

⁴³ Nome fictício de uma associação criada na década passada, formada por e para negros-psicólogos (as), dedicada a estudos, ações e formações voltadas para o enfrentamento do racismo e a promoção de saúde mental da população negra brasileira.

Nos corredores da universidade, pouco se sabia sobre a existência e lançamento de uma articulação brasileira de psicólogos negros. O que circulava era de que haveria uma roda de conversa sobre saúde mental e racismo. Para os membros do Mocambo, seria uma oportunidade importante para demandar ações da instituição e, assim, se organizaram para participar do evento.

Antônio relembra que no momento aberto para discussão junto aos ouvintes, foram diversos os relatos de adoecimento psíquico de estudantes, não só como contribuição para a discussão do evento, no sentido de confirmar o despreparo das psicólogas para lidar com demandas raciais, mas também como uma convocação por ajuda, um pedido de socorro.

[O evento] me marcou muito em dois aspectos, primeiro a quantidade de estudantes negros e negras relatando episódios de racismo e adoecimento na universidade. Assim, uma quantidade absurda, muito grande. Não foi 1, duas ou três pessoas, foram muitas! Pediram a fala para dizer ‘estou adoecida e este adoecimento tem relação com racismo que sofro nessa universidade, dentro e fora das salas de aula’. A outra questão foi a convocação que nos fizeram, né? dizendo, ‘o que que vocês vão fazer? Para além desse seminário.’ Estando dentro de uma universidade, foi aí que a gente tomou essa responsabilidade muito grande, inclusive, eu diria. E a época confesso para você que eu nem sabia muito bem o que que a gente estava fazendo. O tamanho do que a gente estava criando, né? E só eu e a Cenira, principalmente, a gente só entendeu ‘bom, a gente precisa fazer alguma coisa, o que é que a gente vai fazer?’ ‘Vamos criar um grupo de acolhimento, de escuta!’. A gente vai falar sobre relações raciais, né? Aonde a gente quer chegar? Bom, a gente quer chegar num espaço, criar um espaço, oferecer um espaço onde as pessoas possam se ressignificar. Então vamos ressignificar as vivências, mas que vivências? As raciais. E realmente fomos eu e Cenira e mais ninguém. (Antônio, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Cenira complementou que a demanda dos estudantes não era somente por atendimentos psicoterapêuticos, mas por atendimentos com paridade racial, ou seja, psicólogos negros atendendo pacientes negros: “então foi uma demanda dos discentes, serem atendidos por profissionais negros”. A paridade racial ficou como uma característica do Sankofa, não por um entendimento técnico-teórico de que só negros poderiam atender queixas raciais, mas porque era constituinte da demanda. Aliás, isso será tema do próximo capítulo, mas de antemão sinalizo de que se trata de uma idealização feita pelos pacientes e, conforme trazido por Gouveia e Zanillo (2019), a qualificação para atender queixas raciais tem muito mais a ver com a formação, através de letramento racial teórico e prático. Embora, de fato, a paridade racial facilite o vínculo ou a transferência entre paciente e profissional — quesito fundamental para o processo psicoterapêutico.

Ainda referente ao evento de lançamento do núcleo regional da ABRANEP, Antônio lembrou de um tema que será central neste capítulo: o encontro com a institucionalidade.

Tratando-se de uma iniciativa vinculada à ciência psicológica, era esperado pelos organizadores, de maneira bastante orgânica, que o Instituto de Psicologia da universidade acolhesse tal evento, pensando na riqueza das discussões junto aos docentes, mas sobretudo com os discentes — um dos princípios norteadores da ABRANEP. No entanto, o pedido não foi acolhido pelo instituto e uma série de empecilhos e dificuldades incontornáveis foram colocadas a respeito do espaço físico. Em contraste a isso, receberam apoio incondicional do Instituto de Ciências Sociais, sobretudo de docentes da sociologia, que prontamente reconheceram a urgência e importância daquele evento, cedendo o principal auditório para sua realização. Em síntese, se trata de reconhecer a urgência e importância, ou como melhor trabalhado por Antônio: “é sobre vontade política”.

Dessa forma, foi nesse afã, com esse cenário político e institucional, mais amplo e mais local, que o Sankofa foi criado: para dar vazão a uma urgente reivindicação discente por cuidado contextualizado em saúde mental. E conforme sistematizou Adelina, que lembra de tudo como estagiária à época, tratou-se de uma demanda política e clínica, entendendo que estas categorias são absolutamente porosas e interdependentes, e que o individual é coletivo:

É uma demanda que nasce na política. Não é uma demanda de consultório, inclusive, do jeito que a gente é formado para receber essa demanda, né? É uma demanda que vem da rua, por assim dizer, por mais que a universidade se disfarça de qualquer outra coisa, a universidade é tão rua quanto qualquer rua, a gente se encontra lá. E aí o Sankofa nasce nesse ponto, de uma demanda que ela é política, de uma reivindicação que é pela vida das pessoas dentro daquele espaço, mas que ela constitui uma prática clínica. Uma prática de cuidado, uma prática de escuta e uma prática que me formou clinicamente” (Adelina, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

O nome escolhido para nomear o projeto não foi aleatório. Sankofa é um conceito originário de um provérbio tradicional entre os povos de tronco linguístico Akan, da África Ocidental, sendo representado por um símbolo Adinkra, um pássaro com a cabeça voltada para trás e segura uma pedra ou um ovo em seu bico. Em termos etimológicos, Sankofa inclui os termos San (voltar/retornar), Ko (ir) e Fa (olhar/buscar) e possui diferentes formas de tradução e entendimento. Segundo o filósofo Renato Nogueira (2019, p. 63), uma tradução aproximada deste conceito seria “a ideia de que devemos aprender com o passado para nos erguermos no presente e no futuro.” Essa representação do provérbio foi amplamente acolhida e significada na diáspora enquanto símbolo de resistência.

Figura 2: Adinkra Sankofa



Fonte: (LARKIN; GÁ, 2009, p. 41 apud NOGUEIRA, 2019)

E, a partir do trabalho de campo, compreendo que sankofa é bastante representativo do serviço de psicoterapia racializada, não somente como o ideal fundante, mas como uma lógica de enraizamento e fortemente contextualizadora. Nesse sentido, potencializando, através da escuta e devolutiva técnicas — características das ciências *psi* —, a construção de outro olhar sobre si no processo psicoterapêutico, isto é, de olhar o passado para ressignificar o presente e construir outro futuro. Tudo isso nos dá pistas de um enquadramento não-monoepistêmico deste serviço de psicoterapia.

3.1.2 As “vontades políticas”: As primeiras fricções com a institucionalidade

Diante disso, Antônio e Cenira, de forma voluntária, se dispuseram a realizar atendimentos psicoterapêuticos para os estudantes negros que reivindicaram cuidado contextualizado em saúde mental. No entanto, logo as psicólogas perceberam haver muitos estudantes solicitando atendimentos, inclusive com situação agravada em saúde mental, o que extrapolava as suas disponibilidades de tempo, tendo em vista que era um serviço voluntário e emergencial que deveria ser assumido pela universidade, já que os pacientes estavam vinculados à instituição.

A partir do diálogo com uma docente branca do instituto de psicologia, Larissa, foi dada a sugestão de que os psicólogos abrissem um grupo de estágio, tanto para dar conta de acolher a enorme lista de estudantes que solicitavam atendimento, como também para oportunizar uma formação contextualizada racialmente para graduandos negros de psicologia, que à época, já demonstravam insatisfação com a desracialização imposta pela formação. Além de sugerir a criação de um grupo de estágio, Larissa se dispôs a ser o vínculo

institucional, tendo em vista que a Clínica-Escola⁴⁴ da universidade possuía regras rígidas quanto à vinculação de profissionais e atividades em seu espaço físico.

É bem verdade que, em campo, as regras rígidas se mostraram bastante maleáveis a depender da relação estabelecida, pois conforme discutido no último capítulo, no que se refere aos documentos orientadores da formação, os artefatos têm política (WINNER, 2017) e são atravessados pelas subjetividades de quem os constroi e os aplica, assim como a instituição, que “não é um ente dotado de consciência e intenção, tampouco é uno nem uma ‘coisa’ palpável, senão feixes de relações de poder” (CASTILHO et al., 2017, p. 13).

Antônio lembrou que antes da colaboração de Larissa, ele e Cenira tentaram se vincular à Clínica-Escola da universidade como psicólogos-voluntários a fim de realizarem os atendimentos aos discentes, sobretudo para terem um espaço físico adequado. Para isso, foram conversar com a então coordenadora da Clínica-Escola, uma docente do instituto de psicologia, mas foram, no mínimo, mal-recebidos. E que, somado à indisposição para sediar o evento sobre saúde mental e racismo, além da estrutura formativa desracializada, em termos de disciplinas, temáticas de pesquisa, estágio e extensão denunciadas pelos discentes e apresentadas no último capítulo, contribuiu para reconhecer de um certo desinteresse institucional e científico, que não é aleatório e nem novidade, ao ser captado tanto pelas interlocutoras que atuaram no projeto em 2017 quanto por aquelas que compuseram em 2023:

Tem um ponto importante nisso também, que reforça a tese de que a psicologia e a institucionalidade, nunca foi ou não esteve, na época, disponível, interessada e aberta para esse debate [sobre relações raciais]. A primeira vez que a gente foi na Clínica-Escola, foi para conversar com a supervisora da Clínica na época, fomos eu e Cenira atrás dessa mulher, professora do departamento. E aí a gente falou com ela, falou da proposta e sem brincadeira, ela saiu andando, a gente, praticamente correndo atrás dela, contando da proposta do que era o Sankofá e ela andando lá, o TOC TOC TOC [barulho do salto] com sapato, segurando a bolsa, dizendo ‘aham’, meio que dando as costas para a gente. Nenhuma atenção, nenhuma atenção, sabe? Depois a gente foi até a Clínica-Escola, porque ela pediu pra gente conversar com ela de novo, fomos lá e foi uma série de questionamentos (Antônio, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

E Antônio fez questão de ressaltar que essa resistência e desinteresse não têm a ver, de forma pessoalizada, contra ele e Cenira, mas diz respeito ao desinteresse em relação às questões étnico-raciais, às necessidades de estudantes negros. Nesse momento, Antônio e

⁴⁴ As clínicas-escola são preconizadas pelas DCN como ambiente dedicado ao treinamento prático dos psicólogos. Na universidade investigada, esta foi fundada no século passado e atualmente é gerida por dois psicólogos servidores da universidade, na posição de coordenação e vice-coordenação. Ademais, possui um quadro de psicólogos técnicos dedicados à orientação das estagiárias, no que se refere a utilização dos documentos psicológicos, sobretudo o prontuário.

Cenira conseguiram a vinculação como psicólogos voluntários, mas através do intermédio da docente Larissa. Porém, ainda, sim, era um contexto muito difícil, várias pequenas dificuldades eram colocadas no dia a dia do serviço, como o agendamento de salas, dizendo “ah, esse horário não pode” ou “essa sala já está reservada” sem propor alternativas para resolução, além da frequente lembrança de que eles não faziam parte da Clínica-Escola, cobrando declaração ou autorização superior para questões diárias. Dificuldades essas que prosperaram até a intervenção de Larissa, que precisou ir conversar na coordenação.

O desinteresse ou falta de “vontade política” fica bastante evidenciada quando ocorre a mudança de gestão na coordenação da Clínica-Escola, na qual outra docente, Isabela, a nova coordenadora, estabelece uma relação bastante contrastante com o grupo Sankofa se comparada à anterior. “E aí tudo mudou”, apontou Antônio a respeito da troca de gestão. Uma docente com trajetórias de trabalho “na ponta” do SUS e dos dispositivos de assistência social e, portanto, com maior sensibilidade às lutas sociais, assume a coordenação da Clínica-Escola. Nesse sentido, elenco a formação-continuada de Isabela como o grande diferencial para sua vontade, reconhecimento e disponibilidade quanto à importância do Sankofa, no entanto, ressalto que não se trata de uma valência opcional, mas diz respeito ao cumprimento mínimo das preconizações éticas estabelecidas pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), ou seja, todos os profissionais devem ter consciência e compromisso.

O reconhecimento da importância do serviço pela instituição fez com que mudanças materiais acontecessem, evidenciando a política e subjetividade das regras ou suas “vontades políticas”:

A chegada da Isabela mudou o nosso acolhimento, que aí a Isabela deu passe livre assim. Ela falou [para secretaria e funcionários da Clínica-Escola] ‘gente, Antônio e Cenira tem acesso livre ao prédio, dêem para eles tudo o que precisarem’... E foi sala, recurso etc. E aí a gente conseguia café, fazia tudo que precisava, pegava qualquer sala. Às vezes a gente ia pra sala de grupo, sala de atendimento individual. Eu estava na Clínica-Escola assim, extremamente à vontade, após mudança de gestão. Então, nesse período, foi muito bom, que foi o período, inclusive, que a gente fez muita coisa lá na Clínica-Escola, pegou ali uma parte de 2017 e 2018. Então isso teve a ver com a mudança de gestão e com um aspecto que me chama muita atenção quando a gente faz análise, por exemplo, de agendas políticas, né? Não basta ter orçamento, recurso e estrutura. É preciso vontade política. Para mim, essa vontade política, ela apareceu nesses dois momentos, um momento não teve, né? Teve pouca vontade política, então a gente estava com dificuldades para guinar, para avançar, sabe? No outro momento, teve vontade política e a instituição abriu. E disseram ‘venham, façam, vamos fazer florescer’ (Antônio, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

O uso do termo “vontade política” aproxima-se de uma compreensão voluntarista de apoio a agendas antirracistas, como se fosse algo que escapasse das atribuições estabelecidas, como um recorte ou trabalho extra. Algo identificado preliminarmente nesse contato com a instituição, mas também visto no capítulo anterior sobre a arbitrariedade dada aos professores para tratarem sobre relações étnico-raciais em suas disciplinas, temática a qual se mostrou à margem no Projeto Político do Curso (PPC), no currículo e nas ementas.

Essa situação se aproxima da teorização de Sílvia de Almeida (2018) a respeito do caráter conjuntural do racismo no Brasil, no qual a partir da formação social, econômica, política e subjetiva do país se constitui uma racionalidade. As ações institucionais, atitudes e comportamentos racistas se caracterizam como uma correspondência normal à estrutura, no sentido de esperado, reproduzindo e reforçando desigualdades raciais. Racionalidade essa que também diz respeito à constituição monoepistêmica da psicologia moderna e seu entendimento contemporâneo. Dessa forma, de fato, dar abertura para um projeto antirracista pode ser visto como algo voluntarista pela instituição e pelos cientistas psicólogos.

E, então, entra mais uma questão salientada por Antônio: “quem faz a institucionalidade?”. Não se trata de um organismo autônomo, objetivo e livre de subjetividade, muito pelo contrário, é o extrato de arbitrariedades subjetivas e, dessa forma, fortemente atravessada pelas dinâmicas raciais construídas, algo muito similar às discussões contemporâneas do colonialismo digital relacionado às inteligências “artificiais” trazidas por Deivison Faustino e Walter Lippold (2023).

Em se tratando dessa entidade fantasmagórica chamada institucionalidade, especificamente no Brasil, há uma forte correlação entre o seu desenvolvimento e o racismo desde a colonização, em especial a manutenção das desigualdades após o período de escravização. Nesse sentido, a existência da racialização da pobreza, conforme trazido por Carneiro (2015), confirma também o seu oposto: a racialização da riqueza. Se bem que no contexto brasileiro de capitalismo dependente, o contrário de pobreza nem é a riqueza, mas o simples acesso e garantia de direitos, no qual o grupo racial branco tem mais acesso (Werneck, 2016).

Nesse bojo já esmiuçado anteriormente que é a branquitude, estão as vantagens sistemáticas construídas a partir da subalternidade de minorias raciais brasileiras, como os básicos acessos à alimentação, saúde, saneamento básico, ensino, etc. Algo bastante curioso no Brasil é que para acessar trabalhos nas instituições públicas, historicamente, se dá por meio de indicações de pessoas já inseridas ou a partir de certames meritocráticos, que, coincidentemente, têm colocado mais pessoas brancas nas instituições.

Segundo o *Atlas do Estado Brasileiro* (IPEA, 2020), a população negra corresponde a 35,1% do total de vínculos ativos no executivo federal, ao passo que os brancos são 56,6%. Além da diferença quantitativa entre servidores ativos, há também disparidade na média salarial, em que, desde o recorte temporal estabelecido pelo estudo (1999), os brancos ocupam as posições com maior remuneração média até o último levantamento, de 2020. O grupo racial branco possui uma remuneração média de R\$ 8.301,50; já os negros, a média caiu em cerca de 25%, sendo a remuneração média R\$ 6.072,60. Nesse sentido, se trata de uma sub-representação da população negra e uma hiper representação do grupo racial branco no funcionalismo público, tendo em vista as estatísticas, por raça/cor, dos brasileiros, sendo 55,3% autodeclarados negros e 43,5% autodeclarados brancos.

Em campo, essa disparidade racial é ainda mais significativa. Se no corpo docente do Departamento de Psicologia Clínica e Psicanálise, apenas 8% das docentes são negras, na Clínica-Escola temos um total de 0 servidores negros. E como estes espaços não possuem pessoas indígenas e nem amarelas, seguindo a categorização do IBGE, é possível afirmar que 91% do corpo docente do departamento é composto por pessoas brancas, e na Clínica-Escola, 100% dos psicólogos são brancos.

Embora o pertencimento racial não determine o letramento, a consciência racial e o compromisso antirracista de antemão, ainda mais lembrando das docentes Larissa e Isabela em seus apoios ao grupo Sankofa, temos no racismo à brasileira mecanismos subjetivos que tensionam esse esquecimento ou recusa de pessoas brancas em se a ver com as questões étnico-raciais e do racismo. Como a partir da denegação, característica da neurose cultural brasileira teorizada por Lélia González (1988), e também do pacto narcísico da branquitude, proposto por Cida Bento (2022).

Nesse cenário, então, iniciativas antirracistas como o projeto Sankofa ficam à mercê da benevolência da institucionalidade, pois se já há essa barreira subjetiva para o letramento racial, a qual é a branquitude, somado à formação desracializada dos docentes e técnicos e, ao mesmo tempo, pessoas negras são sistematicamente impedidas de compor esta institucionalidade, de fato este é o funcionamento normal da instituição e desta ciência, em termos ontoepistêmicos, como sinaliza a antropóloga Denise Ferreira da Silva (2022).

3.2 Sankofa raiz: O funcionamento

A partir desta conjuntura, em 2017, o Sankofa iniciou seus trabalhos enquanto serviço de psicoterapia para discentes negros ao mesmo tempo que se constituiu como um grupo de

estágio supervisionado para graduandos negros do curso de psicologia, vinculado à Clínica-Escola da universidade sob o amparo institucional da professora Larissa. A mobilização feita pela ABRANEP naquele evento ressoou nos coletivos negros da universidade, mas sobretudo nos discentes negros da psicologia, que estavam incomodados com a realidade da formação e bastante interessados em serem letrados e formados a partir de uma perspectiva racializada. Segundo Benedita, estagiária à época, a ideia de compor o grupo era:

Conseguir, minimamente, lidar com a narrativa de sofrimento psíquico advindas de violências raciais, que era algo que não tinha nenhum tipo de referência ali no curso, sendo que era algo que eu lidava todos os dias, basicamente, né? Não só pela vivência pessoal, mas pelos grupos que frequentava” (Benedita, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil)

Mas como lidar, clinicamente, com uma demanda absolutamente estrutural? Segundo Antônio, as intervenções do Sankofa tinham como objetivo “escutar esse sofrimento, singularizar, trabalhar recursos e ferramentas para que as pessoas não adoçam ou não tenham a sua condição de adoecimento agravada”. Para Adelina, tinha muito a ver com “levar os pacientes a sério” em suas queixas. Ou, como sinaliza Naomi, tratava-se, à época, de “validar e proporcionar que as demandas viessem à tona, algo que já era terapêutico”.

Benedita também identificou uma curiosa repetição a respeito de uma maior predisposição ou cobrança implícita para que psicólogos negros encabeçam iniciativas inclusivas, como feito por Antônio e Cenira através do Sankofa, ou até mesmo na prestação de serviços a preço social, como se a responsabilidade por inclusão fosse de quem é excluído e não de quem promove e lucra com tal dinâmica. Além disso, analisa como a psicoterapia no Brasil é uma prática de cuidado em saúde mental quase que exclusivamente privada, enquanto prática individualizada, com sessões semanais, numa sala particular e confortável e com hora marcada e cumprida para entrar e sair (CINTRA; BERNARDO, 2017). Já pelo SUS, poucas são as ofertas de psicoterapia, o que se tem, de modo geral, são atendimentos a partir de uma *lógica de cuidado psicossocial*, com minutagem mais curta, temporalmente mais breves, com rotatividade dos profissionais e muitas vezes, por indisponibilidade de profissionais, realizam atendimentos em grupo. E como aponta Jurema Werneck (2016), há uma estratificação racial, que, por conta das mazelas do racismo, a população negra é a maior dependente dos atendimentos públicos. O que, para Benedita, dizia sobre o tratamento racialmente diferenciado em saúde mental:

O que faz parte do SUS, em termos de saúde mental, é algo que está muito mais voltado para um estado crônico de adoecimento, um estado crítico e gravíssimo de adoecimento, e não nessa perspectiva de cuidado que a psicoterapia oferece. É isso, né? Tornar essa experiência de violência racial algo invisível ainda, como se não fosse passível de ser tratado, a não ser que chegue num extremo onde já está colocando a vida da pessoa em risco (Benedita, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Isto posto, o Sankofa surge, então, como intervenção psicoterapêutica em saúde mental com vistas a ser um meio-termo entre o autoconhecimento e a cronificação do quadro. Complementa Benedita: “apesar da gente ter recebido casos muito graves, a gente tenta, de alguma forma trabalhar ali com uma perspectiva de, não sei se de prevenção, porque não sei se isso é possível, mas que não seja apenas uma intervenção em crise, sabe?”

Em termos de “intervenção em crise”, o trabalho etnográfico de Priscilla Oliveira (2011), também em um serviço de psicoterapia, apresenta o entendimento de crise como estado de ruptura abrupta do funcionamento usual de uma pessoa e, no referido grupo estudado, a atenção é para casos de crises psicóticas, ou seja, com a frequente presença de sintomas como alucinação e delírio. Ainda segundo Oliveira (2011), os momentos de crise são tidos como sofrimentos psíquicos graves e que, conforme indica a orientação teórica do grupo, intervenções precoces são cruciais para evitar uma cronificação.

E no que tange à cronificação, temos o entendimento trazido por Soraya Fleischer e Mónica Franch (2015) sobre “doenças compridas”, enquanto quadros de doenças que não possuem cura, mas somente controle. Embora as autoras não citem as perturbações nervosas (DUARTE, 1982) ou sofrimentos psíquicos (OLIVEIRA, 2011), a etnografia de Priscilla Oliveira nos aproxima de tal associação, do entendimento de determinados sofrimentos psíquicos graves como doenças compridas.

No entanto, como sinaliza Fleischer (2018), os adoecimentos crônicos ou compridos não são condições dadas, estanques e fixas, embora possam durar até o fim da vida “(...) nunca [se dará] num continuum homogêneo, porque o comprido também prevê percalços, reviravoltas e renaturalizações” (FLEISCHER, 2018, p. 32). E justamente para isso que existem estratégias psicoterapêuticas e psicossociais, buscando amenizar o sofrimento ou o desenvolvimento do quadro, como feito pelo grupo pesquisado por Oliveira (2011). Dessa forma, o Sankofa é um serviço com uma característica diferente, que também visa evitar a cronificação, mas o faz de maneira anterior à intervenção em crise, ainda que não seja um serviço preventivo. Seria o racismo uma condição crônica ou comprida?

A passagem de serviço de prestação de atendimentos para um serviço também formativo de graduandos não foi automática. Antônio e Cenira compreenderam que era

necessário promover uma espécie de formação ou especialização na temática racial em psicologia clínica para as graduandas estagiárias, por conta da formação lacunar oferecida pela universidade. Afinal, “para atender pessoas negras, não basta ser negro” ressaltam Antônio e Cenira, como uma espécie de mantra do grupo.

Enquanto atendiam os casos emergenciais fruto do evento da ABRANEP, as fundadoras — e, agora, supervisoras clínicas — receberam cerca de cinco estagiárias, as quais, neste primeiro semestre não realizaram atendimentos, ainda que pudessem, mas ficaram centradas em uma formação teórico-prática, haja vista que para além de discussões de textos e conversas sobre a temática, as supervisoras também proporcionaram uma série de oficinas vivenciais e reflexivas.

Já no segundo semestre de 2017, as supervisoras decidiram realizar atendimentos em grupo, ou seja, na junção de pacientes em dois grupos para tratarem de temáticas transversais. Esse planejamento serviu para cumprir uma dupla função: 1) de atender e otimizar as demandas dos pacientes, os quais eram muitos e 2) proporcionar a formação das estagiárias, que passaram não só a assistir à condução dos grupos, mas a atuar enquanto coterapeutas⁴⁵. O que, para a estagiária Adelina, se configurou como um aspecto formativo fundamental de “ser formado pela presença! De estar presente, de estar percebendo como esses profissionais trabalham”.

Para além da função auxiliar no processo terapêutico, outros cenários são indicados como clássicos para a formação de psicoterapeutas, como a formação teórica, a supervisão clínica e a psicoterapia pessoal — em especial para a psicanálise, sendo uma das abordagens presentes no Sankofa, o qual também preza por esse tripé formativo. Os processos formativos serão aprofundados no capítulo seguinte, sobretudo na análise no que tange à educação da atenção e da escuta, inspirado em Tim Ingold (2010) e Octavio Bonet (2015), as quais sofrem atravessamentos a depender da(s) abordagem(ns) técnica(s) que orienta(m) essa atenção e escuta, bem como pelas especificidades formativas do Sankofa, no que se refere ao uso da paridade racial e a idealização pelo letramento racial.

Retomando o funcionamento do serviço e estágio Sankofa, a divisão em dois grupos de atendimento e de supervisão se deu pela já citada dupla função, mas também pelas diferentes abordagens técnicas entre as supervisoras, que contextualmente no cenário estudado, é visto como um problema. Enquanto Antônio atuava clinicamente através da

⁴⁵ Comumente utilizado no psicodrama ou em dinâmicas de grupo, coterapeutas são auxiliares dos psicoterapeutas que estão conduzindo o grupo, seja na solução de dúvidas rápidas dos pacientes ou na encenação didática para compreensão da proposta.

psicanálise, Cenira atuava com formação psicoterapêutica no Canadá, por meio de técnicas *EFT*⁴⁶ — Terapia Focada na Emoção, *EMDR*⁴⁷ — Dessensibilização e Reprocessamento através do Movimento dos Olhos, Multicultural e *Brain Spotting*. Fiz questão de salientar o contexto de formação de Cenira, pois isso diz muito sobre a atuação psicoterapêutica, sobre especialmente a aceitabilidade da convergência de técnicas entre diferentes abordagens. No Canadá, isso é bem-visto, já no Brasil, de modo geral e no contexto estudado, é idealmente mal-visto. Algo a ser melhor discutido no capítulo seguinte, mas de antemão, sinalizo que tem a ver com a formação social do contexto.

Também entre os membros do Sankofa, não há uma unanimidade quanto a essa bricolagem de técnicas. Seus integrantes, no entanto, têm em mente que era uma urgência, era o que tinham no momento e iam costurando artesanalmente um encontro entre as abordagens técnicas da psicanálise e psicodrama. Tal movimento artesanal diz sobre agência dos sujeitos, mas sobretudo diz a respeito do desamparo epistêmico para o atendimento de pessoas que fogem do padrão eurocêntrico.

Nesse cenário, a abordagem e as técnicas psicodramáticas foram eleitas como orientação técnica na condução dos grupos, ainda que não fosse a *expertise* das supervisoras, mas justamente por ser a abordagem com maior bagagem teórico-prática para o atendimento de grupos. Entretanto, segundo Benedita, logo foi percebido, ao menos no grupo em que ela foi coterapeuta, que a característica do grupo era muito mais propícia para a escuta e intervenções psicanalíticas “porque as pessoas tinham uma demanda de fala muito, muito grande”, ao passo que o psicodrama, de modo geral, contribui muito mais para uma melhor expressão da espontaneidade.

Além da leitura dessas abordagens teórico-técnicas para embasar as intervenções, as estagiárias possuíam outros trabalhos formativos para cumprir as 12 horas semanais que deveriam ser dedicadas ao estágio, como: o planejamento prévio das sessões, um grupo de estudos focado em relações raciais e psicologia clínica, realizar relatório das sessões, preencher prontuários e, especialmente, quatro horas dedicadas à supervisão clínica semanal. Dessa forma, a supervisão é o momento no qual as estagiárias levam questões centrais de seus atendimentos para discussão coletiva, mas sobretudo à espera da leitura e indicações feitas pelo psicólogo supervisor, além de escutar e discutir a experiência de colegas que atendiam o outro grupo. Em campo, identifiquei aproximações entre o relato de caso em supervisão com o relato etnográfico em termos de uma ficção, ou seja, não enquanto uma

⁴⁶ *Emotion Focused Therapy*

⁴⁷ *Eye Movement Desensitization and Reprocessing*

descrição pura da realidade, mas determinada pela subjetividade de quem a realiza, construindo verdades parciais (CLIFFORD, 1986).

A partir da identificação de que havia muito desejo “por fala”, de forma mais individualizada — até porque nem todos os pacientes têm perfil ou aderem ao funcionamento de grupo —, as supervisoras decidiram incluir atendimentos individuais pelas estagiárias; nesse sentido, a demanda modificou o serviço. E para dar continuidade aos atendimentos de grupo e dar conta dos atendimentos individuais, as supervisoras recrutaram novas estagiárias no segundo semestre de 2018. Apenas três estagiárias permaneceram dos semestres anteriores, configurando então a continuidade de Antônio e Cenira como supervisoras, a entrada de mais quatro estagiárias em psicoterapia, quatro psicólogas voluntárias, ou seja, já formadas, além de abrirem, também, uma frente de pesquisa, que contou com quatro pessoas — uma estagiária em psicoterapia também era pesquisadora.

Em termos demográficos, todas as estagiárias e voluntárias se autodeclararam negras. No que tange ao gênero, eram 11 mulheres e três homens, a maioria era bissexual, predominantemente moradoras das zonas centrais da cidade e a maioria tinha entre 24 e 29 anos. Nesse momento, estagiárias, voluntárias e supervisoras se dividiram entre dois grupos de supervisão, atendendo grupo em duplas e alguns atendimentos individuais, um mais sob uma perspectiva psicanalítica com Antônio e o outro mais aberto à convergência de técnicas conduzido por Cenira. Ao passo que os estudantes vinculados como pesquisadores se dedicaram a historicizar o surgimento do grupo Sankofa e também a discorrer a respeito da vivência de pessoas negras da mesma universidade em décadas passadas, a fim de traçar paralelos e a orientação do grupo de pesquisa ficou sob responsabilidade de Antônio. A ideia era publicar essas produções, pensando em contribuir para estruturação de serviços similares, mas faltou fôlego.

A falta de fôlego se mostrou como uma característica marcante do grupo Sankofa, embora tenha passado o período de fricção com a coordenação da Clínica-Escola, já que Isabela era uma grande entusiasta do grupo e colocava em prática sua vontade política para a permanência do projeto. Pois, conforme relatado, as supervisoras tinham uma alta carga de trabalho não remunerado — o que as levava a procurar por trabalhos externos que oferecessem remuneração, para poderem pagar as próprias contas. Antônio, por exemplo, lembra que sua dedicação ao Sankofa se dava no contra-turno do seu emprego. Ainda que a instituição, progressivamente, tenha reconhecido a importância do serviço de psicoterapia, justamente ao se articular com outras instâncias universitárias que se dedicavam à permanência e inclusão universitária, especialmente partindo dos marcadores sociais, nada foi

feito pela universidade para garantir o fortalecimento do serviço, apenas delegavam trabalho de uma necessidade que era de responsabilidade da instituição. A falta de fôlego levou ao sono:

O Sankofa adormeceu. Cenira precisava terminar o doutorado, então ela também não estava dando conta. Eu precisava trabalhar, eu não tinha tempo. Então, a gente foi entendendo que o Sankofa adormeceria, né? E adormeceu, de fato! Encerramos o que deu para encerrar, encerramos prontuários, encerramos atendimentos. Eu lembro que na época que tinha muito prontuário, que tinha que ser fechado. A gente fechou os prontuários e aí adormeceu. É, acho que por uma razão objetiva e material, já que o Sankofa não tinha recurso para pagar bolsa, então não tinha bolsista. Faltou essa institucionalidade, né? Que desse condições materiais para que o grupo se sustentasse e florescesse mais. ‘O Sankofa, vai ser institucionalizado? Vai! Então, quais são as condições? Vai ter recurso, vai ter sala, vai ter bolsa? Os psicólogos que trabalharem vão receber? et Cetera’. Então isso não teve na época, né? Faltou e chegou num momento que a gente se encontrou no limite, quase que se enforcando. Não dá! Ninguém mais tem condições de fazer tudo isso, né? (Antônio, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Embora houvesse o reconhecimento da instituição quanto a sua qualidade e importância, conforme trazido por Antônio, o desamparo institucional fez com que o grupo Sankofa adormecesse nesse primeiro momento. O encerramento das atividades do Sankofa ainda em 2018 não foi muito discutido entre as estagiárias, tanto que havia esperança e o desejo pela sua continuidade no ano seguinte, em 2019. No entanto, já havia a percepção de fragilidade institucional identificada por estagiárias da época, como pontuado por Naomi, afirmando parecer um grupo vulnerável, dependente da boa vontade e sistematizou: “fica muito no âmbito do interesse, só que é isso, o interesse não enche barriga, né?”

Ainda para Naomi, ser formada pelo Sankofa trouxe um olhar contextualizado sobre a subjetivação, sofrimento psíquico e para as intervenções psicoterapêuticas, “de expansão do olhar dentro da psicologia”, em especial através do letramento racial fortalecido pelo grupo de estudo semanal. E para Benedita, as contribuições estavam nos aprimoramentos técnicos, de desenvolvimento de habilidades e competências enquanto psicoterapeutas, mas sobretudo em um lugar anterior: a (auto)validação enquanto profissional. Que, na real, nem é tão “auto” assim, mas fruto da relacionalidade.

Essa afirmação de Benedita dialoga com os resultados da pesquisa da cientista social Stephanie Lima (2020). Em sua tese, que trata sobre a trajetória de estudantes negros nas universidades, identificou como esse itinerário é fortemente marcado por uma produção da insegurança, seja pelos conhecimentos eurocêntricos e monoepistêmicos ensinados em sala, como também pela solidão imposta pelo racismo nesses espaços, que até pouco tempo era majoritariamente branco. Nesta pesquisa, as pessoas entrevistadas trazem a importância da

coletividade negra para o fortalecimento pessoal, que acaba por promover um melhor desempenho, além da luta política.

Esse sentimento de não pertencimento durante a graduação em psicologia é compartilhado por todas as interlocutoras que conheci no Sankofa. A busca por aquilombamento se dava, muitas vezes, fora da psicologia, junto a discentes dos cursos de serviço social e de ciências sociais, que possuíam mais graduandos negros, com os quais discutiam a questão racial. No âmbito da psicologia, o aquilombamento se materializou no grupo de estágio Sankofa e como sistematizou Naomi “foi um respiro, eu me lembro que na época eu me sentia muito sortuda... o Sankofa trouxe identidade”.

Portanto, o Sankofa, enquanto serviço de estágio e psicoterapia racializada, trouxe ganhos significativos para a formação dessa primeira geração de estagiárias entre 2017 e 2018, em termos de formação teórica, técnica e de potencialização subjetiva. Embora tenha sido adormecido pela institucionalidade, indiretamente, a iniciativa ainda rendeu frutos.

3.3 Sankofa caule: O retorno do grupo com outra Lógica de Cuidado

Após o encerramento das atividades no final de 2018, o Sankofa deixou seu legado para o instituto de psicologia, para os discentes como esperança de uma formação racializada e com lições para a instituição no que tange ao cuidado em saúde mental, como estratégia que deve estar necessariamente ancorada no território e no contexto. Diante do cenário relatado de extremo sofrimento psíquico da comunidade universitária, somente no final de 2019 a universidade criou uma instância institucional de atenção à saúde e qualidade de vida dos discentes, com uma visão integrativa e interdisciplinar: a Gerência de Saúde. Com a finalização do seu doutorado, descanso e um pouco mais de fôlego, Cenira viu a criação da Gerência de Saúde como oportunidade para o retorno do Sankofa e logo, no meio de 2021, entrou em contato com antigas estagiárias e com o outro supervisor, Antônio.

A Gerência de Saúde da universidade acolheu a proposta de Cenira, que de antemão fincou seu principal desejo com o retorno do projeto: tirar o Sankofa da marginalidade. Além disso, outro objetivo era que o serviço de psicoterapia funcionasse como parte da política de permanência estudantil de discentes negros. Mas, na prática, o Sankofa retornou vinculado a uma subdivisão da diretoria focada na promoção da saúde, muito mais numa perspectiva de cuidado comunitário do que de atendimento clínico.

Nesse momento, no início de 2022, o Sankofa recebeu quatro estagiárias, sendo três mulheres e um homem, além de uma psicóloga voluntária e somente Cenira ocupando a

função de supervisora. Conforme sua vinculação na diretoria, as atividades realizadas pelo grupo partiam de uma *lógica de cuidado psicossocial* e também como projeto de extensão, ou seja, pensando na promoção da saúde mental fora da sala de psicoterapia, pensando na potencialidade do cuidado entre/com pares, sobretudo na criação de vínculos e estratégias de forma comunitária. Sendo assim, as estagiárias utilizaram metodologias como da roda de conversa, a respeito da saúde mental de pessoas negras para promover uma troca de escutas, dos pares e de si.

Foram duas rodas de conversa realizadas, uma para o público interno da universidade e outra para o público externo, num quilombo urbano da cidade. Na roda de conversa para os discentes negros universitários, de forma *online*, a discussão girou em torno da cobrança excessiva imposta e assumida por estudantes negros de serem duas vezes melhores. Essa discussão sobre o cansaço e sobrecarga gerados por essa cobrança quase que invisível e tomada como verdade, dialoga com os dados trazidos na pesquisa de Neusa Santos Souza em *Tornar-se Negro* (2021). A autora aponta que o racismo agencia certos padrões alienantes de pensamento, como na autopercepção inferiorizada, e também comportamentais, em que sujeitos se desdobram excessivamente para compensarem uma falta: a brancura, nos termos de Isildinha Baptista (2021).

Nesse sentido, o objetivo desta retomada do Sankofa foi de proporcionar o cuidado em saúde mental por meio de outra *lógica de cuidado*, que tradicionalmente é vista como *psicossocial*, com uma visão comunitária de cuidado, mais presente em serviços do SUS e, conseqüentemente, mais próxima às pessoas negras. *Lógica* essa em contraste com a de psicoterapia individual no consultório, a qual é justamente o seu oposto, ou seja, um enfoque mais individualizado das demandas, uma intervenção feita por psicólogos-psicoterapeutas particulares, em que brancos são a maioria dos pacientes, haja vista que têm mais acesso a serviços particulares de saúde, através dos planos de saúde (WERNECK, 2015). Embora a descrição diferencial entre o que chamei de *lógicas de cuidado psicológico*, é preconizado que haja confluência entre as habilidades e competências para os atendimentos públicos e privados dos psicólogos.

Ademais, essa é uma separação também proposta no próprio Projeto Pedagógico do Curso de psicologia, como se fossem diferentes experiências de intervenção psicológica, uma psicossocial (pública) e outra psicoterapêutica (privada). O que dialoga com uma análise de Benedita já trazida aqui, justamente no enquadre que o Sankofa pretende se inserir, apontando para como há uma racialização nessas *lógicas de cuidado psicológico*, que no caso

da *psicossocial* (pública) o cuidado é comumente acionado quando o quadro de sofrimento está cronicado.

No semestre seguinte, no início de 2022, ainda vinculado à Gerência de Saúde e durante a pandemia da COVID-19 com a imposição do distanciamento físico, a atuação do Sankofa retornou aos atendimentos psicoterapêuticos, em que os pacientes foram selecionados a partir de um chamamento público e foram ranqueados conforme o momento do curso. Os mais antigos tinham prioridade, e a urgência da demanda. quatro novas estagiárias foram recrutadas e três permaneceram do semestre anterior, totalizando três homens, três mulheres e uma não-binária. Na supervisão clínica, houve o incremento de duas psicólogas supervisoras além de Cenira. Foram Benedita e Adelina, as quais, inclusive, foram estagiárias lá da primeira geração do Sankofa, na fase Raiz. E, novamente, replicaram o princípio formativo de, para além da supervisão e atendimento, incluir o grupo de estudos sobre psicologia clínica e relações raciais.

Na prática, as sete estagiárias podiam escolher entre dois grupos de supervisão, um conduzido por Cenira com aquele princípio de confluência entre técnicas ou o realizado por Benedita e Adelina com o enfoque psicanalítico. Embora houvesse uma cisão entre grupos de supervisão, o grupo de estudos era o momento em que todas as estagiárias se uniam para discutir o texto previamente escolhido e integrar os conhecimentos ao que foi tematizado em supervisão, para que houvesse uma troca entre experiências.

As atividades de supervisão se davam de maneira *online* durante o período da manhã de um dia da semana, das 08h às 12h. Cada estagiária atendia cerca de dois pacientes, de forma *online*, com uma sessão por semana, e como cada supervisão tinha três e quatro estagiárias, a divisão entre horários era a seguinte: das 08h às 10h30 para supervisão dos casos atendidos, entre 10h30 até às 11h um momento destinado ao descanso e das 11h às 12h era dedicado ao grupo de estudos.

Esta organização se manteve no semestre seguinte que, inclusive, precedeu a minha entrada em campo. As mudanças se deram na saída de Adelina da supervisão e o ingresso de Tiago como supervisor, outro adepto da confluência entre técnicas que será melhor apresentado em breve. O número de estagiárias seguiu o mesmo (7), pois duas saíram e outras novas estagiárias ingressaram.

3.4 A terceira geração ou os galhos do Sankofa: Inserção em campo

A partir da descrição e análise do surgimento, funcionamento e história do serviço Sankofa, apreendidos mediante entrevistas individuais, nesta seção, me dedicarei a discutir a minha inserção em campo lançando mão da técnica de observação participante. Os dados gerados pela observação participante serviram como mote para a estruturação das entrevistas individuais. A junção das técnicas foi bastante complementar, ao mesmo tempo que o encontro entre os dados revelou uma fricção entre as dimensões das opiniões e comportamentos ou entre o dito e o feito, sobretudo pelas pessoas que representam a instituição.

No início de 2023, entrei em contato com as então supervisoras e coordenadoras Cenira e Benedita a fim de apresentar meu desejo de realizar uma pesquisa junto ao grupo Sankofa. Inicialmente, o interesse foi bem recebido, mas com o pedido de um melhor delineamento dos meus interesses, inclusive materializado num projeto de pesquisa. Compreendo que o fato de ser duplamente *insider* (COLLINS, 2016), enquanto graduado em psicologia⁴⁸ e uma pessoa negra, facilitou essa aproximação com o serviço. Dados esses que também foram mobilizados pela instituição, hora para facilitar minha entrada e posteriormente para impedi-la.

Após essa abertura inicial, consultei as coordenadoras a respeito da necessidade ou não de tramitar tal projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade. E, por se tratar de uma investigação centrada na formação dos psicoterapeutas e sem acesso aos pacientes e documentos sigilosos, concordamos que esse ritual não seria necessário — um fato que gerou discordância da Clínica-Escola mais adiante, embora nesta época o Sankofa ainda estava vinculado à Gerência de Saúde. Ficou acordado que minha inserção seria nas reuniões semanais de supervisão clínica e no grupo de estudos, que acontecia logo após a supervisão.

Após a escrita do referido projeto, com revisão da minha orientadora, enviei uma versão para Cenira e Benedita, contendo o clássico modelo das ciências humanas com os seguintes tópicos: Introdução, Objetivos, Justificativa, Mapeamento Bibliográfico, Metodologia, Cronograma e Referências. Como objetivo geral, o foco da pesquisa estava direcionado a caracterizar as contribuições do serviço de psicoterapia para formação em psicologia clínica, mas de forma específica no diálogo do serviço com o Departamento de Psicologia Clínica e Psicanálise da universidade. No entanto, os objetivos específicos foram

⁴⁸ Apresento-me como graduado em psicologia, mas não como psicólogo, haja vista que não possuo registro profissional ativo junto ao CRP. Diferenciação essa importante para a continuidade do campo.

alterados com as dinâmicas apresentadas no campo, especialmente por conta da saída do Sankofa da Gerência de Saúde e do retorno às instalações e regras da Clínica-Escola, o que David Gellner e Eric Hirsch (2001) chamam de “visão vesga”, essa habilidade de focar em mais de um aspecto simultaneamente.

Embora houvesse na Gerência de Saúde um ambiente institucional confortável, a falta de infraestrutura minou a continuidade do serviço, haja vista o retorno obrigatório à presencialidade, as estagiárias deveriam realizar seus atendimentos presencialmente e não mais remotamente. Nesse sentido, a Gerência de Saúde não possuía salas o bastante para que todos as estagiárias pudessem atender e, diante disso, o retorno à Clínica-Escola passou a ser necessário, tendo em vista que havia disponibilidade e uma ótima estrutura física.

Sendo assim, foi nessa troca institucional e de modalidade (remoto/presencial) que se deu a minha entrada em campo em meados de abril de 2023, nessa terceira geração do Sankofa. Com o aceite das coordenadoras para a realização da minha pesquisa, Cenira me solicitou que investigasse “a questão da marginalidade e da dificuldade para se institucionalizar” imposta ao Sankofa. Algo que tomei como princípio e que sinalizou a centralidade que as relações institucionais ocupariam na pesquisa, quase como uma previsão de Cenira de que dali sairiam questões importantes. E, de fato, saíram.

A primeira atividade em campo que acompanhei se deu de forma *online*, na já citada transição de modalidade, pois ainda estavam esperando a disponibilidade de sala na Clínica-Escola para realizarem a atividade de supervisão. Na semana da reunião, Cenira havia informado que as supervisões clínicas seguiram acontecendo no período da manhã das 08h30 às 10h45, dedicado à discussão dos casos atendidos pelas estagiárias. Após intervalo de 15 minutos, retornam para discussão de um texto previamente acordado das 11h às 12h.

Embora tivesse me organizado para ingressar na reunião desde o seu início, Cenira só me encaminhou o link por volta das 10h30. Dessa forma, nessa primeira reunião não pude acompanhar a discussão e relato dos casos, somente o grupo de estudos. E ao ingressar na reunião, havia seis pessoas na chamada, sendo duas supervisoras com as câmeras ligadas (Tiago e Cenira) e quatro estagiárias com as câmeras fechadas (Júlia, Ayô, Milena e Bruno). Como o número de estagiárias era menor que nos semestres anteriores, foi decidido que só haveria um grupo de supervisão e não mais dois. Cenira me introduziu bem superficialmente, dizendo que eu iria acompanhar algumas supervisões.

Ao ingressar na reunião, ouvi de Ayô, uma das estagiárias, sobre como os casos da semana foram “densos” e que tinha se sentido tocado pelo conteúdo discutido. E, complementarmente, Cenira orientou que “para casos densos, é importante se manter

presente no atendimento”. Esta orientação desencadeou uma conversa sobre “expor-se ao paciente”. Bruno disse se sentir incomodado quando pacientes indagam coisas pessoais e costuma tentar devolver para o paciente, para tentar entender o porquê da curiosidade.

Bruno, homem preto, com idade próxima aos 25 anos e estagiário em final de curso, citou que já ouviu de pacientes coisas como “você já passou por isso, né?” ao relatarem experiências de racismo, justamente por se tratar de um serviço universitário de negros para negros, ou seja, um dos desafios da paridade racial na clínica. Questão essa aprofundada nas entrevistas posteriores, de como as supervisoras indicavam a importância de a estagiária estar em processo psicoterapêutico a fim de potencializar o atendimento e se resguardar, ou como sinalizou o próprio Bruno, trata-se também de manter uma “distância segura”, haja vista a grande probabilidade de identificar similaridades entre vivências de violências raciais entre o psicoterapeuta e o paciente, já que ambos são negros.

Nesse sentido, para Bruno, fazer psicoterapia enquanto estagiava foi fundamental para identificar quais eram os seus limites, de até onde ele conseguiria trabalhar sem se afetar demais “porque se a gente tá fragilizado, se a gente se conecta a tal ponto de não conseguir prosseguir, a gente atrapalha também o progresso da pessoa”. Algo compartilhado também por Benedita, antiga estagiária e supervisoras, que relatou que em seu processo de formação, se sentia bastante insegura para escutar esse tipo de relato, mas que, a partir de seu processo psicoterapêutico, construiu formas possíveis para realização de atendimentos:

Porque a gente precisa trabalhar com a nossa insegurança, inclusive, né? A análise não foi algo que fez com que eu me tornasse segura, muito pelo contrário, foi assumindo a minha insegurança, que eu consegui fazer o melhor que eu podia com que eu tinha, né? Reconhecer a falta foi fundamental para que eu conseguisse trabalhar, para que eu conseguisse me ver faltante nesse processo de aprendizagem que eu estava vivendo nesse processo de formação e que eu poderia errar, né? Porque eu estava sendo supervisionada, porque eu estava no início e que, invariavelmente, eu poderia errar sim, e que eu posso errar até hoje. Inclusive isso não faz muito sentido quando a gente pensa numa transferência clínica, né? Então, para desmistificar um pouco aquela idealização que eu estava fazendo, acho que a análise foi muito importante (Benedita, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Como forma de se resguardar quanto a sua personalidade em relação ao paciente, Bruno relatou que normalmente fala de si e se apresenta somente na primeira sessão, que normalmente é dedicada ao mapeamento de demandas, estabelecimento de acordos básicos, como horário, modalidade do atendimento, valor da sessão⁴⁹ e apresentação do projeto

⁴⁹ Na Clínica-Escola, os pacientes precisam pagar um valor simbólico, já na Gerência de Saúde isso não é estabelecido. Mais um contraste entre a *lógica psicoterapêutica* (privada) e a *psicossocial* (pública).

Sankofa. No entanto, essa indisponibilidade para se falar de aspectos pessoais não é uma regra rígida, mas depende das características do sujeito psicoterapeuta, contendo, inclusive, atravessamentos da abordagem técnica que o orienta, tendo em vista que algumas potencializam essa dialogicidade e outras primam por um maior distanciamento.

E por já ser uma pessoa graduada em psicologia, Cenira estendeu esse questionamento para minha prática, perguntando como eu lidava com essas aproximações. Embora tenha me colocado apenas como observador nessa primeira reunião, logo fui acionado a contribuir por conta da minha formação e uma suposta maior experiência — e de fato é suposta, pois tenho pouco tempo de graduado e pouca experiência enquanto psicoterapeuta, tendo realizado atendimentos somente no período de estágio. O “convite para participar” das dinâmicas em campo parece algo recorrente em trabalhos etnográficos, inclusive, não apenas naquelas atividades para as quais se propuseram inicialmente (GOLDMAN, 2003).

E como fui convidado a participar, respondi que, diferentemente de Bruno, essas aproximações pessoais não eram incômodas para mim por entender que isso me humanizava na relação psicoterapêutica. Porém, as aproximações deveriam possuir um sentido dentro da relação psicoterapêutica e não de forma arbitrária.

Trocas essas de percepção e de experiência que configuram o funcionamento de uma supervisão clínica, sobretudo a partir da sistematização realizada pelas supervisoras, tendo como base o caso atendido pela estagiária. Idealmente, são dedicados 30 minutos para cada caso, 15 minutos para o relato e mais 15 minutos para discussão, arguição e indicações do que melhor trabalhar. No entanto, as supervisoras identificaram que as estagiárias estavam realizando relatos longos e de forma pouco objetiva e, por isso, propuseram um modelo de relato contendo os seguintes tópicos: tema da sessão; conteúdo e intervenções; avaliação do progresso/mudança; autoavaliação, indicando o que fez bem e no que poderia melhorar, além da delimitação de planos para próxima sessão. As outras estagiárias são convidadas a também contribuir nos casos dos colegas, mas foi perceptível que a modalidade *online* prejudicou essa interação. Ademais, era frequente a participação das estagiárias com as câmeras fechadas.

Na reunião seguinte, ainda *online*, consegui ingressar no início da supervisão e pude identificar que cada estagiária atendia dois pacientes em média. Embora o pertencimento racial fosse o eixo comum entre os pacientes em termos de marcadores sociais, havia interseccionalidades com gênero, sexualidade e classe, sendo, então, cinco mulheres cis gênero, duas pessoas não-binárias e um homem cis gênero — muitas eram moradores da

periferia e a maioria dessas pessoas possuíam relações afetivo-sexuais, frequentemente mais sexuais que afetivas, com homens cis gênero.

A título de exemplo, relembro a discussão sobre a aproximação interpessoal entre pacientes e psicoterapeuta, um dos casos atendidos por Júlia e narrado nesta segunda supervisão que acompanhei, denominado L.C. para preservar o anonimato inclusive em supervisão, indicava a importância de um certo distanciamento pessoal. L.C. era um homem negro, cis gênero e heterossexual, morador da periferia, diagnosticado com Transtorno Bipolar e seu caso era considerado grave por conta de ele apresentar ideação suicida, inclusive com planejamento, e não possuir rede de apoio, além da vulnerabilidade social. Durante o atendimento desse caso, Júlia relatou que o paciente havia se declarado amorosamente para ela, algo comum na relação psicoterapêutica. Para a psicanálise, essa relação é nomeada transferência erótica (GRESELLE, 2020).

Acompanhei o relato deste caso desde o primeiro até o último dia de campo, o desenvolvimento dessa relação próxima se mostrava perigosa na visão das supervisoras, muito porque essa transferência erótica não estaria sendo muito bem manejada por Júlia, que inclusive dava sinais de reciprocidade de interesse, tendo em vista que ser desejada pode ser sedutor para a pessoa psicoterapeuta. Aparentemente, diante da falta de uma rede, o paciente a colocava nesta posição, justamente por ser a única pessoa que lhe oferecia escuta e acolhimento.

No entanto, essa relação ganhou novos contornos quando Júlia, ao identificar uma intensificação do sofrimento de L.C. e seu desejo de interromper o processo psicoterapêutico, cogitou encontrar-se com o paciente fora da Clínica-Escola. Neste momento, as supervisoras tiveram que intervir de forma mais direta, mas ainda pedagógica, valorizando o ímpeto pelo cuidado, mas que tal comportamento era perigoso tanto para Júlia quanto para o paciente, indicando que o quadro de L.C. apresentava ideação suicida e baixa tolerância à frustração. Esse encontro fora do *setting*⁵⁰ poderia demarcar mais uma frustração e, inclusive, potencializar o sofrimento. Dessa forma, as supervisoras reafirmaram que o processo psicoterapêutico deve se ater ao espaço físico-temporal onde ocorrem as sessões, além de que seria importante que Júlia realizasse psicoterapia para que pudesse separar melhor as coisas.

Embora a categorização da “transferência erótica” seja uma interpretação psicanalítica, tal fenômeno não é exclusivo desta clínica, ademais a nomeação histórica do conceito de “transferência erótica” foi teorizada na relação entre um homem heterossexual na

⁵⁰ Este termo técnico se refere ao espaço físico e temporalmente determinado onde ocorre a psicoterapia.

posição de analista e uma mulher heterossexual em processo de análise, escamoteando todo o pano de fundo sexista fundante da psicanálise. Em se tratando do sexismo, especificamente no Brasil, as mulheres são frequentemente reduzidas a objetos sexuais e vistas como disponíveis, por homens, para terem relações sexuais, como se estivessem em uma prateleira, conforme sinaliza Valeska Zanello (2022). Esse tipo de violência tem sido identificado no cotidiano profissional de algumas mulheres psicólogas, que relataram e denunciaram casos de importunação sexual e *stalking* de determinados pacientes homens⁵¹.

Nesse sentido, a realização de supervisão clínica deve servir como aparato preventivo e de “posvenção”⁵² para casos como esse, haja vista que nem sempre esse tipo de violência é explícita. Mas em campo, foi perceptível a remediação da situação e não muito sua prevenção, sendo indicada a correção dessa relação a partir da leitura de bibliografias sobre o tema e, sobretudo, mediante psicoterapia individual.

Ademais, a existência do grupo de estudos enquanto componente formativo do estágio contribui também para manejar situações desafiadoras da prática psicoterapêutica. Mesmo que de antemão a temática central do grupo seja as relações raciais, nele foi perceptível a preconização por leituras interseccionais, não só por elas se caracterizarem como dado das queixas psicoterapêuticas, mas sobretudo pelo reconhecimento científico e ético de que gênero é um marcador social central para os processos de subjetivação e sofrimento psíquico.

De modo geral, a grande maioria de autores selecionados para as discussões no grupo de estudos eram mulheres, as quais já traziam uma visão transversal e interseccional entre as violências raciais e de gênero. Em especial, destaco o frequente acionamento das produções da psicóloga e doutora em psicologia social Clélia Prestes (2018), uma das fundadoras do já citado Instituto AMMA Psique e Negritude, uma das referências do grupo Sankofa.

Dessa forma, o grupo de estudos dá bases para o manejo de demandas esperadas, ou seja, a partir da experiência prévia das supervisoras e da literatura, como relações familiares, colorismo, vivência universitária, etc., ao passo que também se configura como um espaço aberto aos desafios que eventualmente aparecerão no cotidiano dos atendimentos, para se discutir questões que não correspondem totalmente à literatura — quase sempre.

Nesse sentido, há um grande incentivo para as estagiárias realizarem conexões críticas entre o que é discutido nos textos e os casos que estão atendendo. No caso do texto selecionado para a discussão da referida semana, o prefácio do livro *Tornar-se Negro* (1983)

⁵¹<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/09/12/homem-se-passa-por-paciente-e-assedia-mais-de-70-psicologas.htm>

⁵² Termo nativo utilizado como antônimo de prevenção, isto é, cuidados posteriores ao acontecimento.

da Neusa Souza, escrito por Jurandir Freire Costa, em que o autor apresenta a obra chamando atenção para as violências raciais nos corpos dos sujeitos, ou seja, a violência da falta de branquidão em uma sociedade racista. Diante da apresentação de uma das estagiárias, Cenira conduzia as reflexões do texto para os casos atendidos, com frases como “Vocês perceberam similaridade com algum paciente de vocês?”.

Embora seja perceptível a existência de um padrão de demandas entre as pacientes de modo geral, em relação às gerações anteriores, Raiz e Caule, do Sankofa, inclusive, há um eixo transversal identificado no trabalho de Neusa Souza (1983) que não fez tanto sentido com os casos atendidos pelo Sankofa, a saber: a dificuldade de enxergar valências em ser negro, ao menos de forma tão declarada. Tanto que tal questionamento realizado por Cenira a respeito da existência de similaridade entre o texto e os casos foi prontamente respondido por Milena⁵³ negativamente, “não muito”. Percebi que todos os pacientes de que ouvi falar em supervisão tinham bem desenvolvido essa habilidade que é o letramento racial, importante quesito para a construção positiva de si enquanto pessoa negra.

A diferença identificada entre as queixas coletadas por Neusa Souza em 1983 e os pacientes do Sankofa em 2023, a respeito da autoavaliação, pode nos indicar duas coisas: 1) o quanto, historicamente, tem se fortalecido e popularizado uma visão positivada sobre a negritude e/ou 2) a respeito da diferença contextual entre o perfil de entrevistados, tendo em vista que as entrevistas de Souza (1983) foram realizadas junto às pessoas negras adultas em ascensão social e profissional, ao passo que os pacientes do Sankofa são todas estudantes universitárias.

De fato, com o espaço de 40 anos, é perceptível um maior diálogo a respeito de raça, racismo e relações raciais no cotidiano, tendo a ver com as bases de um regime político democrático reconquistado na década de 1980, bem como com a organização política do Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, comprometido com a transformação social, enquanto um movimento de massas (DOMINGUES, 2007). Ainda segundo o autor, a valorização progressiva da identidade negra impulsionada pelo MNU veio através do uso e ressignificação das palavras “raça” e “negro”, as quais eram ocultadas partir da lógica da denegação identificada por Lélia Gonzalez (1984) na ideologia da democracia racial, Lélia, inclusive, compunha o MNU. Ou seja, através do questionamento das bases que sustentam esses conceitos, como a colonização e escravização, foi possível reconhecer sua parcialidade

⁵³ Mulher parda, em fase final de formação, com idade próxima aos 25 anos.

e enxergá-lo enquanto discurso construído historicamente e que, assim, poderia ser desconstruído.

Segundo Joaze Bernardino-Costa (2022), a lógica de se utilizar do pertencimento racial para os debates cotidianos e públicos foi uma das grandes bases que fortaleceu a luta política diante do Estado, pois o questionamento gerou reconhecimento que, por sua vez, engendrou intervenções. Dessa forma, somente a partir da racialização foi possível pautar políticas antirracistas, como as políticas de ações afirmativas. Em contraste com a lógica antirracista vista no que se reconhece como a égide da democracia racial, em que se reforçava as desigualdades raciais ao não as reconhecer e, portanto, silenciá-las.

Entretanto, a promoção da visão positivada da negritude ainda não é algo dado e superado, mas atualizado. Pois, na clínica do Sankofa, as demandas de auto-ódio tem outra roupagem e aparecem de forma mais subliminar, como na percepção compartilhada de insuficiência em diversas esferas da vida — o que diz sobre os valores associados à negritude no universo simbólico.

Já no que se refere às diferenças metodológicas entre o estudo de Neusa Souza (1983) e esta pesquisa, temos uma importante diferença entre o perfil de entrevistados. A pesquisa da autora se deu entre pessoas negras adultas em processo de ascensão social proporcionada pela questão profissional, diferentemente das pacientes do Sankofa, que são jovens adultos ainda em processo de formação para se tornarem profissionais. Considerando o já citado contexto histórico e politicamente diverso, as pacientes do Sankofa, ainda que num momento de vida com menos autonomia, estão inseridos em um ambiente que propicia uma coletivização e compartilhamento de vivências, ou seja, a universidade é um espaço que potencializa o desenvolvimento do letramento racial (SIQUEIRA; RAMOS, 2021).

E, novamente, a universidade só pode ser caracterizada como um ambiente de letramento racial para pessoas negras por conta das lutas políticas encabeçadas pelos movimentos negros, em destaque o MNU, ao ser por essa via que foram conquistadas as políticas de cotas e permanência estudantil para negros nas universidades. Ademais, segundo Petrônio Domingues (2007), nesta luta política para inserção de negros na universidade, geradora de letramento racial contemporâneo, há mais um princípio do MNU colocado em prática: a possibilidade de protagonismo e autonomia dos negros de falarem sobre si e não mais sob a tutela de brancos. Isto é, a existência e gerência de coletivos afro centrados.

Embora esta configuração de coletivos compostos somente por pessoas negras tenha mostrado importantes contribuições para sobrevivência e bem viver de pessoas negras nas universidades (Lima, 2020; Siqueira; Ramos, 2021), existe um aspecto latente nesta discussão

que é a inserção dos brancos nos espaços de luta antirracista. Questão essa que também compõe as preocupações do Sankofa enquanto serviço e estágio. Inclusive, uma das supervisoras planejava abrir vagas para psicólogos e estagiárias brancas, mas que também não se configura como uma unanimidade dentro do grupo. De modo geral, havendo o desejo de realizar essa abertura, também aparece a incerteza de como e quando fazer. Afinal, a paridade racial foi um princípio fundante para o funcionamento do serviço, mas isso significa que deve operar para sempre?

Em campo, pude acompanhar o ingresso de uma psicóloga branca nas supervisões do Sankofa, não enquanto voluntária externa à universidade, mas enquanto funcionária da instituição, que mais parecia uma agente institucional infiltrada do que alguém disposta a aprender. Em consonância com a percepção de Bruno, de que ela demonstrava mais proatividade para corrigir condutas e intervenções, do que de fato escutar e aprender. Nesta seção seguinte, discutirei o retorno do Sankofa à Clínica-Escola.

3.4.1 O retorno institucional à Clínica-Escola

Após as primeiras reuniões em formato *online*, as supervisoras do Sankofa finalmente conseguiram reservar uma sala e horário na Clínica-Escola para realização da supervisão presencialmente. No entanto, eu não havia sido informado da mudança, então logo cedo eu estava solicitando ingresso no *link* usual para participar da supervisão. Ao perceber a demora para resposta, decidi ligar para Cenira, que prontamente me informou sobre o retorno à presencialidade. Para não perder esse importante evento, perguntei se poderia participar por chamada de vídeo enquanto todos estavam lá presencialmente — um dos ganhos do ensino remoto.

Com o aceite, entrei na reunião e fui colocado de forma que pudesse enxergar todos na sala, quais eram: Cenira, Bruno, Ayô, Júlia e Milena. A única ausência foi do outro supervisor, Tiago. Como havia entrado atrasado, peguei a discussão no meio do caminho, mas pude perceber que estavam conversando sobre um dos casos, que era de uma pessoa não-binária e o uso correto dos pronomes era uma dúvida, mas que rapidamente foi sanada por Milena e Bruno por justamente atenderem pessoas não-binárias. Enxergo aí uma nova interseccionalidade que não esteve presente nos anos iniciais do Sankofa e que se mostra como fulcral no serviço, haja vista que, naquele momento que presenciava, pessoas com essa identidade de gênero compunham 25% das pessoas atendidas.

Após a pausa para o descanso e, então, realizar o grupo de estudos, retornei à ligação por áudio e notei que havia vozes diferentes no recinto. Eram a psicóloga técnica da Clínica-Escola, Michele, e a coordenadora da Clínica-Escola, Lucinda, que foram à sala dar boas-vindas ao Sankofa e falar sobre as regras de funcionamento da instituição. As instruções dadas foram a respeito das responsabilidades e deveres, como agendar o uso de sala, uso de chaves, preenchimento dos prontuários, valor da sessão, contrato terapêutico, etc. A fim de dialogar a respeito das regras, Cenira complementou que o Sankofa já tinha um modelo de contrato em uso e que utilizavam um modelo da Gerência de Saúde para preencher os prontuários, mas de forma enfática e pouco colaborativa, foi informada que o contrato e o prontuário da Clínica-Escola deveriam ser adotados, pois ele se sobreporia em relação ao do grupo.

A forma de ambas passarem orientações era bem diferente entre si, ainda que tivessem um sorriso no rosto e afirmassem disponibilidade incondicional, a coordenadora possuía uma forma mais articulada e moderadora, ao passo que a psicóloga técnica era mais rígida e coercitiva. Quando a psicóloga técnica realizava as orientações, a regra transmitida era sempre acoplada a uma iminente punição caso houvesse descumprimento. A questão dos prontuários, por exemplo, Michele informou que a atualização destes deveria ser feita semanalmente, haja vista que o Conselho Regional de Psicologia (CRP) poderia realizar uma vistoria surpresa e, caso identificassem irregularidades, o conselho retiraria o registro profissional de quem fosse o responsável.

Após o fim das orientações, pedi a palavra para me apresentar enquanto pesquisador, vinculado a um programa de pós-graduação em antropologia, que estava acompanhando as supervisões. O primeiro questionamento da coordenadora foi, “Você passou pelo comitê de ética?”. Ao dizer que não, em entendimento conjunto com a responsável pelo Sankofa por se tratar de contato somente com estagiárias e supervisoras, o diálogo pouco se estendeu e a reafirmação de soberania da Clínica-Escola foi colocada na mesa, assim como no contrato terapêutico e do prontuário. Entendo que isso diz respeito a um discurso rígido da instituição, mas que, ao mesmo tempo, revela o caráter acrítico performado pela psicologia em relação aos ritos éticos dos comitês de ética.

Lucinda, então, solicitou o envio do meu projeto para averiguar “questões éticas” e logo deixou a reunião. A psicóloga Michele seguiu na sala para tirar mais dúvidas das membros do Sankofa, mas antes da saída de Lucinda, questionou se eu poderia seguir ouvindo as orientações e a coordenadora consentiu. Ao dar prosseguimento às orientações e informar que ela seria a responsável técnica designada para auxiliar e orientar o grupo em

relação ao preenchimento do prontuário, o fato da minha formação ser em psicologia foi reconhecido, por ela, como uma vantagem para inserção no campo, pois, segundo ela, antigamente pesquisadores de outras áreas estavam manuseando documentos psicológicos, o que seria absolutamente proibido, haja vista que só psicólogos podem acessar tais documentos. “Ainda bem que ele é psicólogo” —, se referindo a mim, mesmo tendo manifestado o meu desinteresse, no âmbito da pesquisa, de acessar os prontuários.

Mesmo com a exigência da coordenadora de que o meu projeto passasse pela comissão de pesquisa da Clínica-Escola para dar prosseguimento à investigação, enviei o projeto que já estava pronto e pedi autorização para seguir acompanhando as supervisões até que a comissão me desse um retorno, já que não havia nenhuma previsão disso acontecer — um processo sem nenhuma transparência. O crivo interno não tinha um protocolo tão bem definido e era realizado por uma psicóloga sem muita expertise na avaliação ética de pesquisas, conforme escutei nos corredores da Clínica⁵⁴.

Com isso, no mês de maio, pude acompanhar a supervisão do Sankofa pela primeira vez presencialmente e, assim, conhecer melhor o prédio que estava recebendo o serviço. A infraestrutura e as instalações da Clínica-Escola eram ótimas e recentes, contendo recepcionista, câmeras, bancos confortáveis no ambiente destinado à espera, o qual continha também televisão, revistas, bebedouro, além de um tapete de borracha com brinquedos para as crianças. É um prédio com um andar, mas extenso em termos horizontais, localizado em um dos extremos do campus da universidade. Há diferentes tipos de sala como ambulatório, para atendimento individual, atendimento de grupo, sala para supervisão, ambiente de estudos, auditório, etc. todas equipadas com ar-condicionado e móveis relativamente novos.

Entretanto, a Clínica-Escola só tinha entrada para carros e não para pedestres, ou seja, era uma área cercada com grades e que os pedestres precisavam dar a volta no prédio para que pudessem entrar pelo portão dos carros. Isso nos diz sobre planejamento arquitetônico, mas também sobre qual o perfil de pessoas é facilitado a circulação naquele espaço. É bem verdade que durante o período em campo, fizeram uma abertura na grade para que os pedestres não precisassem mais dar a volta.

Passados os desafios das imediações, ao adentrar o prédio, as pessoas encontram um balcão onde, necessariamente, precisam se identificar e assinar uma espécie de lista de controle, dividida entre “pacientes” e “outros públicos” e sendo necessário registrar nome, CPF, horário de entrada e assinatura. Se forem pacientes ou acompanhantes, após a assinatura

⁵⁴ Uma pessoa interlocutora.

precisam se direcionar ao ambiente de espera, que fica logo ao lado. Quando são estagiárias ou psicólogos, eles assinam e já adentram às instalações.

Ao chegar na minha primeira atividade de campo presencialmente, precisei contornar as grades para acessar o prédio e, então, fui assinar a lista de controle de entrada. Primeiramente, fui lido como paciente pela recepcionista e tive que explicar as especificidades da minha condição enquanto pesquisador e a avisei que esperaria no ambiente de espera — tendo em mente as potencialidades etnográficas deste espaço (FLEISCHER; FRANCH, 2015; FLEISCHER, 2022).

Assim, incluí essa estratégia no dia a dia em campo, chegando sempre alguns minutos antes do combinado para me sentar nos bancos de espera. E, de fato, pude refletir sobre estrutura e funcionamento de outra forma, para além do que me seria narrado em entrevistas, por exemplo. O entendimento do fluxo de pessoas, o perfil de pacientes, acompanhantes, estagiárias e psicólogas, das funções dessas mesmas pessoas e da recepcionista que, inclusive, aparentava ter frequente rotatividade.

Rememorando essas cenas através do diário de campo, percebi que poderia ter interagido com as pessoas no ambiente de espera, mas me recorro que o ambiente era muito similar às clínicas particulares, isto é, com pouca abertura ao diálogo, pouco comunitário e que os usuários tinham horário para serem atendidos. Nesse sentido, as salas de espera estavam sempre esvaziadas e quando ocupadas por acompanhantes, eram sempre mulheres, provavelmente, mães à espera do retorno de seu filho — podendo nos dizer sobre o gendramento do cuidado (ENGEL; PEREIRA, 2015). Raríssimas foram às vezes que identifiquei pais como acompanhantes, mas quando, sim, eles preferiam esperar do lado de fora dentro de seus carros particulares.

Outro ponto contrastante entre os serviços públicos e a referida Clínica-Escola, é o fator de “circulação” dos pacientes. Se nos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), que operam a partir da *lógica psicossocial*, o trânsito de pacientes é maior e, inclusive, é incentivado o caminhar pela área, na Clínica-Escola é absolutamente vedado o acesso ao interior do prédio desacompanhado, com a alegação da garantia de segurança no trabalho. Ou como lembrou Adelina nos desafios da primeira geração do Sankofa, Raiz, e que dará o tom do subtópico seguinte sobre as novas (nem tão novas assim) fricções institucionais:

Teve uma vez que uma psicóloga técnica veio reclamar porque um paciente nosso saiu do prédio sozinho e não podia deixar porque a gente trabalha com todo tipo de gente e aí poderia ser uma pessoa perversa que pode cometer um crime, delito, dano

ao prédio, né? Esse tipo de coisa, de que o paciente poderia cometer um crime dentro do prédio. Ela estava falando isso o tempo inteiro, falando das regras de como o prédio funcionava. O argumento dela, inclusive, era a preocupação dela com o patrimônio. A preocupação dela com a segurança das pessoas, a preocupação dela com a minha segurança no trabalho. Seja que, no fim das contas, ela estava usando de todos esses artifícios para colar uma parada extremamente racista para caramba, coisa absurda assim, coisas absurdas que ela dizia. E não é aquele racismo lá de chamar o outro de macaco, mas esse racismo que você usa do seu lugar institucional para tirar a liberdade de trabalho, a liberdade de circulação, a liberdade de ser, né, de existir aquele trabalho, de facilitar aquele trabalho inclusive, né? (Adelina, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Já para a coordenadora da Clínica, Lucinda, o impedimento de circulação tem um caráter pedagógico para o psicoterapeuta em formação, no sentido literal e simbólico de caminhar junto, de se responsabilizar:

A gente não deixa paciente, eu vou usar esse termo, ‘circulando’ pela Clínica-Escola. O terapeuta precisa ir até à recepção e caminhar junto com ele, que a partir do momento que ele marca uma sala, assina o contrato terapêutico, ele é responsável por aquele paciente. Então ele vai pegar na mão desse paciente. Vai subir e se precisar ir ao banheiro, vai acompanhar... (Lucinda, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

E como o nome sugere, a Clínica-Escola é o âmbito dedicado ao estágio dos estudantes de psicologia, no qual as professoras organizam e disponibilizam vagas para estágios, sobretudo na lógica das intervenções psicoterapêuticas, mais próxima à atuação particular. No entanto, é importante salientar que este ambiente não é o único espaço dedicado ao estágio dos estudantes. A Gerência de Saúde, por exemplo, onde o Sankofa funcionava há pouco tempo, também acolhe estagiárias e projetos de professoras, mas com uma lógica mais comunitária, pública e psicossocial. Além de iniciativas junto a hospitais, que também possuem outra lógica.

Em entrevista com a coordenadora da Clínica-Escola, me foi informado que a mesma acolhe cerca de 20 grupos de estágio e mais de 100 estudantes, os quais se dedicam, prioritariamente, ao atendimento do público externo à universidade, ao passo que a Gerência de Saúde foca na comunidade interna. A principal contribuição formativa, na visão da coordenadora, é de manuseio e preenchimento de documentos psicológicos, como o prontuário, relatório, encaminhamento⁵⁵, etc.

⁵⁵ Na Clínica-Escola, o prontuário é uma pasta física que contém todos os registros de sessões, documentos pessoais do paciente, avaliações e sistematização do caso atendido. O relatório psicológico é justamente essa sistematização que compõe o prontuário, mas podem ser utilizadas pelo paciente para “justificar” sua condição de saúde mental no encontro com outros profissionais de saúde ou com instituições. Já o encaminhamento se refere à transferência do paciente para outro psicólogo, o que pode acontecer por diversos motivos, como por incapacidade técnica de seguir conduzindo o tratamento ou quando a estagiária finaliza o seu período de estágio, por exemplo.

O quadro de psicólogos técnicos é composto exclusivamente por pessoas brancas, sendo dois homens e 10 mulheres. E conforme relatado em entrevista com Michele, uma dessas psicólogas, as suas funções são tanto administrativas quanto de atendimento psicoterapêutico para estudantes, sobretudo de psicologia, haja vista que estes não podem ser atendidos por colegas de curso em estágio. Funções essas atualizadas com a implementação da Lei de estágio⁵⁶, em que estes profissionais deveriam dar suporte técnico individualizado aos estudantes, ou seja, cada psicólogo técnico ficaria responsável por acompanhar e auxiliar determinados grupos de estágio em termos de preenchimento documental, como o prontuário.

Além das mudanças trazidas pela Lei de estágio, Michele afirma que após a pandemia, mas especialmente após a criação da Gerência de Saúde, a Clínica-Escola passou por uma “mudança de cultura”, atuando, efetivamente, enquanto um serviço ambulatorial, com hora marcada, etc. Pois antes da criação da Gerência de Saúde, a Clínica-Escola era requisitada a atender, também, crises, mesmo “sem estrutura” para o atendimento de urgência e emergência.

Sem estrutura entre aspas, haja vista que, para Michele, para o atendimento de crises e emergências seria necessários enfermeiros e psiquiatras, já que o paciente em crise às vezes precisa “ser medicado, precisa ser internado, você precisa vigiar.” Isto é, estava sendo dito sobre o cuidado psicossocial na visão da psicóloga. Tal separação entre o perfil de pacientes foi vista como benéfica:

A criação da Gerência de Saúde fez com que mudasse o público, e aí as pessoas quando começam a terapia e tudo mais tendem a ficar, né, já que não é uma crise. Então eles vão fazer psicoterapia, e entendem mais o que é o serviço. E aí, a rotatividade mudou. Tirou esse perfil de urgência e emergência e isso melhorou muito, porque era muito, muito ruim para o paciente que chegava aqui precisando de um tipo de atendimento que não tinha, era ruim para o estagiário, porque o paciente não ficava. Então o estagiário atendia duas, três vezes. Os que vêm em crise têm muita dificuldade pra ficar, porque eles vêm com a ideia medicamentosa. Eles entendiam como se aqui tivesse um psiquiatra, mas a gente não tem, né? Acham que vão vir, que vão conseguir um psiquiatra e que vão tomar um remédio, mas não é o propósito (Michele, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Dessa forma, as *lógicas de cuidado*, além de conjugarem normatividades, coerências e ideais internos a respeito do cuidado (MOL, 2008; POLS, 2015), identifiquei que, no cenário estudado, também englobam um público habitual em termos raciais e de classe, regras

⁵⁶ Trata-se de uma legislação que regulamenta as práticas de estágio, visando garantir a segurança das pessoas envolvidas. Contendo preconizações sobre supervisores internos e externos, a necessidade de um contrato, etc. Essa lei já era antiga e funcionava para outros cursos, no entanto, por algum motivo, a Clínica-Escola não a cumpria, mas estava em processo de adequação.

institucionais, assim como engendra uma arquitetura, especialidades médicas e uma expectativa profissional quanto ao comportamento e às demandas dos pacientes.

3.4.2 “Isso tá meio vigiar e punir”: Vigilância e ameaças institucionais

As primeiras fricções entre o grupo Sankofa e a Clínica-Escola foram logo na dita reunião de boas-vindas à esta instituição, em que foi imposta a necessidade de adequação quanto aos documentos. É bem verdade que, num primeiro momento, aquelas imposições não foram apreendidas pelo grupo como um embate, mas como uma rigidez característica da instituição. No entanto, com menos de um mês de funcionamento do grupo, a percepção mudou e algumas coisas foram significadas.

As supervisoras do Sankofa haviam planejado a realização de um evento com convidados e discussão, o qual seria aberto para comunidade interna da universidade, com intuito, inclusive, de promover reflexões junto à Clínica-Escola sobre saúde mental e racismo. Com a colaboração do grupo e também minha, fechamos o planejamento do evento e o encaminhamos para ciência da instituição, solicitando apoio na divulgação e na reserva do auditório com antecedência.

No dia do evento, que seria logo após a supervisão no período da manhã, havia me planejado para chegar mais cedo e seguir a empreitada de conhecer o ambiente de espera, mas nesse dia, fiquei pouco tempo, haja vista que Cenira também havia chegado mais cedo para adiantar os preparativos para o evento. Julguei, naquele momento, ser mais relevante acompanhá-la e de fato foi.

Após a tentativa de pegar as chaves para a sala onde aconteceria o evento, Cenira desabafou sobre como foi dispendioso colocar esse evento em prática, não em termos da organização em si, mas em relação às dificuldades impostas pela instituição. Conforme subíamos as escadas, Cenira disse que fora uma “luta” agendar a sala para o evento e que o auditório havia sido tentado, mas estava reservado, então o evento teve que acontecer em uma sala improvisada, onde funcionaria, de acordo com o projeto arquitetônico, uma enfermaria ou algo assim, havia inclusive uma pia. E se bem lembrarmos, o prédio é muito bem equipado.

Além disso, houve empecilhos para divulgação. O grupo solicitou a divulgação pelo *Instagram* da Clínica-Escola, mas ouviram que não seria possível, pois as redes da Clínica possuem muito alcance e, assim, não teriam controle de quem entraria no prédio. E sem nenhuma abertura ou diálogo para possibilitar de outro modo a divulgação. Curiosamente,

poucas semanas precedentes ao evento, aconteceu uma roda de conversa com estrutura similar, de temática de interesse da coordenadora, e a divulgação foi feita pela dita rede social.

Em paralelo ao evento, tivemos uma informação pelas vozes dos corredores de que estavam problematizando a presença de psicólogos voluntários na função de supervisores, algo já clássico na história da Clínica, mas que por algum motivo estava sendo alvo de preocupação agora. A vinculação de Cenira e de Tiago estava em vias de oficialização como psicólogos voluntários, os quais atuavam como supervisoras de um grupo de estágio sob responsabilidade institucional da professora Juliana, mas que não tinha disponibilidade para acompanhar a supervisão semanalmente — o que não se trata de algo raro nas dinâmicas de estágio da instituição, conforme trazido por Bruno.

Foi diante dessas circunstâncias que veio este desabafo de Cenira, afirmando que Lucinda sempre punha empecilhos incontornáveis e apresentava um descaso prático, embora afirmasse estar disposta a colaborar incondicionalmente. Cenira então desabafou: “meu medo é ser racismo, assim como na primeira vez” — de quando tentaram se vincular à Clínica-Escola em 2017. Com a chegada dos estagiárias, mudamos de assunto. Ao vivenciar tais dinâmicas, lembrei-me de Carla Teixeira (2014) em sua pesquisa com políticos no Congresso Nacional, os quais manejam retóricas, verdadeiras ou não, para facilitar ou dificultar a realização de pesquisas:

Afinal, já nos bem lembrava Goffman (1999), toda instituição tende ao fechamento e, eu completaria, as fronteiras entre segredos e mentiras são tênues e contextuais e ambos falam muito sobre os sujeitos que os manejam e fabricam, tanto em termos individuais quanto em termos de tipos sociais (TEIXEIRA, 2014, p. 41).

Com o desenrolar da reunião de supervisão e faltando alguns minutos para o horário do evento, me disponibilizei a descer e organizar a sala, receber o convidado e possíveis ouvintes, enquanto eles finalizavam a supervisão, já que havia casos ainda não discutidos. Assim que descii, identifiquei o palestrante perdido pelos corredores do prédio, que não foi bem orientado pelas funcionárias quanto ao local da sala. E relatou que, como não o direcionaram corretamente, ele entrou na sala indicada, mas estava ocupada por professoras brancas que o olharam com “aquele olhar”.

Já na sala improvisada, organizando cadeiras, projetor, etc., comentamos como aquele prédio tinha uma boa estrutura, mas um ar bastante hospitalar. O convidado, médico de formação, então comenta sobre a existência de uma lei que rege a arquitetura de prédios

destinados ao atendimento à saúde. Ele estava se referindo ao Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (SOMASUS)⁵⁷, que estabelece diretrizes arquitetônicas para construção e funcionamento de ambientes com tal finalidade, sendo diferenciada a partir da atribuição do serviço, a saber: ensino e pesquisa, internação, atendimento ambulatorial ou atendimento imediato. Dessa forma, essas normas seguem as atribuições do serviço e a Lógica de Cuidado adotada

Na palestra do convidado, centrada na discussão sobre os impactos do racismo na saúde mental e estratégias para reconstrução da vida, tendo sua própria trajetória como objeto, trouxe diversos relatos assemelhados às demandas dos pacientes do Sankofa. Como o medo de uma deslegitimação inescapável, o que trazia a necessidade de sempre provar ser duas vezes melhor e se engajar em comportamentos excessivos de preparação por medo de ser deslegitimado, pois alguém poderia perguntar algum detalhe e, se ele não soubesse, sua inferioridade estaria constatada. Correlação essa já identificada por Frantz Fanon (1952) em contexto antilhano pós-colonial e também por Neusa Souza (1983) no Brasil, os quais me conduziram a considerar a existência de um padrão de demandas de pessoas negras na psicoterapia, a ser discutido no capítulo seguinte.

Durante a palestra, a coordenadora Lucinda apareceu na porta da sala para dar boas-vindas ao palestrante e aos ouvintes, que eram majoritariamente graduandos em psicologia da mesma universidade, mas que não contava com nenhum membro da Clínica-Escola. Se mostrou solícita ao perguntar se o palestrante precisava de algo, Cenira acenou para a necessidade de água e, então, a coordenadora foi buscá-la. Em seu retorno à sala, com um sorriso no rosto, entregou uma garrafinha de água para o convidado com a seguinte frase: “toma aqui a sua aguinha”. O que deixou o convidado visivelmente desconfortável com o tratamento no diminutivo, característico de quando adultos falam com crianças.

Novamente, parece algo bastante simples, mas se esta figura for colocada diante do fundo, ou do *contexto*, ser tratado no diminutivo diante da má recepção e do que o projeto Sankofa vinha passando ali, mas sobretudo enquanto psicanalista, logo percebeu a insidiosidade da linguagem e do racismo.

Vivências como essa faziam com que as estagiárias e supervisoras convivessem com um mal-estar latente e que só posteriormente deram o significado a esse sentimento, muito por conta dos sucessivos acontecimentos desde antes do evento. E as novas investidas da

⁵⁷ <http://somasus.saude.gov.br/somasus>

instituição vieram logo na semana seguinte ao evento, com a cobrança incisiva sobre a necessidade de atualização semanal dos prontuários, a qual as estagiárias não haviam feito, reforçando a soberania da Clínica-Escola, Michele reforçou a cobrança: “os pacientes eram da Gerência de Saúde, mas agora vocês estão na Clínica-Escola! Vou querer as atualizações semanais.”

E com a cobrança vinha a ameaça de punição, de como o CRP poderia bater na porta, a polícia, etc. Para embasar sua preocupação, ela apontava que um dos maiores receios era ter solicitações externas por documentos psicológicos e não os terem. Ela chegou a explicar: “vocês se responsabilizam, mas principalmente o professor que está assinando com o CRP dele, imagina se tem um suicídio, o nosso maior medo aqui é esse, de suicídio. E se a família ou a polícia requerer algo, o que faremos?”. Como pano de fundo, Michele também revelou uma preocupação, compartilhada pela coordenadora Lucinda, para saber o que “estava acontecendo com o Sankofa” supostamente por conta da não atualização semanal dos prontuários, sendo as então supervisoras convocados para uma reunião a portas fechadas.

Logo após a fala e saída de Michele da sala, todos na sala se olharem e uma das estagiárias disse “tava meio *Vigiar e Punir*, né?”, em referência ao título autoexplicativo de um livro de Michel Foucault (1975), e todos riram. Mas em tom sério, Cenira afirmou “esse pessoal quer nos tirar daqui.” E diante disso, o grupo uniformizou a percepção de que não eram tão bem-vindos assim a despeito dos sorrisos e comentaram sobre como a postura de Lucinda e Michele para com os membros do grupo, continha “um ar de arrogância, de distanciamento; um tratamento infantilizado”. Percebiam também “uma fala lentificada, com um tom forçadamente acolhedor, como se faz para se orientar crianças”.

Em entrevista posterior com Bruno, ele reafirmou essa percepção, ainda mais quando se comparado à relação da instituição com outros grupos contemporâneos e mais longevos, pois em contato com colegas de graduação estagiárias da Clínica-Escola, ouviu que de fato Michele era uma técnica exigente com prontuários, mas que só a viam esporadicamente, ao passo que, semanalmente, ela estava “no pé” das estagiárias do Sankofa.

E no que tange à reunião para saber o que estava acontecendo, que aconteceu dias depois, Tiago sistematizou o encontro com as seguintes palavras: “cobranças passivo-agressivas”. Tiago contou que a reunião com Michele e Lucinda foi tensa, ficaram abismadas em relação à abordagem utilizada na supervisão, pois as supervisoras não possuem a mesma abordagem — e são adeptos daquela visão integracionista de técnicas, que ressoa muito bem na prática psicossocial. Ademais, foram informados que voluntários não poderiam

mais supervisionar os grupos de estágio e que uma professora responsável deveria, obrigatoriamente, estar presente nas supervisões clínicas.

A justificativa dada foi de que a instituição estava se adequando às regras, que inclusive são antigas e não eram cumpridas, e que, especificamente, ouviram de uma pessoa do Conselho Regional de Psicologia que alunos em formação não poderiam ser supervisionados por voluntários, sendo passível de processo ético. O que significaria o fim do projeto Sankofa, já que nem Tiago e nem Cenira eram professores da instituição.

No entanto, segundo Bruno, no diálogo com colegas de graduação, havia outros grupos de estágio vinculados à Clínica-Escola que funcionavam sob supervisão de psicólogos voluntários e sem a presença da professora responsável nas supervisões. O Sankofa conseguiu manter suas atividades após uma professora negra se disponibilizar para estar presente nas supervisões, algo que discutirei mais adiante.

3.4.3 “Entre o surto e a paranoia” (de preto): Institucionalidade como arma da branquitude

Sendo assim, a continuidade do Sankofa ficou ameaçada diante de duas regras, a necessidade de uma docente efetiva e a impossibilidade de voluntários serem supervisores, que surgiram “do nada”, como salientou Tiago. As quais, segundo a instituição, já deveriam estar sendo cumpridas, mas é deveras curioso o momento em que estas foram aplicadas e de forma bastante maleáveis, já que os outros grupos supervisionados por psicólogos voluntários e sem a presença da docente responsável nas supervisões, seguiram funcionando.

E diante dessas relações com a instituição e as regras, Tiago esboça as primeiras reflexões sobre o que categorizou como “entre o surto e a paranoia”, se referindo à sensação vivida diante da postura da instituição em relação ao serviço. Indicando, primeiramente, como caráter repetitivo das ações sugere uma intencionalidade e como isso é atravessado pelos interesses de quem está no poder:

E eu acho que é o tipo de coisa do surto assim. Porque mais uma vez, isolado parece que pode ser qualquer outra coisa, mas a gente também vai naturalizando certos absurdos sabe, do tipo “isso seria inimaginável”, sabe? Depois de todos os empecilhos que foram colocados, de identificar essas coincidências (...) [A regra institucional] é a grande defesa da branquitude, do tipo “não, estou só seguindo regras” e mesmo assim você poder mudar as regras do jogo a seu próprio prazer. Acho que na relação pessoalmente com a psicóloga técnica, a Michele, naquele lugar de defesa das regras, mas que justamente as regras eram usadas a bel-prazer, sabe? De forma voluntarista e tal. E sempre esse discurso assim das regras em primeiro lugar. Eu acho que o lidar com as regras institucionais é muito mais do que só aplicá-las. Então tipo, às vezes ver uma, às vezes não ver outras, omitir algumas,

fazer ajustes em outras, às vezes inventar também né?! Porque o importante não é o que esteja escrito, importante é que cole (Tiago, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Nesse sentido, as regras são assumidas pela Clínica-Escola enquanto entidades transcendentais. E como bem nos lembra Mary Douglas (1998) em *Como as instituições pensam*, as instituições, como universo de cognição e moralidade, se assentam a partir de um princípio estabilizador, ou seja, se justificam em uma retórica inquestionável, como se fossem baseadas em leis naturais ou divinas. No caso da Clínica-Escola, o princípio estabilizador é o Estado, especialmente o Poder Judiciário, trazido às cenas como aparato último e primevo de sanções iminentes.

Tal lógica é replicada pelas pessoas que compõem a instituição, no frequente manuseio das possíveis fiscalizações do Estado para “disciplinar os ‘de dentro’ e erigir barreiras ao acesso dos ‘de fora’”, conforme apontam Carla Teixeira e Sérgio Castilho (2021, p. 24). Dessa forma, a eficácia do controle institucional a partir da mobilização de leis e regras se dá pela aparente impessoalidade destas, novamente como se fossem expressões naturais da moralidade e do conhecimento (DOUGLAS, 1998).

No entanto, conforme têm se estabelecido na área da antropologia das instituições e das práticas de poder, Sérgio Castilho, Antônio de Souza Lima e Carla Teixeira (2017) apontam que:

O Estado não é um ente dotado de consciência e intenção, tampouco é uno nem uma “coisa” palpável, senão feixes de relações de poder (...) engendra-se tanto pelo entrelaçamento de redes de pessoas que se (re)agregam de acordo com interesses, compromissos, percepções, adesões, sentimentos etc, quanto pelo estabelecimento de regras de enunciação, de padrões retóricos, isto é, de linguagens específicas (CASTILHO et al., 2014, p. 13).

Diante do cenário narrado, é perceptível os aspectos subjetivos que atravessam a maleabilidade das regras da instituição para com o Sankofa se comparado aos outros serviços e grupos de estágio, os quais não posso nomear para garantir o anonimato. Porém, essa maleabilidade também foi identificado no tratamento diferenciado entre as supervisoras Cenira e Tiago diante da nova regra de que psicólogos voluntários não poderiam ser supervisores.

Ainda que o Sankofa tenha garantido a continuidade das suas atividades ao cumprir uma das novas regras, que era ter uma professora nas supervisões, a permanência de Cenira e Tiago seguiu ameaçada, haja vista que a outra regra impedia que voluntários fossem

supervisores. Embora Cenira e Tiago tenham ingressado com o pedido de voluntariado, apenas o de Cenira foi aceito e sob o discurso de uma concessão benevolente, o que, para Tiago, reafirmava a deslisura do ímpeto da Clínica-Escola a respeito das regras:

[Sobre as novas regras de supervisão] Eu lembro que apareceu do nada. Sempre foi muito claro que eu tinha me inscrito como supervisor, né? E até por isso, porque, formalmente eu estaria tanto supervisor quanto a Cenira. E aí, na hora que eles vão dizer sobre a regra, mesmo defendendo a regra e que a regra é muito importante, que ela tem a ser seguida, mesmo assim, conseguem gerar essa brecha pra Cenira né? Que mostra de novo essa questão da disponibilidade das regras, assim, sabe? Tipo, “eu vou usar as regras como eu quiser, contanto que o poder sustente”. (...) Ah, ótimo, que a Cenira continue lá, ótimo, com certeza, né? Acho que isso é o mais importante. Mesmo que tenha que sacrificar outras pessoas, digamos assim, porque também era muito sobre isso. “Não pode vocês dois aqui”, né? Eu e ela no caso, como supervisores, mas a questão da forma de fazer essa concessão mostra que tem essa possibilidade, assim. Só que aí, além de ser visto como concessão, né tipo, é meio que de benevolência mesmo, também mostra que essa regra que era tão rígida num caso, mas não é no outro, né? Então, existe uma possibilidade de fazer diferente, mas que não tem interesse mesmo (Tiago, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

O relato de Tiago dialoga com a análise feita por um dos fundadores do Sankofa, Antônio, lá da geração Raiz, ao que ele chamou de “vontade política” nos primeiros passos do serviço em relação à disposição ou indisposição de gestoras da Clínica-Escola para com o Sankofa. Ou seja, parece mais uma repetição. E, além de identificarem o caráter pessoalizado da instituição, é possível traçar um diálogo com outra premissa mapeada pela antropologia das instituições (TEIXEIRA; CASTILHO, 2021): a dissonância das instituições. Nesse sentido, Teixeira e Castilho (2021) argumentam que, apesar da produção da crença de unicidade, impessoalidade e naturalização das práticas de poder, as instituições se configuram como entidades “dissonantes, precárias e contraditórias”, enquanto expressão inerente do poder e das relações que as constituem.

É, então, a partir de todo esse cenário narrado e analisado que Tiago caracterizou a vivência com a Clínica-Escola como um estado “entre o surto e a paranoia”, sustentado pelo caráter repetitivo das ações institucionais, desde as dificuldades históricas até as atuais, como a má recepção, ameaças de punição, dificuldades incontornáveis com salas, indisponibilidade para divulgar o evento, tratamento no diminutivo, vigilância constante se comparado a outros estágios, uso e desuso diferencial das regras de voluntariado, etc.:

A gente sempre habita um lugar entre o surto e a paranóia. Porque é tanta coisa que tipo você fala “Não, isso deve ser maluquice”. E é justamente isso, eu acho que as

coincidências elas se juntam tanto que você vê “não, não é maluquice”. As coisas ficam sempre nesse subliminar que não é direto, e aí acaba que você tipo, cada vez que você começa a reparar mais, eu acho que você vai juntando essas coincidências, e aí acaba ficando um pouco mais alerta também para o que vai acontecer e tal. E aí eu acho que uma situação sozinha gera muito essa dúvida, porque ela nunca é contundente o bastante sozinha, ela vai fazer muito sentido com todo o resto e essa coisa do surto e paranóia é tipo, de estar o tempo todo alerta, o tempo todo vendo as manifestações lá do começo, coisas que se eu... não que elas não existissem né, mas que se eu estivesse em outro estado talvez eu não estivesse tão alerta assim, nem percebido da mesma forma. E o surto é de perceber, e ficar percebendo tudo é muito desgastante mesmo assim (Tiago, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

A utilização do termo “surto” por Tiago dialoga com a conceituação trazida anteriormente no trabalho etnográfico de Priscilla Souza (2011), sendo um sinônimo de “crise”: um estado de ruptura abrupta do funcionamento usual. Nesse sentido, a paranoia seria parte constituinte do surto e um de seus indícios, caracterizada por uma suspeita obsessiva de perseguição. Portanto, nas fricções entre Sankofa e Clínica-Escola, houve a produção de um estado de alerta contínuo, marcado pela sensação de perseguição, o qual se mostrou um estressor para os participantes e prejudicial para o trabalho da equipe.

No entanto, sendo a paranoia um conceito centrado na percepção de um indivíduo, a sua tipificação é condicionada ao caráter não-compartilhado da suspeita de perseguição, isto é, se somente uma pessoa enxerga tais associações. Porém, o sentimento de encaço da Clínica-Escola para com o Sankofa era compartilhado internamente pela geração Galhos, sendo visto, inclusive, pela primeira geração do Sankofa, em seu momento raiz.

Para Achille Mbembe (2018), o racismo tem o poder de produzir uma “anormalidade psíquica” em suas vítimas, em termos de uma morbidez e de uma ruptura com sua autenticidade ou “normalidade”. Dessa forma, quero apontar para a específica relação do racismo com a paranoia, enquanto expressão de “anormalidade”, relatada pelas interlocutoras.

No Brasil, embora careça de sistematizações científicas, tem-se utilizado a categoria “paranoia de preto” para se discutir os impactos das violências raciais no condicionamento de atitudes e comportamentos de negros brasileiros, sobretudo em termos de uma hipervigilância ansiosa. De acordo com Marta Machado (2021), desde criança os negros precisam “ser paranoidos” como estratégia de sobrevivência, por saberem das curiosas coincidências promovidas pelo racismo, seja nas balas perdidas que estatisticamente encontram mais corpos negros ou na hegemônica presença de brancos nas posições de poder.

Sendo assim, a paranoia se mostra como estratégia para se proteger de acusações infundadas, violência e até da morte, a fim de antecipar e evitar ações lidas como suspeitas. A hipervigilância ansiosa condiciona comportamentos clássicos como: “não abrir bolsa no supermercado; não enfiar as mãos nos bolsos, mas deixá-las sempre à mostra; não entrar em loja só para olhar; não passar perto de policiais; não correr na rua; não usar moletom de capuz; guardar e carregar consigo recibo de tudo” (MACHADO, 2021, p. 1). Interdições essas que indicam como alguns direitos constitucionais são negados, pois “não há direito de ir e vir ou presunção de inocência” (idem, p. 1). E como discutido no Capítulo 2, afetam negativamente a saúde mental (WILLIAMS et al., 2019).

Realidade essa que pode se caracterizar como uma demanda em contexto psicoterapêutico, como vivido pela psicanalista negra Isildinha Baptista Nogueira. Ela precisou interromper um processo analítico porque seu analista queria encaminhá-la para o psiquiatra, haja vista que este acreditava que Isildinha estava com sintomas persecutórios/paranoicos por relatar vivências de hipervigilância características da “paranoia de preto” apresentadas acima (2021). Uma postura antiética que, segundo a autora, indica a falta de letramento racial do profissional e que, no fim, revitimiza as vítimas do racismo.

E para sistematizar a experiência entre o surto e a paranoia gerada pelo racismo durante o funcionamento do Sankofa, Tiago lembrou:

Tem um título de artigo sobre psicanálise e tal, mas que ele fala que: “não é porque você é paranoico que não tem alguém te perseguindo”. Então eu acho que independente assim da questão da paranóia sobre as regras, sobre se existe a fic ou não, eu acho que pode haver paranóia e não deixa de existir também todas as coisas muito perceptíveis (Tiago, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

E diante disso, Tiago caracterizou a expressão do racismo via instituição, enquanto uma forma indireta, dissimulada e despersonalizada: “esse lugar do ‘se eu falar abertamente, meio que eu perdi o jogo’. A ideia é fazer o esvaziamento de sentido, é o barrar, é o colocar a barreira institucional. É inferiorizar, mas nunca deixando que isso passe pro dito, digamos assim, né?”. E, com isso, quero apontar as ações e comportamentos como lócus privilegiado para caracterização do racismo, uma vez que, conforme já apontou Kabengele Munanga (2010), o racismo no Brasil nunca tem culpados e, por isso, “é um crime perfeito”.

Considerações finais

Portanto, a partir da inserção etnográfica junto ao Sankofa, um serviço de psicoterapia racializada e de estágio para estudantes universitários negros, neste capítulo, pude analisar outro aspecto fulcral da formação de psicólogos-psicoterapeutas: as insituições. Compreendendo-as não enquanto entidades transcendentais dotadas de uma essência natural, mas como espaços construídos por subjetividades e a partir de relações de poder, dentre as quais, destaco o racismo. Sendo a branquitude um dos meios pelos quais se perpetua a hiper representatividade de pessoas brancas, e seus processos de subjetivação, nestes espaços de gerência do Estado e reforçando a realidade como ela se apresenta: desigual.

Para apresentar o serviço Sankofa desde o seu surgimento em 2017, trouxe os relatos e análises daquelas que compuseram o projeto em seu início, as quais fizeram questão de caracterizar o contexto social e político como justificativa para criação do grupo. A partir de entrevistas com membros antigos, das gerações Raiz e Caule, as participantes trouxeram as facilidades e dificuldades impostas pela instituição, sobretudo a Clínica-Escola, para a institucionalidade do Sankofa como serviço e estágio em psicoterapia.

Antônio, um dos fundadores, apresentou a categoria “vontade política” para caracterizar os aspectos políticos e subjetivos constituintes das instituições e, conseqüentemente, das pessoas que as gerem. Especialmente, esta categoria foi construída pelo tratamento contrastante recebido pelo Sankofa em duas gestões diferentes da Clínica-Escola, em que primeiramente tudo era dificultado em contraste com a gestão seguinte, em que o grupo foi acolhido e incentivado. Tendo como pano de fundo as dinâmicas raciais presentes nas instituições, reconhecendo determinadas ações, mas principalmente a falta delas como expressões do racismo institucional; desamparo este que foi responsável pelo primeiro adormecimento do Sankofa, entre 2019 e 2021.

No subtópico seguinte (3.3), dedicado à discussão da segunda geração “Caule”, explorei o retorno do serviço como iniciativa autônoma de Cenira em pleno período pandêmico. E como, por conta da diferente vinculação institucional — não mais com a Clínica-Escola, mas com a Gerência de Saúde —, um outro funcionamento, viés e intervenções em saúde foi demandado ao serviço. Sobre essa diferença imposta pela instituição, categorizei analiticamente as *lógicas de cuidado psicológico*, sendo a Psicoterapêutica e a Psicossocial, já estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de psicologia da referida universidade, que engendram compreensões contrastantes dos processos de saúde e doença, além de abarcar os também contrastantes perfis de usuários em

termos raciais e de classe, de mercado, regras institucionais, manejos clínicos específicos e também engendra uma arquitetura e especialidades médicas diferentes entre si.

Já no subtópico 3.4 em diante, que se referem à inserção em campo e à geração “Galhos” do Sankofa, os dados partem da minha inserção enquanto observador participante tendo sido colocados ao encontro dos dados gerados nas entrevistas posteriores. No qual ambiente o campo, minha entrada, o serviço e a Clínica-Escola, em termos de seus funcionamentos e interrelações. Bem como sinalizo como o pedido de uma interlocutora, Cenira, para investigar os aspectos institucionais remodelou os focos da pesquisa.

Embora as análises dos aspectos formativos estejam concentrados no Capítulo 4, ainda neste subtópico pincelei sobre o papel das supervisoras no treinamento e estímulo para associações entre o vivido no *setting* e o que é relatado na literatura científica como estratégia formativa. Além disso, tracei diferenciações históricas a respeito de como as demandas raciais apareceram nas supervisões do Sankofa (2023) em relação ao relatado pela psicanalista Neusa Souza em 1983, no que se refere à forma com que o auto-ódio são levados ao *setting*. Argumentei haver uma crescente visão positivada da negritude construída através dos movimentos negros, mas que, ao mesmo tempo, o auto-ódio apareceu de forma muito mais subliminar no discurso dos pacientes do Sankofa e não abertamente declarado como visto no trabalho de Neusa Souza (1983). Relação essa que caberia mais investigações para serem testadas.

E, do subtópico 3.4.2 em diante, discuto o reencontro entre o serviço Sankofa e a Clínica-Escola, identificando como a institucionalidade se mostrou uma das maquinarias da branquitude para perpetuação do racismo, ao, a partir da maleabilidade das normas, impossibilitar um serviço de formação antirracista para estagiárias e de atenção racializada para os pacientes. Maleabilidade esta vista nas duas gerações do Sankofa quando funcionou na Clínica-Escola, a qual seguiu com um quadro de profissionais e de gestão composto por 100% de pessoas brancas.

Cenário esse evidenciado pelo clima de “vigiar e punir” imposto ao Sankofa se comparado a outros grupos de estágio, conforme identificado por Bruno; nas dificuldades incontornáveis para realização do evento no que se refere à divulgação e uso de sala; no curioso e repentino ímpeto de aplicar regras a respeito da obrigatoriedade da presença de um docente em supervisão e na impossibilidade da existência de que voluntários exerçam funções de supervisão, ainda que grupos antigos o fizessem e seguissem fazendo; no tratamento infantilizado e passivo-agressivo; nos percalços impostos à minha pesquisa, etc. E considerando o relatado na época de fundação do Sankofa, todas essas “coincidências”

contribuíram para a promoção de uma experiência “paranoica” compartilhada pelas interlocutoras e por mim, o que se mostrou prejudicial ao serviço e aos seus membros.

E, por fim, embora o Sankofa tenha se adequado às normas estabelecidas, ou seja, uma docente, Kelly, assumiu a posição de supervisora e as psicólogas voluntárias foram impedidas de supervisionar, houve um esvaziamento do serviço. Kelly impediu o recrutamento de novas estagiárias, mesmo diante da saída das anteriores, sobrando apenas uma estagiária. A justificativa dada por ela foi a de que ela estava assoberbada e que aquele semestre, 2/2023, seria para ambientação, para “ver como seria”. Ademais, o clássico grupo de estudos foi finalizado, pois a nova supervisora só tinha disponibilidade de duas horas para as atividades de supervisão.

Momento este que pouco pude acompanhar, pois Kelly foi contrária à minha presença nas supervisões alegando questões éticas, ainda que contasse com o respaldo do CNS e do comitê de pesquisa da Clínica-Escola. Seu argumento foi de que era antiético uma pessoa externa à Clínica-Escola, não-psicóloga, já que eu não possuía registro profissional à época, estar ouvindo casos sigilosos. Como solução ao impasse criado por ela, sugeri que eu me vinculasse à Clínica-Escola e prestasse atendimentos psicoterapêuticos. O que não estava nos meus planos e era inviável, já que teria que me registrar no conselho regional e pagar quase 800,00 reais por isso, sendo um processo burocrático e demorado, que extrapolaria o meu período em campo. Haja vista que este questionamento foi feito em setembro e as observações participantes estavam previstas até outubro. Nesse diálogo, Cenira sistematizou que a questão era eu estar ali “como antropólogo” realizando a escuta de casos de psicologia, indicando que, para eu realizar tal atividade, deveria estar como psicólogo.

Curiosamente, a resistência de Kelly se deu sem sequer ler o meu projeto de pesquisa ou o parecer favorável da comissão de pesquisa para realizá-lo, já que quando ela ingressou no Sankofa a pesquisa já estava em andamento. E mesmo com o aceite ético institucional, fui impedido de acompanhar as supervisões, sob a justificativa de que Kelly seria soberana por estar como responsável pelo Sankofa.

Evitando registrar informações, essas decisões foram realizadas presencialmente na Clínica-Escola. Ainda solicitei à Kelly que oficializasse este impedimento por *email*, a qual, ao ouvir esse pedido, franziu a testa em tom de discordância e disse que veria o que poderia fazer. Este *email*, justificando a decisão, nunca chegou à minha caixa de entrada.

Diante disso, fiquei impossibilitado de acompanhar as supervisões do Sankofa. E, após o período de realização das entrevistas, apenas fiquei sabendo que Kelly havia saído do

serviço e este seria descontinuado ou, dito de outra forma, o Sankofa foi desmaiado por conta do sufocamento imposto.

Capítulo 4

A educação contextualizada da escuta: Os itinerários formativos do Sankofa

Introdução

Para dialogar e aprofundar dados construídos nos capítulos antecedentes, este quarto e último capítulo aspira caracterizar as contribuições do Sankofa no itinerário formativo de seus membros, as quais dão pistas para uma formação socioculturalmente contextualizada e racializada, portanto, por meio de uma *educação da escuta*. Como também indicar as mudanças em andamento no curso de psicologia da instituição pesquisada, em termos curriculares, políticos e pedagógicos, pois conforme apontou Isabela, a atual coordenadora do curso, tais ressignificações tiveram o Sankofa como um dos protagonistas.

Após a apresentação e discussão do Sankofa no Capítulo 3, enquanto serviço voluntário de psicoterapia racializada respondente à demanda estudantil negra de desamparo institucional em termos de saúde mental e sufocado pelo racismo institucional em diferentes momentos, neste Capítulo 4 viso sistematizar as contribuições do Sankofa para a formação de psicólogos-psicoterapeutas. Em especial, a partir do tensionamento do tripé de categorias que estruturaram o serviço e grupo de estágio: paridade racial, letramento racial e supervisão mista⁵⁸. No entanto, ressalto que a percepção sobre essas categorias não é unânime entre gerações ou até mesmo entre contemporâneos. Nesse sentido, o Sankofa, assim como a instituição, a ciência e a profissão da psicologia, está em movimento.

Isto posto, aponto que tais categorias constituem a formação proposta pelo Sankofa nos termos de uma educação contextualizada da escuta, conjugando os dados etnográficos à teorização de Timothy Ingold (2010) a respeito da educação da atenção e em sua dimensão aplicada à formação de profissionais da saúde no Brasil trabalhada por Octavio Bonet (2015).

⁵⁸ A estratégia adotada pelas supervisoras no que tange à mescla de intervenções de diferentes orientações teóricas. Algumas veem como uma urgência daquele momento de desamparo epistemológico e outras enxergam como uma premissa.

Em diálogo específico com o Capítulo 2, no qual analisei os documentos norteadores para a formação de psicólogos-psicoterapeutas na referida universidade, como as Diretrizes Nacionais Curriculares do curso de psicologia (DCN), o Projeto Pedagógico do curso (PPC), disciplinas, ementas e o corpo docente, trarei as implicações vividas de se cursar psicologia tendo como referência estes documentos que promoviam uma formação desracializada e pouco atenta ao contexto sociocultural brasileiro. Ao mesmo tempo, como já sinalizado no Capítulo 2, apresentarei as mudanças que estão em curso nos documentos que orientam a formação em psicologia, em termos de uma reestruturação das DCN e do PPC, e consequentemente seus produtos, a saber: currículo, disciplinas e ementas.

4.1 Os Itinerários Formativos no Sankofa: Entre ciência e política, o aquilombamento

Na entrevista individual realizada com Adelina, uma das estagiárias na geração Raiz e supervisora na geração Caule, um conteúdo específico chamou minha atenção, o quanto, implicitamente, a formação clínica institucional promovia uma separação entre se formar clinicamente e atuar politicamente, mesmo em espaços progressistas. Pois, ao rememorar aquele cenário crítico de saúde mental narrado no Capítulo 3, que justificou a criação do Sankofa, relatou que foi interpelada por sua supervisora da época a escolher entre militar ou formar-se clinicamente, entre dedicar-se à mobilização do movimento estudantil ou prestar atendimentos individuais no estágio.

A professora me falou assim “eu acho que você precisa escolher se você vai dar um foco agora na militância ou se você vai focar na sua formação clínica, porque você está no final do curso e não vai dar para você fazer as duas coisas ao mesmo tempo, você precisa escolher”. E eu lembro que na mesma hora eu não pensei, eu só falei “então eu vou sair do seu estágio”. E aí eu falei isso “cara, se eu preciso escolher entre reivindicar a vida da gente, porque nessa época estava estourando a parada do suicídio na universidade, enquanto estudante ou ficar aqui no seu estágio atendendo trabalhadores externos, eu acho que eu preciso e prefiro reivindicar a vida das pessoas que são como eu, a minha classe aqui dentro”. E aí saí do estágio. (Adelina, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Além de Adelina, questionei Naomi, Benedita e Bruno, hoje psicólogas formadas pela universidade investigada em anos diferentes, sobre essa trajetória na formação em psicologia na última década, e similarmente, lembraram sem muita saudade. À época, o curso já estava sendo regido pelas DCN de 2004 e pelo PPC de 2014, analisados no Capítulo 2, ou seja, seus relatos contribuem para identificar as influências dos documentos na cotidianidade, no sentido de produzi-la (FREIRE, 2022). De forma bastante parecida entre si, as quatro estagiárias entrevistadas relataram um contraste em sua formação no antes e após ingressarem

no Sankofa, sobretudo no que se refere ao sentimento de pertencimento e ao viés adotado para compreensão dos processos de subjetivação e saúde mental, passando de universalista para contextualizado.

Para a maioria das entrevistadas, entrar no ensino superior foi a realização de um sonho, gestados ora pelo ambiente familiar, ora pelo desejo de fuga da educação básica, onde o *bullying* e o racismo confluíam escancaradamente e sem a devida repreensão. No entanto, após o deslumbre inicial com uma maior liberdade promovida pela universidade em comparação com a escola, logo perceberam que o racismo não havia desaparecido, mas só estava mais sofisticado.

Embora as estagiárias tivessem ciência de seu pertencimento racial e um mínimo de letramento racial das implicações políticas e sociais do racismo, isso não foi o bastante para blindá-las do sentimento de não-pertencimento no curso de psicologia em seus primeiros semestres. A estratificação racial é apontada com uma das principais razões, pois como trazido anteriormente, era irrisória a porcentagem de docentes negros no instituto, menos de 8%, assim como no número de discentes, que em sua maioria eram mulheres brancas de classe média oriundas de escolas privadas⁵⁹.

Tal desconforto não se dava somente pela estratificação racial no corpo discente e docente, mas na também hiper representatividade de teóricos ditos universais sob uma lente monoepistêmica e seus consequentes enfoques desracializados (CONNELL, 2012). Esta imposição epistêmica e a divisão racial implícita contribuíram para uma percepção de “não-lugar” ou de “solidão incontornável” nos termos de Benedita e Adelina, respectivamente. Percepção essa de descolamento subjetivo e epistêmico já identificada em estudos anteriores sobre a trajetória de estudantes negros em universidades com marcada estratificação racial (LIMA, 2020), bem como de interlocutoras desta pesquisa que foram formados em outra região do país, como foi o caso do supervisor Antônio graduado em psicologia em uma universidade do sudeste brasileiro, indicando que não se trata de uma especificidade da universidade investigada.

[...] durante a minha formação em psicologia se deu o não-reconhecimento com as epistemologias apresentadas, né? A minha formação foi majoritariamente branca, não foi do começo ao fim porque eu fiz o meu caminho paralelo também, né? Mas a formação institucionalizada, o currículo foi 100% branco e eu digo sem nenhuma preocupação ou medo de me equivocar. Não estudei autores e autoras negras na psicologia (Antônio, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

⁵⁹ Cenário visto nos primeiros anos da aplicação da Lei de Cotas (n.º 12.711).

Assim como Antônio, Bruno afirmou que em sua graduação, no final da última década, a temática das relações raciais nunca foi um eixo norteador de disciplinas ou até mesmo um tema relevante — o que não seria novidade, já que as docentes não possuem formação para tal conforme identificado em seus currículos. Já Benedita identificou esta desatenção em termos epistemológicos, mas sobretudo em termos praxiológicos, configurando uma espécie de “ciclo vicioso” discutido no Capítulo 2, no que se refere ao consequente despreparo para uma atuação antirracista por conta da (de)negação do racismo na formação. E, desde então, notou a necessidade de se formar para além do caminho institucional proposto pelo curso de graduação.

Quando eu comecei o curso de psicologia, me assustou o quanto não se falava sobre o racismo. E eu lembro que a gente tinha uma matéria que era “Psicologia: Ciência e Profissão” e nessa matéria se falava de diversas abordagens e falava um pouco, né, do fazer do psicólogo e tudo, mas eu falava, “gente, mas por que que ninguém está preocupado com a saúde mental das pessoas pretas? Por que que a galera só fala de vulnerabilidade [socioeconômica], como se isso fosse suficiente para dizer como essas pessoas estão adoecidas ou não?” Então, eu já comecei a meio que questionar um pouco isso logo no início assim, e eu me lembro que no primeiro semestre também eu entendi que o curso de psicologia não ia me dar aquilo que era necessário para eu fazer o que eu queria, porque rapidamente eu entendi que a saúde mental da população negra não era algo que fazia parte de uma preocupação do que eu estava estudando (Benedita, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Em uma pesquisa anterior conduzida por mim e Rodrigo Ramos junto a universitários negros (Siqueira; Ramos, 2021), identificamos que a vivência de estudantes negros em uma instituição de ensino superior hiper representada por pessoas brancas e orientadas por uma matriz monoepistêmica eurocentrada, geravam além da percepção de não-pertencimento narrado por Benedita, produziam efeitos danosos à saúde mental. Especificamente na produção do sentimento de inferioridade e no abalo da autoeficácia, ou seja, no descrédito de suas habilidades intelectuais que eram objeto de valor anteriormente ao ingresso na universidade.

Outro fator que ressoa entre este artigo e a vivência das interlocutoras do Sankofa foi a estratégia utilizada para sobreviver no ambiente universitário: a coletividade ou o aquilombamento. Compartilhar vivências, identificar-se e sentir-se pertencente foram alguns dos aspectos subjetivos que contribuíram para a retomada da autoeficácia e autoestima. Além disso, os dados indicam uma potencialização do letramento racial das pessoas entrevistadas, as quais foram gerados pela participação em coletivos negros e se configuraram como essa formação paralela à instituição relatada por Benedita e Antônio.

Dessa forma, a partir dos dados construídos em campo, caracterizo o Sankofa, um grupo de estágio em psicoterapia, também como um coletivo negro justamente por ser composto somente por pessoas negras e por promover esse acolhimento que possibilitou retomar valências silenciadas. E, segundo Benedita, o Sankofa cumpriu uma lacuna constituinte do processo formativo, mas anterior aos aspectos teóricos e técnicos: a possibilidade de se autorizar e se reconhecer como profissional.

O Sankofa foi fundamental na minha formação porque me deu o que eu acho que a psicologia apenas não teria me dado, né? Eu costumo dizer que o Sankofa, não faz parte do Instituto de Psicologia, justamente porque é um lugar que eu acho que acolheu muita gente que se sentia meio desgarrada daquele instituto, né? Mesmo sendo um instituto que se propõe a formar profissionais, muitas vezes não reconhece o quanto que pessoas negras naquele espaço não se sentem parte ou que não se reconhecem enquanto possíveis profissionais. Eu acho que isso é muito sério, né? É, eu acho que é uma experiência bastante comum com alunos negros, do quanto que se sentem inseguros de ir para a prática, seja a clínica, seja qualquer outro espaço, justamente por uma ausência de representatividade, né? Então, não é que representatividade vai dar conta de tudo, mas a ausência dela e o quanto negam as especificidades dos nossos corpos naquele curso, eu acho que isso contribui para que a gente já tenha uma insegurança ainda maior (Benedita, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Isto é, para além de uma iniciativa formativa em termos teóricos e técnicos no que tange ao letramento racial proposto pelo grupo de estudos, ao manejo clínico, etc., há uma dimensão afetiva. E, nas palavras do supervisor Tiago, o Sankofa é uma iniciativa teórico-prática, que engendra a vivência coletiva na formação, considerando a dimensão afetiva nesse processo:

Eu acredito que por mais que o Sankofa tenha contribuições específicas [para formação], eu acho que realmente a maior contribuição é a do aquilombamento. Eu acho que é poder reunir pessoas pretas a partir, né, dessa comunidade. Para além da questão da identidade política e tudo mais, tem essa questão de compartilhar experiências. Então eu acho que tem um aquilombamento tanto na questão do estar junto, como na definição de quais são os processos que são necessários para estar juntos, sabe? Inclusive desse enfrentamento à institucionalidade. Então acho que tem uma dimensão muito vivencial desses projetos, dessas práticas (Tiago, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Sendo assim, no Sankofa a dimensão afetiva foi considerada aspecto constituinte da formação profissional, potencializando um autorreconhecimento coletivo e retomada da autoeficácia. Diante disso, as interlocutoras trouxeram que terem sido formadas no Sankofa trouxe, além do sentimento de pertencimento, ferramentas e outros vieses analíticos dos processos de subjetivação e saúde mental, de forma a romper com pressupostos ontoepistêmicos e praxiológicos universalistas e, dessa forma, alinhar-se a um cuidado

socioculturalmente contextualizado em saúde mental. E sem abdicar da implicação política, como se militância e ciência fossem de polos opostos, conforme sugeriu a professora de Adelina no trecho apresentado no início desta seção.

Para caracterizar tais mudanças de viés proporcionadas pelo Sankofa, discutirei três categorias que constituem o serviço e grupo de estágio, as quais configuram um tripé de itinerários formativos, são elas: a paridade racial, o letramento racial e a supervisão mista.

4.1.1 Paridade racial na psicoterapia: “Um ponto de partida e não de chegada”

Conforme discutido no capítulo anterior a respeito da história do serviço e grupo de estágio, embora o Sankofa tenha se estruturado a partir da paridade racial, isto é, psicoterapeutas negros atendendo pacientes negros, esta não é tida como requisito teórico e técnico para o atendimento racializado de modo geral. A paridade só foi elencada enquanto fundamento do serviço por ter sido solicitado pelos estudantes do coletivo Mocambo demandantes de um cuidado racializado em saúde mental.

No entanto, esta é uma questão bastante latente no campo científico e como discutido no Capítulo 1 a respeito da paridade racial em pesquisa, compreendo que os marcadores sociais do pesquisador atravessam a produção do conhecimento, desde a escolha da temática a ser estudada, o método e sobretudo as análises, como já aponta a literatura apresentada. A leitura da realidade social tende a ser diferenciada entre grupos minoritários e aqueles privilegiados por conta das vivências, ou seja, ser negro ou branco numa sociedade racista pode trazer diferentes atravessamentos analíticos, de acordo com Patricia Hill Collins (2016).

Outras potencialidades elencadas são a respeito da paridade identitária (racial e de gênero), que tendem a facilitar o acesso a dados sensíveis e também qualificar as análises com perspectivas de equanimidade. Alguns exemplos trazidos por mim em coautoria com Bruna Pereira (Pereira; Siqueira, 2022) e por Lia Schucman e colaboradores (2014) que apontam essas potencialidades são a respeito de negros entrevistarem negros, vítimas de racismo, brancos investigarem aspectos da branquitude junto a pessoas brancas, mulheres entrevistarem mulheres vítimas de violência.

Entretanto, embora aponte as potencialidades de pesquisadores minoritários complexificarem a produção científica em determinadas temáticas, não entendo que o pertencimento racial ou de gênero, em si, garantam pesquisas de maior qualidade, assim como no que se refere à psicoterapia e sua eficácia. É necessária formação teórica, técnica e prática, com teorias contextualizadas.

Assunto este que se mostrou latente no Sankofa quando realizei a pesquisa, em que a supervisora Cenira relatou que, desde o início do estágio, a inserção de psicoterapeutas brancos era planejado por ela, compreendendo que o pertencimento racial do psicoterapeuta não era o bastante para o desenvolvimento da psicoterapia. Percepção esta em acordo com o estudo estadunidense de Doris Chang e Alexandra Berk (2009), o qual indica que a paridade racial não determina a eficácia⁶⁰ da psicoterapia, mas ela está associada a um índice menor de abandono, maior sentimento de satisfação e maior tempo de permanência no tratamento.

Tal perspectiva também está presente na tese da brasileira Marizete Damasceno (2018, p. 60), na qual a autora compreende que a “vivência racial comum entre cliente e psicoterapeuta não garante o sucesso da psicoterapia de pessoas negras, mas pode ser um aspecto que inicialmente auxilie o engajamento no processo psicoterapêutico”. Entretanto, existem perspectivas outras que definem a paridade como pré-requisito para eficácia da psicoterapia, o que tem se chamado de “psicologia preta” (VEIGA, 2021).

Ainda assim, Damasceno (2018) identificou mais uma questão na discussão latente sobre paridade racial na psicoterapia: a existência de preferência de pacientes negros por psicoterapeutas negros. Se tem como hipótese que os pacientes negros, com letramento racial, idealizam, de antemão, uma maior compreensão e empatia diante de suas demandas raciais por conta do pertencimento racial do psicoterapeuta. Porém, a autora aponta que, de fato, é uma idealização, haja vista que nem toda pessoa negra possui letramento racial e como trarei mais a frente a sistematização de Naomi: o racismo é uma violência e não uma pedagogia de empoderamento.

Ademais, segundo os dados em campo, a paridade racial foi um critério definidor para os estudantes demandantes de psicoterapia e, de acordo com Oanh Meyer e Nolan Zane (2013), trata-se de um aspecto relevante para os pacientes, sobretudo os pertencentes a grupos étnico-raciais minoritários, o que pode afetar a relação destes com os serviços de saúde mental. Sendo assim, cabe questionar o seu oposto, ou seja, investigar o porquê do pertencimento racial do psicoterapeuta não ser uma questão para pacientes brancos.

Entretanto, essa preferência por paridade racial não se trata somente de uma idealização fantasiosa dos pacientes negros, mas tem fundamentos em suas experiências e de seus pares, como narrado pelos estudantes do coletivo Mocambo, que demandaram a paridade racial na psicoterapia por já terem sido revitimizados por psicoterapeutas brancos ao

⁶⁰ Nestes termos, identifico uma naturalização inquestionada do termo eficácia. Como explorado no Capítulo 2, o primor pela eficácia está relacionada à cena estadunidense de Práticas Baseadas em Evidência em Psicologia (PBEP). Para uma discussão antropológica sobre eficácia científica consultar (CASTRO, 2018).

deslegitimarem, direta ou indiretamente, a influência do racismo em suas vivências e na saúde mental. O que dialoga com os achados do Capítulo 2 a respeito da caracterização da formação em psicologia enquanto desracializada e monoepistêmica, além de hiper ocupada por pessoas brancas; e também diretamente com a pesquisa de Marizete Damasceno e Valeska Zanello (2022) junto a experientes psicoterapeutas brancos, em que identificaram que para estes, o racismo não foi considerado causa do sofrimento psíquico para negros. E neste afã, a supervisora Kelly afirmou:

[...] e percebo também, a nossa própria história de acesso da população negra ao serviço de psicologia é muito complicado e explica muito essas violências todas sofridas, de negação da experiência, de deslegitimação, inclusive, de um racismo, assim, muito deliberado também nos consultórios de atendimentos, enfim, que isso explica muito, por exemplo, que pessoas negras queiram buscar pessoas negras para serem atendidas, nessa esperança de que essa pessoa vai me entender e ela vai ter um atendimento diferente, né? Enfim, que vai ser melhor, vai ser melhor cuidado. Em grande parte, é falso. É insuficiente você ser somente psicoterapeuta negro, precisa, sim, de uma formação. Embora esse pertencimento possa te possibilitar, talvez, uma expressão melhor da empatia, né? Mas é insuficiente, de fato, porque pessoas negras também precisam de letramento racial e os psicoterapeutas de uma formação (Kelly, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Nesse sentido, as interlocutoras e a literatura apresentada privilegiam a compreensão de que a eficácia psicoterapêutica tem maior relação com a formação profissional. Sobretudo se pensado a partir de uma perspectiva ético-política constituinte da profissão psicólogo, pois conforme sistematizado por Antônio, definir que a paridade racial seria um pré-requisito para a psicoterapia de pessoas negras evidenciaria dois problemas: 1) a essencialização do pertencimento racial e 2) a desresponsabilização de psicólogos-psicoterapeutas brancos.

Ainda para Antônio, esta essencialização seria justamente a discussão apresentada acima, a respeito da fantasia de que pessoas negras já têm, automaticamente, consciência crítica a respeito do racismo. E no que tange à desresponsabilização de psicólogos-psicoterapeutas brancos, seria afirmar que o racismo é problema dos negros e só eles podem tratá-lo e reduziria os psicólogos-psicoterapeutas negros à “negrólogos”, enquanto as pessoas brancas manteriam a branquitude intocada e, assim, perpetuando o gozo destes privilégios. Portanto, em termos políticos, a estratégia de estabelecer a paridade racial como critério para psicoterapia de pessoas negras é improdutiva para luta antirracista, bem como antiética, haja vista que o cuidado racializado é uma premissa estabelecida nos documentos norteadores da profissão do psicólogo, conforme discutido no Capítulo 2.

E como forma para efetivar um cuidado ético e, portanto, racializado e contextualizado, por psicólogos-psicoterapeutas brancos para pacientes negros, Antônio

apresentou duas pistas: a racialização do pertencimento racial branco e a descolonização epistemológica.

Para que as pessoas brancas sejam capazes de produzir cuidado de pessoas negras, elas precisam se racializar, precisam compreender o seu lugar na relação racial, porque ela vai ser posta em relação com o sujeito negro no contexto da escuta clínica. Então ela precisa compreender qual é o seu lugar e compreender quais são os atravessamentos que modulam e modelam a subjetividade da pessoa negra para ela conseguir oferecer uma escuta reparadora. E não uma escuta que reforce todas as violências que essa pessoa já sofre, né? [...] O processo de descolonização de saberes é fundamental. Não deve ser letra-morta, é uma descolonização que precisa se dar na prática cotidiana, isso é premissa. Descolonizar as práticas canônicas que supõem neutralidade, que colocam o inconsciente num lugar desracializado, como se inconsciente fosse uma instância alienada da sociedade, sabe? Universal. Você não produz cuidado se mantiver os saberes canônicos, intocáveis, não existe! Vai ser outro tipo de prática, outro tipo de cuidado. Um cuidado, eu diria assepsiado e higienizado, né? E um cuidado que está muito suscetível a uma exacerbação de angústia, de mais dores, etc. Então é possível, desde que ela dê esses passos antes, né? (Antônio, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Sendo assim, a respeito dessa possibilidade de psicoterapeutas brancos atenderem negros, Adelina foi categórica, distanciando-se novamente da essencialização, ao afirmar que “o problema não é ser branco, mas a ignorância”. Compreendendo que na atuação psicoterapêutica, a partir de sua formação psicanalítica, “a gente só analisa o outro até onde a gente se analisou”, indicando a importância tanto do branco se a ver com sua brancura, quanto o negro se a ver com sua negrura para a prestação de cuidado racializado. Do contrário, advertiu Adelina, “a gente vai ficar surdo tanto quanto um branco que pensa que todo mundo é humano e que somos todos iguais” e gerando, nos termos de Alexandre Pereira (2020), um emudecimento dos pacientes por conta de ouvidos moucos.

Portanto, a paridade racial foi característica do Sankofa por conta da demanda e tida como provisória, com vistas à inclusão de psicoterapeutas brancos no serviço e grupo de estágio. Para Tiago, a exclusividade proposta pelo Sankofa, no que se refere a somente psicoterapeutas negros atendendo pacientes negros, seria “um ponto de partida, mas não é o ponto de chegada”, compreendendo e endossando a discussão realizada sobre a necessidade de formação.

Necessidade essa tida enquanto uma espécie de mantra entre as três gerações do Sankofa: “Não basta ser negro para atender pessoas negras, é preciso formação”. A partir dessa afirmação, discutirei no subtópico seguinte o que caracteriza essa “formação” desejada, indicando, em especial, ao itinerário formativo nomeado “letramento racial” promovido sobretudo pelo grupo de estudos.

4.1.2 Letramento racial: “Não basta ser negro para atender pessoas negras, é preciso formação!”

O letramento racial também se configura como uma discussão latente no ambiente acadêmico, mas extrapola os contornos da ciência psicológica, como a paridade racial na psicoterapia, estando presente transdisciplinarmente. Segundo Aparecida Ferreira (2014), o letramento racial seria uma estratégia pedagógica, dotada de um conjunto de intervenções, com vistas à mudança nas formas de pensar e agir, promovendo reflexões de forma crítica e participativa para o enfrentamento do racismo por todos os grupos raciais. E consoante o levantamento bibliográfico de Almeida et al. (2023), tem sido um conceito crescente nas produções científicas, em especial na área da educação.

Para as interlocutoras, este conceito é tido como um termo guarda-chuva ou até mesmo provisório, que engloba muitas possibilidades, mas que ainda carece de uma melhor caracterização prática. Especificamente para Benedita, ainda que com algumas ressalvas, o letramento racial seria um marco para iniciar diálogos sobre as relações raciais no âmbito público, sobretudo em termos do reconhecimento de um não-saber, possibilitando uma abertura para a formação de profissionais e agentes do Estado. Abertura essa que se daria a partir do reconhecimento das formas de existência do racismo e das potencialidades da mobilização prática das categorias de raça/cor para o enfrentamento institucional ao racismo, como já discutido por Bernardino-Costa (2022).

Enquanto um dos itinerários formativos propostos pelo Sankofa, o letramento racial, embora transversal ao serviço, foi mais facilmente identificado na proposta dos grupos de estudos sobre relações raciais e psicologia como constituinte do estágio. Conforme apresentado no capítulo anterior, Antônio e Cenira logo em seus primeiros passos na criação do Sankofa compreenderam a necessidade de se promover letramento racial para as estagiárias, tendo em vista a formação desracializada promovida pela universidade e de que não bastava ser negro para atender pessoas negras. Para isso, a metodologia escolhida foi a de um grupo de estudos, a fim de construir leituras críticas das relações raciais e suas implicações para os processos de tornar-se pessoa e, conseqüentemente, para a modelagem de expressão do sofrimento psíquico.

O grupo de estudos constituiu as três gerações do Sankofa enquanto espaço dedicado à discussão de produções científicas, clássicas e contemporâneas, que versassem sobre o racismo no Brasil e que ressoassem em temáticas comuns aos atendimentos, como a produção do auto-ódio, relações afetivo-sexuais, sentimento de não pertencimento, etc. De forma a

viabilizar a discussão, as supervisoras construíam previamente um cronograma com os textos, o qual poderia ser reformulado em diálogo com as estagiárias, em que era necessária a leitura prévia do texto indicado para a realização da discussão, assim como a atuação de estagiárias como mediadoras das discussões, rotativamente.

Ao ter acesso aos documentos de planejamento dos grupos de estudos de cada geração do Sankofa: Raiz, Caule e Galhos, pude notar alguns padrões e algumas especificidades. Transversalmente aos grupos, determinadas autoras e obras figuravam como leitura obrigatória, a saber: a psicanalista e psiquiatra Neusa Souza com o livro *Tornar-se Negro ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social* de 1983; o psiquiatra Frantz Fanon com *Pele negra, máscaras brancas* de 1952 e da psicanalista Isildinha Nogueira e sua tese de doutorado em psicologia de 1998, *Significações do Corpo Negro*. E de forma sintomática, estes trabalhos foram orientados por uma racionalidade psicanalítica, indicando uma possível maior abertura ou utilidade das ferramentas desta abordagem teórico-técnica⁶¹ em relação às abordagens psicológicas. Afinal, embora sejam ciências próximas, são ciências diferentes.

A pesquisa de Neusa Souza (1983), com negros brasileiros adultos em ascensão econômica e social, é a respeito dos impactos no racismo na identidade destas, especialmente na representação de si e nas estratégias para lidar com o racismo. Já o livro clássico de Frantz Fanon (1952), o foco é na caracterização da experiência vivida pelo negro em contexto pós-colonial ao conjugar a França, Martinica e antigas colônias francesas do continente africano, indicando que o racismo anti negro é constituinte dos traumas históricos e, ao mesmo tempo, dos sintomas atuais. E, por fim, a tese de Isildinha Nogueira (1998) visa indicar o modo como as significações que o racismo envolve se inscrevem psiquicamente para o negro, e o modo como elas vão produzir a dimensão simbólica do corpo negro e ideal imaginário da branquidão inconscientemente.

Sendo assim, estes três livros dão contornos ao objetivo do grupo de estudos, de forma a apontarem para as dinâmicas sócio-históricas como fulcrais para a subjetivação e, simultaneamente, indicando como estes processos se dão. Compreendendo que, a partir do viés psicanalista das autoras, assim como o adoecimento é construído pela relacionalidade, o seu tratamento também o será. Ou, nos termos de Fanon (1961), em momento posterior pertencente às lutas anticoloniais, seria preciso romper a relação; inventar e descobrir formas outras além do ocidente e da dialética.

⁶¹ Escolho especificar as abordagens psicológicas como teórico-técnicas, pois estas englobam uma compreensão da realidade (teoria), bem como intervenções (técnicas). Diferenciação a ser problematizada mais a frente.

Já no encontro interdisciplinar, estavam listados autores da sociologia, desde clássicos como Florestan Fernandes, aos contemporâneos como Mário Theodoro e Deivison Faustino, no auxílio ao reconhecimento da materialização do racismo no cotidiano através da sistematização de dados. E havia a presença de autores da antropologia, nas figuras de Lilia Schwarcz e Kabengele Munanga, que poderiam enriquecer a compreensão do racismo no Brasil enquanto fruto de uma específica construção sócio-histórica e que, portanto, seria passível de desconstrução. Como à época a agenda de pesquisa sobre psicologia e relações raciais, de forma mais sistematizada, dava seus primeiros passos, foi perceptível o privilegiamento destas produções, encabeçada por Alessandro Santos, Clélia Prestes e Lia Vainer Schucman. De forma muito similar, quase todos os autores citados neste parágrafo, exceto Mário Theodoro, possuem ou possuíam vínculo institucional com universidades do estado de São Paulo, especialmente com a Universidade de São Paulo (USP).

No entanto, embora estas publicações sejam representativas do letramento racial proposto pelo Sankofa através do grupo de estudos, foi possível identificar algumas especificidades nos documentos, principalmente por conta das distintas *lógicas de cuidado psicológico* (MOL, 2008) que orientaram o serviço em diferentes momentos. Isto é, as *lógicas de cuidado psicoterapêutico* e *psicossocial*, as quais constituem e são constituídas por contrastantes entendimentos entre si no que se refere a: processos de saúde-doença, normas institucionais, planejamento arquitetônico, procedimentos terapêuticos, público alvo, etc. Lógicas essas que orientaram o funcionamento do Sankofa, ora pela compreensão psicoterapêutica nas gerações Raiz e Galhos, ora pela noção psicossocial visto na geração Caule.

Portanto, as *lógicas de cuidado psicológico* engendram diferentes aspectos formativos, algo que pôde ser visto no comparativo entre o planejamento do grupo de estudos. Se na vigência da *lógica psicoterapêutica* a literatura mobilizada dizia mais respeito aos aspectos mais gerais em termos históricos, conceituais e reflexivos do racismo, na geração Caule, em que a *lógica psicossocial* passou a ser referência, a articulação dos textos estava mais próxima da prática, ou seja, na mobilização de temáticas específicas que emergiam da prática clínica, como artigos sobre configurações familiares inter-raciais, expressões interseccionais do sofrimento psíquico, clínica ampliada, etc.

Entretanto, importante ressaltar que havia confluência entre as lógicas na prática formativa do estágio, ainda que uma delas estivesse em maior evidência. Isto é, a consideração de valores de uma clínica ampliada na atuação psicoterapêutica, especialmente para territorializar o sujeito, da mesma forma em seu inverso, reconhecendo as

potencialidades psicoterapêuticas na atuação psicossocial, sobretudo no aprimoramento técnico, ainda que nesta última compreenda-se a riqueza da confluência entre técnicas. Ademais, a preferência por determinada Lógica de Cuidado não se dá apenas pelos termos institucionais, mas também pelas pessoas que compõem o serviço, principalmente as supervisoras que estão na função de gerência do estágio. No caso do Sankofa, é possível afirmar que Antônio e Cenira estavam mais próximos a uma *lógica psicoterapêutica* e Tiago a um *cuidado psicossocial*, não de forma estanque, mas confluindo a partir do contexto.

Diante dessa configuração formativa, é possível caracterizar o letramento racial enquanto uma habilidade profissional, nos termos de Gardênia Abbad e Jairo Borges-Andrade (2004), os quais são utilizados no PPC do curso de psicologia como referências na definição do que são habilidades e competências. Segundo estes autores, as habilidades seriam a capacidade de “saber como fazer” determinadas atividades, já as competências se referem à aplicação bem-sucedida de conhecimentos, habilidades e atitudes. Assim, categorizam as habilidades como um dos componentes das competências, como requisitos prévios.

Nesse sentido, compreendendo o letramento racial como uma estratégia pedagógica, em que o objetivo é compartilhar conhecimentos para compreensão da estrutura e das dinâmicas raciais ou nos termos de Kelly “conseguir fazer uma leitura no sentido de perceber as expressões do racismo nos mais diversos níveis”, há uma educação perceptiva, de promover a capacidade de saber como identificar as expressões do racismo e produzir estratégias para impedi-las. E de forma similar, os treinamentos para o desenvolvimento de habilidades nas organizações, do qual se origina a definição de Abbad e Borges-Andrade (2004), se dão mediante cursos que, de modo geral, são teóricos, assim como tem se propagado as propostas de letramento racial em formato de curso teórico sobre o racismo.

Ao perguntar à Kelly, em entrevista individual, sobre como ela definiria, na prática, o letramento racial, ela citou duas dimensões importantes e complementares: o conhecer e o perceber, numa espécie de diferenciação entre o teórico e o prático constituintes de um treinamento de habilidades.

[...] se eu tô falando de conhecimento dessa parte do letramento, que é o conhecer, né? Pode ser por meio de um curso que pode favorecer, a gente pode discutir, mas em que medida isso vai trazer uma amplitude desse conhecimento, né? Mas se eu estou falando de percepção, gente pode ter algumas, sei lá, um estágio que, na verdade, também é parte de um curso para então possibilitar o desenvolvimento dessa percepção em grande medida. Claro que um desenvolvimento mais ampliado e aprofundado precisa mesmo da pessoa conseguir sair desse espaço do curso, estágio e conseguir vivenciar isso na sua realidade, né? Mas que quanto mais na

experiência, imersões e vivências a pessoa tiver, melhor esse letramento racial, mais amplo e mais profundo ele pode ser (Kelly, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

De forma próxima, Antônio compreende o letramento racial como uma habilidade fundamental para os profissionais de psicologia e agentes do estado, mas preza que esta habilidade promova um tensionamento de si para, então, gerar uma competência profissional, isto é, que o letramento racial potencialize ressignificações subjetivas nas pessoas para materializar comportamentos antirracistas no cotidiano, bem como na aplicação bem-sucedida desses conhecimentos na prática profissional. Esta função intermediária entre habilidade e competência, ele nomeou de consciência racial.

Para além do letramento racial, a gente não pode esquecer e perder de vista a consciência racial, não é? Para o letramento não se encerrar em si mesmo. Mas é preciso que o letramento, ou seja, a compreensão dos mecanismos pelos quais o racismo atua, reverbere também na consciência de si, do mundo que as pessoas têm, né, que surta efeito, que alcance a consciência de si, do mundo. Que aí a partir dessa conscientização racial, aí, sim, a gente consegue produzir mudança, né? Que tendo consciência do seu lugar no mundo do seu lugar nas relações raciais, da sua própria racialização, sendo uma pessoa branca, é possível pensar em mudanças relacionais, mudanças no comportamento das instituições, mudança de procedimentos de práticas, de protocolos que são excludentes, que produzem e reforçam as desigualdades, não é? Distanciam as pessoas dos serviços, distanciam as pessoas da Clínica-Escola, né? Estudantes negros e negras da Clínica-Escola. Porque sabem que ao chegar lá podem sofrer racismo, podem ser confundidos com um funcionário da limpeza, com segurança e não com estudante, não com um psicólogo que atende naquele lugar (Antônio, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Portanto, aponto para a caracterização do letramento racial como uma habilidade profissional, que deve sustentar uma aplicação antirracista, sem perder de vista a consciência de si. Porém, o letramento racial como habilidade profissional do psicólogo não é nada revolucionário, trata-se de uma premissa já compreendido pelos documentos que regem a atuação profissional, sobretudo o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) e as normativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que vedam e orientam, respectivamente, “Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão” (CEPP, 2005, p. 7). Assim como a normativa N.º 018/2002 do CFP, que em seu Art. 1º, resolve que “Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo” (CFP, 2002).

Ainda nesse sentido, Benedita também compreende que o letramento racial não é nada extraordinário, mas básico, que deveria ser um eixo transversal na formação de psicólogos-psicoterapeutas, como também para psicanalistas, compondo a ética profissional.

Você ser letrado racialmente não te torna um psicólogo especial, te torna um psicólogo minimamente ético, que é isso que você precisa para trabalhar. Eu não sou uma psicóloga especial porque eu fiz a formação no Sankofa, eu sou uma psicóloga que foi atrás daquilo que é preciso para cumprir o que o código de ética da minha profissão me orienta. E enquanto psicanalista, há também uma ética do meu fazer, né? Então, se eu não tenho condições de validar e reconhecer como a raça, por exemplo, ou qualquer marcador social, atravessa o corpo das pessoas que eu escuto, eu estou muito mal formada. A minha ética precisa reconhecer que eu preciso de mais leitura, que preciso de mais interlocução com grupos (Benedita, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Além de se configurar como uma habilidade e ser constituinte da ética profissional, Naomi reconhece as potencialidades do letramento racial para os pacientes como uma espécie de suporte subjetivo. Para ela, o letramento racial auxilia na identificação das violências raciais, que muitas vezes são subliminares, mas sobretudo na avaliação crítica quando são alvo destas, evitando uma leitura individualizada e revitimizadora. Tenho como hipótese que o letramento racial do grupo Sankofa os tenha blindado minimamente de efeitos piores, nos termos da “paranoia de preto”, quando identificaram práticas racistas da Clínica-Escola, rapidamente captando e compartilhando o caráter repetitivo destas ações.

Ainda que o letramento possua todas essas potencialidades, as interlocutoras não se furtaram de relatar alguns incômodos envolvidos neste termo que tem se popularizado, em especial em como o letramento racial tem sido vendido como produto e na sua possibilidade de ser apropriado para sofisticar o racismo. Benedita percebeu um aumento nas ofertas de cursos sobre a temática, em que muitas vezes o objetivo de fomentar a educação de uma percepção antirracista é esvaziado e posto como uma certificação ou limpeza de imagem pública, sobretudo quando instituições ou pessoas famosas cometem racismo publicamente⁶².

E de forma complementar, Tiago entende a possibilidade do letramento também ser esvaziado, mas de outra forma, posto a serviço da branquitude, à manutenção de privilégios ao “ensinar a esconder melhor” o racismo, pois “o importante não é que você não seja racista, é que você não pareça”. E exemplificou que, em alguns casos, o objetivo é “saber o que é que eu não posso dizer, tipo de riscar a palavra ‘criado mudo’ do meu vocabulário, sabe? Quanto

⁶² Como visto no comportamento da cantora Wanessa Camargo ao ser acusada de racismo no *reality show Big Brother Brasil 2024*, em que, diante da acusação, veiculou em suas redes sociais que estava se educando mediante cursos de “afrobetização”.

menos pinta eu der, mais confortável eu fico para continuar fazendo outras coisas sem que me denunciem”.

Entre potencialidades e limitações, o letramento racial foi constituinte na formação das estagiárias promovida pelo Sankofa, apresentando novos horizontes em uma formação institucional desracializada, a partir de uma educação da percepção gerada pela leitura e discussão científica de forma coletiva. As interlocutoras contribuíram para uma melhor caracterização do letramento racial, aproximando-o do conceito de habilidade profissional, bem como indicando o seu caráter iminentemente ético.

E para finalizar a discussão do tripé formativo do Sankofa, trarei os aspectos técnicos também previstos no CEPP, especialmente no que se refere às abordagens teórico-técnicas, ou melhor, na confluência entre estas propostas nas formações do Sankofa. Confluência esta atípica em serviços de psicoterapia no Brasil, mas comum nos serviços psicossociais.

4.1.3 Supervisão mista: A confluência entre técnicas como urgência ou premissa?

Em uma das suas primeiras atividades como supervisora do Sankofa no âmbito da Clínica-Escola, a docente Kelly, ao ouvir o relato do atendimento da estagiária Julia, prontamente pergunta “mas qual a sua abordagem mesmo?”. Indicando que a filiação a uma abordagem, isto é, a um conjunto de teorias, métodos e técnicas sistematizadas que conjugam uma específica compreensão dos processos psicológicos, da relação psicoterapêutica e, conseqüentemente, das intervenções a serem realizadas, seria o ponto de partida para a supervisão de psicoterapeutas. Julia não conseguiu responder à pergunta, pois ainda estava em dúvida quanto a isso, já que vinha sendo supervisionada anteriormente por Cenira e Tiago, adeptos de uma compreensão não tão estanque das abordagens teórico-técnicas. Ainda, sim, Kelly orientou à Julia, como dever de casa, que definisse o quanto antes a abordagem que orientaria sua compreensão teórica, metodológica e técnica na psicoterapia.

Embora costumeiramente, na posição de pesquisador, privilegie a atenção às respostas dadas às perguntas, neste empreendimento etnográfico de constante aproximação e distanciamento, identifiquei que, muitas vezes, as perguntas das interlocutoras carregam mais certezas do que suas respostas, sobretudo aquelas naturalizadas e inquestionadas, mas que delineiam o fazer científico. Tenho como hipótese de que isso seria uma característica de pesquisas junto a interlocutores de posições sociais superiores em relação ao pesquisador, ou como categoriza Laura Nader (2020), da agenda de pesquisa antropológica *studying up*, especialmente quando os interlocutores são cientistas, gestores, políticos, etc. Além da

posição profissional, nesta dissertação, indico que alguns marcadores de identidade também foram importantes para delimitação de uma hierarquia, a saber: raça e idade.

Diante disso, a pergunta de Kelly aponta para uma premissa hegemônica na psicologia clínica brasileira, assim como na universidade investigada: a de filiação exclusiva a uma abordagem teórico-técnica pelo psicoterapeuta. No entanto, historicamente, o Sankofa enquanto serviço de psicoterapia e estágio atuou a partir de supervisões mistas, ou seja, na confluência entre distintas abordagens, como no diálogo entre psicanálise e psicodrama sinalizado no capítulo anterior.

Ainda que a supervisão mista tenha se caracterizado como um dos itinerários formativos do Sankofa, não há unanimidade entre as gerações ou até mesmo entre contemporâneos a respeito dessa estratégia. Ao questionar, em entrevistas individuais, as pessoas que ocuparam a posição de supervisoras no Sankofa sobre esse tema, obtive respostas contrastantes, com justificativas que também contrastam respostas similares. De um lado estão as supervisoras que fazem coro ao entendimento hegemônico brasileiro da necessidade de filiação exclusiva a uma abordagem teórico-técnica, são elas: Antônio, Kelly e Adelina. Ao passo que Cenira e Tiago simpatizam com a ideia de uma maior fluidez entre teorias e técnicas na psicoterapia. Identifiquei que a utilização da supervisão mista pelo Sankofa diz respeito à *lógica de cuidado psicológico* adotada em diferentes momentos do serviço, mas sobretudo pelas supervisoras em exercício, sendo Cenira a única supervisora que participou de todas as gerações desde o surgimento.

No contexto de criação do Sankofa em 2016, as então supervisoras Antônio e Cenira tinham distintas afiliações técnicas em psicoterapia, sendo Antônio mais próximo à psicanálise e Cenira a um conjunto de técnicas, como *EFT* — Terapia Focada na Emoção, *EMDR* — Dessensibilização e Reprocessamento através do Movimento dos Olhos, psicoterapia Multicultural e *Brain Spotting*. Técnicas essas mais comuns à realidade norte-americana, sobretudo no Canadá, onde ela realizou suas formações em psicoterapia.

De acordo com Antônio, no início o Sankofa Raiz estava mais fortemente orientado pela psicanálise freudiana nos atendimentos individuais, mas que em algum momento trouxeram as teorizações de outro psicanalista, Donald Winnicott, para se pensar a dimensão do cuidado e acolhimento, por identificarem que uma das principais demandas se referia à sensação de não pertencimento. Porém, admite que foi “secundarizando” aspectos clássicos de uma clínica psicanalítica, como questões inconscientes, por conta de urgências que eram materiais. Mas nos atendimentos em grupo, o diálogo da psicanálise se deu com as técnicas

psicodramáticas, ainda que não fosse a *expertise* das supervisoras, mas era abordagem com maior bagagem teórico-prática para o atendimento de grupos disponível à época.

Uma referência inovadora à época para o diálogo entre psicoterapia de grupo e racismo eram às iniciativas do consagrado instituto AMMA Psique e Negritude, precursor centro de formação, pesquisa e referência em relações raciais na psicologia brasileira. Segundo Adelina, as integrantes do AMMA, psicólogas negras, estavam se inspirando no Teatro Experimental do Negro (TEN) de Abdias do Nascimento e no Teatro do Oprimido (TO) de Augusto Boal e os combinando com intervenções psicoterapêuticas psicodramáticas, na tentativa de dar conta de produzir um cuidado psicoterapêutico racializado, dada à falta de referências disponíveis.

Nessa questão do que estava disponível à época, na visão de Adelina, estagiária na geração Raiz e supervisora na geração Caule, a utilização da supervisão mista na primeira geração tinha a ver com a urgência da demanda, mas sobretudo pelo desamparo epistemológico da psicologia em relação ao racismo, visto que na época não havia produção o bastante em psicoterapia que versasse sobre técnicas de manejo de violências raciais.

Naquela época a gente tinha esses recursos, né? E a gente foi tentando fazer isso com o que a gente tinha, Antônio vindo da psicanálise, mas trabalhando como psicólogo social⁶³, a Cenira, vindo da *EMDR* e das psicoterapias multiculturais, mas se encontraram ali num serviço e estágio clínico [...] A gente estava tentando juntar um pouco do psicodrama e um pouco da psicanálise ali para trabalhar, mas tinha essa coisa, né? Já que o conhecimento branco não tem compromisso com o nosso sofrimento, a gente também não precisa ter compromisso com a epistemologia deles. Então fomos vendo o que conseguimos inventar. Mas na minha visão, [a supervisão mista] foi muito mais fruto da violência que a gente estava sofrendo do que necessariamente de uma criação; existia uma demanda e uma urgência (Adelina, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

De forma similar, Antônio compreende que esta estratégia se deu por conta da urgência, mas ressalta que nem todas as abordagens colaboram entre si, haja vista que conjugam uma específica visão de mundo (teoria) para fundamentar específicas intervenções no mundo (técnica). Isto posto, Antônio considerava fértil a aplicação da psicanálise nos atendimentos individuais e do psicodrama nos atendimentos de grupo e como as supervisões juntavam relatos de atendimentos individuais e de grupo, acabava por se configurar uma supervisão mista.

⁶³ Normalmente, afirmar que alguém é psicólogo social quer dizer que este atua no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse sentido, Antônio enfatizou que é favorável aos diálogos teóricos entre as abordagens, mas não em termos técnicos. Inclusive, é entusiasta dos contatos teóricos interdisciplinares com as ciências sociais e a história, especialmente, compreendendo que estas possuem maior tradição nos estudos das relações raciais, e que contribuíram para a construção do Sankofa enquanto serviço de psicoterapia e grupo de estágio.

Eu diria que é necessário que a psicanálise dialogue, mas uma coisa é o diálogo teórico, entre as abordagens, outra coisa é técnica, né? Não sei se a técnica da Terapia Cognitivo-Comportamental, por exemplo, é compatível com a maneira como a gente produzia escuta no Sankofa. Aí eu acho que daria alguns conflitos. Eu não estou certo de que é uma combinação adequada. A perspectiva sócio-histórica, por exemplo, eu desconheço a técnica de intervenção, mas fundamentalmente a teoria sócio-histórica ela nos auxilia a compreender algumas questões, inclusive de ordem subjetiva, mas a psicanálise ela tem uma técnica que é própria, né? Não sei se é combinável com outras técnicas. Agora, para além da conversa entre abordagens, a gente também fez um diálogo entre campos do saber, porque em muitos momentos a gente dialogou com a sociologia, um pouco com a antropologia, com a história, eu diria. Então, sim, nestes termos acho que é preciso dialogar (Antônio, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Em consonância, Kelly defendeu que os diálogos interdisciplinares e teóricos são bem-vindos, mas que em termos técnicos existem perspectivas contrastantes, sendo preciso uma leitura crítica e situacional para considerar tal confluência. Nesse sentido, ela indicou que as abordagens *psi* não engendram somente teoria (de compreensão dos processos de desenvolvimento, saúde, subjetivação), mas prescindem de uma técnica que é iminentemente interventiva, capaz de promover mudança, especialmente no âmbito da psicoterapia.

Pra mim, vejo como importante a gente ter algo [abordagem] central. Para mim, não faz muito sentido, eu de repente começar uma intervenção a partir de uma leitura da psicanálise, de repente eu venho com Terapia Cognitivo-Comportamental, de repente eu aplico EMDR na mesma pessoa, no mesmo processo. Tem perspectivas contrastantes aqui; que vão em direções contrárias, né? Então, para mim é importante ter uma linha, um direcionamento teórico que me ajude a visualizar o caminho que eu preciso seguir para intervir. Não quer dizer que essa perspectiva teórica precisa ser fechada. De repente estou identificando que essa paciente pode se beneficiar mais, nesse momento, se a gente fizer uma intervenção x que se aproxima de uma técnica que a TCC de repente usa e de repente dá para aplicar aqui e não vai ser contrastante da linha que eu venho seguindo; não vejo nenhum problema. Mas essa mistura, sem ter essa leitura crítica, eu acho um pouco problemático (Kelly, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Ademais, Kelly sinalizou a importância de uma supervisão com abordagem única como um componente formativo das estagiárias, que estarão muitas vezes tendo ali o primeiro contato com a prática clínica e que pode ser confuso promover uma formação mista logo de início.

A prática, o desenvolvimento de uma forma mais sólida daquele olhar clínico mesmo acontece no estágio, né? Então eu vejo no estágio de atendimento em psicoterapia muito esse espaço de construção dessas habilidades e competências, que precisam ter um sentido e uma coerência teórica e técnica. Então, a supervisão mista nesse sentido, às vezes eu acho que pode gerar dúvidas em quem está fazendo o estágio. E para quem ainda não tem uma segurança e uma construção anterior, o atendimento psicoterápico pode ficar confuso (Kelly, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Visão essa compartilhada por Adelina, que foi estagiária sob a égide de uma supervisão mista, entendendo esse processo como dificultoso para as estagiárias, de ter que “organizar esse monte de epistemologia diferente”, o que de certa forma levou um maior tempo para estabelecer sua prática clínica. Mas ressaltou que no seu entendimento, a supervisão mista foi uma urgência, que “só aconteceu porque a gente estava tentando resolver uma coisa no pulo do gato.”

E como Adelina também foi supervisora do Sankofa na geração Caule, levou essa consideração para Cenira, que seguia como coordenadora do projeto. De antemão, fez questão de sinalizar que sua filiação teórico-técnica era à psicanálise e que só poderia promover uma supervisão de qualidade a partir desta abordagem, tendo em vista os seus valores. Condições essas aceitas por Cenira, ou seja, havia uma confluência interdisciplinar, entre técnicas — no caso da primeira geração por urgência e como premissa para alguns —, mas que também confluíam as discordâncias, não enquanto hierarquias, mas como diferentes.

Ainda nesse afã da convivência entre as diferenças, Adelina lembra que nos últimos momentos da geração Raiz, o Sankofa foi se modificando, de forma a oferecer dois grupos de supervisão, um orientado pela psicanálise conduzido por Antônio e outro mais misto conforme os preceitos formativos de Cenira, ficando a cargo da estagiária escolher com qual orientação se identificava mais. Para Adelina, isso aconteceu por conta do amadurecimento do serviço na capacidade de leitura, de condução dos casos, possibilitando uma maior “liberdade para trabalhar com o que de fato elas [supervisoras] conheciam e acreditavam, ao invés de ficar buscando essas referências juntos.”

Se Antônio, Kelly e Adelina compartilhavam a premissa de abordagem única em supervisão, mas identificaram a validade da mistura teórico-técnica a partir da urgência das demandas, Cenira e Tiago compreendem essa bricolagem não só como urgência, mas como uma premissa em suas práticas psicoterapêuticas. Tendo a ver com o contexto sociocultural de sua formação e de seu contexto de trabalho, respectivamente.

O já citado cenário de formação de Cenira foi determinante para seu olhar para os processos psicoterapêuticos. Embora tenha se graduado em psicologia no Brasil, suas especializações e experiências psicoterapêuticas se deram na América do Norte, mais especificamente no Canadá, um país tido enquanto referência no acolhimento de migrantes e refugiados, pacientes “hiperculturais” (PEREIRA, 2020). Lá existem importantes centros de formação em Etnopsicologia, Psiquiatria Social e Transcultural⁶⁴ focados na interrelação entre as dinâmicas socioculturais e a saúde mental, se caracterizando como uma tradição de maior abertura para convergência entre técnicas, dada a diversidade cultural dos pacientes.

Para Cenira, ao vivenciar o processo formativo em outro país e retornar ao Brasil, ficou evidente que essa premissa de abordagem única é uma tradição sociocultural da psicologia clínica brasileira. Essa premissa também foi identificada na universidade investigada, em que o padrão era que o estudante escolhesse o estágio a partir da abordagem do supervisor, mas no Sankofa não era assim. Após suas experiências psicoterapêuticas com migrantes, entendeu que a rigidez teórico-técnica faz mais sentido quando a população alvo das intervenções é aquela tida como universal.

Eu acho que para clientelas socialmente diferentes, eu acho que vale essa coisa mais aberta, mais global. É como se abrisse um pouco uma lente, entendeu? Não vai só numa direção, vai mais amplamente, atinge mais amplamente. O EMDR tem essa abertura, esses pontos de convergência, com a psicanálise, com a TCC, com sistêmica, sei lá, né? A minha formação foi assim. Você não precisa jogar nada fora, posso não gostar de psicanálise, mas tem coisa boa. Se serve, utilize! (Cenira, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Diante disso, a preconização por abordagem única não é uma característica universal da psicologia clínica ou das psicoterapias, mas responde às especificidades locais. E conforme discutido no Capítulo 2, o paradigma estadunidense das Práticas Baseadas em Evidências em Psicologia (PBEP), tido como padrão ouro para as “psicologias mundiais”, é contrária à utilização, exclusiva, de técnicas de uma abordagem para todas as demandas, mas favorável à “integração da melhor evidência disponível com a perícia clínica no contexto das características, cultura e preferências do cliente” (LEONARDI; MEYER, 2015, p. 1148). Ou seja, conforme o paradigma PBEP, o psicoterapeuta deve adequar suas intervenções às demandas do paciente e não adequar as demandas à sua abordagem teórico-técnica.

Entretanto, ainda que haja essa aproximação de perspectiva, a respeito da junção de técnicas psicoterapêuticas, entre Etnopsicologia/Psiquiatria Transcultural com as Práticas

⁶⁴ <https://www.mcgill.ca/tcpsych/>

Baseadas em Evidências em Psicologia, é importante demarcar seu distanciamento em suas justificativas para tal. Se para a Etnopsicologia/Psiquiatria Transcultural canadense o objetivo é a garantia da atenção culturalmente adequada às demandas desses sujeitos migrantes a partir da consideração de seus operadores terapêuticos tradicionais sob a égide de um Estado orientado por noções de bem-estar social, nas PBEP estadunidense o foco é na garantia da eficácia de intervenções em transtornos mentais, com vistas às mudanças comportamentais regida por ideais do neoliberalismo. Ademais, estas perspectivas contrastam também a respeito da compreensão da dimensão “social”, sendo uma mais próxima a uma noção contextualista e outra mais etnocêntrica, nos termos da historiógrafa da psicologia brasileira Ana Jacó-Vilela (2021).

Evidentemente, há uma maior assimilação do paradigma das Práticas Baseadas em Evidência em Psicologia no território brasileiro se comparado à perspectiva transcultural, sobretudo no ambiente científico dos grandes centros do país, justamente por ser amparado pela mais importante organização desta ciência no mundo, a *American Psychological Association (APA)*, como também pelo fato de a ciência psicológica brasileira ter sido instituída tendo a cena estadunidense como referência. Dessa forma, por ser hegemônica, há uma maior produção crítica a esse paradigma (DUNKER; IANNINI, 2023), associando-o como viés conformista às desigualdades sociais, etnocêntrico, instrumental e individualizante, além de alinhado à clássica biomedicina e suas instituições. Já em relação à perspectiva transcultural, há uma menor sistematização crítica, muito por conta de não ser hegemônica, mas é entendida como “menos científica” pelos adeptos da PBEP, por não seguir os protocolos determinados como universais para testagem de eficácia ou tida como uma faceta neoliberal por meio de um multiculturalismo condescendente (PEREIRA, 2020).

Ainda, sim, a etnografia de Alexandre Pereira (2020) em um ambulatório transcultural apresenta algumas problemáticas subliminares envolvidas na atuação de profissionais da saúde sob orientação desta perspectiva, pois como indicado no percurso desta dissertação, não há uma correspondência automática entre o preconizado e o aplicado. Pereira (2020) identificou que, na prática dos psicólogos e psiquiatras, havia o intento por assimilação cultural dos pacientes, como se o relato das migrantes-refugiadas fosse “fictício” e que escamoteava uma raiz nosográfica biomédica universal. Ainda segundo o autor, as bases ontoepistêmicas eram aplicadas nos tratamentos e assumidas e performadas pelos profissionais, ou seja, entendiam-se como agentes universais e aculturais da ciência, ao passo que as imigrantes-refugiadas eram tidas como específicas e hiperculturais.

Sendo assim, ainda que se caracterize como uma perspectiva progressista, as *psis transculturais* ainda partem de um mesmo bojo ontoepistêmico universalizante, reproduzindo violência como pressuposições estigmatizadas similares aos paradigmas visivelmente etnocêntricos, sobretudo com populações racializadas. O que quero apontar é que o racismo, como uma violência em saúde, está presente nas bases ontoepistêmicas e de, forma menos ou mais visíveis, na prática.

E se referindo à prática, esta é um dos condicionantes para o alinhamento de Tiago à confluência entre técnicas, não via paradigma de Práticas Baseadas em Evidências em Psicologia ou Transcultural, mas devido à sua atuação profissional no âmbito do Sistema Único de Saúde, que engendra a já discutida *lógica de cuidado psicossocial*. Assim como a PBEP e a Transcultural, a perspectiva psicossocial brasileira compreende uma confluência entre teorias e técnicas, indicando que o cenário brasileiro da psicologia clínica não é homogêneo no que tange à premissa por abordagem única, mas que a *lógica de cuidado psicoterapêutico* é hegemônica em determinados lugares.

O meu contexto de inserção no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) também me coloca num lugar muito distante dessa divisão de linhas, que é muito mais característica da universidade ou de lugares específicos a uma clínica psicanalítica, por exemplo. Quando eu estou no SUS, a gente ali no meio de um monte de psicólogo, é muito distante essa divisão de abordagem, sabe? E aí, as próprias discussões também são feitas por psicólogos de diferentes abordagens. E não só por psicólogos (Tiago, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Essa abertura à confluência entre teorias e técnicas é representativa da compreensão do que é cuidado, que foi e é construído em oposição a um cuidado rígido e manicomial em saúde mental, anteriormente hegemônico no tratamento de sofrimentos psíquicos graves (OLIVEIRA, 2011). Os princípios políticos da *lógica de cuidado psicossocial* são antimanicomiais, de desospitalização, participação comunitária e desestigmatização da loucura e como pontua Ana Marta Lobosque (2003, p. 15) “a luta antimanicomial implica necessariamente a politização da clínica — uma clínica que é essencialmente do cuidado, feita à contracorrente da alegada autossuficiência da medicalização terapêutica da doença mental grave, que se pretende apolítica.”

Segundo Paulo Amarante e Mônica Nunes (2018), a luta antimanicomial, constituinte da criação do SUS e alinhado aos seus valores, não só esculpiu o que chamei de uma *lógica de cuidado psicossocial*, como se materializou como uma política pública de cuidado, constituindo os Centros de Atenção Psicossocial como serviços substitutivos aos

manicômios, promovendo cuidado intensivo a usuários com quadro psiquiátrico grave, sem recorrer à hospitalização. Nesse sentido, houve a tentativa de substituição da centralidade da figura do médico psiquiatra e do psicólogo, por uma equipe multiprofissional e horizontal, composta por enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais e psiquiatras.

Realidade essa que tensionou a formação de psicólogos-psicoterapeutas no país, uma vez que o contexto da saúde pública era destoante dos moldes tradicionais da clínica particular ensinados nas universidades, engendrando, como discutido no capítulo anterior, compreensões contrastantes dos processos de saúde e doença, além de abarcar os também contrastantes perfis de usuários em termos raciais e de classe, de mercado, regras institucionais, manejos clínicos específicos e que também engendra uma arquitetura e especialidades médicas diferentes entre si. Isto é, os moldes rígidos da *lógica de cuidado psicoterapêutico* não se encaixam nas demandas da realidade do CAPS, até porque a compreensão de uma *lógica de cuidado psicossocial* não é de encaixar os usuários, mas adequar o cuidado às necessidades, e diante disso, mostra-se improdutivo preconizar pela filiação exclusiva de uma abordagem, considerando que estas foram pensadas para outros contextos profissionais.

Diante disso, a realidade profissional de Tiago prescinde uma maior fluidez, constituindo a sua compreensão quanto às técnicas e, conseqüentemente, forjou o modo de supervisão no Sankofa em sua geração Galhos, juntamente com o entendimento de Cenira, no que tange à confluência entre teorias e técnicas. Fato esse tido como justificativa para que as psicólogas da Clínica-Escola, Lucinda e Michele, questionassem tal funcionamento em suas primeiras investidas do que as interlocutoras chamaram de “vigiar e punir”.

De acordo com Tiago, na reunião convocada por essas psicólogas para “saber o que está acontecendo com o Sankofa” citada no capítulo anterior, um dos temas trazidos foi justamente o fato de as supervisoras não possuírem a mesma abordagem, o que as deixaram abismadas. A intervenção das psicólogas da instituição quanto ao funcionamento do grupo já aparenta um questionamento quanto à autonomia, mas apesar disso, indica uma percepção cristalizada a respeito do assunto, de que o normal e o certo seria que supervisores tivessem a mesma orientação teórica e técnica.

O caráter incomum desta intervenção chamou a atenção de Tiago, indicando que o Sankofa não foi o criador desta dinâmica, tendo, inclusive, grupos na própria Clínica-Escola da Universidade com funcionamento similar. E além do tratamento diferenciado relatado no

último capítulo, para Tiago existia ainda uma compreensão subliminar de que a temática racial é um recorte e, portanto, secundário.

Existem outras iniciativas do mesmo jeito, só que elas não são tão questionadas. Não é só uma loucura do Sankofa, existe espaço sim que isso acontece, mas têm espaços que são permitidos e em outros não. Até porque existe a psicoterapia integrativa, por exemplo, que é uma linha de pesquisa e intervenção focada em ver os achados em comum entre abordagens psicoterapêuticas. E também eu acho que é colocado a questão das relações raciais como, mais uma vez, um recorte, uma coisa parcial, enquanto outras são lidas como universais. Mas, na verdade, todos serviços de psicoterapia terão seus recortes, mas alguns recortes são vistos como possíveis e outros como absurdo. Tipo, “como assim o campo em comum de vocês vai ser questão de relações raciais”, sabe? São frequentes grupos sobre infância, por exemplo, ou sobre depressão, para saber o que tem em comum entre as pessoas com essa experiência e a depressão tem muitas coisas diferentes, mas eu vou estar ali fazendo um olhar para alguma coisa específica, para essa experiência de depressão, sendo que a vida da pessoa vai ter muito mais coisa. É a mesma coisa para questão racial, sabe? Tipo não vai esgotar, mas é a partir dessa questão, a partir desse relacionamento que eu consigo abordar os demais aspectos da vida da pessoa e justamente trazer esse olhar, trazer essa privatização. E acho que isso é feito nos outros meios também, só que, mais uma vez, quando é visto pela questão racial, é tipo, é como um recorte, como fragmento, como algo particular assim sabe, como algo parcial e não inteiro (Tiago, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Nesse sentido, as análises de Tiago contribuem para caracterizar a diferenciação entre serviços estruturados a partir da abordagem e aqueles que são organizados a partir do objeto ou temática, como o Sankofa a respeito das relações raciais. Sendo, no entanto, mais comum, no contexto estudado, os serviços de psicoterapia orientados pela filiação teórica e técnica a uma abordagem.

E na percepção de Adelina, embora menos comum, a estruturação de um serviço a partir de um problema tensiona essa hierarquia de egos entre abordagens, que muitas vezes é contraproducente para o paciente. Para ela, ainda que adepta de uma única abordagem, há uma contribuição para se pensar as relações raciais na clínica psicoterapêutica, a qual é “você não precisa ser psicanalista para escutar a gente negra, você não precisa ser gestaltista ou da Terapia Cognitivo-Comportamental, você precisa estar implicado em escutar aquela parada.”

Portanto, em diálogo com as discussões acima sobre paridade racial e letramento racial, a atenção às demandas raciais na clínica dizem respeito a um compromisso científico e ético e, independente da orientação teórica, técnica, se conjugam uma confluência entre si ou não, deve ser cumprido. Assim, o Sankofa contribui para o preenchimento dessa lacuna, promovendo a habilidade de letramento racial ao elencar as relações raciais como objeto

fulcral do serviço, a consciência racial ao situar o sujeito psicoterapeuta negro no processo e as competências para uma clínica antirracista a partir da vivência na clínica e da supervisão mista. E não de forma linear, estática e fixa, mas em movimento, em discordância e através da construção coletiva.

Argumento que esses passos supracitados caracterizam a formação proposta pelo Sankofa, ou dito de outra forma, conjugam uma determinada educação da atenção, mais especificamente da escuta por se tratar de um curso da escuta, como discute Naomi. Pedagogia essa que se direciona a um cuidado psicoterapêutico socioculturalmente contextualizado e, portanto, racializado.

4.2 A educação da escuta em supervisão: A iminência do cor(po)

Na entrevista individual realizada com a antiga estagiária Naomi no final de 2023, discorremos sobre sua trajetória antes e após ingressar na universidade, sobre sua aproximação com a temática das relações raciais, etc. Este foi, mais ou menos, o mesmo roteiro usado para as entrevistas com as outras interlocutoras. Ao adentrarmos no bloco de perguntas a respeito da formação, em que indaguei sobre a formação institucional recebida, as contribuições do Sankofa neste processo e, de forma a sistematizar quais seriam as habilidades e competências necessárias para formar psicólogos-psicoterapeutas atentos às demandas do contexto brasileiro. Naomi deu o tom desta seção ao associar a formação de psicoterapeutas como um processo de *educação da escuta*, “afinal, psicologia não é um curso do silêncio, mas de aprender a escutar”.

Para caracterizar essa associação, Naomi relembra de uma experiência marcante em sua formação, em que cursou uma disciplina eletiva sobre música, “somente para formar” segundo ela, na qual a docente propôs um exercício de escuta dos sons do ambiente, em que os alunos deveriam sair da sala e registrar tudo que tivessem escutado para depois compartilhar com os colegas. Naomi lembrou com espanto o alcance e a tipificação diferencial dos sons percebidos entre ela e os colegas da graduação em música, em que ela registrou somente sons muito próximos, como os passos de alguém ao redor ou o som do pássaro da árvore ao lado, ao passo que os estudantes de música captaram sons fora do prédio, inclusive deduzindo o tipo de veículo que emanava o som.

Então eu percebi que a escuta daquelas pessoas já estavam tão bem treinadas, mais desenvolvidas, que elas conseguiam alcançar outros sons, a audição comportava.

Porque é isso, querendo ou não, o nosso cérebro seleciona, né? A gente está aqui conversando, tinha esquecido do som do ar-condicionado, até a gente desligar, por exemplo. Então a gente não treina assim para escutar todos os sons do ambiente, então é uma habilidade, é um exercício você conseguir alcançar. Então, fazendo essa metáfora, digamos assim, esse paralelo, eu acho que a gente precisa treinar uma escuta que alcance contextos (Naomi, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Dessa forma, Naomi aproximou essa experiência com sua trajetória de formação em psicologia, indicando que a escuta é uma habilidade passível de aprimoramento. Ademais, compreende que o curso de psicologia a treinou para escutar e interpretar uma gama muito específica de sons, que dizia a respeito a um único contexto sociocultural, engendrando um determinado perfil de pacientes, com uma categorização específica e prévia das queixas e com um repertório de intervenções respondente a este contexto, havendo descolamento entre o que era trazido na teoria e o que era vivido na realidade dos estágios, por exemplo.

Então, Naomi caracterizou a sua formação no Sankofa como uma oportunidade de “treinamento de expansão do olhar dentro da psicologia, de expansão da visão e do repertório”, indicando o papel central do grupo de estudos como promotor de letramento racial enquanto habilidade profissional para qualificar o racismo, bem como através da supervisão no desenvolvimento de competências no sentido de aplicar os conhecimentos na psicoterapia. Nesse sentido, a formação do Sankofa se caracterizou como uma educação da percepção de suas estagiárias, mais especificamente da escuta destas, a partir da atenção ao real, isto é: ao racismo, transformando a relação com a teoria e, conseqüentemente, com a formação institucional que se mostravam descontextualizadas socioculturalmente.

O encontro interdisciplinar com os colegas do curso de música fez Naomi estranhar alguns aspectos cristalizados do que entendia como o que seria a formação, em especial, entrou em cena uma característica menos comum na formação em psicologia: a prática. Em sua graduação, poucas foram as dinâmicas que fugiram do clássico método de ensino em aula, a saber: a leitura prévia de um artigo e a apresentação sistematizada deste manuscrito pela docente com uma posterior discussão coletiva. Conforme apresentado no Capítulo 2, a organização curricular do curso de psicologia na universidade investigada prevê uma separação radical entre teoria e prática. Dos 26 componentes obrigatórios, apenas três destas são dedicadas à prática em formato de estágio e alocadas no final do curso. Embora a quantidade seja pequena, os estágios possuem carga horária de 180 horas semestrais, ao passo que as disciplinas teóricas possuem 40 horas semestrais, mas somente as disciplinas teóricas cumprem com rigor esta carga horária.

Este estranhamento vivido por Naomi se deu justamente no encontro com outro padrão de ensino, em que na situação vivida reverberou o aspecto experimental. Segundo o antropólogo britânico Timothy Ingold (2010), é hegemônica a compreensão dos processos de aprendizagem trazida pelas ciências cognitivas estadunidenses que se fundamentam pela perspectiva ontogenética de “Transmissão de Representações”, a qual reverbera fortemente na psicologia brasileira e em seu projeto pedagógico por ser inspirada na tradição estadunidense.

A fim de propor uma perspectiva alternativa à já clássica de Transmissão de Representações Cognitivas para explicar a aprendizagem humana e a formação de habilidades, Tim Ingold (2010) lança mão do conceito de educação da atenção, uma interpretação ecológica, prático-teórica. Para propor um novo modelo, Ingold apresenta a perspectiva clássica da ciência cognitiva, hegemônica na formação em psicologia no Brasil, como um modelo inspirado na biologia neo-darwiniana que compreende o conhecimento como “conteúdo mental” transmitido à próxima geração como uma espécie de herança. A qual concebe que os seres humanos seriam pré-equipados com mecanismos cognitivos inatos, universais e adquiridos via seleção natural. E como a metáfora computacional é fundante nas ciências cognitivas, a ideia é de que “o conhecimento é informação, e que seres humanos são mecanismos para processá-lo” (INGOLD, 2010, p. 7).

Ainda nesse modelo, há o entendimento causal da aprendizagem e do desenvolvimento humano como fruto da correlação entre aspectos inatos e adquiridos. Embora contemporaneamente exista uma resistência de associar-se ao viés evolucionista, este pressuposto causal é assumido, mesmo que implicitamente, pelas perspectivas críticas em psicologia, inclusive por mim — que só signifiquei isso ao escrever o parágrafo anterior. O problema desta distinção, segundo Ingold, seria de base epistemológica, uma vez que as mudanças culturais seriam entendidas como respondentes aos parâmetros da biologia e da evolução. Nesse sentido, sistematiza Ingold (2010, p. 12): “a causalidade não é uma relação entre coisas — genes e fatores ambientais, de um lado, organismos, de outro — que são externas entre si, mas é imanente no próprio processo de desenvolvimento.”

Modelo esse de aprendizagem que materializa formas de ensino, como o vivido por Naomi e as demais interlocutoras, em que se privilegiava a transmissão de conhecimentos através da leitura e discussão, como se a aprendizagem fosse um fenômeno puramente cerebral e, conseqüentemente, não corporal. Ao passo que a prática seria a execução

mecânica gerada pelo intelecto. Por isso, há uma separação radical na estrutura curricular entre o que seriam disciplinas teóricas e práticas.

Diante dessas limitações, Ingold propõe o conceito de educação da atenção, como compreensão alternativa da aprendizagem, desenvolvimento de habilidades humanas e também profissionais. A proposta de educação da atenção está ancorada na experimentação e na agência do sujeito enquanto fundamentos para aprendizagem, que se daria a partir da mediação de um instrutor mais experiente, em que o sujeito aprendiz poderá copiar ações, sentir o processo, o mundo, resignificá-lo e incorporá-lo e não somente receber representações e cumprir comandos. Nesse sentido, não há uma separabilidade radical entre aspectos mentais e corporais como prevê a perspectiva cognitiva, mas uma territorialização do conhecimento, isto é, reconhecendo que este não está suspenso no tempo e no espaço, mas circunscrito num *contexto* e também incorporado.

Na passagem das gerações humanas, a contribuição de cada uma para a cognoscibilidade da seguinte não se dá pela entrega de um corpo de informação desincorporada e contexto-independente, mas pela criação, através de suas atividades, de contextos ambientais dentro dos quais as sucessoras desenvolvem suas próprias habilidades incorporadas de percepção e ação. Em vez de ter suas capacidades evolutivas recheadas de estruturas que representam aspectos do mundo, os seres humanos emergem como um centro de atenção e agência cujos processos ressoam com os de seu ambiente. O conhecer, então, não reside nas relações entre estruturas no mundo e estruturas na mente, mas é imanente à vida e consciência do conhecedor, pois desabrocha dentro do campo de prática — a *taskscape* — estabelecido através de sua presença enquanto ser-no-mundo (INGOLD, 2010, p. 22).

O conceito de educação da atenção já tem sido mobilizado no cenário da antropologia brasileira para analisar a formação de profissionais da saúde, especialmente dos médicos residentes por Octavio Bonet (2004; 2015) e por Nathalia Silva e Rachel Aisengart (2023). No entanto, estes estudos focalizam no aspecto mais prático da formação, envolvendo a proposta pedagógica das residências médicas de “pegar o jeito da coisa” no cotidiano dos serviços. Segundo Silva e Aisengart (2023), o caráter iminentemente prático das residências médicas tem a ver com a ideia de que os estágios da graduação não dão subsídios para o cotidiano profissional. Mas diferentemente dos estágios ou residências em medicina, os estágios psicoterapêuticos em psicologia não envolvem a observação da prática da atuação da pessoa mais experiente, a educação da atenção se dá por orientações das supervisoras ao ouvirem o relato das estagiárias, haja vista que o cuidado psicoterapêutico acontece numa díade sigilosa. No entanto, em determinadas práticas orientadas pela *lógica de cuidado*

psicossocial, é possível a observação do especialista em ação, como nos grupos terapêuticos frequentes no SUS.

E embora a realização de atendimentos psicoterapêuticos estejam embasados na literatura científica, a prática se configura como um universo distante, na qual a formação teórica de leitura e discussão de casos clínicos não dão subsídios para prática, conforme sentiu Naomi nessa passagem entre disciplinas teóricas e os estágios, sendo necessário também “pegar o jeito da coisa” na prática. Da mesma forma, não houve uma correspondência automática entre os textos do grupo de estudos sobre racismo e o relato dos pacientes no *setting* psicoterapêutico segundo Milena, como melhor discutido no Capítulo 3 a respeito da forma como a demanda racial aparecia na literatura científica dos anos 1980 e como apareceu no atendimento das estagiárias do Sankofa.

Assim como na defesa de Ingold por uma educação da atenção, o relato de Naomi e a experiência em campo trazem um indispensável agente no processo de formação: o sujeito experiente. No caso da disciplina sobre música cursada por Naomi, a professora estava numa posição de mediação da experimentação de seus alunos, propondo uma sensibilização sonora e uma discussão sobre o que foi apreendido. Já nas atividades que acompanhei em campo, essa posição de sujeito experiente era realizada pelas supervisoras na escuta e acolhimento das estagiárias, mas sobretudo na indicação de assuntos importantes para se prestar atenção no relato do paciente em psicoterapia. Ainda para Tim Ingold (2010), a mediação do especialista condiciona a atenção do aprendiz ao indicar a captação de aspectos essenciais do ambiente em detrimento de outros que simplesmente passariam despercebidos pelo iniciante.

Em campo, lembro de uma cena que dialoga com essa ideia de Ingold. Em um ordinário encontro de supervisão, Milena trouxe o relato de um de seus casos atendidos na semana. Era o de L.S.⁶⁵, uma mulher negra, cis gênero, heterossexual, com idade superior aos 25 anos, casada, que possuía diagnóstico de transtorno de personalidade *borderline*⁶⁶ e apresentava como principal queixa um cansaço excessivo devido à sobrecarga de trabalho, o que teria justificado o trancamento de seu curso naquele semestre. E conforme narrado por Milena, o assunto daquela semana teria sido o desejo por organizar melhor o próprio tempo e o planejamento de L.S. de ser mãe, indicando que tal passagem a faria “mais madura.”

⁶⁵ Iniciais fictícias.

⁶⁶ Caracterizado por um padrão generalizado de instabilidade e hipersensibilidade nos relacionamentos interpessoais, flutuações extremas de humor e impulsividade.

Ao relatar este fragmento do processo psicoterapêutico e indicar um estranhamento com os assuntos, Milena afirmou sentir pouco vínculo com a paciente. Cenira, na posição de supervisora, apontou que seria interessante explorar essa contradição de que L.S. se queixa de falta de tempo para trabalhar, estudar e cuidar de si, mas, ao mesmo tempo, planeja assumir a carga de trabalho colossal que é ser mãe; e sinaliza “não dá para trancar o bebê, tal como ela fez com o semestre”, identificando a necessidade de responsabilização de sua impulsividade. E de forma a auxiliar nesse processo, Cenira indicou que seria importante L.S. tomar conhecimento de seu próprio tempo e, para isso, indicou que Milena fizesse o “quadrinho de 168 horas”, um exercício de mapeamento das atividades realizadas durante a semana, a fim de construir com L.S. a consciência de sua disponibilidade e mapear as consequências de suas escolhas em relação a isso.

E no que tange à falta de vínculo sentida por Milena, Cenira sinalizou que a demonstração verbal de empatia potencializava o vínculo entre psicoterapeuta e paciente. De forma a materializar esta orientação, Cenira convidou Milena para um rápido *roleplay*⁶⁷, em que Milena deveria ser uma paciente relatando um sofrimento e Cenira seria a psicoterapeuta que comunicaria frases empáticas após o relato, como “isso parece muito difícil” ou “há motivos para você se sentir assim!”, de forma a indicar um interesse e preocupação da pessoa que escuta. Encenação essa que tranquilizou Milena ao perceber a potencialidade desta postura para estabelecer vínculo, pois estava se sentindo sem repertório.

Um aspecto no relato de caso que capturou minha atenção foi a referência à maternidade. Embora tenha sido colocado pela instituição na posição de antropólogo observador, dentro do Sankofa era comum o convite para dialogar a respeito dos casos ou na organização de atividades justamente por ser graduado em psicologia. Dessa forma, senti abertura naquele momento para tensionar uma questão latente no relato de L.S., mas que recebera menos atenção na supervisão: a idealização de L.S. pela maternidade como evento idealizado de transformação somente positiva em sua vida. Apontei que a eleição específica da maternidade não era aleatória, mas que respondia à pedagogia de subjetivação imposta às mulheres em sociedades ocidentalizadas, no que Valeska Zanello (2018) categorizou como dispositivo materno, em que se tornar mãe é identitário e ideal. Nesse sentido, dialogamos sobre a importância de se interseccionalizar a escuta e de como seria interessante explorar esse ideal trazido, bem como tensionar e/ou construir caminhos outros de transformação da vida.

⁶⁷ A simulação de uma cena para demonstrar uma orientação e aprimorar um comportamento.

Ainda no decorrer deste caso, Tiago deu *feedbacks* positivos para Milena ao perceber que as indicações feitas em supervisão estavam sendo levadas a sério e aplicadas, criando um ambiente de segurança para as pacientes. Entretanto, Tiago salientou que as sugestões dadas em supervisão são de fato sugestões e não ordens, preconizando pela autonomia das estagiárias no processo de formação. Justamente um dos aspectos constituintes da aprendizagem como um processo de “redescoberta orientada” nos termos de Tim Ingold (2010), por se tratar de um conhecimento construído na prática sob orientação de uma pessoa mais experiente, abrindo espaço para a agência da estagiária em delimitar caminhos psicoterapêuticos a partir de seu crivo crítico.

[...] o papel do tutor é criar situações nas quais o iniciante é instruído a cuidar especialmente deste ou daquele aspecto do que pode ser visto, tocado ou ouvido, para poder assim “pegar o jeito” da coisa. Aprender, neste sentido, é equivalente a uma “educação da atenção”. Assim, o conhecimento do especialista é superior ao do iniciante porque o seu sistema perceptivo está regulado para “captar” aspectos essenciais do ambiente que simplesmente passam despercebidos pelo iniciante. O aprendizado, a educação da atenção, equivale assim a este processo de afinação do sistema perceptivo (INGOLD, 2010, p. 21).

Nesse sentido, além dos especialistas em questão indicarem especificidades para focalizar a atenção da escuta pensando numa intervenção psicoterapêutica eficaz para a pessoa atendida, havia também o incentivo para a aprendizagem das estagiárias através da experimentação, isto é, a construção da formação via redescoberta orientada. E outra estratégia identificada no incentivo da redescoberta orientada estava no exercício frequente de síntese dos casos, em que supervisoras o faziam e devolviam às estagiárias em forma de perguntas, com vistas a auxiliá-las a melhor compreenderem o caso, sobretudo ao se escutarem e sentirem como seus relatos iniciais ressoaram no ambiente de supervisão. Algo muito similar com a condução em psicoterapia, ou seja, de reproduzir, em forma de síntese, o relato do paciente para que, de alguma forma, ele se escute e signifique o que estava trazendo.

Portanto, nesse diálogo com Ingold (2010), caracterizo a formação promovida pelo Sankofa como um processo de educação da atenção, do grupo de estudos à supervisão, atenta à realidade material e contextual, além de aberto às suas ressignificações consequentes. Uma escuta que não se restringe ao protocolo transmitido pela teoria psicológica, a qual é posta como universal, sem especificidades e, portanto, normal, sem classe, raça, gênero ou território. Mas no Sankofa, nos termos de Benedita, havia uma escuta que retoma o cor(po) de quem fala.

E no atendimento, na prática, a gente discutia os casos, elencando e esmiuçando essa estrutura que a gente aprendia nas disciplinas teóricas que não tinha uma raça, não tem um corpo, mas quando chegamos na prática, vimos que tem! Tem um corpo e tem um corpo dizendo que é um homem preto, que se relaciona com homens, tem um corpo de uma mulher negra que sei lá, tá passando por um relacionamento abusivo, tem um corpo ali e isso é muito doido. Como que eles conseguiram, né? Excluir o corpo e a pele do corpo, sabe? Então a gente fez um retorno e um reconhecimento sobre, fizemos uma releitura desses clássicos das teorias, sobretudo os da psicanálise que falam de uma subjetividade e do sujeito desse lugar universal, mas que a prática me dizia que tinha ali muitas coisas que eram específicas de corpos (Benedita, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

E nessa compreensão separada entre teoria e prática ou entre habilidades e competências, característica desse modelo cognitivo hegemônico, a desatenção com os marcadores sociais da dominação trata-se de um efeito normal, haja vista que, conforme sistematiza Denise Ferreira da Silva (2022), as bases ontoepistêmicas das ciências modernas prescindem de um universalismo e uma separação radical entre mente e corpo, com o conseqüente descolamento territorial e (cor)poral. Em termos mais práticos, aponto para existência de um ciclo vicioso que perpetua o racismo, no qual as teorias se mostram antirracistas racistas e, conseqüentemente, a raça não é elencada como fator relevante para prática, já que a aprendizagem é regida por esse modelo cognitivo em que a formação é fundamentada na transmissão mental da teoria e a prática seria apenas sua aplicação mecânica.

Em consonância com Benedita, identifico que o Sankofa tem esse diferencial formativo muito por conta de sua constituinte interdisciplinaridade, no encontro específico com ciências que dão um maior enfoque na materialidade, ainda que regidas por bases ontoepistêmicas similares, como sociologia, história e antropologia, as quais constituíam o grupo de estudos. Na visão de Getúlio, um dos docentes do instituto de psicologia e membro da coordenação da Clínica-Escola, um dos caminhos para a melhoria da psicologia seria por fora dela, no encontro interdisciplinar, mas sobretudo com a concretude, com os movimentos sociais.

A divisão social e técnica do trabalho é bastante problemática, há uma especialização muito contraproducente, porque tem ocultado a nossa capacidade de olhar para a totalidade. E dentro dessa lógica da parcialização, acho que a psicologia consegue ser ainda mais endógena. Eu acho que um dos caminhos para que inclusive a psicologia melhore, é por fora dela. Tanto no que se refere ao encontro com esses outros campos do saber fazer, das ciências humanas e sociais, mas, sobretudo, por fora. Porque eu considero que o que a gente tem de mais avançado dentro da psicologia foram movimentos de fora, sobretudo vinculado às lutas

sociais. As lutas históricas que felizmente adentraram a psicologia, que acabaram tensionando a psicologia por dentro e fazendo ela avançar (Getúlio, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

No entanto, relembro as críticas de Adelina no subtópico 4.1, a respeito de uma suposta separação entre o que é científico e o que é político, a formação no Sankofa é iminente e explicitamente política segundo as interlocutoras, aliás, todas as formações são políticas, a saber se estão direcionadas à manutenção das hierarquias ou focadas em suas dissoluções, parafraseando Paulo Freire. Ademais, há também uma separabilidade implícita sobre quem é o sujeito cientista e quem é aquele militante de movimentos sociais, que indica que a aproximação entre essas duas figuras ressignificaria a atuação deste primeiro, isto é, que no encontro com a realidade concreta ou com o “Brasil profundo”, a ciência poderia reorientar sua práxis com vistas à ruptura com o *status quo*, dando voz àqueles subalternizados. O que acaba por reproduzir essa distinção entre o intelectual e o corporal, o individual e coletivo, etc., bem como às consequentes associações racializadas nestes pares de opostos hierarquizantes analisadas no Capítulo 1, inspirado em Achille Mbembe (2018).

Ainda, sim, conforme trazido por Benedita no referido subtópico, a formação do Sankofa conjugou a ciência e a política, assim como os seus membros eram cientistas, psicólogos e militantes de movimentos sociais, sem elencar uma hierarquia entre estas esferas. Isto é, não estavam dando voz às demandas políticas através da ciência, mas falando por si e para os seus, sem tutela, por meio de uma práxis profissional eticamente referenciada.

E embora a sociologia tenha sido elencada por Antônio como principal diálogo interdisciplinar constituinte do Sankofa, justamente por uma maior tradição nos estudos das relações raciais, retomo para a potencialidade da antropologia, justamente nos aspectos que guiaram esta dissertação, seja na reflexividade, na aproximação e estranhamento, do reconhecimento da agência, da transformação e ressignificação como aspectos cotidianos. E por valências como esta, advogo pela presença e potencialidade da antropologia na cotidianidade dos serviços de saúde e nos respectivos centros de formação, enquanto uma ferramenta de produção de dado e cuidado (PEREIRA, 2020) na preconização pela contextualização sociocultural e, consequentemente, na diminuição do estereótipo, exotização e etnocentrismo intrínsecos à ontoepistemologia dos saberes psi e, dessa forma, otimizar a comunicação.

Sendo assim, foi através da antropologia que pude encontrar o Sankofa e caracterizá-lo como um serviço de psicoterapia e grupo de estágio que promove uma

educação contextualizada da escuta, seja no desenvolvimento das habilidades de letramento racial através do grupo de estudos ou nas competências de refinamento perceptivo e manejo prático dos casos nos termos de uma redescoberta orientada promovida pelas supervisões.

Portanto, ainda que na percepção de Cenira o Sankofa seja um serviço fundamental diante do descaso científico e institucional com o racismo, há o desejo por sua obsolescência, rogando por um futuro no qual o marcador social raça não seja visto como recorte, mas como uma temática transversal na formação de psicólogos-psicoterapeutas brasileiros.

4.3 “Vida curta ao Sankofa!”: O ressoar do serviço na formação institucional

O anseio por obsolescência do Sankofa, relatado por Cenira, também esteve presente nas entrevistas com as três docentes entrevistadas: Kelly, Isabela e Getúlio. A eleição de Isabela e Getúlio como interlocutoras se deu por conta de suas funções de coordenação à época do trabalho de campo, seja da graduação ou da Clínica-Escola. Especificamente no caso de Isabela, há os atravessamentos de sua vivência enquanto coordenadora da Clínica-Escola na geração Raiz, sendo aquela figura que apresentou “vontade política” nos termos de Antônio, no que se refere a abrir caminhos institucionais para o melhor funcionamento do Serviço. Já em relação à Kelly, como já citado, foi justamente por ocupar a posição de supervisora no último semestre do Sankofa, bem como por ter sido uma professora contratada por sua expertise em relações raciais. Pois, como discutirei nesta seção, a vaga ocupada por ela foi a materialização da articulação discente por enfoque do Departamento nas relações étnico-raciais.

No entendimento de Isabela, como uma docente antiga no departamento e tendo atuado em função de coordenação, nos últimos anos o curso de psicologia tem sido mais crítico em relação à concepção desta ciência e profissão. Com uma maior sensibilidade à “questões contemporâneas, mas que, ao mesmo tempo, são antiquíssimas”, se referindo à atenção aos marcadores sociais da desigualdade como elementos constituintes dos processos de subjetivação e da saúde mental.

Para justificar essa emergente sensibilidade, Isabela fez referência ao papel fulcral dos estudantes, inicialmente os de mestrado e doutorado que já vinham trazendo temáticas próximas em suas pesquisas, como também os de graduação em psicologia ao promoverem debates nas aulas e seminários discentes sobre relações étnico-raciais, indicando a urgência

desta temática ao mesmo tempo que sinalizava uma desatenção institucional. Nas palavras de Isabela, os tensionamentos, de forma mais sistematizada, vieram com o surgimento do Sankofa, na produção de um deslocamento ou desconforto para o departamento.

O Sankofa trouxe aquele desconforto pra gente ao nominar, claramente, a nossa inabilidade com o conteúdo “raça” dentro da clínica. A articulação discente foi muito definitiva. O olhar dos alunos nos deslocou para essas questões, foi muito importante e talvez os alunos não tenham noção da importância deles neste processo (Isabela, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

E na visão de Getúlio, a existência e funcionamento do Sankofa ressoou na instituição de forma dialética, pois, em seus termos, o Sankofa é “um sintoma, mas, ao mesmo tempo, é uma denúncia, uma denúncia do que falta, do que está lacunar, não só na Clínica-Escola, mas no Instituto de Psicologia”. E se trataria de um sintoma por nascer da negação e da negligência histórica da instituição com o racismo, como um retorno do recalcado. E a partir de sua experiência como membro da coordenação da Clínica-Escola, entende que iniciativas que geram esse desconforto e ressignificação nem sempre são acolhidas como críticas construtivas, mas, infelizmente, segundo Getúlio, são frequentemente tolhidos pela institucionalidade e pela burocracia, como o vivido pelo Sankofa e demonstrado por mim no Capítulo 3

Sendo assim, também de forma dialética, os tensionamentos do Sankofa geraram resistência na branquitude institucional, mas, ao mesmo tempo, ressoaram na formação institucional de forma também educar a atenção e abrir caminhos. A saber: na abertura de uma vaga para docente especialista em psicologia e relações étnico raciais, bem como na revisão curricular, nos termos de uma atenção aos marcadores sociais da desigualdade e na criação da disciplina, optativa, Psicologia e Relações Étnico-Raciais no Projeto Pedagógico do Curso.

Diante da mobilização discente, em que associa fortemente com vigência das políticas de ações afirmativas nas universidades, no início desta década, o Departamento de Psicologia Clínica e Psicanálise abriu uma vaga para professor direcionada a essa temática, o que, segundo Isabela, mobilizou os docentes do departamento a assumirem “como uma prioridade, no sentido de que não tem como a gente adiar mais algo tão importante”. O concurso contou com mais de 60 inscrições para o preenchimento de uma vaga. Embora o concurso tenha sido categorizado como direcionado para questões étnico-raciais, os eixos avaliativos estavam centrados mais especificamente nas relações raciais, isto é, direcionado à população negra,

como condicionante às ênfases de atuação, como promoção da saúde, psicoterapia, ética profissional, políticas públicas, etc.

Em diálogo com Cenira, a existência do concurso foi objeto de celebração interna no Sankofa, com a expectativa de que ingressasse uma docente negra que bancasse as relações étnico-raciais no departamento, assim como pudesse colaborar com o Sankofa. Assim aconteceu, ao menos parcialmente. A pesquisadora aprovada foi Kelly, uma mulher negra, que em seus primeiros semestres como professora já tem ministrado disciplinas sobre psicologia e relações étnico-raciais e também chegou a colaborar com o Sankofa no período final da geração Galhos, mas por pouco tempo⁶⁸.

Ademais, pouco pude acompanhar a sua atuação enquanto supervisora, pois diante dos percalços institucionais relatados no capítulo anterior, Kelly, por ser docente efetiva, foi colocada na função de coordenação do Sankofa como condição para sua continuidade, sendo sobreposta à hierarquia anterior. Ainda, sim, Kelly foi uma personagem ativa para o interrompimento de minhas observações participantes alegando “questões éticas”⁶⁹ em prol de uma avaliação do sistema CEP/CONEP por estar acompanhando as supervisões como “antropólogo”, embora tivesse a graduação em psicologia. Outro fator importante é que a pesquisa estava em andamento antes de seu ingresso no Sankofa, bem como o projeto de pesquisa respaldado pela resolução n.º 510 de 2016 do CNS e já tendo sido revisado e aprovado pelo comitê de pesquisa interno e pelo colegiado da Clínica-Escola. No entanto, Kelly aceitou colaborar com a pesquisa através de uma entrevista individual.

Nesse sentido, pude vivenciar um pouco da fantasia discutida no subtópico 4.1.2, a respeito da paridade racial, especificamente ao idealizar uma maior solidariedade com Kelly por ela ser uma mulher negra e com letramento racial. Expectativa que acabou não se materializando, pelo contrário, a relação estabelecida com ela se assemelhava mais com as que tive com psicólogas brancas da Clínica-Escola, Lucinda e Michele, do que propriamente dito com membros do Sankofa.

⁶⁸ Como fui impedido de continuar a observação participante, não pude acompanhar o seu desligamento. Sendo assim, não os porquês, mas apenas que ela decidiu sair após um semestre de contribuição. Assim, impedindo a continuidade do projeto, pois era necessário a coordenação de uma docente.

⁶⁹ “Questões éticas” passíveis de resolução se eu tivesse me vinculado à Clínica-Escola como voluntário e, consequentemente, prestasse psicoterapia para o público da instituição. O que era inviável, haja vista que à época não possuía registro profissional no Conselho Regional de Psicologia, um pré-requisito para esta atuação. Ademais, a Clínica-Escola, implicitamente, não compreendia os pacientes do Sankofa como público da instituição, isto é, caso me tornasse voluntário, não poderia seguir o recorte racial proposto pelo Sankofa.

Junto à comemoração por essa conquista epistemológica e política, os docentes Isabela e Getúlio compartilhavam um receio: o de Kelly ser a única responsabilizada por discutir racismo no curso e, conseqüentemente, os demais docentes se desresponsabilizarem. Nos termos de Getúlio, seu receio era de que aconteça uma “inclusão perversa, uma inclusão excludente.”

Defendi também a temática do concurso com muita tranquilidade nos debates, mas eu tinha um receio. Que era pra gente tomar muito cuidado, sabe? Para que a gente não pegue a Kelly e a coloque como a única responsável por pautar o racismo. Me preocupa muito o movimento, que eu acho que é muito perverso e que é uma expressão do racismo, que é de se desresponsabilizar sobre a necessidade de pautarmos o racismo como estruturante, inclusive da psique, da subjetividade, porque agora temos uma professora que é especialista em relações étnico-raciais assim. Já tenho visto alguns movimentos nesse sentido de “ah, chega um aluno querendo trabalhar questão racial” e o professor fala “ah, tem a Kelly que estuda isso.” Eu acho isso muito perverso, porque o racismo é constitutivo da realidade, todos os professores devem se responsabilizar. Precisamos propiciar que a singularidade dela se expresse enquanto docente, enquanto psicóloga e intelectual nos mais variados espaços, não só como especialista em racismo (Getúlio, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

E foi justamente seguindo este entendimento de compromisso coletivo que estava se delineando um novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) após 10 anos desde a implementação da versão que está em vigor, privilegiando uma ideia de transversalidade das relações étnico-raciais no currículo ao invés de estabelecer uma disciplina obrigatória, por exemplo.

O racismo ele é constitutivo na nossa realidade, ele tem que estar transversal e estruturante no nosso PPC, no nosso currículo, em todas as disciplinas. Em qualquer disciplina, se você não debate isso, de novo, está tratando de uma realidade que não condiz com a realidade concreta. Não tinha uma disciplina sobre relações étnico-raciais, a gente conseguia criar na luta pelo novo PPC. Então, no novo currículo, vai ter essa disciplina, mas como optativa, a gente não conseguiu como obrigatório. De obrigatória conseguimos Psicologia e Políticas Públicas e Psicologia e Direitos Humanos. A gente conseguiu pautar e defender, e aí foi uma briga forte assim durante todo esse PPC (Getúlio, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Sua argumentação foi algo que me chamou atenção, haja vista que no percurso desta dissertação identifiquei que os documentos como as DCN e o próprio CEPP já preconizavam isso há mais de 20 anos, o que não foi o bastante para assimilação destes preceitos no PPC ainda em vigência. Embora seja bastante interessante esta transversalidade, identifico que as relações raciais podem ser tornadas como genéricas, postas sob o guarda-chuva dos direitos humanos e, portanto, esvaziadas. Recaindo, novamente, na fé de que os majoritários docentes brancos, sem formação racializada, atuem de forma autônoma contra os próprios privilégios em termos da branquitude.

Dessa forma, concordo com Tiago ao enxergar essa dinâmica como utópica que seria interessante, de saída, elencar a obrigatoriedade desta disciplina, bem como propor a transversalidade das relações étnico-raciais. Ainda que a utopia componha a luta antirracista, em termos de imaginar um futuro sem hierarquia racial, compreendo que esta luta é fundamentada pelo enfrentamento, pela agência e pela nomeação como estratégias para mudança concreta, vide a atuação dos movimentos negros no século passado no que refere à racialização como ferramenta antirracista (BERNARDINO-COSTA, 2022). Pergunto-me, também, quantos discentes e docentes negros, com letramento racial, estão construindo esse novo PPC e sob essa ótica da transversalidade. Questão para pesquisas futuras.

Na avaliação de Isabela, o PPC em desenvolvimento estava mais aberto a essas discussões, de forma tímida, mas que caracteriza um avanço histórico se comparado aos currículos de poucos anos atrás, porque antes havia um foco muito “positivista”, segundo ela.

É um currículo que a gente não pode dizer que ele já está racializado, mas eu acho que ele está com essa curiosidade, trazendo pequenas coisas, né? Então quem dá essas disciplinas mais abertas [optativas] como Psicologia Comunitária e Intervenções Psicossociais já tem tangenciado essas temáticas. É uma preocupação que eu tenho de um tempo para cá, não sei se eu sempre tive, né? Mas assim, de forma transversal, no sentido de olhar para isso, mostrar a importância, mas não dedicar completamente uma parte do conteúdo, não sendo Identitário da disciplina (Isabela, entrevista realizada em 2023, Centro-Oeste, Brasil).

Durante as entrevistas com estas professoras e suas inclinações por um novo PPC de psicologia com esse “enfoque transversal”, senti-me incomodado, sobretudo quando Getúlio afirmou o seguinte no final da entrevista: “eu não vou desejar ‘vida longa ao Sankofa!’, mas eu vou falar ‘vida curta!’. Eu espero que a gente consiga construir uma sociedade na qual iniciativas como o Sankofa não sejam mais necessárias.”

Durante a entrevista não consegui nomear o meu incômodo, mas no momento de sistematização dos dados e da escrita signifiquei em como esse desejo das docentes é ambíguo e se relaciona muito bem com a ideia de transversalidade das relações raciais na formação. Meu incômodo recai na possibilidade dessa estratégia se assemelhar, na prática, com iniciativas antirracistas, de secundarizar o pertencimento racial como a ideologia de democracia racial, ainda mais quando, novamente, essa responsabilidade ficar nas mãos de docentes brancos sem letramento racial. Afinal, o racismo pode ser estrutural, as instituições podem parecer despersonalizadas, mas não há estrutura sem agência, dito de outra forma, a materialização de políticas depende de comportamentos humanos.

Ainda, sim, enxergo com bons olhos a ideia da transversalidade na formação, desde que a compreensão dos efeitos psicossociais do racismo tenham sido assimiladas não só nos documentos, mas no cotidiano das docentes. Isto é, que a materialidade ressoe nos documentos, a fim de ressignificá-los e, como num ciclo vicioso, estes produzam realidades correspondentes às demandas materiais (FREIRE, 2022). Dito isto, adoraria desejar “vida curta” às iniciativas como o do Sankofa em prol de uma proposta transversal, mas me parece, novamente, distante da realidade ou do que a materialidade ressoa.

A tempo, sinalizo que mudanças curriculares mais amplas, em termos nacionais, têm se concretizado. A título de exemplo, novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia (DCN) foram instituídas no final de 2023, sendo a primeira atualização desde as DCN de 2004 analisadas no Capítulo 2. No que tange aos objetivos desta dissertação, foram reforçados os preceitos éticos de respeito à diversidade e incluídas questões como compromisso por justiça social, o diálogo com demandas sociais concretas, mas sobretudo elencando, no Art. 8º, como competência profissional a atuação implicada no contexto sociocultural, através da nomeação dos marcadores sociais da desigualdade como fulcrais para o cuidado psicológico. Estabelecidos no inciso IV do Art. 8º das DCN de 2023:

Trabalhar respeitando a diversidade e mostrar competência cultural, tendo em vista os seguintes princípios: a) atuar tendo como fundamento o conhecimento e **a compreensão do contexto histórico, político, social e cultural de clientes**, usuários, colegas, grupos, organizações, populações e outros atores; b) **respeitar as diversidades de gênero, sociocultural, étnico-racial**, religiosa e outras (DCN, 2023, p. 5, grifo meu).

Portanto, ressignificações estão em andamento no cenário investigado, mas também em âmbito nacional com uma certa sintonia, com influência mútua. Os documentos parecem mais alinhados com as demandas concretas do que se comparado à atuação, conforme identificado nessa dissertação. Sendo urgente uma correspondência entre o preconizado e o aplicado para a efetivação de um cuidado psicológico socioculturalmente contextualizado e, portanto, racializado.

A proposta de se pensar o processo de formação sob a ótica da educação da atenção (INGOLD, 2010) parece fértil ao delimitar que não há separabilidade entre o planejamento e aplicação, haja vista que planejar faz parte da aplicação. De forma contrastante ao modelo hegemônico cognitivista que orienta as noções de aprendizagem e formação neste contexto, a partir da ideia de transmissão das representações mentais, em que a teoria daria sustentação à

prática. Entretanto, como sistematiza Ingold (2010), a educação da atenção acontece na prática, no contato, na afetação e na ressignificação geradas no encontro com a materialidade.

Considerações finais

Assim, neste capítulo pude caracterizar os itinerários formativos promovidos pelo Sankofa para suas estagiárias, bem como suas implicações para a instituição que o abriga. De início (4.1), através do relato das interlocutoras, aponto que a organização do serviço e do estágio se deu de negros para negros sob um prisma antirracista, como um coletivo negro, o que potencializou a formação das estagiárias num aspecto anterior à teoria e à técnica: o afeto. Característica essa que possibilitou a retomada do sentimento de pertencimento e a da autoeficácia e, conseqüentemente, reverberaram na aprendizagem de forma a aproximá-las do processo.

A partir disso, discorri sobre o que categorizei como o tripé constituinte ou itinerários formativos: a paridade racial, o letramento racial e a supervisão mista. O primeiro (4.1.1) se configurando como um ponto de partida do projeto por conta da demanda originária, mas que, de forma unânime para os membros, não é um pré-requisito para o atendimento de pessoas negras. Já o segundo ponto (4.1.2), o letramento, seria justamente a resposta à limitação do primeiro aspecto, isto é, conforme repetido muitas vezes nas entrevistas, “não basta ser negro para atender pessoas negras, é preciso formação.”

E no contexto do Sankofa, a formação esperada se dava em termos teóricos, técnicos e éticos no que se refere ao letramento racial, que categorizei como uma habilidade profissional do psicoterapeuta de compreender os atravessamentos raciais na vida dos pacientes. Identifiquei em campo que a promoção do letramento racial se dava através do grupo de estudos, que visava trabalhar aspectos básicos das relações raciais no Brasil em contato com as ciências sociais, mas sobretudo tinha como objetivo municiar a prática psicoterapêutica com o olhar racializado das vivências.

E, por fim, tensionando o espaço privilegiado para a observação participante: a supervisão (4.1.3). No que se refere às visões contrastantes quanto a condução teórico-técnica, especificamente no dilema de se utilizar uma única abordagem para orientar as estagiárias ou no incentivo de mesclar diferentes técnicas, algo latente em todas as gerações do Sankofa. Apresentei como a premissa por abordagem única é uma característica específica da

psicologia clínica brasileira e da *lógica de cuidado psicoterapêutico*, ao passo que a confluência entre teorias e intervenções possui maior abertura no cenário norte-americano, como das Práticas Baseadas em Evidência em Psicologia (PBEP) nos Estados Unidos e com respaldo para as abordagens transculturais canadenses, assim como para a *lógica de cuidado psicossocial* no Brasil, mas com diferentes justificativas entre elas.

Isto posto, associo o itinerário formativo como uma espécie de *educação da escuta* (4.2) em diálogo com a teorização de Tim Ingold (2010) a respeito dos processos de aprendizagem e formação como uma educação da atenção. O qual, na crítica a perspectiva hegemônica na compreensão da aprendizagem — a Transmissão de Representações — organiza currículos e projetos pedagógicos, como o vivido pelas interlocutoras, especialmente na separação radical entre teoria e prática. E dessa forma, por meio de dados etnográficos, discorro sobre o papel da supervisora como sujeito experiente que modera a formação ou redescoberta orientada das estagiárias, bem como sistematizo como o Sankofa se estruturou respondentemente às demandas teóricas, mas sobretudo materiais, na retomada da iminência da cor e do corpo.

E, por último, via entrevistas com docentes, discorro sobre as influências do Sankofa para a formação institucional (4.3), em termos da criação de uma vaga de professor especialista em psicologia e relações étnico-raciais e na ideia de transversalidade da racialidade no Projeto Pedagógico do Curso em construção — transformações essas que não se restringem ao cenário estudado, mas apresentam mudanças em âmbito nacional e nos documentos, como na nova versão das DCN. A ideia de transversalidade me gerou incômodo, assim como o desejo ambíguo por uma rápida obsolescência do Sankofa, por compreender que transversalizar pode ser uma estratégia perigosa no que se refere ao silenciamento, me aproximando mais das estratégias de racialização dos movimentos negros do século passado para criar e fortalecer políticas antirracistas (BERNARDINO-COSTA, 2022).

Portanto, a partir da experiência do Sankofa, da teoria da educação da atenção e nas contribuições dos movimentos negros brasileiros, sistematizo a importância do ressoar entre o preconizado e o aplicado ou entre a teoria e a prática, não como instâncias contrastantes, mas como interdependentes. E que para uma formação socioculturalmente contextualizada de psicólogos-psicoterapeutas seja possível, é preciso que esta esteja atenta às demandas materiais e simbólicas, além de levar a sério os seus interlocutores.

Considerações finais

Isto posto, esta dissertação teve como objetivo compreender a formação de psicólogos-psicoterapeutas na atenção às demandas raciais na psicoterapia, especialmente através do Sankofa, um grupo de estágio e serviço de psicoterapia racializada para universitários negros. O qual caracterizei como uma formação orientada pelo ressoar da materialidade social consoante à ética profissional, ou seja, na escuta da maioria popular brasileira negligenciada pelo racismo, sobretudo por meio da Ciência, do Estado e da Saúde.

Por intermédio da etnografia, tensionei e fui tensionado pelo vivido, notadamente pela fricção entre diferentes teorias antropológicas, isto é, inspirado em Borges (2013), no que se refere ao encontro entre as teorias antropológicas acadêmicas, das interlocutoras e as minhas teorias antropológicas. Estes encontros, mas também desencontros, esculpiram a presente dissertação, não enquanto tradução da realidade, mas como verdades parciais (CLIFFORD, 1986).

No percurso da dissertação, visei discutir o potencial da antropologia, como uma ciência do contexto sociocultural (ASDAL; MOSER, 2012), no tensionamento de concepções estabelecidas e reproduzidas sem uma reflexão, desde as teorias e técnicas psicológicas, às diretrizes formativas e às regras institucionais. As quais, em campo, pude notar que a expressão dessas certezas não eram bradadas em forma de resposta, mas enquanto perguntas, como no questionamento da supervisora Kelly, à estagiária Julia, sobre qual era a abordagem dela. Associo tal dinâmica à tradição antropológica de pesquisas *up*, nos termos de Laura Nader (2020), junto a interlocutores pertencentes a estratos socialmente superiores ao do pesquisador. No caso desta pesquisa, o encontro com a Clínica-Escola se deu sob a condução de um jovem graduado em psicologia, negro e periférico, junto a psicólogas experientes, servidoras públicas, brancas e, provavelmente, de classe média.

No entanto, esta ideia de que teorias, diretrizes e regras são reproduzidas sem reflexão, foi colocada em suspeita e abrangida, concebendo a etnografia não só como método, mas como teoria, gerando reflexividade (PEIRANO, 2014). Isto é, aplicação de teorias, diretrizes e regras não se trata de uma mera execução cognitiva, mas uma ação difusa na qual vários agentes a influenciam, os quais, ao mesmo tempo, são dotados de subjetividade, política e desejo (MILANEZI; SILVA, 2019). Sendo assim, há uma reflexão prévia estabelecida, mesmo que o sujeito não a racionalize ao aplicar teorias, diretrizes e regras.

Ainda de acordo com essa concepção de reflexividade etnográfica, além das ressignificações da teoria antropológica acadêmica, as minhas teorias antropológicas foram

afetadas nestes termos. Em minha aproximação institucional com a antropologia — ou processo de socialização, como dizia minha orientadora —, enquanto estudante de mestrado do PPGAS/UnB, percebi que também se tratava de uma espécie de educação da atenção, nos termos de Ingold (2010). Destaco, especialmente, o processo de escrita e revisão, enquanto mediado por pessoas mais experientes, no plural, haja vista que, diante da proposta de revisão e orientação coletiva empreendida por Soraya, pesquisadoras pós-graduandas, mais amadurecidas na antropologia também leram e revisaram os capítulos desta dissertação. Da mesma forma que li suas produções.

Isto posto, não apenas li teorias e as apliquei na escrita, mas observei a feitura de especialistas, copieei e incorporei seus métodos em minha prática, como um processo de treinamento, de redescoberta orientada (INGOLD, 2010). E uma prática específica que identifiquei na orientação de Soraya ao revisar esta dissertação, foi o frequente uso de indagações a respeito dos meus argumentos, a fim de orientar minha atenção, nos mesmos termos dos questionamentos utilizados no Capítulo 2 para questionar os documentos em suas finalidades, presenças e ausências (para quê? Por quem? Para quem? O que gera? A partir de qual?).

Portanto, sinalizo que estes aspectos teórico-metodológicos etnográficos constituíram o campo, a escrita, a revisão e, portanto, esta dissertação. Por meio dos capítulos, argumentei como racismo atravessa determinadas formas de fazer Ciência, Saúde e Gestão, baseado no universalismo, na hierarquia implícita e no primor pelo cognitivo em diferentes esferas: na ontoepistemologia, nos documentos, nas instituições e na forma de ensinar.

Nos Capítulos 1 e 2, discuti como, respectiva e interdependentemente, as desigualdades ontoepistêmicas e as cronicidades psicossociais contemporâneas são sintomas de traumas históricos, as quais são reafirmados e atualizados no cotidiano pela estrutura e pela agência de quem goza com a subalternidade. Ainda no Capítulo 1, defendi que a noção hegemônica de antropologia brasileira replica hierarquizações clássicas da história da disciplina e, de forma tácita e insidiosa, gera um sentimento de inadequação para aqueles que tradicionalmente foram objetos de estudo, como negros e indígenas, mas que, atualmente, têm reivindicado a posição de autores na antropologia.

No Capítulo 2, através dos documentos, analisei como estes produzem realidade e, por se tratarem de diretrizes para formação de psicólogos, esculpem determinados profissionais, mas não de forma determinista, pois como apresentado no Capítulo 4, caminhos de fuga podem ser e são construídos. A formação proposta pelos documentos da universidade investigada, alinhada a uma tradição cognitiva estadunidense, denega os

impactos psicossociais do racismo no Brasil, delineando uma formação de psicólogos-psicoterapeutas descontextualizada socioculturalmente em termos ontológicos, epistemológicos e praxiológicos. A partir da discussão de trabalhos que conjugam o encontro entre antropologia e os saberes *psi*, indiquei a potencialidade deste diálogo para se tensionar bases ontoepistêmicas, como o etnocentrismo, o cognitivismo biológico e a desterritorialização, podendo, assim, fortalecer os serviços de atenção à saúde mental, gerando maior adesão, autonomia e compreensão integral.

Já no Capítulo 3, apresentei a inserção etnográfica junto ao Sankofa, indicando os métodos e técnicas utilizadas para conhecer a história deste serviço e grupo de estágio. Ao conjugar observação participante e entrevistas, me foram relatadas a trajetória e funcionamento das três gerações do Sankofa, as frequentes fricções com as instituições, sobretudo a Clínica-Escola, e o modo como estas preconizam um tipo específico de cuidado psicológico. Através de entrevistas individuais, conheci as gerações Raiz e Caule do Sankofa. E, por meio da observação participante, convivi com a terceira geração, ou os Galhos do Sankofa. Diante disso, conciliei os dados para apresentar o Sankofa como um serviço de psicoterapia racializada fruto do desamparo institucional na atenção à saúde mental de estudantes negros, desamparo esse atualizado em resistência institucional em relação a existência do Sankofa, nos termos de vigilância, deslisura e arbitrariedades que culminaram no encerramento do grupo de estágio pela segunda vez em sua história. O que, a partir dos dados, caracterizei como um indicativo do racismo institucional.

E, por fim, no Capítulo 4, discuti a formação institucional vivida pelas interlocutoras, de forma a ressoar com as discussões do Capítulo 2, no que tange à produção da realidade gerada pelos documentos. Mas explorei, sobretudo, a proposta do Sankofa para formar psicólogos-psicoterapeutas atentos às demandas raciais, caracterizando o itinerário que constituiu o estágio: a paridade racial, o letramento racial e a supervisão mista. Essas três categorias configuraram a construção de específicas habilidades e competências profissionais, em termos de uma sensibilidade para a escuta de demandas raciais e suas intersecções na prática psicoterápica. Discuti, também, as influências do Sankofa para as mudanças institucionais do curso de psicologia da universidade investigada, especialmente no que se refere à contratação de uma professora especialista em relações étnico-raciais e na necessidade, iminente ética, de se racializar o currículo, as quais já estão materializadas e focalizadas na nova versão das DCN do curso de psicologia.

Portanto, sistematizei que iniciativas como a do Sankofa denunciam a negligência Institucional, Científica e em Saúde geradas pelo racismo, por colocarem em xeque a

cognoscibilidade, o narcisismo e os privilégios de toda uma estrutura. E, por isso, são alvo de esvaziamentos como visto nesta dissertação.

Referências bibliográficas

ABBAD, Gardênia; BORGES-ANDRADE, Jairo. Aprendizagem humana em organizações de trabalho. In: Zanelli et al. (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. **Equatorial**, v. 5, n. 8, p. 193-226, 2018.

ALMEIDA, Andreia; EUGÊNIO, Benedito; GARCIA, Fatima Moraes. Concepções de letramento racial nas dissertações e teses: revisão sistemática entre 2017-2022. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2023.

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. Produção Editorial LTDA, 2019.

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & saúde coletiva**, v. 23, p. 2067-2074, 2018.

AMBRA, Pedro. As pedras de Exu: a psicanálise em Frantz Fanon e Lélia Gonzalez. **Revista Rosa**, v. 3, p. 1-2, 2021.

ARAÚJO, Patrício. Desafios da Antropologia contemporânea: elementos para se pensar o antropólogo insider no campo da Antropologia das populações afro-brasileiras. In: CLEMENTE, C. C.; SILVA, J. C. G. (org.). **Culturas negras e Ciências Sociais no século XXI: perspectivas afrocentradas**. Uberlândia: EDUFU, 2018.

ASDAL, Kristin; MOSER, Ingunn. Experiments in Context and Contexting. **Science, Technology & Human Values**, v. 37, n. 4, p. 291-306, 2012.

BASQUES, Messias. Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais. **Ayé: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 1, pp. 102-111, 2019.

BASQUES, Messias. Vozes negras na Antropologia: breve história de um projeto antirracista. **Novos Debates**, v. 8 n. 2, p. 1-24, 2022.

BASTOS, João. et al. Age, class and race discrimination: their interactions and associations with mental health among Brazilian university students. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30 n.1, p. 175–186, 2014.

BENTO, Maria Aparecida. Branquitude e branqueamento no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, pp. 25-57, 2002.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramon. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Dynamics of racialization and the anti-racism in Contemporary Brazil. In: Zakarov, Nikolay; Tate, Shirley; Law, Ian; Bernardino-Costa, Joaze (Orgs), **Futures of Anti-Racism: paradoxes of deracialization in Brazil, South Africa, Sweden and the UK**. Londres: Palgrave Macmillan, pp. 69-137, 2022.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da antropologia; Raça e progresso. In: **Antropologia Cultural**. CASTRO, Celso (Org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOLDRIN, Juliana. **Instabilidade e potência: etnografia do tratamento hospitalar de pacientes com tuberculose em um centro de referência**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2020.

BONET, Octavio. Sentindo o saber. Educação da atenção e medicina de família. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, p. 253-277, 2015.

BONILLA, Oiara. Desgosto, **Revista DR**, 30 ago. 2016. Disponível em: <https://revistadr.com.br/posts/desgosto/>. Acesso em 09 de set. 2024.

BORGES, Antonádia. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. **Cadernos Pagu**, n. 40, p. 197–227, 2013.

BORGES, Antonádia; BERNARDINO-COSTA, Joaze. Dessenhizar a academia: ações afirmativas na pós-graduação. **Mana**, v. 28, n. 3, p. 1-30, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALAZANS, Roberto et al. Manifesto de São João del-Rei: Brasil em prol de uma psicopatologia clínica. In **Psicopatologia em debate: controvérsias sobre os DSMs**. Barbacena: EdUEMG, 2012, pp. 183-195.

CAMARGO JR, Kenneth. A biomedicina. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 15, p. 177-201, 2005.

CAMPOS, Bianca Costa. **Três olhares para o negro em psicanálise: de objeto da fantasia do outro ao vir-a-ser da sujeição racial**. 2023. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

CÂNDIDO, Márcia et al. **Raça e Gênero nas Ciências Sociais: um perfil da pós-graduação no Brasil**. Rio de Janeiro: Observatório das Ciências Sociais, (Boletim), 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

CARTER, Robert. Racism and psychological and emotional injury: Recognizing and assessing race-based traumatic stress. **Counseling Psychology**, v. 35 n. 1, p. 13-105, 2007.

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 107-147, 2001.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**, pp. 79-106, 2019.

CASTANHEIRA, N. P.; Grevet, E. H.; Cordioli, A. V. Aspectos conceituais e raízes históricas das psicoterapias. In: A. V. Cordioli; E. H. Grevet (Orgs.), **Psicoterapias: Abordagens atuais**, p. 3-24. Porto Alegre: Artmed, 2020.

CASTILHO, Sergio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; COSTA TEIXEIRA, Carla. **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.

CASTRO, Rosana; ALMEIDA, Rafael Antunes. Testemunho, evidência e risco: reflexões sobre o caso da fosfoetanolamina sintética. **Anuário Antropológico**, v. 42, n. 1, p. 37–60, 2018.

CASTRO, Rosana. “Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico”. **Revista De Antropologia**, 65(1), 2022.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHANG, Doris; BERK, Alexandra. Making cross-racial therapy work: A phenomenological study of clients’ experiences of cross-racial therapy. **Journal of counseling psychology**, v. 56, n. 4, p. 521, 2009.

CHEMAMA, Roland. **Dicionário de psicanálise Larousse**. Artes Médicas, 1995.

CHOR, Dora; LIMA, Cláudia. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21 n. 5, p. 1586–1594, 2005.

CINTRA, Marcela; BERNARDO, Marcia. Atuação do Psicólogo na Atenção Básica do SUS e a Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 4, p. 883–896, 2017.

CLIFFORD, James. Introduction: partial truths. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George Emanuel (ed.). **Writing culture: the poetics and politics of ethnography**. California: University of California Press, pp. 1-26, 1986.

CLIFFORD, James e MARCUS George (org.). **Writing Culture — The Poetics and Politics of Ethnography**. California University of California Press, 1986.

COLLINS, Patrícia. Aprendendo com um outsider within. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 27, p. 09-20, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogos/os**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília: CFP, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) junto aos povos indígenas**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília: CFP, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Reflexões e orientações sobre a prática da psicoterapia**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2022.

CORDIOLI, Aristides Volpato; GREVET, Eugenio Horacio. **Psicoterapias: Abordagens Atuais**. Artmed Editora, 2020.

CRUZ [TUXÁ], Felipe. Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 11, n. 2, p. 93–108, 2017.

CRUZ [TUXÁ], Felipe. Antropologias indígenas e a questão da posicionalidade. **Anuário Antropológico**, v. 48 n. 1, 2023.

DAMASCENO, Marizete; ZANELLO, Valeska. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38 n. 3, p. 450–464, 2018.

DAMASCENO, Marizete Gouveia. **Onde se esconde o racismo na psicologia clínica? : a experiência da população negra na invisibilidade do binômio racismo e saúde mental**. 115 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska Maria. Psicoterapeutas brancos/as e clientes negros/as: sobre racismo invisível e lacuna em relações raciais na formação

profissional. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, n. 42, p. 317-342, 2022.

DAMÁSIO, Ana Clara. Isso não é uma autoetnografia!. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 27, p. 1-14, 2022.

DIAS, Luciana. Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo sexismo. **Humanidades e Inovação**, v. 16, n. 1, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007.

DOMINGUES, Bruno. Negro na universidade, branco no trabalho de campo: reflexões sobre representação e desigualdade racial na academia. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 27, n. 1, p. 295-309, 2018.

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.

DO PSICÓLOGO, Código de Ética Profissional. **Conselho Federal de Psicologia**. Brasília, 2005.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Doença dos nervos: um estudo de representações e visão de mundo de um grupo de trabalhadores. **Trabalho e cultura no Brasil**, v. 1, p. 368-376, 1982.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DUNKER, Christian; NETO, Fuad. A psicopatologia no limiar entre psicanálise e a psiquiatria: estudo comparativo sobre o DSM. **Vínculo-Revista do NESME**, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2011.

DUNKER, Christian. Teoria da Transformação em Psicanálise: Da clínica a política. **Revista Psicologia Política**, v. 17, n. 40, p. 569-588, 2017.

DUNKER, Christian; IANNINI, Gilson. **Ciência pouca é bobagem: Por que psicanálise não é pseudociência**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

DUSSEL, Enrique. **Transmodernidad e interculturalidad: Interpretación desde la Filosofía de la Liberación**. México City: UAM, 2005.

ENGEL, Cíntia; JAQUETTO-PEREIRA, Bruna. A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça. **Revista Punto Género**, v. 5, n. 1, p. 4-24, 2015.

ENGEL, Cíntia. **Partilha e cuidado das demências: entre interações medicamentosas e rotinas**. Tese (Doutorado em Antropologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

FAGUNDES, Guilherme. Discurso para a ocasião da Cerimônia de Outorga do Título de Professor Emérito a Kabengele Munanga. **Revista de Antropologia**, v. 66, 2023.

FANON, Frantz; AZOULAY, Jacques. A socioterapia numa ala de homens muçulmanos: Dificuldades metodológicas. In: FANON, Frantz (Org.). **Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos**. São Paulo: Editora Ubu, p. 171-194. 2020.

FANON, Frantz. **Medicina e Colonialismo**. Feira de Santana: Terra sem Amos, [1976] 2020.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. Boitempo Editorial, 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

FERREIRA, Aparecida. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: Narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **Homus Modernus: Para uma ideia global de raça**. Rio de Janeiro, Editora Cobogó, 2022.

FLEISCHER, Soraya; FRANCH, Mónica. Uma dor que não passa: aportes teórico-metodológicos de uma antropologia das doenças compridas. **Política & Trabalho**, n. 42, 2015.

FLEISCHER, Soraya. **Descontrolada: uma etnografia dos problemas de pressão**. EdUFSCar, 2018.

FLEISCHER, Soraya. Fé na ciência? Como as famílias de micro viram a ciência do vírus Zika acontecer em suas crianças no Recife/PE. **Anuário Antropológico**, v. 47, n. 1, p. 170-188, 2022.

FLEISCHER, Soraya. **Na cozinha da antropologia**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2023.

FREIRE, Lucas. Índícios e registros da “realidade da crise”: A pesquisa etnográfica com documentos e suas possibilidades. **Etnografias Contemporâneas**, v. 8 n. 15, p. 98-121, 2022.

FREUD, Sigmund. Psicanálise e Psiquiatria (Conferência 16). Em: **Conferências introdutórias à psicanálise**. São Paulo: Companhia das letras, 1916/2014.

GELLNER, David; HIRSCH, Eric. **Inside organizations: Anthropologists at work**. Routledge, 2001.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, v. 46, p. 445-476, 2003.

GOLDMAN, Marcio; BANAGGIA, Gabriel. A política da má vontade na implantação das cotas étnico-raciais. **Revista de Antropologia**, v. 60, n. 1, p. 16-34, 2017.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONÇALVES, Mariana; PORTUGAL, Francisco. Análise histórica da Psicologia Social Comunitária no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 562–571, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, v. 24 n. 1, p. 1-15, 2019.

GRESELLE, Bianca. **Transferência erótica: um tabu silenciado**. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia racial do “branco” brasileiro. In: GUERREIRO RAMOS, A. **Introdução crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 215-240, 1995.

GUIMARÃES, Antônio. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

HARAWAY, Donna. **Símios, ciborgues e mulheres: a reinvenção da natureza**. Routledge, 2013.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**. Porto Alegre, p. 06-25, 2010.

IPEA. **Atlas do Estado Brasileiro**, 2020.

JACÓ-VILELA, Ana. Trajetórias da Psicologia no Brasil: conciliações e resistências. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 38, p. 1-28, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KNORR-CETINA, Karin. **Epistemic cultures: Forms of reason in science**. 1991.

LANE, Silvia. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a “Psicologia”. In: S. T. M. Lane & W. Codo (orgs.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, pp. 10-19, 1984.

LANGDON, Esther. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, n. 04, p. 1019-1029, 2014.

LATOUR, Bruno. Universalidade em pedaços, **Folha de São Paulo**, 13 set. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs13099803.htm>. Acesso em 08 de set. 2024.

LE BRETON, David. **Antropologia das Emoções**. Petrópolis: Vozes, 2019.

LEONARDI, Jan; MEYER, Sônia. Prática baseada em evidências em psicologia e na história da busca pelas provas empíricas de eficácia das psicoterapias. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, p. 1139-1156, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A eficácia simbólica in: **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LEWIS, Tené et al. Self-reported experiences of discrimination and health: scientific advances, ongoing controversies, and emerging issues. **Annual Review of Clinical Psychology**, v. 11 n. 1, p. 407-440, 2015.

LIMA, Stephanie. **“A gente não é só negro!”: Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

LIONÇO, Tatiana. Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 208-223, 2017.

LOBOSQUE, Ana Marta. **Clínica em movimento: por uma sociedade sem manicômios**. Editora Garamond, 2003.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Leticia. Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 11, p. 76-112, 2014.

LUCIANO [BANIWA], Gersem. Os indígenas antropólogos: desafios e perspectivas. **Novos Debates**, v. 2, n. 1, p. 233-243, 2015.

LUCIANO [BANIWA], Gersem. Intelectuais indígenas abraçam a antropologia. Ela ainda será a mesma?” Um debate necessário. **Anuário Antropológico**, v. 48 n. 1, 2023a.

LUCIANO [BANIWA], Gersem. **Na Cozinha da Pesquisa**. PET-Sociologia. YouTube, 2023b.

MACHADO, Martha. Paranoia de preto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de ago. 2021. Seção [opinião](#). Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/08/paranoia-de-preto.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MAFEJE, Archie. The ideology of ‘Tribalism’. **The Journal of Modern, African Studies**, v. 9 n. 2, p. 253-261, 1971.

MAIA, Aline; MEDEIROS, Cynthia; FONTES, Flávia. O conceito de sintoma na psicanálise: uma introdução. **Estilos da Clínica**, v. 17, n. 1, p. 44-61, 2012.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do pacífico ocidental**. Ubu Editora LTDA, 2018.

MALTA, Deborah et al. Differentials in risk factors for chronic non-communicable diseases from the race/color standpoint. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 713–725, 2015.

MALUF, Sonia et al. Antropologia da saúde: entre práticas, saberes e políticas. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 91, p. 1–38, 2020.

MARCON, Mônica; ALVES, Tiago. Modelos instituidores do ensino superior brasileiro alemão e francês: uma revisão crítica da literatura sob a ótica da empregabilidade. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 27, n. 1, p. 27–48, 2022.

MARTINS-BORGES, Lucienne et al. Inflexões epistemológicas: a Etnopsiquiatria. **Fractal: revista de psicologia**, v. 31, p. 249-255, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDES, Tássia Nogueira Eid. **Quando o completo encontrou a falta - um estudo sobre a alteridade entre psicanálise e antropologia**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

MEYER, Oanh; ZANE, Nolan. The influence of race and ethnicity in clients’ experiences of mental health treatment. **Journal of community psychology**, v. 41, n. 7, p. 884-901, 2013.

MILANEZI, Jaciane; SILVA, Graziella Silêncio: reagindo à saúde da população negra em burocracia do SUS. In: PIRES, R. (Org.). **Implementando Desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

MOL, Annemarie. **The Logic of Care: Health and the Problem of Patient Choice**. New York: Routhledge, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Nosso racismo é um crime perfeito**, Entrevista com Kabengele Munanga. Fundação Percecu Abramo, 2010.

NADER, Laura. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 49, 2020.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. Editora Perspectiva, 2021.

NOGUERA, Renato. Infância em Afroperspectiva: articulações entre Sankofa, Ndaw e Terrixistir. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 31, p. 53–70, 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O movimento dos conceitos na antropologia. **Revista de Antropologia**. 1993.

OLIVEIRA, Priscilla Menezes de. **“É caso para o GIPSI?”: uma etnografia em saúde mental**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Josiane S. As influências raciais na construção do campo etnográfico: um estudo multissituado no contexto Brasil-Canadá. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 86, p. 511-531, 2018.

OLIVEIRA, Lucas; CARVALHO, Júlia. Saúde e racismo: reflexões sobre a violência racial. In: Cristiane Flôres Bortoncello. (Org.). **Violência- Compêndio teórico-prático sobre vítimas e agressores**. Novo Hamburgo: Sinopsys, pp. 355-372, 2024.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial da pobreza no Brasil**. Texto para Discussão, 2019.

PATTO, Maria. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PEIRANO, Mariza. “Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)”. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. Antropologia (volume I). São Paulo, Editora Sumaré, pp. 225-266, 1999.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 377–391, 2014.

PEREIRA, Alexandre. **Viajantes do tempo: imigrantes-refugiadas, saúde mental, cultura e racismo na cidade de São Paulo**. Curitiba: CRV, 2020.

PEREIRA, Luena. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras. **Revista de Antropologia**, v. 63, n. 2, 2020.

PEREIRA, Bruna Jaquetto; SIQUEIRA, João Paulo. Efeitos da raça/cor e gênero da pesquisadora ou do pesquisador na pesquisa empírica: impactos na classificação racial de respondentes de um survey. **Sociologias**, v. 24, n. 60, 2022

PIMENTA, Arlindo; FERREIRA, Roberto. O sintoma na medicina e na psicanálise: notas preliminares. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 13, n. 3, p. 221-228, 2003.

PINHO, Osmundo. **A antropologia no espelho da raça**. **Revista Novos Olhares Sociais**, v. 2, n. 1, p. 99-118, 2019.

POLS, Jeannette. Towards an empirical ethics in care: relations with technologies in health care. **Med Health Care and Philos**, v. 18, p. 81–90, 2015.

PRESTES, Clélia. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver**. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo, 2018.

RAMOS, Alcida Rita. Intelectuais indígenas abraçam a antropologia. Ela ainda será a mesma?. **Anuário Antropológico**, v. 48 n. 1, 2023.

RESOLUÇÃO CFP N.º 010/00 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2000. **Especifica e qualifica a Psicoterapia como prática do Psicólogo**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

RESOLUÇÃO CFP N.º 018/02 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002. **Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

RESOLUÇÃO N.º 013/22 DE 15 DE JUNHO DE 2022. **Dispõe sobre diretrizes e deveres para o exercício da psicoterapia por psicóloga e por psicólogo**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

RUSSO, Jane. Raça, psiquiatria e medicina-legal: notas sobre a “pré-história” da psicanálise no Brasil. **Horizontes antropológicos**, v. 4, n. 9, p. 85-102, 1998.

RUSSO, Jane; VENÂNCIO, Ana Teresa A. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. **Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental**, v. 9, n. 3, p. 460-483, 2006.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.

SANTIAGO, Flávio. Branquitude e creche: inquietações de um pesquisador branco. **Educação em Revista**, v. 35, n. 76, p. 305-330, 2019.

SANTOS, Alessandro; SCHUCMAN, Lia; MARTINS, Hildeberto. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, p. 166-175, 2012.

SCHIFFMAN, Harvey. **Sensação e Percepção**. Rio de Janeiro: LCT, 2005.

SCHUCMAN, Lia. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese de Doutorado, São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia V.; COSTA, Eliane S.; CARDOSO, Lourenço. Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 4, n. 8, p. 15-29, 2012.

SCHULTZ, Duane; SCHULTZ, Sydney. **História da psicologia moderna**. Cengage Learning, 2020.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SILVA [MUMBUCA], Ana Cláudia Matos da. **Uma escrita contra-colonialista do quilombo mumbuca Jalapão/TO**. Dissertação [Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável]. Brasília: UnB, 2019.

SILVA, Gabriela da Costa. **Pioneirismo e memória: uma sociobiografia da socióloga negra Virgínia Leone Bicudo**. 2021. 58 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SIQUEIRA, João; VIEIRA, Luiz; LIMA, Emilly. Etnopsicanálise no Brasil: revisando literaturas e contextualizando subjetividades. **Pensata**, v. 10, n. 1, p. 102-105, 2021.

SIQUEIRA, João; RAMOS, Rodrigo. As (re)configurações subjetivas e identitárias de negros na Universidade: Fricções epistêmicas e aquilombamento acadêmico. **Quaderns de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 1-23, 2021.

SIQUEIRA, João; BERNARDINO-COSTA, Joaze. Racismo e a vulnerabilização em Saúde: hospitalizações e óbitos por COVID-19 no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, n. 42, p. 410–430, 2022.

SIQUEIRA, João et al. Formação de Psicólogos no Planalto Central: A atuação junto a povos indígenas. In: SILVA, C. et al. (Org.). **Diálogos em Educação: Olhares Multidisciplinares**. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2022.

SIQUEIRA, João; ZANELLO, Valeska. Xingamentos e Relações Racializadas de Gênero: sintoma cultural da sociedade brasileira. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, no prelo, 2024.

SMOLEN, Jenny; ARAÚJO, Edna. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 4021–4030, 2017.

SOUZA, Neusa. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. “A cultura numa bolsa de malha: A fabricação de uma subdisciplina na Antropologia”. In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TANCETTI, Bárbara; ESTEVES, Jéssica. O racismo como complexo cultural brasileiro: uma revisão a partir do feminismo decolonial. **Janguiana**, v. 38, n. 2, p. 49-62, 2020.

TEIXEIRA, Carla. “Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira”. In **Antropologia das práticas do poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e**

corporações, eds. S. R. Castilho, A. C. Souza Lima, e C. C. Teixeira, pp. 33–46. Rio de Janeiro: Contracapa, 2014.

TEIXEIRA, Carla Costa; CASTILHO, Sérgio. **IPEA: etnografia de uma Instituição, entre pessoas e documentos**, 2020.

TEIXEIRA, Carla Costa; CUNHA, Raissa Romano. Por que ler (esses) “clássicos”? **Anuário Antropológico**, v. 48, n. 3, p. 10–36, 2023.

TEMPESTA, Giovana Acácia; DE ARAÚJO, João Paulo Siqueira; DE LOIOLA, Diego Rodrigues. Revisitando conceitos antropológicos clássicos em um museu imaginado. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 28, n. 2, p. 47-66, 2019.

TORQUATO, Luciana; História da psicanálise no Brasil: Enlaces entre o discurso freudiano e o projeto nacional. **Revista de Teoria e História**, v. 14, n. 2, p. 47–77, 2015.

VEIGA, Lucas. **Clínica do impossível: Linhas de fuga e de cura**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VENÂNCIO, Vinícius; SILVA, Juliana Lima. O Problema I: nada será como antes, amanhã: antropólogos negras/os movendo a antropologia brasileira. **Novos Debates**, v. 7, n. 2, 2021.

VENÂNCIO, Vinícius. “Se eu não tivesse estudado, eu seria mais uma Madalena”: o parentesco como atualizador da falsa abolição brasileira”. **Equatorial**, v. 9, n. 17, p. 1–16, 2022.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e sociedade**, v. 25, p. 535-549, 2016.

WILLIAMS, David et al. Racial differences in physical and mental health: Socio-economic status, stress and discrimination. **Journal of Health Psychology**, v. 2, n. 3, p. 335-351, 1997.

WILLIAMS, David et al. Understanding how discrimination can affect health. **Health Services Research**, v. 54, n. 1, p. 1374-1388, 2019.

WILLIAMS, David; PRIEST, Naomi. Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. **Sociologias**, v. 17, n. 1, p. 124-174, 2015.

WINNER, Langdon. Artefatos têm política. **Analytica**, v. 21, n. 2, p. 195-218, [1986] 2017.

YAMAMOTO, Oswaldo; OLIVEIRA, Isabel. Política social e psicologia: uma trajetória de 25 Anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 9-24, 2010.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska. **A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações**. Curitiba: Appris, 2022.

Anexos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *“Educação Contextualizada da Escuta: Uma etnografia da formação de psicólogos-psicoterapeutas a partir do serviço de psicoterapia para universitários negros”*, de responsabilidade de João Paulo Siqueira de Araújo, graduado em Psicologia e aluno de mestrado em Antropologia Social da Universidade de Brasília, sob orientação da professora doutora Soraya Resende Fleischer do Departamento de Antropologia da UnB. O objetivo desta pesquisa é investigar como se dá a formação de psicólogos-psicoterapeutas nesta instituição, sobretudo para identificar a emergente demanda profissional a respeito dos atravessamentos raciais no atendimento psicoterapêutico para pessoas negras brasileiras. Dessa forma, gostaria de consultar seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que, sem sua autorização, o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam te identificar. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas e registros no diário/caderno de campo, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de observação naturalística e participante de inspiração qualitativa etnográfica, entrevistas individuais semiestruturadas e grupos focais. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Esta pesquisa prevê riscos mínimos, tal como incômodo ou desconforto com alguma pergunta, ou interação, mas sem previsão de riscos para além do cotidiano. Estes riscos serão minimizados pelo fato de que a resposta às perguntas é facultativa, e todas as questões têm caráter aberto. Neste sentido, as entrevistas e interações poderão ser encerradas caso seja considerada, pelo participante, invasiva ou afete as dimensões físicas, psíquicas, morais, intelectuais, sociais, culturais e espirituais. Além disso, os interlocutores contarão com a assistência imediata, sem ônus para os mesmos, do pesquisador responsável.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 98225-xxxx ou pelo e-mail joaop.307@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da dissertação, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinaturas